

JORGE SAMPAIO

*P*ORTUGUESES

Volume I

Imprensa Nacional-Casa da Moeda

ÍNDICE

PREFÁCIO	13
I PORTUGAL	
Sessão Solene de Posse de Presidente da República <i>[9 de Março de 1996]</i>	39
Sessão Solene Comemorativa do XXII Aniversário do 25 de Abril <i>[25 de Abril de 1996]</i>	51
Sessão Solene Comemorativa do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas <i>[10 de Junho de 1996]</i>	63
Cerimónia Evocativa da Implantação da República <i>[5 de Outubro de 1996]</i>	71
Mensagem de Ano Novo <i>[1 de Janeiro de 1997]</i>	77
II ESTADO E SOCIEDADE	
Sessão de Abertura das Jornadas de Direito Constitucional <i>[18 de Abril de 1996]</i>	87
Jantar Oferecido a Mulheres Eleitas para Cargos Políticos <i>[21 de Abril de 1996]</i>	93
Sessão Solene de Abertura do Ano Judicial <i>[22 de Janeiro de 1997]</i>	97
Sessão Comemorativa do Dia Internacional da Mulher <i>[8 de Março de 1997]</i>	113
III DEFESA NACIONAL E FORÇAS ARMADAS	
Sessão de Abertura do Ano Lectivo 96/97 do Instituto de Defesa Nacional <i>[29 de Novembro de 1996]</i>	125
Alocação aos Militares das Forças Armadas e Elementos dos Contingentes da PSP, destacados na Bósnia-Herzegovina <i>[8 de Junho de 1996]</i>	133

IV REGIÕES AUTÓNOMAS E PODER LOCAL

Sessão de Encerramento do X Congresso da Associação Nacional de Municípios [23 de Março de 1996]	137
Sessão de Encerramento da Manifesta 96 — II Assembleia e Feira do Desenvolvimento Local «Os Caminhos do Desenvolvimento Local» [17 de Novembro de 1996]	147
Sessão Solene de Abertura da Assembleia Legislativa Regional dos Açores [19 de Novembro de 1996]	153
Sessão Solene na Câmara Municipal do Porto [21 de Novembro de 1996]	159

V EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Sessão de Abertura do 1.º Simpósio da Fundação BIAL «Aquém e Além do Cérebro» [29 de Março de 1996]	171
Jantar com Representantes Universitários, Investigadores e Directores de Revistas de Ciências Sociais [22 de Abril de 1996]	175
Sessão Comemorativa do Elogio de Benjamin Franklin da Autoria do Abade José Correia da Serra [3 de Julho de 1996]	179
Sessão Comemorativa do 85.º Aniversário do Instituto Superior Técnico [4 de Outubro de 1996]	183
Sessão Comemorativa do 50.º Aniversário da Escola Secundária Alfredo da Silva [12 de Janeiro de 1997]	191
Cerimónia de Inauguração do Instituto de Estudos Jornalísticos [29 de Janeiro de 1997]	197
Visita à Universidade do Minho [6 de Fevereiro de 1997]	201

VI CULTURA E HISTÓRIA

Sessão de Abertura do Colóquio Internacional «Portugal e a Guerra Civil de Espanha (1936-1939) — O Balanço Histórico» [10 de Maio de 1996]	207
Sessão de Abertura do «Fórum do Património» [10 de Outubro de 1996]	211
Sessão Solene de Abertura do II Congresso Histórico de Guimarães [24 de Outubro de 1996]	217
Sessão Solene Comemorativa do Dia da Restauração da Independência [1 de Dezembro de 1996]	223
Sessão Solene Que Assinalou os 500 Anos do Decreto de Expulsão dos Judeus de Portugal [5 de Dezembro de 1996]	227
Sessão Comemorativa da Declaração do Centro Histórico do Porto como Património Mundial [14 de Dezembro de 1996]	233

Mensagem por Ocasão da Sessão Comemorativa do Bicentenário de Sá da Bandeira [6 de Janeiro de 1997]	237
Cerimónia de Lançamento da «Colecção de Fontes Documentais para a História das Relações entre Portugal e a China» [19 de Fevereiro de 1997]	241
VII DESENVOLVIMENTO E SOLIDARIEDADE	
Sessão de Abertura da Conferência do <i>Semanário Económico</i> [11 de Abril de 1996]	247
Almoço com Pescadores, Sindicalistas e Armadores da Fuzeta [12 de Junho de 1996]	259
Jantar Oferecido a Personalidades do Algarve [12 de Junho de 1996]	263
Sessão de Abertura do «Seminário Europeu sobre o Rendimento Mínimo [27 de Setembro de 1996]	267
2.º Congresso Nacional dos Economistas Agrícolas [17 de Outubro de 1996]	275
Sessão Comemorativa do 20.º Aniversário do Instituto António Sérgio [20 de Novembro de 1996]	281
Sessão de Encerramento do I Congresso de Agricultura do Norte [6 de Dezembro de 1996]	289
Visita à Fábrica da Vista Alegre [4 de Fevereiro de 1997]	297
Visita à Adegua Cooperativa do Redondo [3 de Fevereiro de 1997]	301
Cerimónia de Imposição de Insígnias das Ordens Honoríficas a Empresários, Investigadores e Académicos [6 de Fevereiro de 1997]	309
VIII QUALIDADE DE VIDA E DEFESA DO AMBIENTE	
Sessão de Encerramento da Conferência Internacional «Drogas: Dependência e Interdependência» [25 de Março de 1996]	317
Sessão Comemorativa do 25.º Aniversário da Criação do Parque Nacional da Peneda-Gerês [8 de Maio de 1996]	321
Jantar Oferecido aos Presidentes das Assembleias Municipais e Presidentes das Câmaras Municipais do Distrito de Faro [13 de Junho de 1996]	327
Reunião com as Autoridades Responsáveis pelo Combate ao Narcotráfico [13 de Junho de 1996]	331
Almoço Oferecido pela Câmara Municipal de Alcoutim [15 de Junho de 1996]	335
Sessão de Encerramento da Reunião de Especialistas para a Reabilitação de Ecossistemas Florestais Degradados [28 de Junho de 1996]	339

IX MACAU

Palavras Proferidas à Chegada ao Aeroporto de Macau [18 de Fevereiro de 1997]	343
Sessão Solene de Boas Vindas [18 de Fevereiro de 1997]	345
Sessão Solene na Assembleia Legislativa [19 de Fevereiro de 1997]	349
Sessão Pública com os Tribunais e Organizações Judiciárias de Macau [21 de Fevereiro de 1997]	359

X TIMOR

Declaração Feita no Dia da Atribuição do Prémio Nobel da Paz 96 a Dom Ximenes Belo e ao Dr. Ramos Horta [11 de Outubro de 1996]	367
Jantar em Honra do Prémio Nobel da Paz 96, Dr. Ramos Horta [28 de Outubro de 1996]	371
Prefácio ao Livro <i>Timor Leste — Nobel da Paz</i> [Março de 1997]	373

XI EUROPA

Sessão de Encerramento do «Seminário Internacional Europa-1996» [8 de Maio de 1996]	379
Banquete Oferecido pelos Reis de Espanha [20 de Maio de 1996]	387
Sessão Solene nas Cortes de Espanha [21 de Maio de 1996]	395
Sessão de Abertura do Congresso Internacional «Que Futuro na Europ Pós-96» [4 de Junho de 1996]	405
Sessão Comemorativa do 20.º Aniversário da Adesão de Portugal ao Conselho da Europa [23 de Setembro de 1996]	409
Conferência no Instituto Universitário Europeu de Florença [25 de Setembro de 1996]	423
Sessão de Encerramento do Seminário sobre as Relações Luso-Espanholas [29 de Novembro de 1996]	437
Sessão Plenária do Comité das Regiões da União Europeia [15 de Janeiro de 1997]	443
Sessão Especial do Comité Económico e Social da União Europeia [16 de Janeiro de 1997]	451
Sessão de Encerramento da Conferência «Direitos Cívicos e Sociais e o Tratado da União Europeia» [7 de Fevereiro de 1997]	459
Sessão de Abertura da «Conferência das Mulheres da Confederação Europeia dos Sindicatos» [17 de Fevereiro de 1997]	467

XII	COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA	
	Sessão de Abertura das Comemorações do 10.º Aniversário da Associação das Universidades de Língua Portuguesa [1 de Abril de 1996].....	477
	Banquete Oferecido pelo Presidente da República de Cabo Verde [12 de Maio de 1996].....	479
	Banquete Oferecido em Honra do Presidente da Guiné-Bissau [1 de Julho de 1996].....	483
	Sessão Solene de Abertura da Cimeira Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa [17 de Julho de 1996].....	489
XIII	MUNDO	
	Sessão de Trabalho dos Chefes de Estado e de Governo na VI Cimeira Ibero-Americana [10 de Novembro de 1996].....	497
	Sessão de Encerramento da XIV Conferência Internacional de Lisboa [27 de Novembro de 1996].....	501
	Cerimónia de Apresentação pelo Corpo Diplomático de Votos de Ano Novo [7 de Janeiro de 1997].....	507
	Sessão de Encerramento do Seminário Internacional «O Futuro das Relações entre as Áreas de Integração Regional no Século XXI [19 de Fevereiro de 1997].....	517
XIV	HOMENAGENS	
	A Mário Soares [9 de Março de 1996].....	525
	A Luís Francisco Rebelo [27 de Março de 1996].....	529
	A Humberto Delgado [19 de Maio de 1996].....	533
	A Óscar Lopes [17 de Maio de 1996].....	537
	Ao Metropolitano de Lisboa [24 de Julho de 1996].....	539
	A Azeredo Perdigão [18 de Setembro de 1996].....	541
	A Eça de Queiroz [25 de Novembro de 1996].....	545
	A Tito de Morais [30 de Novembro de 1996].....	549
	A Rómulo de Carvalho [17 de Dezembro de 1996].....	553
	A Olga de Cadaval [17 de Janeiro de 1997].....	557
	CRONOLOGIA.....	561

PREFÁCIO

I

Começo por dizer, como ponto de partida, que não esqueço o conteúdo do livro que publiquei, em Novembro de 1995, em plena campanha eleitoral.

A ideia e o modo de o fazer, com um conjunto de respostas a questionários formulados por várias personalidades, surgiram do António Mega Ferreira, a quem quero reiteradamente agradecer o ensejo que então me foi facultado de, preto no branco, dizer ao que vinha. Surgiu assim Um Olhar sobre Portugal.

Entendi isso como um acto de responsabilidade democrática, pois sou da opinião que os políticos devem ser confrontados com as ideias e propostas que fizeram.

Esta coisa de registar o que se pensa sobre questões nacionais por parte de um candidato a um cargo político unipessoal é um exercício banal de enorme normalidade em situações democráticas com fortes tradições na responsabilização permanente dos principais agentes políticos. Não é essa a tradição entre nós. Por cá, tal exercício corre o risco de ser visto como arrogância e presunção ou, o que é pior, com a maior das indiferenças. Penso, no entanto, que vale sempre a pena fazer o que se deve.

Achei que era indispensável que fosse conhecida (e ficasse registada) a minha leitura sobre o exercício do cargo e das funções de

Presidente da República. Julguei também necessário que, embora de forma sucinta, se ficasse então a saber o que o candidato pensava sobre Portugal, a Cidade, o Ambiente, a Cultura, a Política e as Relações Internacionais. Como salientou o editor, o livro «não é um programa político; é uma visão cultural». De facto desejei que fosse, e cito-o novamente, «um olhar português sobre o que somos, o que nos espera e o que podemos fazer pelo nosso futuro».

O que o cidadão e candidato então escreveu pertencerá, porventura, aos arquivos. Mas, em qualquer caso, interessará anotar que o fez em inteira liberdade e com fundada convicção. Essas características têm-lhe servido como quadro de referência cívica, e, também, como instrumento de aferição, indispensável neste cotejo diário das exigências institucionais com as da prática da função que se exerce em nome de todos e para todos.

Nessa apontada referência sublinhe-se a minha adesão ao sistema de governo constitucionalmente estruturado, sem prejuízo de aperfeiçoamentos institucionais na vertente participativa do regime democrático.

O essencial do sistema de governo funda-se nas ideias de equilíbrio, separação, controlabilidade, governabilidade e estabilidade, como então disse na citada obra (pág. 10). Mas como igualmente afirmava, o Presidente da República deve ser um agente de estabilidade e de segurança institucional e não um elemento adicional de perturbação política. As nossas responsabilidades nacionais, europeias e internacionais são decisivas, exigem rigor e não se compadecem com futilidades, protagonismos artificiais e pequenas guerras de horizonte táctico e imediatista.

O desafio está, para o Presidente, em ser denodadamente esse factor de equilíbrio e segurança do regime mas numa perspectiva dinâmica e agregadora, esperançosa contra a lamúria, dignificadora das instituições, próxima das pessoas e dos seus problemas. O Presi-

dente da República deve, no meu entendimento, ser um infatigável lutador por uma democracia moderna, por um sistema que propicie uma crescente igualdade de oportunidades, e que seja capaz de sacudir a rotina, a passividade intolerável das burocracias instaladas e os interesses «neocorporativos» que impedem as mudanças necessárias. O Presidente da República deve ser, afinal, um atento e empenhado defensor de uma democracia aberta, plural, criativa, capaz de dar esperança aos que a não têm e dela necessitam, contribuindo para fortalecer o sentimento de pertença à comunidade.

O Presidente da República deve, na sua acção diária, ser aquele que mais põe em evidência a importância participativa do sufrágio universal. Cabe-lhe, também, decorrente da sua legitimidade própria, uma particular responsabilidade na concretização da cooperação institucional a todos os níveis. Para que as instituições democráticas funcionem bem, a transparência e a proximidade — de que, neste caso, a descentralização é factor dinamizador — são elementos que se juntam à cooperação.

Nesta linha, o Presidente da República é também um agente decisivo da tranquilidade cívica e comunitária que é, numa democracia moderna, compatível com a inquietude e o inconformismo. O Presidente da República não está em competição com quem quer que seja e responde apenas perante aqueles que o elegeram. Limitado pela Constituição que jurou e pelas leis de que é o supremo garante, o Presidente da República é todos os dias julgado pelos seus compatriotas.

Por isso, ele tem o dever de conhecê-los o melhor possível e de ouvi-los. É com eles, todos, que se viverá esta grande e emergente aventura colectiva que é construir o Portugal do século XXI, fortalecendo a República e a Democracia.

Se me é permitida a confidência, o que tenho dito a mim próprio, nesta incessante e diária exigência, que é o desempenho do cargo de Presidente, é, afinal, muito simples: «Sê como és e sempre foste; vai

fazendo o teu caminho, tentando todos os dias perceber o que de novo se passa à tua volta.» Penso eu que esta atitude é a única que permite ao Presidente ser um factor de unidade, um dinamizador do movimento e da iniciativa, um impulsionador da coesão e da solidariedade.

II

A exemplo e com intenção semelhante de Um olhar sobre Portugal, publico agora o presente livro. Este primeiro volume de Portugueses reúne aquele conjunto de discursos e mensagens produzidos no primeiro ano do meu mandato, que me parece o mais significativo e revelador das minhas ideias e preocupações, e bem assim da forma como entendo o exercício do cargo para que fui eleito.

Portugueses foi o nome que escolhi, por me parecer simbólico e adequado, por diversas razões. Desde logo, porque sou Presidente por vontade livre dos Portugueses — neste cargo, represento-os e represento a República, na ordem interna e externa. Depois, porque é essa a forma que, por tradição, o Presidente usa para se dirigir aos seus concidadãos. Em seguida, porque sou e me quero um Presidente próximo dos Portugueses, ao seu serviço e dando voz aos seus problemas e anseios, com um estilo que remete para os valores da cidadania e da pedagogia democrática. São os Portugueses os destinatários da minha acção e são eles também o juiz dos meus actos. Finalmente, porque entendo que os desafios que temos pela frente só se vencem com todos os portugueses.

Que é ser, hoje, português? É a pergunta que devemos fazer.

Ser português é, em primeiro lugar, ser herdeiro de uma cultura e de uma história, com períodos gloriosos e outros sombrios, como acontece com as histórias de todos os países, mas que nos dá uma

especificidade própria, de modo a que alguns possam falar da nossa vocação. Esta vocação é o fundamento da nossa identidade que tem raízes no nosso passado e nos projecta no futuro.

Ser português, hoje, é pertencer a uma comunidade de dez milhões de seres humanos e estar ligado a todos os outros portugueses dispersos pelo Mundo. É ter um sentimento de pertença a essa comunidade e experimentar uma consciência de partilha de destino e de vontade. É comungar os grandes objectivos e as grandes responsabilidades. É sentir como de cada um o destino de todos. É ser um factor de coesão nacional. É saber que não há portugueses dispensáveis. É ser solidário com os problemas e anseios dos outros portugueses, sobretudo se são excluídos e marginalizados.

Ser português, hoje, é usar uma língua que é falada por duzentos milhões de seres humanos e sete Estados soberanos, de vários continentes, constituindo uma comunidade mais ampla e mais universal.

Ser português, hoje, é ser cidadão europeu e estar empenhado na construção de uma Europa unida, que tenha também a nossa marca e onde a nossa voz se amplie. É participar na definição de um projecto político, cultural e social fundado nos valores da liberdade e da solidariedade.

Ser português, hoje, é ser capaz de actualizar o humanismo universalista que nos caracteriza. É saber que o Mundo é cada dia mais uno e que estamos, mais do que nunca, próximos do que acontece aos outros seres humanos, vivam onde viverem — o que lhes acontece de bom, mas também o que lhes acontece de mau. É ter consciência de que vivemos num tempo de incertezas, dramas e riscos, mas também de avanços prodigiosos no conhecimento, na ciência, na vida.

Ser português, neste tempo, é olhar para o horizonte do próximo século e milénio com confiança nas nossas aptidões. Mas é também sabermos que temos de ser mais exigentes connosco próprios,

mais capazes para enfrentar a mudança e a inovação, mais aptos e mais dinâmicos na criação de oportunidades e iniciativas, mais organizados nos meios e mais determinados nos fins.

Ser português, hoje, é, em resumo, ter o privilégio de pertencer a uma Nação prestigiada, com oito séculos de história e cultura, sem problemas de divisões ou confrontos, de origem étnica, religiosa ou linguística. É assumir a responsabilidade de acrescentar, corrigir — quando é preciso —, enriquecer e ampliar essa herança. Ser português, hoje, é olhar para o futuro com a segurança da nossa identidade forte, com o orgulho de um Povo que vive em liberdade e com a ambição de um País que se quer moderno e solidário.

III

Gostaria agora de fazer mais alguns breves comentários, que julgo úteis. Uma das novidades da minha eleição consistiu na chamada coincidência de «maiorias» — a presidencial e a da Assembleia/Governo.

Esta novidade preencheu durante algum tempo, mesmo antes de acontecer, a atenção dos observadores. Na campanha, a questão, para além da metáfora que sensibilizou uma nova «teoria política» que, pelos vistos, as eleições não confirmaram (vulgo combinação entre ovos e cestos), foi objecto de preocupações dos que ficam muitas vezes pela superfície das coisas. Ao declarar, por exemplo, que continuava com o cartão partidário — toda a gente sabia e sabe quem eu sou, de onde venho, as ideias que perfilho — pretendi ser transparente, e não polémico.

Como sempre disse, a verdade é que a dita maioria presidencial que me elegeu faleceu, de morte natural, no dia 9 de Março de 1996, pelo começo da noite.

Cumpre-me, todavia, acrescentar, que aquela teórica e prática «coincidência» (que abriu a porta para um novo ciclo político e constitucional) nunca embotou, nem perturbará, o normal e aprofundado exercício das competências presidenciais, num quadro de cooperação institucional óbvia (e que o sistema exige) que não prejudica a liberdade de acção de cada órgão de soberania, limitados que estão pelo quadro fornecido pelo Estado de Direito Constitucional e Democrático em que vivemos.

Se menciono tudo isto, é porque julgo útil referir a expectativa, experimentada pelos analistas, face à nova situação.

As previsões oscilavam entre dois cenários radicais. De um lado, os que profetizavam a fragilização do Presidente da República e o seu silêncio, consequência da sua diminuída capacidade de intervenção alegadamente resultante desta coincidência entre maiorias. Do outro, os que anunciavam um «excesso de protagonismo» ou de «intervencionismo presidencial» ou a «propensão para o conflito». Qualquer frase simples, atitude modesta ou silêncio intencional foram analisados à luz destas teorias.

A verdade, porém, é que a função presidencial requer uma atitude diária de equilíbrio e firmeza, de concertação e afirmação, de ponderação e abertura, de referência aos valores e flexibilidade na acção, de adaptação às circunstâncias e de capacidade para assumir riscos e objectivos nacionais permanentes. Os poderes próprios exercem-se, mas não existem sozinhos e nem podem nem devem actuar contra um sentido global de convergência institucional e democrática.

A experiência deste ano — que, naturalmente, constitui novidade para mim e, também, para os Portugueses na sua relação com um novo Presidente da República — aconselha que diga também alguma coisa, a propósito do que vivi e do que fiz.

Antes de mais, o Presidente da República representa pessoalmente a Nação e é o garante dos valores constitucionais, com o desenho formal revelado pela Constituição da República e a densificação e interpretação que correspondam aos valores com que se apresentou ao sufrágio. Isto sem prejuízo da competência exclusiva do Tribunal Constitucional como última e definitiva instância dos juízos de constitucionalidade.

Entre tais valores, assumem especial relevância os direitos fundamentais e o normal funcionamento das instituições democráticas, com respeito pela divisão de poderes.

Árbitro, e não parte, o Presidente da República promove vias de concretização da solidariedade institucional, numa actuação autónoma, isenta e moderadora que, sem se confundir com uma neutralidade incolor, propicia, em democracia pluripartidária, e sempre que possível, os necessários acordos do regime. Para isso, digamos que o Presidente age e reage.

O desempenho presidencial na garantia dos valores constitucionais e na concretização da solidariedade institucional enfatizarão também a exigentíssima ideia do Presidente da República como referencial de ética democrática e de estabilidade política.

A esta luz, é indispensável que, confiados na autoridade política do Presidente da República, os agentes políticos e a opinião pública não tenham dúvidas de que ele não deixará de actuar sempre que tal se revele necessário.

Mas o Presidente da República é, também, um mediador e uma instância de apelo: mediador entre o Povo e o Estado, entre o Povo e as Instituições Políticas, e, no limite, entre as realidades e o Povo; instância de apelo do povo para as instituições — pelas dificuldades e injustiças que o afligem e a que o Presidente da República dá voz.

Na sua função de mediador e de instância de apelo, o Presidente da República defronta-se com a crise da cidadania que atravessa as sociedades contemporâneas, e é por ela questionado. Crise que se tra-

duz tanto no défice de relacionamento deficitário entre os cidadãos — e por eles assim visto — e a Administração (justiça por acção directa, milícias populares, recurso excessivo ao provedor de Justiça e ao Presidente da República em matérias do Executivo e do Judiciário), como no relacionamento deficitário dos cidadãos entre si. Tal situação prolonga-se, de modo inquietante, na crise do modelo de desenvolvimento e na descrença na capacidade de desenvolvimento do País como um todo, que leva a preferir, por exemplo, o subsídio à produção, a fraude fiscal ao escrupulo tributário, numa desconsideração de valores em que os laços de solidariedade cultural e social que constituem a Nação se enfraquecem e são, consciente ou inconscientemente, postos em causa. Que o mesmo é dizer: crise de cidadania e crise de desenvolvimento integram uma realidade mais ampla, a moderna crise de sociedade, para cuja resolução o Presidente da República, como mediador e instância de apelo, terá de contribuir com os demais órgãos de soberania e instituições.

Cabe também ao Presidente da República, em solidariedade activa com os seus concidadãos, dar voz e visibilidade aos problemas e lutar contra o agravamento da desigualdade de oportunidades que se não esgotam, uma e outra, no diálogo e na concertação social ou noutras formas de participação directa dos cidadãos; e, por essa via, evidenciar que a maior governabilidade, se depende da eficiência económica, depende também do aprofundamento da igualdade de oportunidades. Com o que se não se desqualificará, muito antes pelo contrário, a concertação social como forma de legitimação de medidas, de enriquecimento da democracia e de reforço da governabilidade. Antes se contribuirá para prevenir os perigos de neocorporativização do regime.

Convirá, no entanto, ter presente que, ao lado da desigualdade de oportunidades, e como seu subproduto, emerge a exclusão social, tanto mais preocupante quanto, com desusada frequência, aparece sob a forma de exclusão implícita, em resultado da utilização de

certas formas de linguagem e de certos modelos e categorias de pensamento que induzem lógicas de exclusão, de que é exemplo impressionante a problemática das mulheres.

O Presidente da República, mediador e instância de apelo, é também interpelado pelas exigências de mudança que atravessam a sociedade portuguesa, mudança necessária cujo sentido e conteúdo hão-de assentar na capacidade de imaginação do futuro. Cabe ao Presidente da República contribuir para a valorização de instâncias que reduzam significativamente o défice de elaboração sobre o futuro, a benefício da coesão social e nacional e da estabilidade e prestígio das instituições.

É neste quadro que importará considerar as questões relativas à crise dos sectores produtivos, ao desemprego de longa duração, à formação profissional, à reforma do ensino, da saúde e da justiça, para resposta às quais se exige solidariedade — entre instituições, entre gerações, entre regiões e grupos sociais — ou a luta contra o pessimismo, pela valorização das nossas capacidades e aptidões e de apoio ao desenvolvimento económico, científico e cultural.

É que sem resposta solidária às questões do futuro, fica em perigo a coesão nacional e social; e as instituições que estão ordenadas para a coesão nacional e social, e por ela se legitimam, instabilizam-se e desprestigiam-se.

O Presidente da República é também um dos garantes, porventura o mais visível, da qualidade da democracia e decerto o mais responsável nessa função, encoraja e apoia reformas institucionais, alerta para os perigos, promove a reflexão política, em acto de continuada pedagogia cívica e democrática. Tudo para que a representação política integre as legítimas aspirações das pessoas; se reconheça a essencialidade dos partidos políticos como traves mestras na estrutura e funcionamento da democracia representativa; se estimulem outras formas de organização e participação civil; se garanta a proximidade entre eleitores e eleitos; se promova e garanta a confiança nas instituições e a mobilização dos cidadãos.

Trata-se, em resumo, de adensar o sentido comunitário, pela participação de todos na imaginação do futuro. É que sem sentido de comunidade não há nação e sem participação não há comunidade.

Referencial de valores morais e culturais, e não executor de políticas, o Presidente da República proclama e incentiva os direitos sociais — imperativo constitucional e não mera exigência cultural ou ética —, os quais devem ser compatibilizados com o rigor da gestão macroeconómica.

De outro modo, perder-se-ia de vista que os desafios da modernidade integram, sobretudo, a capacidade de conciliar crescimento e desenvolvimento.

É esse o sentido fundamental das jornadas temáticas que tenho realizado, dedicadas a questões que me parecem prioritárias na preparação do nosso futuro, como a competitividade e a inovação.

Liberto das lógicas compulsivas da gestão do imediato, o Presidente da República deverá contribuir para a redução, sempre que exista, do défice de enunciação, no espaço público, dos problemas sociais, alargando o leque de problemas reconhecidos e agendáveis, aí onde, amiúde, porventura, não coincidam problemas reais e agenda política, aspirações populares e ditames orçamentais, energias instituintes e forças instituídas. Mas tem de o fazer numa via não demagógica e não populista, num quadro de cooperação institucional e de unidade e coesão nacionais.

IV

Procurei dar particular atenção substantiva à função de Comandante Supremo das Forças Armadas.

No regime constitucional português que, quanto aos poderes presidenciais, enuncia em muitos casos conceitos de formulação muito

genérica, apenas com tradição formal, a tarefa em causa requer equilíbrio e clara distinção que evite confusão com a esfera de área própria do poder executivo concreto. Mas o campo de actuação, necessário e possível, é tanto mais relevante quanto se aglomeram, como é o caso, novos desafios à instituição militar, que não se compadecem com quaisquer jogos políticos ou com digressões político-corporativas, à margem da questão de fundo que tem a ver com a radical alteração que sofreram os dados estratégicos de partida.

Entendi e entendo que ao Comandante Supremo das Forças Armadas compete enfatizar o carácter nacional da Instituição Militar e fomentar o desenvolvimento de uma mentalidade de defesa nacional conducente à consolidação da ideia de que ela deve ser sentida e partilhada por todos os portugueses, no quadro do regime democrático em que vivemos.

É para mim claro que me compete contribuir para o reforço da coesão, da unidade e do prestígio das Forças Armadas. E que igualmente me cabe acompanhar a evolução dos assuntos relativos à defesa nacional, sua reestruturação e reforma. Isto requer uma atempada informação, sempre obtida de forma normal e transparente, pelos canais próprios.

Penso que, neste contexto, para só falar dos casos mais significativos, o contacto permanente com o Governo, nomeadamente com o Ministro da Defesa (por delegação, para o efeito, do Primeiro-Ministro), o diálogo com as Chefias Militares, quer do Estado-Maior General quer dos Ramos, constituem elementos de consolidação da confiança necessária às tarefas cuja execução é incontornável. A isso me tenho dedicado.

Também faz por isso todo o sentido que o Conselho Superior de Defesa Nacional, criado pela Lei da Defesa Nacional, possa ser cada vez mais uma instância de consulta ou de preparação aprofundada, quando se trata das vertentes mais significativas da organização e

planeamento estratégico da defesa nacional e está em causa a preparação de decisões complexas ou de iniciativas a enviar ao poder legislativo.

Também, neste domínio, é do exercício de uma verdadeira magistratura de pedagogia e de influência que se trata. Vale a pena olhar para toda esta problemática um pouco mais detalhadamente.

Entendo que devo sensibilizar os cidadãos para a importância da Instituição Militar, como elemento estruturante do Estado e realçar a sua importância no que respeita à defesa dos objectivos nacionais permanentes. E isto tem de ser feito parí passu com a enfatização da relevância das Forças Armadas para a consecução dos interesses portugueses, nomeadamente como vector afirmativo da política externa do Estado e elemento contributivo para a afirmação, no melhor sentido, de Portugal no Mundo.

A nossa presença na Bósnia, em Angola e Moçambique bem como as novas áreas de cooperação militar internacional são disso um exemplo decisivo.

Por outro lado, deve o Presidente da República acompanhar as grandes questões do foro profissional e estatutário dos elementos das Forças Armadas, de molde a contribuir para a criação de condições conducentes a um acréscimo de motivação e a uma maior coesão. O processo de consulta e de informação a que aludi tem, assim, plena justificação.

Julguei também necessário que o Presidente da República contribua, com a sua presença, enquanto Comandante Supremo das Forças Armadas, para dar uma maior visibilidade à acção da Instituição Militar, designadamente assistindo, presidindo ou usando da palavra, conforme os casos, em cerimónias militares públicas, visitando unidades, estabelecimentos e órgãos militares ou estando presente em seminários ou colóquios promovidos por institutos e academias, ou ainda assistindo a exercícios militares.

O Presidente da República tem de promover um maior reforço de ligação entre a Instituição Militar e os cidadãos, em especial nestes tempos de incerteza e mudança. É possível fazê-lo através de visitas a unidades, estabelecimentos e órgãos militares.

O Presidente da República tem de acompanhar a evolução dos assuntos relativos à defesa nacional, nomeadamente no que respeita aos reajustamentos do seu edifício legislativo e à implementação do ciclo de planeamento estratégico de defesa nacional, bem como as mudanças estruturais e de funcionamento das Forças Armadas. Não pode ser alheio à definição e concretização de orientações neste domínio, embora não lhe compita fazê-lo.

Trata-se, afinal de contas, de exercer o direito de ser informado e consultado pelo Governo, e de o aconselhar, se for caso disso, sobre a condução da política de defesa nacional e sobre a situação das Forças Armadas e dos seus elementos, através, sobretudo, de uma permanente comunicação e concertação institucional com o Governo, e utilizando, para isso, o órgão próprio que é o Conselho Superior de Defesa Nacional.

Tenho visto expressos, aqui e acolá, com emanação civil, estados de alma ou jogos de influênciam com o objectivo de suscitar «posições» presidenciais em matérias de defesa nacional ou de reorganização das Forças Armadas. A comunicação social faz eco, por vezes, dessas «temperaturas», sempre sem rosto e sem figura. Só que nem isso quadra comigo, nem com a maneira como encaro as minhas funções neste domínio nem, muito menos, com a referência de estabilidade que devo ser constantemente, face ao difícil conjunto de tarefas que temos pela nossa frente nesta área. Reformar, reactualizar, reestruturar, redimensionar, flexibilizar e apetrechar para novos cenários e novas funções, conceptualizar os desígnios estratégicos permanentes e os que os novos tempos prenunciam, são tarefas com as quais vamos ter de viver e de decidir nos próximos anos. Não são fáceis de resolver e vão

constituir opções nacionais difíceis e também incontornáveis em contexto permanente de pouca disponibilidade orçamental. O desafio vai, na verdade, ser triplo: o da eficácia perante os meios disponíveis; o da adequação interna e externa face aos compromissos assumidos e às opções políticas que os justifiquem; e o da unidade e coesão nacionais, de que as Forças Armadas e a política global de Defesa são elementos componentes e deles incidíveis também, mas numa perspectiva moderna, onde não cabe qualquer poder fáctico, incompatível com o Estado democrático que somos.

V

Como dizia, no início deste Prefácio, ser português, hoje, é também saber que o Mundo é cada dia mais uno e que estamos, mais do que nunca, próximos do que acontece aos outros seres humanos. Esta proximidade implica reforço do diálogo entre Culturas, abertura constante aos diferentes modos de sentir e de pensar, consciência das dificuldades crescentes com que se debatem tantos milhões de seres humanos, solidariedade com aqueles que clamam, justamente, pela paz, pelo progresso e pela liberdade que lhes são negados.

As desigualdades do desenvolvimento económico e social — geradoras de insegurança e de instabilidade à escala mundial —, uma crescente concertação e solidariedade internacionais, o primado do Direito Internacional, o respeito dos Direitos humanos e das minorias, o acesso de todos aos benefícios do progresso científico e tecnológico, em suma, a busca permanente das condições que permitam o desenvolvimento, a estabilidade e a paz mundiais, são questões que têm de nos preocupar.

Representando pessoalmente a Nação na esfera internacional, a política externa tem merecido, da minha parte, uma atenção muito particular. Obrigação constitucional e institucional, assumo-a sem

qualquer veleidade de protagonismo estéril, mas o contexto de um trabalho conjunto e profícuo com o Governo, que naturalmente se exerce num quadro constitucionalmente definido.

As relações de Portugal com os outros países, o fortalecimento da posição portuguesa na Europa e no Mundo, a defesa dos nossos interesses na esfera internacional, têm constituído uma das minhas principais preocupações.

Acima da execução concreta das políticas, o Presidente da República tem a obrigação de apontar pistas, de suscitar debates que reforcem o consenso dos portugueses em torno dos grandes objectivos da política externa portuguesa, e de utilizar a sua magistratura em reforço da projecção internacional do Estado, contribuindo para a resolução satisfatória das grandes questões que interessam ao País. Trata-se de um domínio em que a unidade do Estado tem um significado muito particular e que deverá ser permanentemente afirmada.

É isso que tenho feito e que continuarei a fazer.

Muitas das minhas intervenções, quer em Portugal, quer no estrangeiro, têm tido a ver com a política externa, com o nosso papel enquanto sujeito activo e actuante nos grandes debates que se colocam à Europa e ao Mundo.

O aprofundamento do projecto europeu, a nossa participação na União Europeia e na OTAN, a valorização dos laços que nos unem aos países de língua portuguesa, uma atenção especial ao Mediterrâneo vizinho, de cuja estabilidade e progresso depende também a estabilidade e a segurança da própria Europa, o reforço dos laços com a América Latina e com a Ásia, a promoção da língua portuguesa e da nossa cultura, o apoio empenhado ao projecto consubstanciado na CPLP, as comunidades portuguesas no estrangeiro, a trágica situação vivida em Timor, são alguns dos temas que tenho repetidamente abordado.

O espaço de que dispomos, na cena internacional, não é demasiado, face à magnitude dos desafios que se nos colocam. O largo consenso nacional em torno das grandes prioridades e objectivos da política externa reforça, felizmente, a nossa capacidade de actuação. Tal constitui um trunfo que temos de preservar e saber utilizar de uma forma cada vez mais eficaz.

Vejam os pormenores de algumas das principais questões que se nos colocam em termos internacionais.

O aprofundamento do projecto europeu confronta-se com vários debates. A moeda única, o alargamento, a reforma institucional, o desemprego e a exclusão, a criação de condições reforçadas de segurança e de estabilidade a nível continental, a mobilização e a adesão dos cidadãos num contexto económico particularmente difícil, são, porventura, os mais importantes.

Corre-se o risco de não se saber bem o que se discute nem com que propósito. E, de facto, todos estes debates só farão sentido se for reafirmado, de modo claro, um projecto político que seja mobilizador, os objectivos políticos que constituem, afinal, o fundamento e a razão de ser do projecto europeu.

É para mim óbvio que a União Europeia e a OTAN têm de corresponder às expectativas daqueles que, a Leste, anseiam por se inserirem num espaço comum de paz, de democracia, de segurança e de progresso. O alargamento é um imperativo que não podemos escamotear.

A questão que se coloca é saber como conciliar a extensão das fronteiras da Europa com o processo de integração económica e monetária. Ou seja, o alargamento tem de ser acompanhado de uma intensificação das relações entre os Estados membros e não pela diluição do projecto integrador.

O alargamento implicará, necessariamente, a preparação das instituições europeias, por forma a garantir a sua eficácia e credibilidade.

Mas esta reforma necessária não poderá ser feita em detrimento do princípio da igualdade entre os Estados membros, trave mestra do processo de integração europeu.

O alargamento implica também a manutenção, e até o reforço, das políticas estruturais, garantindo um espaço de progresso equilibrado entre os diversos países e regiões da Europa, reforçando a coesão económica e social, congregando a adesão dos cidadãos.

Sem a adesão dos cidadãos o projecto europeu não será realizável. É indispensável mobilizar as opiniões públicas, responder às suas ansiedades, ultrapassar a presente fase de descrença e de desinteresse, se não mesmo de resistência, contra uma Europa que não se compreende e que surge, tantas vezes, como lesiva dos nossos interesses directos, do nosso ganha-pão, da segurança e do bem-estar dos nossos filhos. É seguramente necessário, sem demagogia, mais transparência, uma melhor definição dos objectivos, mais diálogo, mais clareza nos propósitos e nos sacrifícios que tantas vezes lhes estão associados, em suma, tornar compreensível o sentido do futuro da União Europeia.

Um último aspecto sobre a União Europeia que quero referir. Mesmo integrando o conjunto das suas novas democracias, a Europa não poderá fechar-se sobre si mesma e considerar que o alargamento resolve todas as questões de segurança e de estabilidade que se lhe colocam. O alargamento a Leste deverá encontrar, num reforço consequente das relações entre a União e os países da margem sul do Mediterrâneo, tal como enunciado nos princípios aprovados em Barcelona, a dimensão indispensável à criação de uma vasta zona de paz, de progresso e de estabilidade.

Parece-me urgente corresponder às expectativas criadas em todos os domínios — político, económico, social, cultural —, concretizar modelos de cooperação mais estreitos, de integração económica progressiva e equilibrada, de assistência técnica e financeira eficaz, que permitam fazer face à dupla pressão do crescimento demográfico e

das presentes limitações do mercado de trabalho, tanto mais que a penúria de empregos penaliza sobretudo camadas significativas de jovens que têm vindo a beneficiar de um mais vasto acesso ao ensino médio e superior, que levaram a cabo os seus estudos com enormes dificuldades de toda a ordem, e que dificilmente compreendem e aceitam uma situação que os marginaliza.

Bem se entende que, numa tal situação, a Europa — tão próxima e comparativamente tão rica — surja como o destino apetecido, ou que esses jovens se deixem seduzir pelo fanatismo religioso.

Estou sinceramente convencido que será pela conjugação do desenvolvimento económico e social com a consolidação de estruturas e práticas democráticas que os nossos parceiros mediterrânicos encontrarão as vias mais seguras para fazer face ao fundamentalismo e para garantir a sua estabilidade. E, para tal, a Europa tem de assumir mais claramente as suas responsabilidades.

A África estamos ligados por uma convivência multissecular, tantas vezes por uma História partilhada, por uma língua comum, por um conhecimento mútuo particularmente estreito. Em vários países africanos Portugal tem projectos de cooperação económica e neles vivem comunidades portuguesas significativas. Temos dado, relativamente a alguns deles, um contributo importante e empenhado para o desenvolvimento dos seus processos de paz e de reconciliação nacional, assim como para a consolidação dos regimes democráticos nesses países.

Trata-se de um conjunto de elementos que impõem responsabilidades específicas e uma solidariedade particular, que corresponde, aliás, à nossa maneira própria de estar no Mundo. Neste sentido, Portugal tem procurado desenvolver uma cooperação multifacetada com os países africanos de língua portuguesa, que vá ao encontro das suas necessidades e desenvolvimento, assim como o reforço de um quadro mais sistemático de cooperação entre a Europa e a África.

Estou convencido da importância estratégica de que este relacionamento se reveste para todos os países de língua portuguesa, como evidencia, aliás, a institucionalização da CPLP.

A tragédia dos Grandes Lagos e os acontecimentos no ex-Zaire devem-nos levar, no entanto, a reflectir sobre as transformações profundas que ocorrem em África, muitas delas com sinais contraditórios, e alertar-nos para os perigos de fragmentação, para os riscos das tentações hegemónicas, para a persistência de modelos de comportamento — dentro e fora de África — susceptíveis de gerarem novos conflitos com novos e terríveis cortejos de vítimas inocentes.

Também aqui tem a Europa responsabilidades particulares; responsabilidades na prevenção e resolução pacífica de diferendos, no reforço de uma cooperação destinada a promover um desenvolvimento económico efectivo dos países africanos, no apoio à consolidação de regimes democráticos, na franca rejeição de políticas que visam a desestabilização interna ou regional.

Desejo ainda salientar a importância que assume, para Portugal, a consolidação do nosso relacionamento com a China, um relacionamento assente na confiança recíproca, na conjugação de interesses comuns, na compreensão mútua. Uma perspectiva estratégica das relações com a China interessa-nos, não apenas por se tratar de um país chamado a exercer um papel essencial na estabilidade do continente asiático e por constituir já uma grande potência económica, mas também porque a consolidação de um espírito de entendimento entre os nossos dois países contribuirá, não duvido, para uma transição estável e serena de Macau, em 1999, tal como a desejamos.

Fiquei particularmente sensibilizado pelo facto de as Autoridades Chinesas me terem recebido no contexto do profundo luto nacional ocasionado pelo falecimento de Deng Xiao Ping, ocorrido quando me encontrava em Macau. Atribuo o facto de a visita oficial ter sido mantida ao desejo, por parte da China, de sublinhar o excelente

estado das nossas relações bilaterais e ao nosso recíproco desejo de as reforçarmos em todas as áreas de interesse comum. O que me foi dado ver e ouvir apenas reforçou esta minha percepção de que existe um largo espaço de cooperação mutuamente vantajosa entre a China e Portugal.

O Presidente da República tem uma responsabilidade directa e uma competência específica, constitucionalmente atribuída, no que respeita a Macau. O processo de transição tem decorrido no quadro previsto pela Declaração Conjunta luso-chinesa e num espírito de entendimento e de compreensão mútuos. Diria que existem três questões principais que importa a Portugal assegurar aquando da criação da Região Administrativa Especial de Macau: a preservação da identidade própria do território, tal como estipulado na Declaração Conjunta, a regulamentação dos direitos, liberdades e garantias, a resolução de alguns aspectos ainda pendentes, sem dúvida complexos em matéria de nacionalidade. Estou confiante que, num quadro global, de reforço das relações bilaterais entre a China e Portugal, todas estas questões encontrarão uma solução satisfatória.

Muitos outros temas internacionais interessam directamente a Portugal. Desejo, para concluir, referir apenas um: Timor.

Timor não é um conceito abstracto nem uma causa intelectual. Timor são centenas de milhares de pessoas que sofrem diariamente uma violência duplamente opressora. Timor é a dignidade ímpar e a coragem sóbria de Monsenhor Ximenes Belo, pastor de tantas almas oprimidas, que regressa a casa com o maior galardão internacional — que o distinguiu a ele e a Ramos Horta, irmãos na mesma luta — para enfrentar, serenamente, a imprevisibilidade da prepotência. Timor é um povo violentado, que resiste há mais de vinte anos, que tem feito ouvir a sua voz corajosa mau grado a repressão sistemática que sobre ela se abate. É o seu direito inalienável à liberdade e à autodeterminação que nos move e que nos impõe que não cedamos.

A minha posição sobre a situação e sobre as condições que reputo indispensáveis para a procura de uma solução política justa e internacionalmente reconhecida para Timor-Leste está sobejamente ilustrada em várias das minhas intervenções incluídas nesta recolha. Não é necessário repeti-la.

Como Presidente da República tenho uma responsabilidade directa nos esforços desenvolvidos por Portugal para que o povo de Timor-Leste possa exercer, livre e democraticamente, o seu direito à autodeterminação, através de uma consulta sob supervisão internacional. Assumo esta responsabilidade sem hesitações.

VI

As funções que, por escolha livre dos meus concidadãos, desempenho têm uma grande carga simbólica e um papel exigente de representação do Estado. O Presidente tem de dizer a palavra certa na hora e compete-lhe estar presente, com o seu testemunho de apoio e estímulo, em todos os acontecimentos e realizações — e tantos são, felizmente — que o mereçam.

O Presidente tem o dever de acompanhar a vida nacional — não apenas nas suas manifestações mais tradicionais, notórias ou espectaculares, mas também naquilo que se faz e que, não raro, passa despercebido. Muitas vezes é aí que se prepara o futuro.

Devo confessar que este primeiro ano do meu mandato representou, para mim, um tempo de enorme valorização pessoal e realização humana — pelo que aprendi, pelas pessoas que contactei e conheci, pelo que ouvi, pelas reflexões que fui levado a fazer, pelas realidades novas que encontrei. Tudo isso supõe um trabalho incessante e muito absorvente.

Esta actividade é planeada e cumprida com o apoio de uma equipa de colaboradores. Quero deixar aqui expresso os meus agra-

decimentos a todos os que, na Presidência da República, me dão o seu apoio. Fazem-no com espírito de missão — o único possível para desempenhar funções que tanto exigem.

Toda a dedicação é pedida quando o trabalho que se realiza tem Portugal e os Portugueses — todos os portugueses — como destinatários. Entre todos, permito-me todavia referir especialmente os jovens com os quais mantenho um contacto permanente, que começa, naturalmente, em casa, com os meus Filhos.

Espero que eles nos absolvam — à Mãe e a mim — de algumas ausências nossas por motivo das muitas obrigações que tenho e nas quais recebo da minha Mulher um precioso apoio.

Eram estas, sumariamente, algumas das reflexões que julguei apropriado fazer na introdução deste I Volume. Elas fazem parte do diálogo que venho mantendo com os Portugueses e que é, para mim, um objectivo constante. A democracia enriquece-se com a aproximação entre os eleitos e os eleitores. Foi sempre essa uma preocupação permanente da minha acção política. Só vejo razão, neste cargo que tanto me responsabiliza, para a manter e até acrescentar.

Junho 1997

CAPÍTULO I | PORTUGAL

«Quero reafirmar, com emoção, o orgulho que sinto em ser português e o meu amor a Portugal que quero servir, com todas as minhas capacidades, honrando o mandato que recebi dos Portugueses.»

«É ao reforço da nossa identidade que vamos buscar a energia e a confiança para partirmos desassombradamente para a aventura do futuro.»

SESSÃO SOLENE DE POSSE
DE PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Assembleia da República
9 de Março de 1996

*A*o fim de vinte anos de democracia e após uma década de integração europeia Portugal encerrou um ciclo da sua história contemporânea. O regime democrático está consolidado. A adesão à Comunidade Europeia provou ser a aposta certa, permitindo ao país condições de desenvolvimento e transformação estrutural de outro modo impossíveis.

Hoje, às novas gerações que atingem a maioria, essas duas grandes condições para a modernização de Portugal parecem óbvias, quase naturais. E ainda bem que assim é. Todavia, para que a Liberdade e a Democracia estivessem garantidas foi necessário o combate de várias gerações que pela sua determinação e coragem garantiram o exemplo do caminho a seguir.

O 25 de Abril, que quero evocar neste momento com emoção, representa o fim de um longo percurso onde muitos pagaram com a liberdade e a vida a sua dedicação à causa da democracia. Ser eleito Presidente da República representa uma responsabilidade e uma honra incomparáveis na vida de um político. Mas as circunstâncias ditaram que eu pudesse ter o prazer acrescido de receber a passagem do testemunho de funções dessa figura ímpar da democracia portuguesa que é o Presidente cessante Mário Soares.

O Dr. Mário Soares é, nacional e internacionalmente, um símbolo do combate constante pela Liberdade e pela Democracia. Um combate que não conheceu hesitações nem concessões.

O ciclo político que coincidentemente se encerra com o fim do seu mandato presidencial, ficará sempre ligado ao seu nome. Ninguém, nas últimas décadas, marcou, persistentemente, de forma tão profunda, a vida política portuguesa.

Hoje, como Presidente da República, quero-lhe testemunhar, Sr. Dr. Mário Soares, o profundo reconhecimento do País por uma vida inteira dedicada à procura do melhor para Portugal e para os Portugueses.

Ao Presidente da República é difícil sintetizar a vida de Vossa Excelência numa palavra, tão diversificados foram os campos onde deixou a sua marca. Todavia, há uma que se impõe a todos os outros qualificativos. Vossa Excelência é um homem de Liberdade. Fiz questão que o primeiro gesto do meu mandato fosse, noutra cerimónia que hoje ocorrerá, a condecoração de Vossa Excelência com o Grande Colar da Ordem da Liberdade.

Senhor Presidente da Assembleia da República, agradeço-lhe, sentidamente, as palavras de apreço que me quis dirigir na sua eloquente intervenção. Esta é a sede da representação da vontade soberana do povo português. Conheço bem esta casa, onde vivi intensos anos de actividade parlamentar. Creia, Senhor Presidente, que a Assembleia da República pode contar sempre com a cooperação institucional do Presidente da República.

Quero exprimir a honra que sinto pela presença neste acto solene de posse, de Chefes de Estado, de Primeiros-Ministros e de altos representantes de países amigos. Quero a todos saudar calorosamente e agradecer a sua tão ilustre presença nesta cerimónia.

Os próximos anos são decisivos para o futuro de Portugal. O País tem perante si o desafio de garantir um importante esforço de modernização sem gerar fracturas políticas e sociais que minem a coesão nacional.

A estratégia nacional só pode passar pela firmeza na participação de Portugal na União Europeia, pela concretização de um esforço sustentado de modernização dos sectores produtivos e por uma atenção constante às políticas sociais.

Olho com confiança para o futuro de Portugal. Somos um país quase milenário. Temos uma cultura que tem sido capaz de manter a sua diversidade e riqueza século após século. Uma língua que os Portugueses espalharam «pelas sete partidas do mundo» e que é hoje falada por mais de duzentos milhões de pessoas. Foi a coragem e a determinação de vencer do nosso povo que fez a riqueza da nossa história, cultura e língua. É ela que me fará sempre ter confiança no futuro.

Fui adquirindo e amadurecendo um conhecimento profundo dos Portugueses. Esse é sem dúvida o património que mais valorizo de um percurso político que iniciei há mais de trinta e cinco anos. Sei que o povo português será sempre capaz de encontrar as energias e os meios necessários a garantir o futuro de Portugal. Mas sei, também, que o novo ciclo político corresponde a uma maior exigência dos Portugueses no seu relacionamento com o sistema político, sobretudo à necessidade de uma maior transparência e uma renovada capacidade de dar respostas concretas às expectativas e ansiedades do quotidiano das pessoas.

Os Portugueses conhecem a minha concepção sobre a função presidencial. Construí-a tendo presente uma preocupação a que darei a maior atenção. Num mundo e num tempo cada vez mais submetidos à massificação, a violentas tensões desagregadoras e à perda da memória colectiva, é necessário o reforço dos valores da identidade. É necessário exercer uma magistratura que defenda, garanta e reforce a coesão nacional.

Sinto que se desenvolveram em Portugal factores que afectam hoje essa coesão. Há sinais inequívocos de aumento das desi-

gualdades sociais. Acumularam-se e atingiram níveis preocupantes, as profundas assimetrias regionais do desenvolvimento nacional, bem como os fenómenos de exclusão e de marginalização de minorias. A quebra de solidariedade entre gerações aumentou. O papel da família, e mesmo a sua articulação com o sistema educativo, carecem de profunda reflexão.

Expressão desta quebra de coesão nacional são os crescentes indicadores de insegurança, o aumento dos factores de conflitualidade, o acumular de tensões inter-regionais, a intolerância e a intransigência que vejo desenvolverem-se com preocupação.

O reforço da coesão nacional exige reformas profundas, quer para realizar as políticas de descentralização, quer para adaptar as políticas educativas e sociais. Seja para restaurar a confiança dos cidadãos no sistema político, seja para garantir a eficácia do papel do Estado.

O reforço da coesão nacional exige dar resposta ao fortalecimento das instituições municipais e locais, assim como às formas organizadas de representação da sociedade. Na procura dessa solução a Unidade do Estado não pode nunca ser posta em causa.

Mas, o reforço da coesão nacional passa também por encontrar uma solução consensualmente aceite e institucionalmente estável para o problema da fórmula de descentralização política e administrativa do Continente. Este é um problema pendente de resolução há demasiado tempo.

Desejo saudar os órgãos próprios das Regiões Autónomas e garantir-lhes uma cooperação sempre empenhada. As autonomias regionais foram decisivas para a transformação da vida das populações dos arquipélagos dos Açores e da Madeira. O modelo autonómico regional provou a sua validade e todo o nosso esforço tem de ser no sentido de o aperfeiçoar e consolidar.

Mas a coesão nacional depende ainda do modo como se respeitarem os direitos sociais adquiridos, garantindo a segurança mínima das famílias e as suas expectativas de reforma, sobretudo dos mais carenciados, sozinhos e ameaçados por uma modernização feita, tantas vezes, passando por cima dos valores da solidariedade.

Como Presidente da República tudo farei para estimular os consensos na sociedade portuguesa. Só eles podem abrir caminho a uma nova concertação estratégica, capaz de responder às exigências da coesão nacional, num período de mudança acelerada e também de acelerada mobilização nacional.

O Mandato que recebi dos Portugueses tem um sentido claro. O Presidente da República deve ser um garante da estabilidade política e institucional e exercer uma magistratura por forma a assegurar os equilíbrios institucionais. Entendo, naturalmente, ser meu dever respeitar e fazer respeitar a vontade democraticamente expressa dos Portugueses, tal como respeitarei rigorosamente as esferas de competência próprias dos outros órgãos de soberania. Empenhar-me-ei na criação das condições necessárias para que o Parlamento e o Governo possam exercer as suas funções e cumprir os seus mandatos. A lealdade e a cooperação institucional, ao contribuírem para a estabilidade política, serão decisivas também para que os Portugueses se revejam nas instituições da República.

O Governo presidido pelo Senhor Engenheiro António Guterres, saído de eleições onde recolheu um inequívoco sufrágio do povo português, conta, naturalmente, desde hoje, com a minha cooperação institucional.

Exercerei os meus poderes constitucionais com imparcialidade. Cumpre-me trabalhar com todas as maiorias e com todos os governos legítimos.

O princípio da cooperação institucional não pode ser sinónimo de unanimidade. O normal funcionamento das instituições políticas exige que todos: Presidente, Assembleia e Governo, exerçam os seus poderes com exigência e respeitem a manifestação das competências recíprocas.

Serei constante na expressão da minha cooperação institucional com o Governo. Tal como serei firme no exercício dos deveres que me estão constitucionalmente conferidos.

Manterei com a Assembleia da República, centro por excelência da vida democrática nacional, uma relação de respeito e de solidariedade e manterei com todos os partidos um diálogo constante. As oposições sabem que têm em mim um observador atento e sensível à defesa dos seus importantes direitos constitucionais, como forma de manutenção de condições para a livre escolha das alternativas democráticas.

Quero aqui saudar as Forças Armadas portuguesas, garantia da defesa e da segurança nacional e cuja lealdade institucional foi decisiva para consolidar o regime democrático saído do 25 de Abril. Ao assumir, por inerência, as funções de Comandante Supremo das Forças Armadas, quero reiterar o meu empenhamento total no sucesso da missão de paz na Bósnia-Herzegovina, da qual depende, em parte, a estabilidade da Europa neste final de milénio. O essencial do destino de Portugal joga-se na Europa. Esse é hoje um dado incontornável da inserção internacional do País. Ele não se compadece com políticas expectantes e defensivas, antes aconselha políticas firmes e coerentes alicerçadas numa determinação clara dos nossos interesses nacionais.

Tanto as dificuldades dos últimos anos, como as exigências da nova fase da construção europeia, exigem o reforço dos consensos internos adequados a suportar as exigências permanentes da estratégia portuguesa para a Europa.

Essa estratégia não pode mais assentar no secretismo e no facto consumado, factores que minaram os consensos anteriormente existentes. Hoje, ela terá de depender sempre de uma política transparente quanto às opções a tomar, e suas exigências. Hoje, ela terá de assentar numa participação alargada das forças políticas e sociais e na consulta aos cidadãos. Só assim os Portugueses compreenderão que a União Europeia é uma comunidade de Estados soberanos, onde, portanto, não se pode querer apenas colher benefícios, sem nunca ter de partilhar responsabilidades. Os desafios que a União Europeia tem perante si na viragem do século — a intensificação da integração económica, num quadro de coesão interna, a expansão de fronteiras, com o alargamento às novas democracias europeias — são desafios para Portugal. A resposta a esses desafios não está na hesitação, mas sim na identificação de objectivos prioritários no estabelecimento de consensos nacionais e numa política externa portuguesa firme e determinada. Uma Europa unida e forte será uma Europa aberta para o exterior e preparada para garantir um quadro de estabilidade regional. Essa condição é relevante para a continuidade da comunidade transatlântica, designadamente da aliança entre os Estados Unidos e a Europa. A Organização do Tratado do Atlântico Norte continua a ser a trave mestra da nossa segurança, embora as circunstâncias actuais exijam o desenvolvimento efectivo do pilar europeu, como uma real capacidade dos aliados europeus para assumirem responsabilidades acrescidas na defesa colectiva. As relações com os Estados de Língua oficial Portuguesa ocupam naturalmente um lugar efectivo na nossa política externa. Essas relações representam um traço de união com a nossa própria história, uma longa história partilhada com os povos de Angola, do Brasil, de Cabo Verde, da Guiné, de Moçambique, de São Tomé e Príncipe e, naturalmente, com o povo de Timor-Leste.

A língua, a rica diversidade de culturas expressas na mesma língua, a história e uma solidariedade efectiva entre os povos dos sete Estados e do território de Timor tornam necessária a concretização de uma Comunidade de Estados e Povos de Língua Oficial Portuguesa, projecto a que dedicarei a maior atenção.

Infelizmente, Timor-Leste ainda não poderá participar nesse projecto como povo livre e autodeterminado.

Portugal tem uma responsabilidade histórica inalienável em relação a Timor-Leste e à comunidade timorense. Como potência administrante do território, Portugal tem um dever político claro, perante a comunidade internacional: garantir a conclusão do processo de descolonização, com a realização de uma consulta livre, democrática e fiscalizada pelas Nações Unidas, através da qual os timorenses possam exercer, com dignidade, o seu direito à autodeterminação.

Para o cumprimento desse objectivo, os órgãos de soberania com responsabilidade nesta importante questão devem sempre procurar as formas e os meios que melhor se coadunem à evolução das circunstâncias internacionais.

Portugal deverá continuar a lutar pela causa de Timor-Leste, em todos os *fora* internacionais, bem como a apoiar os esforços do Secretário-Geral da ONU, no cumprimento do seu mandato, na procura de uma resolução justa e internacionalmente aceite da questão de Timor-Leste, com a participação de todas as partes interessadas.

O empenhamento nacional nesta matéria é, aliás, feito em coerência com um valor essencial de referência na actuação externa do Estado português: a defesa da liberdade dos povos, a defesa dos direitos humanos.

O Presidente da República tem especiais responsabilidades em relação a Macau. Pela minha parte entendo ser necessário uma

estrita consonância com o Governo, tanto para a administração do território, como no quadro das relações com a República Popular da China.

A política portuguesa tem um sentido claro: garantir a estabilidade e a prosperidade do território de Macau, bem como a defesa dos direitos e interesses dos seus habitantes, não esquecendo nunca que Portugal tem uma responsabilidade inalienável na defesa dos direitos de todos os cidadãos portugueses de Macau. A moderna evolução das sociedades e dos sistemas políticos implica uma nova concepção das relações entre o cidadão e o poder político. Uma relação baseada na informação e na proximidade da decisão política, o que implica novas formas de participação democrática dos cidadãos, ampliando os seus direitos.

Sem incorporação no sistema político dessas novas exigências não será possível adaptar a democracia representativa à complexidade das relações sociais e de poder no final deste milénio. A tendência das sociedades modernas vai no sentido do desenvolvimento de uma cultura de intervenção cívica e de uma saudável intransigência dos cidadãos na defesa dos seus direitos legítimos perante o Estado.

A pressão sobre o sistema político português é já grande, sobretudo porque uma persistente política centralista adiou o desenvolvimento natural de reformas institucionais de desconcentração e de descentralização do poder.

Garantir a estabilidade da democracia significa um empenho constante na defesa do prestígio das instituições representativas e da participação política dos cidadãos.

Tenho, e assumo, a obrigação de estimular uma cultura de exigência democrática. Mas entendo imprescindível assegurar o respeito pelo Estado de direito e a defesa do prestígio das instituições que o definem e aplicam, como forma de assegurar a

confiança dos cidadãos nas instituições da República. O respeito pelo Estado de direito é uma base fundamental do regime democrático. Sobre ela não pode haver transigências.

Procurarei ser um presidente próximo das pessoas. Farei dessa minha intenção o timbre do meu mandato. Ouvirei atentamente os Portugueses. Ouvirei todos. Mas estarei, naturalmente, atento aos excluídos do sistema ou das políticas, remetidos, tantas vezes, a um estatuto de dispensáveis. Não há portugueses dispensáveis. Essa é uma ideia intolerável.

Dedicarei aos problemas das famílias portuguesas uma particular atenção. Estou consciente das múltiplas questões que afectam as famílias portuguesas, e não posso deixar de manifestar a minha preocupação sobre todas as formas de violência familiar — de que as mulheres e as crianças são as principais vítimas.

No quadro das minhas competências, apoiarei todos os esforços que contribuam para encontrar formas que permitam aos pais investirem cada vez mais na educação dos seus filhos e para que se concilie a vida profissional dos pais e mães com a vida familiar, pois tenho bem presente a crescente importância da afectividade na construção da vida de cada um de nós.

A solidariedade deve ser um valor fundamental na sociedade portuguesa. Deve estar presente na formulação das políticas de modernização, de emprego e de reforma da segurança social. Essa é a única forma de modernizar o País mantendo a coesão nacional e o sentido de partilha de um futuro colectivo.

A mais preocupante expressão da quebra do sentimento de solidariedade é o desenvolvimento, nos últimos anos, de fenómenos crescentes de intolerância política, social e até religiosa.

Portugal, que é um país coeso, sem questões étnicas, regionais, linguísticas ou religiosas, tem de saber preservar este bem único, sem o qual, como temos visto em tantos países, tudo seria posto

em causa: a paz cívica, o progresso, a solidariedade, o prestígio e a afirmação no Mundo. Os Portugueses têm consciência disto mesmo.

Um patriotismo forte, claramente assente em valores democráticos, culturalmente esclarecido e civicamente assumido, é a melhor defesa contra os nacionalismos agressivos, a xenofobia, o racismo e é também a mais eficaz resposta à insegurança, ao medo do futuro.

Quero, hoje, aqui, reafirmar, perante vós, com emoção, o orgulho que sinto em ser português e o meu amor a Portugal, que quero servir, com todas as minhas capacidades, honrando o mandato que recebi dos Portugueses.

A nossa cultura, tão rica e tão variada, nas suas formas populares e eruditas, tão forte nos seus traços caracterizadores, é o testemunho de um grande Povo — aberto aos outros, ao universal, ao novo, ao desconhecido — e de um País que, há cinco séculos, uniu a espécie humana e mundializou a comunicação, sabendo, embora pequeno, transportar-se até aos confins dos mares e da Terra, onde deixou as suas marcas, as maiores das quais são a língua e uma memória que ainda hoje perdura e de que recebemos, constantemente, sinais de reconhecimento.

Procurarei ser um elo de união entre Portugal e as comunidades portuguesas, vinculado à valorização da sua identidade e das suas raízes portuguesas, multiplicando os contactos directos. É responsabilidade do Presidente da República manter vivos os sentimentos de solidariedade nacional para com essas comunidades portuguesas.

Neste dia, quero incitar os Portugueses — sobretudo os jovens — a estudarem e a conhecerem melhor a nossa história, a nossa cultura, o nosso património natural e construído, a nossa geografia, as raízes e os fundamentos da nossa identidade.

Temos de assegurar às novas gerações uma formação exigente, capaz de os habilitar para os desafios de um mercado aberto. Mas temos também de lhes garantir perspectivas de futuro, oportunidades, a capacidade de olhar com esperança para o início da sua vida profissional e familiar. Sem isso, dificilmente poderemos resolver muitos dos problemas que hoje afectam os jovens portugueses.

É ao reforço da nossa identidade que vamos buscar a energia e a confiança para partirmos desassombradamente para a aventura do futuro, sem medo, com arrojo, na convicção firme de que fomos grandes sempre que deixámos as questões mesquinhas e pequenas que nos dividem e diminuem. Conseguimos realizar grandes obras e afirmarmo-nos como Povo e como Nação, sempre que nos soubemos unir e concentrar no essencial, abrindo-nos à modernidade, aos valores da liberdade e do universalismo, praticando uma cultura de tolerância e curiosidade pelo diferente, um modo que nos é tão próprio, de afectividade e de aproximação humana.

Esta é uma lição para o nosso tempo, que mais do que nunca precisa de assumir esses valores. Este é, por isso mesmo, o contributo original que podemos dar à construção de uma Europa de solidariedade e de cidadania, à edificação de um Mundo de paz e de liberdade.

Quando me candidatei às altas funções de que acabo de ser empossado afirmei de forma inequívoca: não há maiorias presidenciais. Serei o Presidente de todos os Portugueses. De todos, sem excepção.

Viva Portugal!

SESSÃO SOLENE COMEMORATIVA
DO XXII ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL
Assembleia da República
25 de Abril de 1996

Quero saudar os militares que prepararam e participaram no Movimento das Forças Armadas do dia 25 de Abril de 1974. Eles gravaram uma página da História de Portugal.

Ao garantirem a liberdade e a democracia, puseram fim a um regime ditatorial, caracterizado pela opressão das polícias políticas, pela ausência de um Estado de direito democrático, pela violação persistente de direitos fundamentais e pela recusa do direito à autodeterminação dos povos.

Hoje, é já muito grande o número daqueles que, felizmente, não viveram sob a ditadura. É a esses, sobretudo, que importa lembrar o exemplo desses homens que, mal equipados e em número reduzido, tiveram a coragem de arriscar tudo em nome da Liberdade.

Mas, devo lembrar aqui, também, todos aqueles que sofreram e lutaram durante décadas para que um dia como o do 25 de Abril fosse possível. Mulheres e homens de várias gerações, de diversas ideologias e de todos os grupos sociais, mantiveram, desde 1926, uma tradição de luta e resistência. A ditadura militar, primeiro, e o Estado Novo, depois, em nenhum momento se puderam vangloriar de ter eliminado a resistência, de ter morto a esperança. A Liberdade e a Democracia Representativa são hoje valores fundadores do nosso regime político. Todos nos reconhecemos nesses valores, como o prova o amplo consenso sobre a natureza do regime alcançado, há precisamente vinte anos e mantido até hoje,

felizmente, em todas as revisões constitucionais. Esse foi um factor decisivo, na implantação da democracia, para a estabilidade política e para a consolidação do sistema partidário.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

O 25 de Abril permitiu o pleno desenvolvimento da cidadania. Deu a todos os portugueses a liberdade de poder interpretar, sem imposição de dogmas, a evolução da sociedade. A liberdade de escolha democrática devemos-la ao 25 de Abril.

No fundo, o que se comemora no 25 de Abril é a liberdade para optar, para poder debater e decidir sobre o nosso destino colectivo. É a liberdade de escolher. Nada pode separar mais a democracia da ditadura do que a liberdade de poder escolher o caminho para onde queremos conduzir os nossos destinos individuais e o destino colectivo de Portugal.

E se esse dia foi um acto de revolta contra um regime iníquo, que a nossa comemoração possa ser, hoje, um acto de reflexão sobre o conformismo que tantas vezes se abate sobre as sociedades contemporâneas.

Hoje, mais do que nunca, torna-se imprescindível compreender o mundo em que vivemos, bem como as escolhas que se configuram. Somos continuamente confrontados com a máxima «é preciso adaptarmo-nos», como se não houvesse escolhas, nem alternativas: como se só houvesse uma solução possível.

O 25 de Abril abriu novos horizontes ao futuro de Portugal. Permitiu olhar para a frente com confiança. É importante reafirmar que o destino de Portugal depende de nós. De todos os portugueses. Mas para decidirmos o que nos interessa, precisamos de iluminar bem o contexto da nossa decisão.

Tradicionalmente, o recurso à experiência histórica bastava para nos garantir um adequado enquadramento das grandes questões e opções.

Mas no mundo de hoje, a unificação geográfica e as revoluções científicas e industriais levam-nos cada vez mais a olhar para o futuro como uma construção, como uma corporização das percepções e decisões do presente, e cada vez menos como uma fatalidade. Por isso, sem um esforço prospectivo de reflexão sobre o futuro, olhando para além da conjuntura, não seremos capazes de interpretar o presente, não teremos meios, sequer, para avaliar a esperança, no dizer do grande António Vieira.

É preciso medir o futuro. Mas, o futuro decorre apenas em parte dos indicadores de natureza económica: a outra parte, porventura a mais decisiva, resulta das visões e das aspirações dos principais agentes e actores da sociedade em que vivemos.

São eles que nas circunstâncias das sociedades contemporâneas constroem o sentido da nossa identidade.

É que para além da cultura e do património, a identidade depende hoje da capacidade colectiva de construir um desígnio, de uma ideia de futuro.

No mundo contemporâneo não há identidade sem projecto. É este o desafio que nos está lançado. A nossa identidade já não se pode definir e celebrar apenas pela história, tem de se alicerçar no consenso sobre o futuro de Portugal. Por isso, a construção da nossa identidade depende da qualidade da informação e da qualificação da cidadania.

A necessidade de um enorme esforço colectivo de aprendizagem é a característica técnica do nosso tempo. O nível de coesão de uma sociedade depende hoje de uma elevada actividade de comunicação interna. É esta a complexidade das sociedades modernas. E, por isso, é este o desafio que está colocado à coesão nacional. A coesão nacional é tanto menor quanto menor for a mobilidade social, quanto menor for o nível de articulação do planeamento e da subsidiariedade entre os diversos patamares da Administração.

Mas, a capacidade de reforçarmos a nossa identidade pela construção de um desígnio nacional, em que consensualmente os Portugueses se revejam, precisa que o conhecimento de Portugal e a capacidade de representar e interpretar a realidade não se encontre limitada. A investigação científica, a educação, a formação e a qualificação dos Portugueses são, por isso, uma prioridade. Só a aposta na qualificação das pessoas pode garantir que os cidadãos dispõem da informação necessária a escolhas cada vez mais complexas. Só assim reconquistaremos permanentemente a liberdade. Minhas Senhoras e meus Senhores,

O 25 de Abril garantiu, por outro lado, uma nova inserção internacional de Portugal. A adesão às Comunidades Europeias foi o corolário natural do fim de um período de autarcia, baseado na construção ideológica de um Império Colonial pluricontinental. A implantação do regime democrático permitiu a Portugal ser membro de pleno direito da União Europeia, condição sem a qual teria sido impensável garantir a modernização do País, tão grande era o atraso herdado do anterior regime.

A União Europeia tem perante si, na viragem do século, de resolver o problema da intensificação da integração económica, num quadro de coesão interna, da expansão de fronteiras, com o alargamento às novas democracias europeias. Portugal deve participar activamente no debate dessas reformas identificando os seus objectivos prioritários e estabelecendo em torno deles os consensos nacionais de forma a garantir uma política externa firme e determinada.

Igualmente, as alterações operadas no sistema político português abriram o caminho para um novo relacionamento com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, assente no pleno respeito pela soberania dos povos e na partilha de um passado histórico e cultural comum.

Alicerçadas numa vivência de cinco séculos, as nossas relações com aqueles Países avultam como um autêntico desígnio nacional, constituindo uma consensual prioridade da política externa portuguesa.

Neste quadro, o aprofundamento dos laços de solidariedade e afectividade que nos unem aos Estados Lusófonos e a dinamização das acções de cooperação multilateral assumem o carácter de imperativo nacional e de importante vector para o reforço da nossa capacidade de afirmação externa.

Distinta de outros relacionamentos pela sua especificidade própria, a Cooperação que temos desenvolvido, fundamentada numa solidariedade efectiva e na sua dimensão ética e cultural, projectou Portugal como interlocutor privilegiado e desejado. É um capital de credibilidade que importa preservar e potenciar, na óptica dos interesses mútuos associados às políticas de cooperação, nomeadamente no domínio das relações entre os países do Norte e do Sul. Entre outros aspectos, gostaria de recordar, hoje, aqui, pelo carácter simbólico de que se reveste, a cooperação que as Forças Armadas Portuguesas têm vindo a desenvolver, no cumprimento das suas missões em apoio da política externa do Estado e em conformidade com os objectivos da política nacional.

Essa política tem alcançado resultados notáveis em acções de cooperação técnico-militar com países lusófonos, abrindo portas a outras formas de cooperação, quer do Estado quer da Sociedade Civil.

A cooperação militar, desejada pelos países africanos lusófonos, tem de ser assumida por nós sem complexos, com naturalidade e ela é, em muitos aspectos, um instrumento da maior relevância na política externa portuguesa.

Essa cooperação abrange áreas que vão desde a formação de pessoal ao apoio da reorganização das forças armadas dos países

africanos lusófonos, a acções de intercâmbio no domínio da saúde e da formação de um número significativo de jovens em Portugal, nos estabelecimentos de Ensino e outras Unidades das Forças Armadas.

Estamos, assim, a contribuir: para fomentar a consolidação da ideia da Instituição Militar como elemento estruturante dos Estados e das Nações e suporte do exercício das instituições democráticas; e a contribuir, também, para a valorização do factor humano daqueles países. Qualquer um destes aspectos é vital para a consolidação e estabilização das jovens democracias pluripartidárias da África Lusófona.

Noutro plano, Portugal deverá continuar a lutar pela causa de Timor-Leste, no quadro dos esforços do Secretário-Geral da ONU, no cumprimento do seu mandato, na procura de uma resolução justa e internacionalmente aceite da questão de Timor-Leste.

O empenhamento de Portugal nesta matéria é, aliás, feito em coerência com dois valores essenciais que estiveram na própria génese do 25 de Abril e são hoje valores de referência da actuação internacional do Estado português: a defesa do direito dos Povos à autodeterminação e a defesa dos direitos humanos.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

O 25 de Abril marcou também uma importante viragem nas opções estratégicas do País. Hoje é, de novo, chegado o momento de pensar estrategicamente o futuro de Portugal avaliando com rigor alguns factores que o condicionam a curto prazo.

A escassa dimensão da retoma económica, o ajustamento aos critérios de convergência nominal, o aumento da pressão concorrencial externa e a abertura da Conferência Intergovernamental e a pendência de *dossiers* tão sensíveis para Portugal como o Alargamento, a terceira fase da União Económica e

Monetária e a definição das perspectivas financeiras depois de 1999 são matérias que aconselham a identificação rigorosa das linhas de orientação que nos devem nortear e, ao mesmo tempo, a necessidade imperiosa de formular as bases de uma concertação estratégica.

O presente exige opções claras e atempadas, um apurado sentido do interesse nacional, determinação na condução das políticas e, sobretudo, pedagogia na explicação das suas consequências.

As reformas necessárias não podem ser feitas ignorando os impactos sociais negativos que conjunturalmente provocam, porque assim se geram factores de conflitualidade que acabarão também eles por constituir obstáculos adicionais à mudança. Mas também é impossível olhar apenas ao curto prazo, porque a intervenção dispersa e avulsa se acaso impede o agravamento de tensões pontuais adia, porventura irremediavelmente, as opções de fundo. É sobre elas que é necessário acordar uma concertação estratégica.

Assim, é necessário que os agentes políticos e os parceiros sociais aceitem as responsabilidades inerentes aos desafios que se colocam ao País. A resistência à necessidade de concertação estratégica tem como única consequência introduzir um obstáculo adicional ao processo de mudança.

Exige-se, hoje, uma atitude de ajustamento positivo, de determinação, de confiança. Penso que para garantir esse desafio Portugal necessita de preparar, por um lado, as condições para uma competição aberta e, por outro, assegurar em paralelo condições para o controlo social e político das consequências de um mercado concorrencial aberto.

Não acredito na possibilidade de garantir uma economia moderna e competitiva na próxima década sem o desenvolvimento de políticas de solidariedade que lidem com o problema das tensões sociais provocadas pelo processo de modernização.

A capacidade de construir o futuro de Portugal como país moderno, competitivo e socialmente equilibrado depende, em grande medida: da definição de um justo equilíbrio entre a convergência nominal e a convergência real no âmbito da União Europeia; da articulação entre as políticas de Emprego, Formação e Educação, fundamental para melhorar as condições estruturais da competitividade económica e proteger as condições de controlo social da mudança; e da relação importantíssima entre a coesão nacional, as políticas de solidariedade e o sistema de segurança social.

Hoje é necessário uma valorização digna do princípio da mobilidade, da aprendizagem permanente, da polivalência, da capacidade de adaptação à mudança.

Não é possível pensar no futuro, permitam-me que volte a este ponto, sem aceitar que esta realidade requer pessoas com novos padrões de qualificação. Não basta uma reforma no sistema de educação formal, é preciso aceitar que os sistemas de formação profissional estão a ganhar um carácter permanente e passam a ser decisivos para a adaptação constante ao mercado de emprego. Mas é errado pensar que esta capacidade de adaptação é apenas um problema dos trabalhadores. A formação de um corpo empresarial bem preparado é decisiva para a sustentação do emprego numa economia aberta e para o desenvolvimento essencial de uma sociedade civil mais autónoma e menos tutelada pelo Estado.

Tudo farei, no quadro das minhas competências constitucionais, para ajudar a criar o clima de confiança necessário à concretização dos acordos de concertação estratégica que vierem a revelar-se viáveis e adequados. Tudo farei para criar um clima de confiança na capacidade dos Portugueses em realizar com êxito essas reformas.

Precisamos de fazê-lo com entusiasmo e esperança, valorizando o que é novo, premiando o risco e o êxito, evidenciando o exemplo positivo como factor de mobilização social, combatendo as visões apocalípticas que alimentam a complacência e o conformismo.

O 25 de Abril deu lugar, após eleições livres, à Constituição de 1976, de que se comemoram os vinte anos de vigência.

A Constituição consagrou desde então a possibilidade de criação de regiões administrativas. No espírito dos constituintes estava presente a necessidade de contrariar uma grave tradição centralista e de utilizar a descentralização administrativa como um instrumento de planeamento e um poderoso estímulo ao desenvolvimento, corrigindo assimetrias e desfasamentos, que nos últimos vinte anos só se agravaram, valorizando recursos e competências, fortalecendo, nesse sentido, a coesão nacional.

Durante vinte anos não foi possível encontrar vontade política para levar por diante uma iniciativa legislativa que cumprisse esse preceito constitucional e dotasse Portugal desse instrumento de gestão, planeamento e racionalização de recursos num patamar intermédio entre o Poder Central e o Poder Local consagrado na Constituição da República.

O debate, importa reconhecê-lo, centrou-se sempre mais na discussão dos inconvenientes de um modelo de descentralização político-administrativa que não corresponde ao normativo constitucional que se limita a consagrar uma componente administrativa da descentralização. E, esse facto, descentrou a discussão da reflexão sobre a necessidade de encontrar esse, ou outro, instrumento de planeamento e gestão de recursos que articule operacionalmente áreas geográficas intermunicipais.

Creio que o debate sobre o processo de descentralização, que leve à criação de regiões administrativas no Continente deverá ser encarado com toda a naturalidade.

O facto de vários líderes de partidos com assento parlamentar se terem manifestado em apoio à necessidade dessa reforma, já constitucionalmente consagrada, só deve favorecer a desdramatização do debate e contribuir para que ele se centre na questão de fundo — as vantagens e os inconvenientes de se adoptar essa metodologia de descentralização — e menos nas questões de método e de calendário. O que importa sobre a descentralização administrativa do País, conhecida por regionalização, é a discussão sobre o fundo da questão, sobre o que ela representa para o futuro de Portugal e dos Portugueses. É sobre a questão de fundo que importa esclarecer os Portugueses. Tantas vezes, em torno desta discussão, avultam ideias feitas fruto de uma escassa pedagogia da reforma que se deseja levar a cabo. O debate de fundo, nos termos em que actualmente está colocado, parece só agora ter começado. Em boa verdade tratando-se de uma reforma da Administração só através dele se pode contribuir para a aproximação entre o Estado e os cidadãos. Numa matéria desta relevância, entendo dever continuar a advogar, como tenho feito desde o dia em que fui empossado por esta Assembleia da República, a vantagem de se construir um consenso o mais amplo possível.

Sobre a questão de fundo a minha opinião é conhecida. Quanto ao resto, está o Presidente da República obrigado a fazer cumprir a Constituição que jurou e que só a vontade soberana desta Assembleia da República, dotada de poderes de revisão, pode alterar. Mas, também, está o Presidente da República obrigado a interpretar as condições de garantia da Coesão Nacional, por isso tenho atribuído tão alto significado à necessidade de um amplo debate e de um amplo consenso.

Minhas Senhoras e meus Senhores,
Procurei, nos últimos dias, num conjunto de gestos simbólicos, expressar a necessidade de fortalecer um clima de confiança na capacidade de realização do povo português.
Não me esqueço, nunca me esquecerei, dos problemas que afetam Portugal. Dedico-lhes, naturalmente, a maior atenção.
Mas entendo dever contribuir para criar um clima de confiança no País, lutando contra conformismos deterministas e derrotismos injustificados. O País não se encontra num impasse.
Quis homenagear o 25 de Abril através de um conjunto de visitas onde fiz jus à capacidade de dedicação e de realização dos Portugueses, à capacidade para ultrapassar obstáculos e para atingir níveis de realização e de exigência.
O 25 de Abril representou o restaurar da esperança e da confiança na capacidades dos Portugueses, sem as tutelas autoritárias que substituíam a escolha livre e democrática pelo ditame de um poder ilegítimo.
Creio que a melhor forma de dar confiança aos Portugueses que neste momento possam passar por um período difícil é dar-lhes, simbolicamente, um sinal de que é possível acreditar na capacidade para ultrapassar os problemas e os constrangimentos.
Portugal é hoje um país moderno. Deve reforçar a sua identidade baseada no reconhecimento de um desígnio que oriente o nosso futuro.
Eu tenho confiança no futuro de Portugal.
Viva Portugal.

SESSÃO SOLENE COMEMORATIVA
DO DIA DE PORTUGAL, DE CAMÕES
E DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

Lagos

10 de Junho de 1996

Celebramos o 10 de Junho em Lagos, cidade de tão ilustres e antigas memórias ligadas à aventura dos descobrimentos portugueses, que estamos a comemorar até ao fim do século. Festejamos o Dia de Portugal sob a evocação de Camões e em comunhão com as comunidades portuguesas e de lusodescendentes dispersas pelos cinco continentes. Essas comunidades estão presentes no nosso afecto, quaisquer que sejam as terras, próximas ou longínquas, onde vivam e trabalhem, prestigiando o nome de Portugal.

Neste dia, saudamos também fraternalmente todos os povos que falam a língua que nos é comum e que a enriquecem com as suas experiências plurais e com as visões do mundo que lhes são próprias: Brasil, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e o povo de Timor-Leste, que tem resistido heroicamente à opressão e à violência. Temos a responsabilidade de defender em todas as circunstâncias, não abrandando a nossa voz, o seu direito inalienável à autodeterminação, à liberdade e à identidade cultural e religiosa.

Todos esses povos são nossos irmãos pela história, pelo convívio secular, pelo afecto e pelo entendimento, são nossos irmãos pela língua, vamos constituir agora a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que contará com 200 milhões de seres humanos, e que temos a obrigação de considerar como um desígnio estratégico fundamental, tornando-a realidade viva de coopera-

ção e força activa dos mais sérios desafios pois essa é uma exigência de afirmação. Esse será no futuro um dos mais sérios desafios que temos, o qual terá de ser ganho, pois essa é uma exigência fundamental dos nossos povos.

Portugal está sempre pronto a prestar a sua colaboração, quando desejada, em todos os actos e processos que visem a paz, a democracia e o desenvolvimento dos países irmãos. Pela nossa parte, entendemos ter o dever de fazê-lo com isenção e sem complexos, que já não têm razão de ser, na solidariedade e no respeito pela vontade soberana de cada povo. Torna-se imperioso valorizar o muito que temos em comum, independentemente das opções livres de cada Estado. Sabemos que a língua é o mais forte e perene traço de união, constituindo o fundamento da comunidade que vamos instituir e o grande instrumento da sua projecção no Mundo.

O prémio Camões que entregamos a Eduardo Lourenço é um símbolo dessa comunidade e da língua em que o grande ensaísta tem dado voz às mais fundas questões postas pelos homens neste século, procurando respostas, logo a seguir transformadas em novas perguntas. Também é nesta língua que Eduardo Lourenço vem sondando, sem descanso, a nossa história, a nossa cultura, a nossa mitologia, com uma inteligência criadora excepcional. Graças a ele conhecemos melhor o que somos como homens deste tempo e como portugueses herdeiros dos vários tempos da história.

Pátria que fez da viagem, da procura, da descoberta, do encontro de culturas e de civilizações a substância da sua identidade, Camões simboliza-a e simboliza-nos. O seu Poema constitui a referência maior da nossa biografia colectiva. Em cada época, tem sido possível lê-lo com actualidade renovada. No nosso tempo, essa leitura surpreende-nos, mais do que nunca, pela força intacta e pela validade da sua mensagem.

Talvez isso aconteça porque Camões viveu num tempo de crise que, como o nosso, estava submetido às pressões contraditórias de uma era que findava e de outra que nascia. Como hoje, tinha sido abalada a imagem que os homens possuíam da sua condição e do seu destino. O nascimento da ciência experimental moderna e a descoberta de «novas ilhas, novas terras, novos mares, novos povos; e o que mais é, novo céu e novas estrelas», como disse de forma tão bela Pedro Nunes, teve fundas repercussões no pensamento e na vida.

Portugal esteve na origem do movimento de consciência e da atitude de progresso que é o melhor da cultura europeia.

Camões, com o seu génio, experimentou e captou esse clima de mudança, hesitação, dúvida, conflito interior. Nele, como em poucos, cruzam-se a herança recebida do passado e o apelo visionário do futuro. Compreendeu que «todo o mundo é composto de mudança» e que «continuamente vemos novidades». N' *Os Lusíadas* está o mundo e está Portugal que deu a conhecer o mundo a esse mundo. Mas *Os Lusíadas* não são apenas uma epopeia glorificadora, são também um manual de sinais e de advertências para os perigos e as consequências dos erros humanos. A memória das glórias do passado nunca pode ser refúgio para as desilusões ou a insatisfação do presente. Os povos que assim procedem perdem energia e alma, ficam prisioneiros de si mesmo. Nós queremos, justamente, lembrar os grandes exemplos do passado, de modo a neles colher ânimo para olharmos o futuro. No caso de Camões, retemos a lúcida coragem de pensar o novo e o diferente. É dela que precisamos para enfrentarmos as novas faces de um tempo, cujas características maiores são a complexidade e a imprevisibilidade

A nossa época — que é a época da globalização, do espaço, da comunicação, da Internet — exige uma atitude que os Portu-

gueses estão em boas condições de compreender. Exige sentido do universal, consciência da unidade do Mundo e de que tudo está ligado a tudo, capacidade de pressentir o que vai aparecer, coragem de correr riscos.

Os Portugueses deram historicamente provas desses atributos, com desassombro e perspicácia para vencer dificuldades, curiosidade pelo novo e adaptabilidade ao diferente e ao mutável. A afectividade da nossa maneira de ser é também um valor muito importante num mundo que precisa ser re-humanizado.

A democracia procura, hoje, novas formas de participação nas decisões e novos meios de aproximação entre os eleitores e os seus representantes, estes objectivos passam pela maior abertura das instituições e por uma mais autêntica e consequente ligação às pessoas, à vida quotidiana e aos problemas concretos. As qualidades humanistas que sempre evidenciámos de proximidade afectiva e abertura cultural podem, nesse sentido, ter um carácter vivificador exemplar. Devemos fazer delas a marca criadora da nossa intervenção cívica e política.

Porque sabemos que esses são poderosos trunfos que possuímos e que temos de saber valorizar, devemos também evitar, combatendo-os, aqueles motivos que nos provocaram, no passado, períodos de decadência. Temos de ser sempre mais exigentes na prática quotidiana da democracia, aperfeiçoando as instituições e as relações de tolerância entre os cidadãos que devem participar e fazer ouvir a sua voz. Devemos ser mais exigentes connosco próprios, com o que somos e o que fazemos, com o contributo que damos à comunidade. A nossa história ensina-nos que, nos períodos de progresso, fomos sempre capazes de integrar, sem conflitos, o trabalho e o valor individuais no esforço e na acção colectiva, valorizando-os mutuamente.

Temos de ser mais perseverantes no alcançar dos objectivos, mais combativos nos desafios a vencer, mais organizados e firmes na execução dos projectos, mais ambiciosos nos desejos e aspirações. Devemos cultivar o que sabemos ter de bom e corrigir o que não nos satisfaz, devemos afirmar os valores da nossa identidade secular e não ter medo de assumir um novo patriotismo, atento à lição da história, dinâmico e mobilizador, com raízes no passado e voltado para o futuro.

Orgulhamo-nos legitimamente de pertencer a uma nação secular, com uma cultura riquíssima, uma grande história e que é hoje uma terra livre de mulheres e homens livres.

A nossa relação com Portugal não é apenas consubstanciada numa ideia. É também um instinto e um sentimento forte, vivo e mobilizador. Afirmarmos esse sentimento não é uma proclamação retórica, é um compromisso reafirmado que significa assumirmos um sentido de responsabilidade activa e de partilha solidária. Esse compromisso traduz-se em não aceitarmos nem a discriminação nem a exclusão de ninguém, em prestarmos apoio e atenção aos que mais precisam. Significa que cada um sente como seu o destino de todos, lutando contra o egoísmo que alheia, contra a passividade que desresponsabiliza, contra o fatalismo que faz desistir. É combater pela liberdade, pela justiça, pela solidariedade. É defender a nossa identidade, a coesão nacional, a língua, a cultura, bens preciosos que temos de enriquecer, acrescentar e afirmar no mundo.

O novo patriotismo de que vos falo assenta na força da coesão nacional e no dinamismo social com consciência de que a acção individual se continua e enriquece na relação com os outros, visando o bem do País. Este patriotismo não é fechado nem incompatível com a nossa participação activa nos projectos e organizações internacionais a que pertencemos e às quais queremos dar o nosso contributo original.

Gostaria que os Portugueses não encarassem a celebração deste dia como um ritual vazio que se repete ou uma formalidade oficial que se cumpre. Gostaria que todos e cada um de nós fizéssemos uma pausa para pensar nos deveres que temos para com Portugal, qualquer que seja o nosso lugar na sociedade, pois somos todos portugueses. Gostaria que este dia de Portugal fosse sentido pelos Portugueses como o seu dia e o dia de todos. Desejo que estas celebrações contribuam para estreitar os laços que nos unem e nos tornam uma comunidade em movimento, coesa e forte.

Nós não fomos e não somos uma nação porque estamos juntos ou porque o destino nos juntou. Somos uma nação porque nos quisemos e nos queremos juntos, coesos e solidários, para construir alguma coisa que valha a pena e que, por ela, as gerações futuras guardem memórias de nós, como nós conservamos memória dos que nos antecederam e fizeram Portugal.

Somos uma nação, porque temos uma vontade colectiva, confiança em nós próprios, nas nossas capacidades e na nossa ambição de fazer mais e melhor.

Sabemos que há dificuldades, atrasos, injustiças e problemas graves. Conhecemos a situação de alguns dos nossos concidadãos. Eu não os esqueço. Sabemos que a Europa atravessa um período de definição. Temos consciência de que se exige de nós um grande esforço, que é fundamental para o futuro. Por tudo isso, precisamos de afirmar o que nos une, reforçar o que somos, fazer ouvir a nossa voz, valorizar as pessoas e, em especial, os jovens, não desperdiçar energias e recursos, defender os nossos interesses, assegurar a estabilidade e a paz cívica. Não queremos ficar na defensiva, à espera, queremos participar, ajudar a construir o Portugal, a Europa e o mundo do próximo milénio.

Neste tempo, uma das responsabilidades dos que recebem dos seus concidadãos o mandato e o encargo de os representar é a

procura de consensos amplos e dinâmicos, em torno de princípios e objectivos essenciais. Só deste modo se evita a tentação de tudo voltar sempre a pôr em causa, recomeçando de trás. É através dos consensos responsáveis e sólidos que é possível a definição de acordos e formas estáveis de entendimento e concertação, a partir das quais se pode progredir com segurança. A experiência dos vinte e dois anos vividos em democracia dá-nos esta lição: quando alcançámos consensos, duradouros, que não foram postos em causa, conseguimos reforçar as instituições, aprofundar as reformas, prestigiar a política e consolidar o próprio regime democrático. Importa ter presente essa lição. Como Presidente da República, eleito pelos Portugueses com o compromisso de deles estar próximo e de em seu nome falar, tudo farei para mobilizar o País em defesa dos grandes princípios e em torno dos objectivos que nos unem e fazem avançar. Neste dia de tão grande significado, aqui, em Lagos, junto ao mar que nos fez grandes, reafirmemos, com confiança no futuro, a nossa vontade de engrandecermos Portugal e de servirmos o povo português.

CERIMÓNIA EVOCATIVA
DA IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA
Câmara Municipal de Lisboa
5 de Outubro de 1996

O 5 de Outubro de 1910, que hoje comemoramos, foi durante décadas evocado num contexto de Resistência.

A Ditadura Militar instaurada com o 28 de Maio de 1926, e o Estado Novo de Salazar, lançaram sobre a I República as mais violentas acusações, e do seu descrédito procuraram tirar efeitos legitimadores da negação da Liberdade. Por isso, a oposição ao autoritarismo salazarista não podia deixar de integrar uma componente reabilitadora dos valores e até da experiência republicanas em Portugal.

Os condicionalismos da luta política podem ter conduzido a algumas simplificações de análise duma realidade que foi complexa e contraditória. O poder assente no arbítrio pretendeu limitar as escolhas segundo um critério maniqueísta e há que reconhecer que a Oposição nem sempre pôde evitá-lo.

Sejamos no entanto justos: no combate pela Liberdade, a que se aplicaram diversas gerações, entre 1926 e 1974, esse contributo republicano foi muitas vezes decisivo.

Quero pois prestar homenagem aos homens e mulheres que, nas mais adversas circunstâncias, com sacrifícios pessoais em dimensão só equiparável ao seu empenhamento político, transportaram para o período da Ditadura a chama da resistência e o sonho da restauração de um regime liberal.

Sob múltiplos aspectos o significado da I República em Portugal é hoje mais uma questão da História do que da Política. O mérito

dessa transposição cabe à Democracia. O juízo sobre o 5 de Outubro e o regime republicano saiu do palco da luta política. A legitimidade do poder democrático edificou-se sobre regras e procedimentos largamente consensuais na sociedade portuguesa e a invocação da I República pôde assim deixar de funcionar como arma de arremesso da contenda política.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Se alguma comparação é permitido hoje estabelecer entre os dois regimes republicanos portugueses, essa comparação é amplamente favorável ao que saiu do 25 de Abril.

A Democracia, sobre a qual chegou a pairar, como se recordam, o espectro da ingovernabilidade, que outrora tinha sido associado à I República, tem sabido não apenas garantir a Liberdade, como assegurar um quadro de normal funcionamento das instituições, mesmo em situações de alguma tensão e risco.

Um traço comum une, todavia, estas duas datas revolucionárias do século XX. Assinalam ambas a eclosão de uma forte componente popular, que se apresenta com programas de modernização do Estado e da Sociedade. Essa forte componente popular contribuiu em ambos os casos para vincar o carácter nacional dos movimentos que quiseram promover um Estado aberto a novos protagonistas e uma sociedade mais dinâmica.

Defensores da descentralização administrativa do País, os republicanos difundiram uma cultura cívica da participação social e política, suportes indispensáveis da vitalidade das organizações sociais e duma opinião pública influente. Por isso mesmo a República possibilitou o acesso de novas camadas sociais — até então excluídas ao protagonismo e ao combate social e político. A República reconheceu um amplo leque de liberdades e de novos direitos. Prometeu — ainda que não o tenha cumprido — o sufrágio universal. Mas mesmo se muitos destes objectivos e pro-

messas não lograram concretização, ou foram desvirtuados, o modelo de legitimação do poder político que a República advogou — o princípio das eleições a todos os níveis — constituiu indubitavelmente um dos pilares do Estado Democrático Moderno. O 5 de Outubro promoveu igualmente um novo conceito de cidadania, baseado no nexa entre a nacionalidade e a integração política, como forma de coesão nacional, com tradução em duas reformas nucleares: o Exército miliciano e o Ensino. Neste último domínio, o período republicano constituiu um riquíssimo laboratório de criações, algumas das quais, como o ensino superior aliado à investigação, que ontem tive a ocasião de evocar no aniversário do Instituto Superior Técnico, lograram repercussão positiva e duradoura na qualificação dos Portugueses.

Das propostas dos republicanos do 5 de Outubro constava, como se sabe, a promoção do laicismo. Dele decorria o princípio da separação entre as Igrejas e o Estado, uma das primeiras medidas do Governo Provisório, com múltiplos efeitos no Direito e nas relações sociais. A execução desta medida lançou uma das controvérsias políticas e sociais mais graves da vida da I República, cujos ecos só abrandaram depois da Grande Guerra. Mas o princípio da Separação permaneceu inabalável, como um dos pilares do Estado Moderno e foi à sua sombra que se assegurou em Portugal a liberdade religiosa e que a Igreja Católica deu corpo a uma nova autonomia do seu *múnus* próprio.

A República reforçou igualmente, importa sublinhar, um entendimento mais activo do papel de Portugal na Europa, no quadro do qual o Estado português não só participou na Grande Guerra, como se empenhou na construção da Sociedade das Nações. Minhas Senhoras e meus Senhores,

Os republicanos difundiram, como tive já ocasião de referir, uma cultura cívica da participação social e política. O seu programa

de modernização do País comportava como condição necessária a participação dos cidadãos como sustentáculo essencial da vitalidade nacional. Se é verdade que, na prática, essa ideologia não se transformou em programa político plenamente realizado, não é menos verdade que a nova República, saída do 25 de Abril e herdeira desses valores, necessita hoje, como então, de assentar o seu programa de modernização do País num reforço de participação dos cidadãos na *Res Publica*.

A dimensão política dessa participação, sendo condição necessária não é porém suficiente. Enfrentar com êxito a modernização obriga, igualmente, a um esforço acrescido das instituições sociais, no quadro da articulação de interesses e do amortecimento dos efeitos da desigualdade e da exclusão social.

É um grande desafio nacional que não poderemos deixar de encarar com rigor, com firmeza e com sentido do destino do País. Sem capacidade de inovação, não há modernização. Mas sem solidariedade não há integração social nem coesão nacional. No centro deste problema estão o Estado, as instituições políticas, lado a lado com as instituições sociais, com a família, a escola, as empresas, as organizações voluntárias.

O esforço de solidariedade que temos de exigir aos Portugueses, para diminuir a exclusão social e para garantir a capacidade de absorção dos custos da modernização do País, não pode ser encarado de uma forma exclusivamente tributária e redistributiva.

O apelo e o incentivo a que se mobilizem energias para enfrentar as dificuldades e absorver os custos sociais da mudança tem de ser acompanhado de políticas coerentes de combate à exclusão social e de uma maior capacidade de articulação entre o cidadão, as formas organizadas da sociedade civil e as instituições do Estado.

A solidariedade é um conceito que tem de ser praticado pelos cidadãos, como forma de participação e condição do processo de modernização do País. Não pode ser apenas um discurso ideológico exercido pelos governos através de dotações orçamentais. Um coisa sem a outra será sempre insuficiente.

A capacidade de adaptação à mudança das instituições, da família, da empresa, da escola, é uma condição decisiva da modernização. O sistema político não pode ignorar esse factor e tem por isso de encontrar mecanismos de integração e de aprofundamento da participação cívica dos cidadãos.

Permita-me, aliás, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, que refira em particular que o republicanismo é, também, inseparável de um importante movimento de urbanização do País que foi decisivo para a modernização do Portugal de então.

Terei amanhã, numa importante iniciativa organizada pelo Município de Lisboa e a Campanha Europeia das Cidades Sustentáveis, ocasião de me referir com maior detalhe ao importante tema da «Cidade» nas sociedades contemporâneas.

Na passagem do século XIX para o século XX a cidade desempenhou um papel fundamental na consolidação de novas sociabilidades, associadas à afirmação de novas classes sociais e a uma ruptura entre estas e a sociedade rural. Mas, hoje, no momento em que vivemos já o trânsito do século XX para o século XXI, a reflexão que nos é imposta pela realidade é de procurar novas formas de relacionamento entre a administração da cidade e da República como condição de sucesso dos processos de absorção das transformações sociais.

A nova cultura democrática que importa desenvolver assenta numa informação que deve estar cada vez mais difundida e acessível. É essa nova cultura democrática que abrirá vias inovadoras

de relacionamento entre as administrações e os cidadãos, aumentando a responsabilização e a transparência nos processos de decisão, aumentando a capacidade de intervenção dos cidadãos, facilitando e clarificando os procedimentos e a anulação da componente arbitrária das práticas administrativas.

Da modernização do País faz necessariamente parte a crescente capacidade de adaptação da Administração às novas exigências de eficácia das sociedades contemporâneas. Só isso pode criar um clima de confiança na Administração por parte dos cidadãos e dos agentes económicos.

Creio que no dia em que se cumpre mais um aniversário sobre a fundação do regime republicano em Portugal importa sublinhar os valores essenciais que ditaram a implantação desse novo regime. Continuamos a reconhecer-nos nesses valores. E eles continuam a ser os elementos fundadores do Estado Democrático.

Viva Portugal!

Viva a República!

MENSAGEM DE ANO NOVO

(Transmitida pela televisão e rádio)

1 de Janeiro de 1997

Neste dia que faz apelo a um renovado sentimento de confiança no futuro, dirijo-me a todos os portugueses, onde quer que se encontrem, para lhes desejar Bom Ano.

Gostaria que entendessem este desejo que formulo, não apenas como um acto que cumpro — gratamente, aliás por tradição ou dever —, mas que sobretudo o aceitassem como um voto caloroso em que ponho um acento pessoal e afectivo.

A proximidade às pessoas — aos seus problemas, preocupações, expectativas — é um princípio fundamental que inspira a minha acção. Como não o ter presente, no dia em que o novo ano começa e nos queremos e nos sentimos mais próximos uns dos outros, na esperança partilhada de que é possível melhorar as coisas, no sentido da solidariedade e da justiça?

O próximo ano vai ser um ano que marcará o nosso futuro. Alguns dos desafios que vimos enfrentando decidem-se, pelo menos em parte, em 1997. Temos de realizar o Portugal que o nosso tempo exige e que a nossa ambição requer. Temos de cumprir a responsabilidade europeia que assumimos e fazer dela um projecto largo, dinâmico e mobilizador, que está para além das metas de política económica e financeira, que são apenas — não o esqueçamos — um instrumento, ainda que necessário e, nesta fase, mesmo decisivo. O ano que agora terminou, e no qual, por vontade vossa, fui eleito Presidente da República, completou o início de um novo ciclo político.

Temos condições de estabilidade, cooperação e normalidade institucional, no respeito pela autonomia de cada órgão de soberania e das suas competências próprias.

A resolução dos problemas, a resposta aos desafios, a eficácia das decisões exigem que não se perca tempo com querelas e conflitos inúteis.

Os problemas da nossa sociedade, como os de todas as sociedades modernas, são múltiplos e complexos.

Muitos deles, embora com grau diverso, não são, aliás, de tipo diferente daqueles que os nossos parceiros europeus experimentam. Como nalguns desses países, porém, também pode vir a instalar-se entre nós uma atitude mental que se traduz numa certa passividade, resignação e indiferença perante os problemas, as dificuldades, os dramas. Tal atitude resulta da ideia de que, pelo menos por enquanto, eles são inevitáveis e mesmo inultrapassáveis. Se é verdade que muitos dos problemas não podem ter soluções fáceis ou imediatas e têm origem nas mutações tão radicais dos últimos anos, em todos os domínios, não é menos certo que a condição para que as soluções possam surgir é a da recusa do pensamento único, é também não aceitar o inaceitável, é, finalmente, a insatisfação crítica perante o que está mal.

Devemos querer para poder, pois, como disse o grande Padre António Vieira, cujo terceiro centenário se assinala em 1997, «o querer e o poder, se divididos são nada, juntos e unidos são tudo». O desemprego e as carências do primeiro emprego, a exclusão, a marginalização são alguns desses problemas face aos quais não podemos ficar indiferentes. Quaisquer que sejam as causas, todos sabemos que as suas consequências são dramáticas para os que as sofrem, para o equilíbrio da sociedade, para a vitalidade e o prestígio da democracia. A prazo, podem mesmo constituir ameaças graves, que têm de ser prevenidas.

Não podemos, de facto, permitir — e sei que não permitiremos — que, quase no início do novo século, as desigualdades se acentuem, a solidariedade se rompa, a sociedade se divida em grupos isolados e afastados, que perderam o sentimento comum de pertença e de partilha.

Como já disse, não há — não pode haver — portugueses dispensáveis. É por isso que a coesão social se tornou num imperativo fundamental e irrecusável, que não é tarefa apenas do Estado, mas de toda a sociedade.

Fenómenos como a droga e a insegurança têm uma relação profunda e são sintomas universais de uma crise e de um mal-estar que têm de ser assumidos em todos os níveis de responsabilidade política, cívica e cultural.

Tenho procurado, no tempo que decorreu desde a minha investidura, estar presente junto das pessoas, para as ouvir, conhecer e dar a conhecer as suas dificuldades, com certeza, mas também o que de bom tem sido feito.

É verdade que há por todo o País sinais seguros de mudanças para melhor e de inovação, na economia, na criação cultural, na investigação científica, nas artes, nas novas tecnologias, na defesa do ambiente e do património. As gerações mais jovens estão despertas e querem participar na vida colectiva. Não as podemos defraudar. Temos de vencer a batalha da educação, da ciência, da cultura, da formação e da actualização profissional.

Este é um objectivo estratégico fundamental que tem de ser assumido no quotidiano. Hoje, a cidadania e a participação nas decisões estão indissolivelmente ligadas à educação, desde a frase pré-escolar, à preparação cultural e científica, à complementaridade dos conhecimentos, à informação e à comunicação. Precisamos que a nossa sociedade seja percorrida por

uma cultura de abertura aos novos saberes e que integre as grandes questões que a ciência e a técnica põem à humanidade. Entendo que me compete, como Presidente de todos os portugueses, contribuir para que o esforço de desenvolvimento económico e modernização cultural seja conseguido, não esquecendo, porém, a solidariedade que o sustenta, o torna duradouro e a cidadania que lhe dá sentido mobilizador.

Considero também que devo apoiar as novas gerações e o seu trabalho de inovação, mudança e criatividade, cujos resultados, por entre dificuldades, já são visíveis nas Universidades, nas empresas, na acção e na descentralização cultural, no poder local, na intervenção social, na igualdade de direitos entre mulheres e homens, no combate contra o racismo e a discriminação. Queremos uma sociedade culturalmente aberta e politicamente enriquecida pelo contributo de todos — os que têm a responsabilidade do Governo e os que estão na Oposição. Em democracia, todos são fundamentais. Só assim se poderão obter os consensos mínimos que dão às nossas instituições aquela capacidade de adaptação e reforma que um tempo de tantas mudanças exige. Portugueses,

O ano que terminou ficará assinalado pela atribuição do Prémio Nobel da Paz aos nossos irmãos timorenses Dom Ximenes Belo, Bispo de Díli, e Ramos Horta, dirigente da resistência.

Esta atribuição, que culminou com a emocionante cerimónia de entrega do Nobel, realizada em Oslo, tem um significado transcendente e da maior importância para a causa timorense. Prova também que a perseverança na defesa do que é justo, não obstante as dificuldades e as pressões, acaba, mais tarde ou mais cedo, por dar frutos. É nossa obrigação prosseguir o combate político e diplomático que vimos desenvolvendo e que tem como único objectivo a defesa do direito do Povo de Timor-Leste à

autodeterminação e a denúncia das intoleráveis e permanentes violações dos direitos humanos a que a Indonésia o submete. Em 1996, ocorreram também factos muito significativos em termos da afirmação externa do Estado Português e de valorização dos meios de que dispomos para a defesa dos nossos interesses na cena internacional. Foi institucionalizada a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que precisa agora de se tornar uma realidade dinâmica e activa, Portugal foi eleito para o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, a realização em Lisboa da Cimeira da Organização de Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) — modelar nos aspectos organizativos de nossa responsabilidade — reforçou a nossa capacidade de intervenção. Estes acontecimentos demonstram que a Comunidade Internacional confia no papel de Portugal, em ordem à criação de condições de paz e de progresso no Mundo. A nossa participação em missões de paz internacionais muito tem contribuído, também, para reforçar a afirmação internacional do novo Portugal.

É meu dever sublinhar o papel de todos aqueles portugueses que, na Bósnia ou em Angola, arriscam a sua vida para que a paz seja possível. Portugal orgulha-se do modo exemplar como as Forças Armadas Portuguesas têm exercido e estão a exercer as suas difíceis missões. Esperamos seriamente que 1997 seja, num e noutro país, um tempo de consolidação dos processos de paz e de reconciliação nacional.

Durante o ano que hoje começa serão certamente tomadas decisões extremamente importantes para o futuro da Europa, de que somos parte integrante. Tais decisões terão a ver com a moeda única, com o alargamento da União Europeia, com as reformas indispensáveis para assegurar a eficácia dos mecanismos previstos nos Tratados, com a credibilidade das institui-

ções europeias e com a projecção e o peso da Europa no Mundo. O que importa é preservar, sempre, a natureza política, social e cultural do projecto europeu. Consolidar uma Europa de paz e segurança, construir uma Europa aberta e democrática, na qual os Europeus — todos os europeus — se reconheçam e sintam como sua, fortalecer a Europa dos cidadãos e para os cidadãos, onde as dimensões de solidariedade e de coesão sejam ampliadas.

Portugueses,

No início de um ano tão importante para nós, quero dizer-vos que devemos empenhadamente reforçar a coesão e a unidade nacional, sem o que tudo se tornaria mais frágil, precário e difícil. Não percamos a consciência de que quaisquer que sejam as legítimas divergências de pontos de vista ou os conflitos de interesses, o que nos une é sempre mais importante do que aquilo que nos divide. O que nos une faz de nós uma comunidade sólida e em movimento, herdeira de uma história e de uma cultura de que nos orgulhamos, portadora de valores comuns e segura da sua identidade, possuidora da vontade firme de construir um futuro melhor para todos os portugueses.

Temos razões para acreditar que vamos vencer os desafios, por mais complexos que se apresentem. A nossa história recente mostra que, por entre dificuldades e riscos, conseguimos consolidar e aperfeiçoar a democracia, desenvolver e modernizar o País, dinamizar a sociedade e a iniciativa individual. Nada autoriza, por isso, o pessimismo e a lamúria ou que cultivemos uma imagem negativa de nós próprios. Já Fernando Pessoa advertia para esse perigo, quando escreveu: «Uma nação que habitualmente pensa mal de si mesma, acabará por merecer o conceito de si que anteformou. Envenena-se mentalmente. O primeiro passo para uma regeneração, económica ou outra, de Portugal é criarmos

um estado de espírito de confiança — mais, de certeza — nessa regeneração.»

Saibamos, pois, conciliar o saudável e necessário exame crítico do que está mal com a vontade optimista de fazer melhor e de vencer num mundo cada vez mais aberto e competitivo.

Quero, neste momento, agradecer a cada português, a cada um de vós, o contributo dado, pelo vosso trabalho, pela vossa inteligência, pelo vosso esforço, para que Portugal se tenha tornado num País mais desenvolvido e próspero, mais livre e tolerante, mais solidário e justo, mais moderno, preparado e criativo. Vamos prosseguir esse combate pela melhoria de vida das pessoas, contra a exclusão.

Como Presidente da República, tudo farei para que o novo ano seja de concórdia entre os Portugueses e de unidade nacional, de modo a que possamos atacar os problemas, buscar soluções, responder aos desafios, contribuindo assim para a construção de uma Europa forte e de um Mundo solidário e pacífico.

Desejo Bom Ano a todos — aos Portugueses que vivem e trabalham no País; aos que escolheram ou foram obrigados, por vicissitudes várias, a tentar noutras paragens a sua realização pessoal e familiar; mas também àqueles que procuraram a nossa terra para viver e trabalhar. Este é o meu voto reiterado, neste dia em que, todos os anos, a esperança se renova e dilata à medida das mais altas aspirações humanas.

Feliz Ano Novo!

CAPÍTULO II

ESTADO
E SOCIEDADE

*«É que de bem pouco valerá ter direitos ou deveres,
se não houver garantia de que os direitos são respeitados
e os deveres cumpridos.»*

*«Revalorizar, neste sentido, o Estado de Direito,
é, assim, tema de política e, por isso,
de exercício empenhado e responsável da cidadania.»*

SESSÃO DE ABERTURA DAS JORNADAS
DE DIREITO CONSTITUCIONAL
Faculdade de Direito de Lisboa
18 de Abril de 1996

*H*á no tema que é objecto das Jornadas Constitucionais e nas circunstâncias do momento em que se realizam, razões suficientemente importantes para justificar que estas breves palavras vão para além do regozijo natural de quem vê neste tipo de iniciativas muito da razão de ser da própria instituição universitária.

De facto, a estabilidade constitucional que experimentamos e a normalidade com que a sociedade portuguesa assume e integra as vicissitudes próprias da vivência de uma cidadania plena num quadro de liberdade, mesmo no que se refere a fenómenos outrora tão contundentes ou sensíveis como os da alternância política, tendem a deixar quase no esquecimento ou a não relevar devidamente aquilo que, sendo natural, não deve ser, por isso, menos assinalável, ou seja, o facto de uma Constituição democrática acabar de cumprir vinte anos.

E basta apelar à história do nosso constitucionalismo e à memória da instabilidade política, mas também constitucional, que percorre os nossos séculos XIX e XX — exceptuando o período do nosso século, durante a ditadura, em que a continuidade constitucional foi lamentavelmente construída sobre o sacrifício dos princípios basilares do Estado de Direito —, para verificarmos quão significativa é a efeméride que constitui o feliz pretexto da realização destas jornadas.

E esta nota de estabilidade, que começa a ser uma marca da Constituição de 1976, é tanto mais de realçar quanto ela — tal como a quase totalidade das nossas Constituições — nasceu de e num processo de ruptura política.

Mas, e ao contrário das anteriores Constituições com idêntica origem, ela soube e pôde construir, da diversidade dos contributos que a fizeram nascer, a unidade de um projecto normativo coerente, de virtualidades conformadoras do processo de transformação e desenvolvimento que atravessou a sociedade portuguesa nos últimos vinte anos.

Simultaneamente, aquela diversidade conferiu-lhe a vocação de abertura que, apesar dos receios manifestados na altura da sua aprovação, lhe tem permitido, através, não apenas das diferentes revisões entretanto verificadas, mas também de uma interpretação e aplicação criadoras, constituir a fonte renovada da legitimidade do regime saído do 25 de Abril.

Ao longo deste período, as significativas alterações que entretanto se produziram no seu texto permitiram, sucessivamente: pôr termo ao período de transição inicial, adaptando, consequentemente, a específica organização de poderes e enquadramento ideológico que o caracterizavam; reorientar o sentido da organização económica e acompanhar o processo de integração europeia; aperfeiçoar e reforçar continuamente os mecanismos de racionalização e controlo do poder político e as garantias e direitos fundamentais dos cidadãos.

Apesar disso, podemos dizer que é ainda a mesma a Constituição que aqui nos propomos celebrar e discutir.

E é a mesma porque permanecem os elementos e a natureza do tipo de Estado de Direito, democrático e social, cujo primado se inscrevia já expressamente no Preâmbulo da versão originária da Constituição de 1976; porque é o mesmo o regime político

democrático, bem como o sistema de governo e a estrutura da separação e interdependência dos poderes tão judiciosamente equilibrados pela Assembleia Constituinte; porque é a mesma a forma de Estado unitário, mas também descentralizado, regionalizado e participado, que o poder constituinte originário idealizou; porque são essencialmente as mesmas essas estruturas tão decisivas da democracia dos nossos dias como são o sistema eleitoral ou a configuração particular do pluralismo político e sistema de partidos cuja institucionalização a Constituição fixou ou favoreceu; porque permanece inalterada a intenção última de assentar a República Portuguesa na dignidade da pessoa humana e na garantia e promoção efectiva dos direitos fundamentais dos cidadãos.

Mas, sobretudo, podemos dizer que a Constituição actual é a Constituição de 1976 porque permanece inalterável o consenso em torno da natureza representativa do nosso regime democrático. A democracia plebiscitária foi explicitamente recusada pelos constituintes de 76 que quiseram fazer da natureza representativa do sistema político um factor de estabilidade e um princípio essencial, ontem como hoje, à consolidação do sistema partidário português.

Creio convictamente que a democracia representativa é um importante factor de estabilidade política. E de entre as reformas que posso conceber necessárias para aumentar a proximidade entre o cidadão e o sistema político não incluo nunca a transformação do nosso regime numa democracia plebiscitária.

A Constituição da República Portuguesa consagra aliás, desde 1989, o instituto do referendo. Fê-lo em termos cautelosos, procurando um equilíbrio dentro do sistema democrático, configurando-o como instrumento de democracia directa, e mantendo-o numa posição secundária face ao princípio da democracia representativa.

Mas o sentido de identidade e permanência da Constituição de 76 não tem sido desenvolvido, nem deve afirmar-se, a custos da rigidez, da cristalização ou da imutabilidade das soluções constitucionais.

A realização destas Jornadas comemorativas dos vinte anos da Constituição ocorre, curiosamente, no preciso momento em que foi aberto um novo processo de revisão constitucional.

É sabido que esta é uma das áreas em que a Constituição é mais ciosa da atribuição da exclusividade da iniciativa e da competência definitiva de aprovação aos deputados e à Assembleia da República.

Assim, a reserva e a contenção normalmente exigíveis ao Presidente da República são aqui ainda mais sensíveis.

Permita-se-me, no entanto, formular os votos que penso serem os de cada um de nós e de todos os portugueses. Que a revisão em curso contribua, tal como as anteriores, para uma renovação temporal e circunstancialmente adequada do conteúdo da Constituição, num processo de desenvolvimento constitucional sem rupturas nem afrontamentos desnecessários.

A abertura de um processo de revisão constitucional não é feita por imposição de um calendário, mas porque a sociedade e o sistema político evoluem.

O aperfeiçoamento do normativo constitucional, para o adaptar a novas realidades e exigências das sociedades contemporâneas torna-se assim uma exigência a que os partidos devem dar resposta procurando um compromisso que garanta uma maioria de revisão.

Por isso, é importante ter presente que há na sociedade portuguesa uma legítima e fundada esperança que a abertura do processo de revisão constitucional desemboque na evolução e aperfeiçoamento do sistema político. E que a procura dos consensos

necessários corresponda a esse propósito e que ele não seja afetado pela natural conflitualidade do dia a dia do relacionamento interpartidário.

A abertura do processo de revisão constitucional correspondeu à vontade política dos partidos em querer aperfeiçoar o regime. Creio que os Portugueses assim o compreenderam e desejam, naturalmente, que essa oportunidade não seja desperdiçada: que se conclua a revisão agora iniciada dando consagração constitucional a reformas há muito em debate na sociedade portuguesa. De resto, a sensibilidade e a procura do consenso que têm presidido às anteriores revisões permitem-nos esperar que, sem perda do seu carácter normativo, a Constituição de 1976 se possa continuar a afirmar e desenvolver como Constituição aberta ao aperfeiçoamento, à mudança e à adaptação permanente às novas realidades.

Não há hoje, ao contrário do que ocorreu nos primeiros tempos da nossa democracia, uma questão constitucional.

Os programas políticos e as reformas prometidas pelas maiorias parlamentares ou as forças políticas que sustentam os governos têm sido e podem continuar a ser realizadas sempre que, para tal, haja a necessária determinação e vontade política, não podendo imputar-se à Constituição ou ao sistema de poderes por ela instituído a causa de qualquer bloqueio insuperável. E essa deve ser uma razão acrescida para fundar legítimas expectativas nos trabalhos de revisão agora iniciados.

No essencial, a Constituição portuguesa tem sido, e é hoje, verdadeira Constituição normativa, fonte de legitimação, limite e parâmetro de actuação dos titulares do poder político, mas também, e sobretudo, garantia a que acedem e recorrem crescentemente os cidadãos na prossecução dos seus interesses e na defesa dos seus direitos fundamentais.

Nessa perspectiva, também o poder judicial tem sabido retirar da Constituição os padrões de valoração e a medida de um adequado controlo judicial relativamente aos eventuais, mas inevitáveis, abusos que podem ocorrer, mesmo em Estado de Direito. Porém, permanece sempre em aberto uma significativa margem de aperfeiçoamento, correcção ou adaptação, não apenas das soluções constitucionais substantivas, como dos próprios mecanismos do controlo jurisdicional ou das possibilidades de acesso dos cidadãos ao Direito.

Temas tão actuais quanto os da abertura do sistema político a uma maior participação da sociedade civil, de uma maior ligação entre eleitores e eleitos, da racionalização do funcionamento da Administração e da organização administrativa, ou da protecção dos direitos do cidadão nos quadros do instituto da fiscalização da constitucionalidade, reclamam uma consideração ou reavaliação responsável, ponderada, mas não menos corajosa e aberta.

No âmbito específico da sua natureza académica e científica, as Jornadas Constitucionais que aqui se abrem podem, de algum modo, contribuir para fazer o balanço do que foi entretanto realizado, confirmar, esclarecer ou questionar o que é tido por adquirido, mas, principalmente, iluminar e abrir o caminho a novas perspectivas.

**JANTAR OFERECIDO A MULHERES ELEITAS
PARA CARGOS POLÍTICOS**

*(Jornada de apoio ao desenvolvimento económico,
cultural e científico)*

Universidade de Évora

21 de Abril de 1996

Agradeço a todas e todos a vossa presença neste jantar. Neste momento, em que dou início a um conjunto de deslocações e contactos com a sociedade portuguesa, visando marcar a importância do exercício da cidadania, quero afirmar o significado positivo que atribuo ao papel das mulheres na família, no mundo profissional, na cultura e na vida cívica e política. Tenho a convicção de que a participação feminina na vida cívica e política constitui um indicador do grau de aprofundamento de uma democracia. Ao contrário do que muitas vezes se pensa e diz, trata-se de um questão da democracia, de direitos humanos e da sociedade em geral e não de um problema que diga exclusivamente respeito às mulheres.

Tenho acompanhado nos últimos anos as posições de vários organismos internacionais sobre as situações de desigualdade ainda muito frequentes nos domínios do emprego, da educação, da política. Caso das directivas da União Europeia — das declarações do Conselho da Europa (1989) sobre a Igualdade das Mulheres e dos Homens ou ainda das convenções da ONU (1978) sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, da UNESCO ou da OIT. A defesa da igualdade de direitos e de condições para a participação das mulheres na vida política é hoje uma preocupação generalizada nas sociedades democráticas. A nossa Constituição é bem clara neste domínio.

Em Portugal preocupa-me a persistência de grande número de desigualdades, sobretudo no que diz respeito às condições de vida, à pobreza e ao desemprego, de que as mulheres são as maiores vítimas, bem como relativamente ao acesso a cargos de decisão, no mundo da economia e da política.

A democracia trouxe em Portugal novas oportunidades para a realização das mulheres: abriram-se novos espaços de intervenção profissional com destaque para a abertura do acesso à magistratura, à carreira diplomática e a todos os cargos da carreira administrativa. Muitas mulheres se têm distinguido, nos últimos anos, nestas áreas. Temos uma legislação que, em teoria, permitiria a existência de uma sociedade justa neste domínio. Contudo a distância da lei à prática é infelizmente grande.

Gostaria de sublinhar a importância das mulheres na construção da democracia em Portugal homenageando aquelas que se distinguiram durante a resistência à ditadura e as que, depois do 25 de Abril, demonstraram pela sua acção na Assembleia da República, nas autarquias e no movimento associativo que a sociedade só ficou a ganhar com uma maior participação feminina.

Gostaria também de frisar a importância do papel da mulher na família como fonte de equilíbrio afectivo e como gestora de situações muitas vezes difíceis de um ponto de vista económico e social. As políticas de apoio à família são essenciais, sem esquecer a atenção devida aos casos de famílias monoparentais, cada vez mais frequentes.

De igual modo a evolução cultural no sentido de se ultrapassar estereótipos, e a mudança de atitude dos homens relativamente à vida doméstica e à educação dos filhos são importantes. A educação pré-escolar é, neste domínio, decisiva para permitir à mãe um maior investimento profissional e cívico.

É notável a evolução das mulheres no acesso à educação. Constituinto o maior número de analfabetos antes de 1974, as mulheres são hoje mais de 60% dos jovens diplomados pelo ensino superior. Obtendo melhores resultados escolares no ensino secundário, entram mais facilmente para o ensino superior onde obtêm melhores resultados.

Apesar desta evolução o número de mulheres titulares de cargos políticos mantém-se sem alterações significativas desde o 25 de Abril. Só seis em trezentos e cinco presidentes de câmara e só trinta em duzentos e trinta deputados são mulheres (o número de deputadas subiu em 95 ligeiramente).

Acredito que a maior participação feminina na vida política poderia contribuir para a introdução de novos temas e prioridades nas agendas políticas, e poderia contribuir para a inovação no modo como se faz política. Com frequência as mulheres investem mais na defesa de causas nas áreas sociais, no ambiente, em actividades de natureza educativa e cultural. São áreas essenciais à solução dos grandes problemas da humanidade. Mas, em todos os outros domínios, o contributo das mulheres para o desenho das políticas públicas pode ser importante.

Como compreender e ultrapassar as desigualdades existentes no mundo do trabalho e na vida social e política? Penso que a importância da integração nas diferentes áreas sectoriais da dimensão da igualdade pode ser decisiva. De igual modo pode ser decisivo o papel da educação nomeadamente para ultrapassar estereótipos muitas vezes existentes.

A educação para a cidadania é um caminho em que acredito. É importante que a escola ensine e desenvolva o gosto pelo estudo e debate dos temas do mundo actual. O desenvolvimento de competências para a intervenção e para a negociação deve ser igualmente assumido nos processos educativos. A formação de

cidadãos capazes de compreender e intervir no mundo que os rodeia passa também pela educação para os *media* de que já se fala muito.

Se muitas das causas das desigualdades podem ser atribuídas a actos de discriminação, não acredito tratar-se de uma fatalidade de que as mulheres estariam condenadas a ser vítimas. Creio haver todo um percurso a fazer pelas próprias mulheres, sendo necessárias a persistência, a aprendizagem da intervenção, a ambição, a solidariedade de mulheres e homens para esta causa. Aproximam-se as eleições autárquicas onde seria desejável aumentar o número de mulheres: nas freguesias, nas assembleias e câmaras municipais.

Gostaria de deixar aqui um apelo. A sociedade portuguesa necessita de um grande investimento para o seu desenvolvimento social, económico e cultural. Necessita de inovação e solidariedade. Não podemos prescindir da intervenção cívica de mais de metade da população. Não podemos prescindir da competência e da generosidade das mulheres.

Com a vossa ajuda penso que será possível desenvolver uma pedagogia da cidadania no sentido de criar novos equilíbrios e criar espaço para diferentes protagonismos.

SESSÃO SOLENE DE ABERTURA DO ANO JUDICIAL
Supremo Tribunal de Justiça
Lisboa
22 de Janeiro de 1997

Neste acto solene da liturgia judiciária a que me é tão grato presidir, a minha primeira palavra é de homenagem — de homenagem à Justiça de que VV. Ex.^{as}, Senhores Juízes, Senhores Magistrados do Ministério Público, Senhores Advogados, Senhores Solicitadores, Senhores Oficiais da Justiça, sois os símbolos e os artífices institucionais.

E digo artífices institucionais porque a Justiça se é direito de todos e para todos, é também, e terá de sê-lo cada vez mais, dever de todos — poderes e cidadãos, em permanente cooperação.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Na construção do Estado moderno, os poderes foram separados para que os súbditos pudessem ser cidadãos. Mas o essencial da separação de poderes não é a sua divisão, mas a sua interdependência, pois cada um na sua esfera — e pela separação não têm mais do que a sua esfera — não pode fazer tudo.

A Justiça é, por isso, tema de cooperação de poderes — e dos cidadãos com eles.

A insatisfação geral que o funcionamento das instituições judiciárias vem gerando, aqui como por toda a Europa, num quadro de novos conflitos, de acelerado crescimento de litígios e de preocupantes fenómenos de ruptura social e mesmo civilizacional, já não é questão que respeite tão-só a Parlamentos, a Governos e a Tribunais, ou que só por eles possa ser resolvida.

Pelo contrário: num tempo de justa reivindicação da cidadania plena — cidadania dos direitos civis e políticos, do emprego, da habitação, da saúde, da cultura — nela se terá de incluir a cidadania da Justiça, esse indeclinável direito de ver feita justiça e o não menos indeclinável dever de cada um agir e cooperar para o funcionamento, tantas vezes decepcionante, das instituições judiciárias.

Que o mesmo é dizer: a questão da Justiça passou a ser uma questão eminentemente política, no seu sentido mais nobre e mais amplo, que a todos interpela e a todos compromete.

Mas se a realidade problematiza a Justiça, em termos de lhe conferir instante dimensão política, certo é que tal problematização não é isolada e emerge num quadro de dúvidas, de inquietações e de bloqueios, que atravessam todo o tecido político-social e nos levam a falar de crise da educação, de crise do emprego, de crise da segurança, no limite, de crise da contemporaneidade. A crise da Justiça não é, por isso, um fenómeno isolado, sendo antes, e em medida diversa, causa e efeito, num universo global de adaptação da sociedade e do Estado às novas condições do seu percurso histórico.

Essa adaptação é, em primeira linha, objecto da política, logo, tema de cidadania e da intervenção de todos na modelação da Cidade, para usar a magnífica expressão agostiniana.

Neste contexto, e sobretudo a partir da década de 80, vem-se desenhando a tendência para o poder político, na sua intervenção modeladora, responder com a lei à crescente complexidade dos problemas que a vida moderna comporta em sociedades desenvolvidas.

Daí que a crise da Justiça, revelada na insatisfação geral quanto ao funcionamento das instituições judiciárias, e na conseqüente desconfiança com que são olhadas, não tenha a sua origem na

falta de leis. Poder-se-á mesmo dizer que se há alguma coisa que caracteriza as nossas sociedades é a pretensão de tudo regulamentar, porventura com tal largueza que em algumas áreas bem se poderá falar de excesso de leis.

Não há, por isso, uma crise da lei. A insatisfação geral quanto à Justiça e o clima de desconfiança instalado obrigam-nos, sim, a ponderar em que medida não estamos defrontados com uma crise, mas de autoridade, de confiança na autoridade da lei, que se exprime na garantia judiciária.

A democracia existe para que a autoridade não seja ditadura e arbítrio, que em democracia, autoridade é legalidade democrática. Ora a legalidade não se esgota na lei e no seu comando; só é verdadeira e propriamente legalidade quando se cumpre e é feita cumprir. Para isso existe, em última instância, o poder judicial. Trata-se aqui de questão de primeira importância.

É que de bem pouco valerá ter direitos ou deveres, se não houver garantia de que os direitos são respeitados e os deveres cumpridos. De bem pouco valerá ter um Estado de Direito formalmente instituído e formalmente ordenado, se ele não se desenvolver democraticamente e se a democracia não for controlada pelo Estado de Direito.

Pedra-de-toque é o Povo.

Para que os cidadãos não percam a confiança nas instituições judiciárias e continuem a rever-se no seu funcionamento, é preciso mobilizar todos os poderes e todos os cidadãos, para devolver às instituições o princípio ordenador e a dinâmica inicial, perturbadas pela evolução de um percurso cheio de escolhos e de dificuldades.

Revalorizar, neste sentido, o Estado de Direito, é, assim, tema de política e, por isso, de exercício empenhado e responsável da cidadania.

É que sem Justiça e sem Segurança não há direitos dos cidadãos, não há cidadania efectiva.

Cumpre-nos, assim, nas sociedades modernas em que vivemos, tão sofisticada e legalmente regulamentadas, encontrar as vias para impedir que, na voragem do crescimento e da globalização, ser cidadão deixe de ser um estatuto para passar a ser apenas um nome. Questão que a todos interpela e, para cuja resolução, insisto, se exige o contributo de todos — cidadãos e poderes.

Há-de ser, por isso, na cooperação dos poderes entre si, e dos cidadãos com os poderes, que teremos de enfrentar a crise de autoridade que nos inquieta e preocupa, e restabelecer a plena confiança de todos nas suas instituições judiciais.

O crescimento económico, a rápida alternância de ciclos de expansão com ciclos de recessão, o desemprego, a exclusão social, a droga, as condições de vida dos meios urbanos, fizeram subir em flecha e com incontrolável rapidez o volume de processos — civis e criminais — a cuja resolução os tribunais foram chamados. E, com acelerado ritmo, trouxeram-lhe novas questões, de insuspeitada complexidade. E nem os ajustamentos da organização judicial, nem as modificações introduzidas nas leis de processo, se revelaram suficientes para uma resposta eficaz à nova situação criada.

Importará mesmo considerar se o tipo de organização e de procedimentos instituídos ainda terão virtualidades para dizer o Direito e modelar as realidades do presente e do futuro.

A crise da Justiça vem assumindo, efectivamente, tal dimensão nas sociedades desenvolvidas que passou a ser também objecto de cultura, e, por essa via, de alargado debate sobre os seus pressupostos, quadros de funcionamento e medidas e meios de permanente reconstrução do tecido social, rompido pelas violações do ordenamento constituído.

A indispensabilidade de nos mantermos abertos a esse debate e de nele participarmos, de colhermos os seus ensinamentos e de os vertermos nas práticas e nas leis, não nos dispensa, todavia, de olhar para o imediato e para ele encontrar respostas.

Neste sentido, vale a pena relembrar que a morosidade da Justiça se tornou endémica, a opacidade do seu funcionamento acentuou-se e a margem de ineficácia da sua intervenção passou a ser um lugar-comum de todas as retóricas, das autoritaristas às libertárias.

O bloqueio do sistema radica essencialmente em três áreas: excesso de leis, burocracia e excesso de garantismo das leis de processo, desregulação da organização judiciária.

A criação de leis não pode, efectivamente, ser o modo habitual de dar resposta às interpelações do quotidiano. À parcimónia do legislador há-de, sim, corresponder a iniciativa do Executivo, no quadro e pelos meios que lhe são próprios, com a eficácia, e também os riscos, de, no caso, dizer o sim e dizer o não. E sem qualquer perigo para a democracia, sublinhe-se, desde que, em sede própria — a Assembleia da República — continue a efectivar-se, de modo cada vez mais amplo, a responsabilidade política do Governo. Só por esta via poderão os tribunais cumprir a sua função de racionalização da sociedade e deixar de tender para suprir, no quotidiano, as deficiências ou as omissões dos Parla-mentos e dos Governos, com uma indesejável judicialização do político e, conseqüentemente, uma não menos indesejável politização do judiciário.

Mas os procedimentos instituídos são também motivo de bloqueio, e, por isso, as leis de processo terão de ser simples e expeditas.

Com louvável e compreensível generosidade, construámos, quer em processo penal, quer em processo civil, um sistema tão aper-

tado de garantias, que ele se transformou num perigoso factor de bloqueio da Justiça, sobretudo quando está em causa a perseguição criminal dos poderosos — «não tenho colarinhos», desabafava em recente reportagem de televisão uma senhora humilde, gravemente vitimada nos seus direitos —, os quais podendo custear sofisticada utilização dos meios que a lei faculta, acabam por atrasar, indefinidamente, o apuramento das suas responsabilidades, por essa via constituindo motivo de escândalo, de injustificada desigualdade de tratamento, e, no limite, de acrescentada desconfiança no funcionamento dos tribunais.

Não é possível — e cito apenas alguns casos — manter uma tramitação processual de complexas e sofisticadas fases e contra-fases, um sistema de recursos, às vezes em triplo e quádruplo grau, para tudo o que não sejam decisões de mero expediente, uma panóplia tão larga de fundamentos de adiamento de audiências que se eternizam os processos, ou uma nova acção para fazer cumprir o direito já declarado por sentença, com tramitação tão complexa e morosa como a utilizada para fazer reconhecer o direito violado.

É preciso que convenhamos de um modo definitivo em que se é indispensável uma forte garantia de direitos, de legítimos interesses e de liberdades tão duramente conquistadas, o excesso de garantismo, tornando ineficaz o funcionamento das instituições judiciárias, retirará toda a protecção aos direitos, interesses e liberdades que afinal visava acautelar — o excesso de garantismo é a via mais rápida e perigosa para a denegação da Justiça que as próprias garantias se destinam a tutelar, criando nos cidadãos uma crescente desconfiança nas instituições e no seu papel protector.

Não admira, por tudo isto, que as instituições judiciárias, formalmente organizadas, corram o risco de entrar em desregulação,

impotentes para dar resposta eficiente e rápida a uma explosão de litígios, vertida em procedimentos burocratizados e propícios a todos os expedientes dilatatórios.

A necessidade de compaginar celeridade e volume de processos, justiça pronta e sucessivas dilações legalmente toleradas, exigência de verdade e rigor com práticas sociais de laxismo e de falsificação de justificações — como é o caso das faltas a diligências judiciais —, impedem que a actividade dos tribunais se desenvolva de modo ordenado.

A questão assume particular delicadeza em Lisboa e Porto, onde os tribunais cíveis ocupam grande parte do seu tempo com a cobrança de dívidas de entidades financeiras e de seguradoras; e, nos meios urbanos, em que a droga e a criminalidade de rua, a ela associada e por ela causada, enxameiam secretarias judiciais e salas de audiência.

Ora se todos concordaremos em que se torna necessário prolongar o esforço de organizar meios simples para obrigar os devedores a pagar as suas dívidas, ou, pelo menos, de encontrar procedimentos extrajudiciais expeditos de não onerar fiscalmente os credores com a proliferação de devedores relapsos, já a questão criminal assume maior complexidade.

A insegurança urbana que começa, aliás, a contagiar cada vez mais as zonas rurais e o interior, é causada, essencialmente, pela criminalidade de rua, que, por sua vez, tem origem no fenómeno da droga.

É questão para a qual temos de olhar com toda a determinação, mas com a prudente humildade de ser matéria em que o mais que temos é não ter certezas — apenas uma: que para tal flagelo não há só uma resposta, há várias, e todas elas insuficientemente eficazes. Na minha recente deslocação ao Chile, mais uma vez me defrontei com a reiterada afirmação, por responsáveis da América

Latina, de que a droga, independentemente de mecanismos preventivos e repressivos, introduz na sociedade uma ruptura de imprevisível recuperação.

«As nossas sociedades estão gravemente afectadas pela corrupção, pela lavagem do dinheiro, pelos sistemas alternativos de justiça», diziam-me, e «as vossas hão-de estar».

Sério aviso que nos obriga a reflectir e a actuar.

Não pensemos, sobretudo, que a repressão do tráfico e a dura penalização dos traficantes, cuja indispensabilidade se impõe sublinhar sem qualquer reticência, resolverá o problema. Serão tão importantes como a cirurgia dos cancros, mas aí de nós se cedêssemos à tentação de deixar de procurar as causas e os remédios definitivos. E se é domínio em que nenhuma certeza existem, então não delonguemos uma mobilização mais alargada de meios, de pessoas e de iniciativas, para observar, aferir e ajuizar da praticabilidade e eficácia relativa de todas as experiências que se vão fazendo no mundo, para abrir auscultações, reflexão e debates em todas as comunidades, para expandir e racionalizar terapias e seus custos à luz dos conhecimentos actuais, para sensibilizar a opinião pública da complexidade desta verdadeira doença da civilização, de modo a que se não crie a perigosa ilusão de que lei e ordem possam ser, no estado a que se chegou, caminho único para combater tal desgraça.

Os esforços utilizados na prevenção da toxicod dependência, são, evidentemente, essenciais e é necessário aprofundá-los todos os dias. E não posso deixar de acentuar também a importância da educação neste domínio, pela dimensão moral cada vez mais necessária no processo educativo.

Numa sociedade que privilegia a não reflexão e a resposta imediata, é preciso reforçar a dimensão da responsabilidade perante os jovens.

Ao valorizarmos a dimensão afectiva no relacionamento, na família e na escola, ao promovermos o estímulo e ao criarmos condições para a partilha e para a participação, estamos afinal a contribuir para a formação de personalidades menos vulneráveis e mais empenhadas no futuro.

Vejo com inquietação algumas pessoas participarem em manifestações contra aqueles que estão dependentes de uma ou de várias substâncias.

Não posso aceitar que a guerra à droga se transforme na guerra aos utilizadores de drogas!

É preciso acentuar que o debate sobre a toxicodependência tem de contemplar uma dimensão de responsabilidade ética.

Sei bem, sabemos todos, que a marginalização só contribuirá para o agravamento do problema e que o empenhamento dos que sofrem e das suas famílias é essencial para a sua recuperação.

O modo como em muitos países, entre os quais Portugal, os utilizadores de drogas foram capazes de tomar medidas preventivas face à epidemia da sida, faz-me pensar que, também no domínio da droga, é essencial responsabilizar os actores no processo de resolução do problema.

Estou, portanto, empenhado em aprofundar o debate sobre a droga, ultrapassando a discussão habitual sobre as carências de soluções preventivas e terapêuticas, que são conhecidas de todos, particularmente daqueles ligados ao sistema judicial.

A questão económica ligada ao problema não pode ser esquecida; e gostaria, também por isso, que se discutissem abertamente todos os prós e os contras da actual política de proibição das drogas.

Observo com atenção experiências em curso noutros países, de que cito, a título de exemplo, a política de «redução de riscos».

Esta orientação prevê a possibilidade de redução dos prejuízos causados pela droga, através da substituição desta por substâncias controladas medicamente.

Este procedimento não implica a perda do objectivo final da luta contra a droga, mas permite que pessoas, há muito dependentes e gravemente marginalizadas, possam melhorar a sua saúde e interromper comportamentos à margem da lei.

São estes alguns dos pontos que poderão ser tratados em posteriores reflexões, que espero participadas.

A criminalidade de rua que aparece associada à droga — para não falar dos furtos e violências familiares que o pudor das pessoas mantém na reserva doméstica — não pode, naturalmente, esperar pela cura de uma doença de etiologia e terapêutica eivadas de dúvidas e de perplexidades.

Exige-se aqui a instituição de processos rápidos que permitam levar a julgamento em poucos dias todas estas situações de delinquência, *pari passu* com mecanismos de justiça restaurativa — aliás, as preferidas pelas vítimas, como evidencia inquérito recente — de que cito, por exemplo, o trabalho a favor da comunidade ou a indemnização às vítimas, operada directamente pelo ofensor ao lesado, em condições por ambos acordadas, sob tutela do juiz.

Mas a acção da Justiça só será minimamente eficaz em termos de paz pública se for reforçado o necessário clima de confiança entre os cidadãos e as polícias.

A diminuição da exigência de intervenção judicial passa, efectivamente, por uma grande proximidade entre as populações e as autoridades policiais, e pela confiança que a sua acção possa gerar. É, por isso, indispensável que as polícias e as suas esquadras sejam sempre sentidas como factores de protecção e que se enfatize o rigor no emprego dos meios de coacção disponíveis e o respeito pelo cidadão, ainda que sujeito a acção policial.

Para o que será de grande utilidade que as esquadras policiais possam dispor em permanência de um defensor para os detidos que assegure, de imediato, a protecção dos seus direitos — com o que sairão prestigiadas as polícias e melhor garantidos os direitos dos cidadãos.

Mas que fique bem claro: o Estado tem o direito e tem o dever de usar a força que seja indispensável para fazer respeitar a lei e restabelecer a ordem. Mas só a indispensável.

Sempre que um agente da autoridade excede manifestamente o nível de força que uma situação exige, impõe-se um imediato esclarecimento que reconstitua a paz pública que pelo uso da força se pretendia restabelecer, e que é, de novo, perturbada pelo excesso cometido; e o agente tem de ser, sem delongas, enviesamentos, ou tergiversações, responsabilizado e penalizado — em primeira linha pela própria instituição a que pertence.

Com o que não se desautorizam, nem se enfraquecem as polícias. Antes pelo contrário: não só se prestigiam perante os cidadãos, como aperfeiçoam a ética da sua conduta e contribuem para a existência de corpos altamente disciplinados e conscientes do sentido e limites da sua actuação.

A criminalidade de rua e a droga são ainda factores de peso no estado de sobrelotação a que chegaram as nossas prisões, pela prática estabelecida em matéria de prisão preventiva e pela morosidade dos procedimentos judiciais.

Antes de mais é importante que a comunidade, toda a comunidade, interiorize que a prisão preventiva não é uma punição antecipada, por isso que nos mantemos irrecusavelmente fiéis a que todo o acusado se presume inocente até que seja condenado em definitivo por um tribunal.

É que a natureza ou gravidade de um crime não deverá continuar a ser critério para prender preventivamente quem quer que

seja: ou há perigo efectivo de continuação da actividade criminosa, de perturbação da investigação criminal ou de fuga à acção da justiça, ou então todo o arguido em que não concorra tal perigo deve aguardar o julgamento em liberdade, com sujeição a medidas cautelares alternativas, que o juiz entenda no caso adequadas.

A questão da prisão preventiva, exactamente porque se dirige a um presumível inocente, tem levado a que legisladores e juízes, políticos e publicistas, discutam por esse mundo fora se não deverá mesmo ser decidida por um colectivo de três juízes, em audiência pública sujeita ao princípio do contraditório.

É que também aqui se impõe aperfeiçoar, na lei e nos costumes, o princípio da igualdade de armas, hoje tantas vezes perturbado pela dimensão mediática que as questões criminais passaram a ter.

A deslocalização do político para o judiciário e o consumo fácil pela opinião pública das situações criminais de maior impacto trouxe, efectivamente, acrescidos problemas à protecção da presunção de inocência e à necessidade do tempo e distância próprias da decisão judicial.

Para que tudo seja preservado — presunção de inocência, condições de decisão judicial e direito de informação — é necessário fundar regras claras que, gerando um indispensável espaço de comunicação e adequados limites de reserva, não transformem os *media* em tribunais e os agentes da Justiça em *opinion makers*. Para isso é necessária a definição de regras de publicitação de factos processuais e de decisões judiciais, que sejam compatíveis quer com os valores da Justiça, quer com as exigências da comunicação social, a quem se terá de pedir, no tratamento destes temas, sólida formação técnico-jurídica que habilite os profissionais do sector a compreender todo o alcance da linguagem, do tempo e da decisão judiciais.

Aqui a palavra é do legislador, pois não poderão ser os agentes da Justiça, no terreno, e caso a caso, quem há-de definir o quadro de funcionamento do espaço mediático nas suas relações com o judiciário.

Assim se poderá contribuir, em acréscimo, para um alargado entendimento de que a responsabilidade política não passa pelos tribunais, mas pelos órgãos constitucionalmente instituídos para, nesta sede, louvarem, censurarem, pedirem contas.

O respeito pela função de cada poder é essencial para a democracia. Os juízes não são a garantia jurídica das disfunções dos outros poderes.

Quiseram os constituintes, quer a Constituição da República, que o Estado de Direito fosse garantido, e a democracia constantemente racionalizada, por magistrados providos mediante concurso de provas públicas, com uma carreira definida por lei, independentes, irresponsáveis e inamovíveis — essa a sua função e o seu estatuto.

A vontade do Povo — e quem senão o Povo! —, expressa pelos constituintes na Constituição da República, funda a legitimidade democrática dos juízes, como a nomeação do Procurador-Geral da República pelo Presidente da República, sob proposta do Governo, para dirigir um corpo autónomo, hierarquicamente organizado e hierarquicamente responsável, funda a legitimidade democrática do Ministério Público.

Neste domínio, sejam quais forem as conclusões a que cheguem os constituintes, sempre se terá de assegurar que as soluções encontradas permitam ao Ministério Público ser dirigido e ter actuações com o mesmo mérito assinalável que o têm distinguido. Tudo isto não pode nunca significar que a actuação e as decisões judiciais estejam imunes ao livre exercício do direito de crítica. Em democracia não há intocáveis.

Mas a crítica das decisões judiciais terá sempre de se fazer não só com respeito pela independência dos tribunais e sem associação a comportamentos que revelem ilegítimas pressões, mas também com observância do necessário rigor, que não se compagina com um conhecimento deficiente da lei ou dos processos específicos de formação da decisão judicial.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

A simplificação e celeridade dos procedimentos judiciais só contribuirão de um modo decisivo para a melhoria do estado da Justiça se a organização e o funcionamento dos tribunais comportar acrescidos meios de trabalho e aperfeiçoamento do estatuto dos magistrados e da sua actividade.

A Justiça não é um luxo, nem pode estar apenas ao dispor dos que dispõem de meios vultuosos para assegurar a defesa dos seus interesses, com o que isso importa de discriminação de cidadania para largos estratos da população.

Nem deve esmorecer, agora na perspectiva da sua organização, o louvável esforço de dotar os tribunais com os necessários instrumentos da tecnologia moderna, sem o que não será possível, nem racionalidade, nem optimização, sobretudo do trabalho daqueles com quem na minha vida de advogado tanto aprendi — os Senhores Oficiais de Justiça.

Mas o funcionamento das instituições judiciárias se depende de uma adequada cooperação entre todos os agentes da Justiça, exige também um permanente diálogo entre magistraturas, sobretudo através dos seus órgãos de gestão e de disciplina; e destas com os advogados, por intermédio da sua Ordem.

Sem advogados não há processo, nem garantias, nem Estado de Direito.

À dignidade da sua função, tem de continuar a corresponder por parte dos magistrados judiciais e do Ministério Público um alto

sentido de respeito mútuo e de saudável cordialidade, sem prejuízo da posição eminente e superpartes que aos juízes sempre terá de ser reconhecida e que nem sempre é por todos partilhada com a mesma clarividência e com o mesmo empenho.

Mas a cooperação orgânica deve ser estendida, no respeito dos respectivos estatutos, à Assembleia da República e ao Governo, responsáveis e impulsionadores de toda a política legislativa; e no caso do Governo, também da política criminal.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Como todas as sociedades modernas, também nós estamos de-
frontados com a crise da Justiça.

Em democracia, ter problemas não é dramático. Só os regimes totalitários não têm problemas, porque os escondem. Seria, sim, dramático se não estivéssemos atentos a eles ou, despidos de injustificáveis corporativismos, não dispuséssemos da vontade e dos meios para os resolver.

Termino, por isso, com uma palavra de apelo e de grande confiança: de apelo, a uma renovada atenção e empenho de todos no trabalho pela Justiça e pela dignificação das suas instituições; de grande confiança, na energia e determinação de todos para travar este combate.

É que se a qualidade da Justiça depende do empenho e da capacidade dos seus agentes formais, depende também, e muito, do modo como cada um, em responsável exercício da cidadania, coopere com as instituições judiciárias.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Que a cidadania vença, para que a Justiça se cumpra!

SESSÃO COMEMORATIVA
DO DIA INTERNACIONAL DA MULHER
Palácio Nacional da Ajuda
8 de Março de 1997

*A*s cerimónias comemorativas como esta que hoje nos reúne em torno da celebração do Dia Internacional da Mulher, criam a oportunidade de sublinhar uma ideia, um conjunto de valores, um contexto que se deseja que a comunidade nacional interiorize como elemento constitutivo da sua própria identidade. Creio, todavia, que o mero comemorativismo, banalizando rituais de uma socialização abstracta, pode afinal distrair as nossas atenções do ponto essencial da responsabilidade que aos titulares do poder está confiada: a avaliação concreta do estado da sociedade, no que diz respeito à prática de uma igualdade efectiva de direitos, à definição de políticas para a consagração dessa igualdade, à assimilação cultural das práticas sociais que lhe deverão estar associadas. Esta é a nossa responsabilidade e ela não pode ser subsumida no simples recurso a uma celebração anual. Exige-se mais, porque, em boa verdade, temos de reconhecer que há ainda um longo caminho a percorrer.

Sei que o Governo não deixará de fazer o seu melhor para materializar uma opção política que tornou clara e, assim, honrar as propostas que assumiu perante o eleitorado. Na efectivação dessa política terá sempre, sem dúvida, o meu estímulo e apoio. Quero, aliás, aproveitar para sublinhar a importância das decisões tomadas no último Conselho de Ministros sobre esta matéria.

Na sua essência, as temáticas evocadas pelo Dia Internacional da Mulher não se reduzem apenas à questão da consagração de

direitos — sem dúvida necessária, porque muitos há ainda a consagrar. Elas abarcam ainda uma profunda questão de valores, e como tal toda uma problemática cultural, e delicadas e complexas questões sociais. É com um tema de civilização, que, no fundo, estamos confrontados.

Se é verdade que em matéria de defesa de princípios e de valores não deve haver concessões, não é menos verdade que a sua defesa pressupõe um empenhamento, uma persistência, uma prática política e social de consagração desses princípios e valores como novas dominantes culturais de uma sociedade. A sua defesa pressupõe opções claras.

Hoje, em tantos casos, e não apenas neste, instalou-se, progressivamente, a noção de que o essencial das diferenças que polarizaram as sociedades até à década de 80 desapareceram. Hoje essas diferenças parecem esbater-se na procura de um certo tipo de consensos que nascem mais de conveniências de estratégia política do que de uma relação efectiva de dependência entre esses consensos e a consagração de novos direitos.

Procurei lutar toda a minha vida em nome de convicções. Creio que a afirmação serena, mas constante e coerente, das nossas convicções longe de ser um factor de divisão é um factor de clarificação de caminhos e escolhas, um factor de construção de uma identidade e, como tal, de mudança das sociedades. É o exercício das nossas convicções que nos liberta do amorfismo e da anomia, é esse exercício que caracteriza a dimensão política essencial da cidadania: lutar por uma causa que julgamos melhor servir os Portugueses.

Onde parecem não existir escolhas possíveis, ou sequer necessárias, verifica-se, inevitavelmente, o desinteresse do indivíduo pelo processo político, a limitação da cidadania activa e, nesse estrito sentido, o enfraquecimento do regime democrático.

Cabe, em primeiro lugar, aos partidos políticos, a função essencial de clarificar as opções, confrontar caminhos, discutir valores, debater as diferenças entre as políticas que são factores de identidade de cada um deles.

Esta é uma tarefa da maior importância. É certo que a crise das ideologias que marcou o início da década de 90, o estreitamento das opções macroeconómicas colocadas à disposição dos países inseridos em espaços económicos em processo de convergência, e a consagração efectiva de muitos direitos que, durante décadas, foram território de confronto entre programas diversos para a sociedade, funcionaram no sentido de atenuar, aos olhos de observadores menos atentos, as diferenças, as opções, os caminhos.

Mas hoje, por um lado a reemergência da questão social, enquanto questão central das sociedades contemporâneas, colocada na ordem do dia pelo agravamento dos processos de exclusão social, por outro a complexidade das novas questões éticas, e o fenómeno da xenofobia, entre vários, vieram de novo exigir uma clarificação dos valores que cada um defende, dos direitos que se deverão consagrar, do sentido que se quer dar à cultura e aos valores dominantes da sociedade portuguesa.

Só esta prática de assunção clara de posições permitirá a evolução e a clarificação dos direitos que no plano político deverão obter vencimento. Só assim se poderá transformar a vontade reformista e o acto legislativo correspondente em realidade efectivamente vivida.

Permitam-me que aproveite, por isso, para saudar todos aqueles que com convicção, primeiro, e com frontalidade, depois, se manifestaram a favor ou contra a alteração da lei vigente sobre a interrupção voluntária da gravidez. O confronto de posições que se colocam perante a consciência individual de cada um e

que, naturalmente, nos divide nas opções a tomar, trouxe consigo um sobressalto de cidadania, uma militância por valores, e uma atenção ao fenómeno legislativo e às suas incidências que foi extremamente enriquecedora.

Oxalá, tantos outros problemas éticos e de direitos colocados hoje perante a sociedade, mas, tantas vezes, sem eco na agenda política, possam colher merecimento em iniciativas legislativas e em consultas mais amplas que permitam esclarecer o sentido que queremos dar à transformação da nossa sociedade e a extensão do direito que queremos consagrar à livre escolha de cada um.

As sociedades e os regimes políticos só evoluem revelando as escolhas, e sobre elas tomando posição e nunca evitando, por esta ou aquela conveniência de momento, a respectiva clarificação.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Quis comemorar este Dia Internacional da Mulher com um conjunto de cerimónias simbólicas que chamassem à atenção para alguma da substância das coisas, para a necessidade de insistir, dia a dia, na afirmação das nossas convicções profundas sobre a prática da igualdade de direitos.

Faço-o, juntamente com a minha mulher, permitam-me que o diga, de uma forma duplamente simbólica, mas visando, em ambos os casos, dar um sinal de estímulo e incentivo. Ontem, visitando um conjunto de realidades sociais e empresariais protagonizadas por mulheres, que afirmaram o seu caminho e as suas carreiras baseadas no seu mérito pessoal e na qualificação das suas iniciativas. Hoje, distinguindo um conjunto de mulheres a quem a República, ao condecorar, presta um tributo de reconhecimento ao valor e ao trabalho que com tanta coragem, qualidade e mérito realizaram.

Por condecorar apenas mulheres esta é uma cerimónia discriminatória, tenho disso consciência. Mas é assumidamente discriminatória, porque essa discriminação é ainda necessária.

Não o faço, todavia, por acreditar que este é um problema que diga exclusivamente respeito às mulheres. Trata-se de um recurso destinado a chamar a atenção para um problema que é uma questão de democracia, de direitos humanos e da sociedade em geral. Não quero, em matéria de direitos, nem tornar-me fastidioso com a listagem daqueles que já são lei, nem percursor, ao tentar enumerar aqueles que possa pensar que estão por consagrar. Não porque queira, neste último caso, fugir às minhas responsabilidades, mas pela simples razão, que assumo em toda a sua extensão, de que não tenho ideias fechadas sobre os caminhos a seguir para consagrar na prática uma efectiva igualdade.

Ao longo das últimas três décadas, para recuar apenas até aos meus tempos de Universidade, muitos têm sido, internacionalmente, os caminhos testados. Sobre essas escolhas há opiniões genuinamente divergentes. Ainda que muitos desses caminhos possam, até, ser complementares.

Tão-pouco me quero alongar detalhadamente no enunciado dos problemas que hoje afectam ainda um número tão impressionante de mulheres portuguesas: da violência doméstica a práticas empresariais discriminatórias, do assédio à falta de apoio às famílias monoparentais; do peso de tantos preconceitos a uma vida política ainda esmagadoramente fechada à participação cívica das mulheres.

Todos os indicadores mostram graus elevados de discriminação feminina, na participação, na população activa, no emprego, no desemprego, na distribuição profissional do emprego e das qualificações, na precariedade do emprego, na duração do trabalho e na remuneração.

A disseminação de novas formas de reorganização do tempo de trabalho ou o acesso à educação e à formação atingem diferentemente homens e mulheres, porque diferente é também a partilha entre os sexos das actividades não remuneradas, dentro e fora das famílias.

Sem querer entrar no pormenor de cada um dos temas, que a Doutora Teresa Beza aliás aprofundou com o brilho que lhe é reconhecido — e a quem quero prestar o meu público agradecimento por ter aceite participar, como oradora, nesta Cerimónia —, quero, todavia, sublinhar dois aspectos que me merecem a maior atenção.

O primeiro, prende-se com uma certa cultura empresarial ainda muito instalada onde vigoram inaceitáveis práticas discriminatórias no acesso ao emprego, violação de direitos constitucionalmente consagrados, abuso do trabalho precário e a quase constante prioridade dada no despedimento às mulheres.

O segundo, prende-se com a dimensão da exclusão social. A sociedade portuguesa, bem como a sua economia, têm passado por um processo de reestruturação no sentido da sua modernização. Este processo de modernização desenvolveu-se, porém, sem que muitas das conquistas sociais, nomeadamente no domínio da igualdade de direitos — mesmo se consagrados na Constituição e nas leis ordinárias —, tivessem tido tempo de se enraizar na sociedade, nem por via do sistema educativo, nem por via de uma persistente e generalizada reivindicação social.

A modernização recente da sociedade portuguesa provocou um processo de marginalização de certos grupos sociais e em todos eles as mulheres são ainda mais duramente afectadas que os homens. Julgo que não podemos assistir, sem reflectir nem agir, à extensão que já alcançou entre nós, à escala europeia, o fenómeno da exclusão social, quer no seu todo, quer, em particular, na forma como ele afecta as mulheres.

Nas últimas décadas assistimos à transformação da organização económica que tendia a garantir o pleno emprego, mas assistimos também à desestruturação das relações familiares e, por isso, ao enfraquecimento de todas as solidariedades que ela acarretava, e dos efeitos sociais a ela associados.

No plano individual, tudo isto se traduz num risco acrescido de fenómenos de exclusão de que nenhum grupo social se pode hoje considerar a salvo. Do quadro de empresa ao trabalhador indiferenciado — com impactos diferentes, naturalmente — o risco da desafiliação social e da exclusão são cada vez maiores. Há uma crescente espiral de precariedade que envolve na insegurança e num futuro sem esperança grandes franjas da população. Assistimos ao desenvolvimento de uma cultura do aleatório, sem valores de referência, sem consolidação de mecanismos de integração do indivíduo no grupo, na vizinhança, na família, nas práticas institucionais da sociabilidade.

Assistimos à generalização de situações ambíguas, de espaços intermediários entre estudo e emprego, entre desemprego e reforma, feitos de estatutos incertos, frequentemente provisórios, onde se difundem os riscos permanentes de precarização. E quanto mais incertos e precários são esses estatutos, mais difícil se torna a aplicação, a defesa e o desenvolvimento de direitos sociais.

O silêncio fruto da precariedade do emprego é humilhante no plano individual e inaceitável no plano político.

É preciso agir com firmeza e reconhecer que, muitas vezes, o discurso sobre estas questões, e as políticas que sobre elas se formulam, se dirigem muito mais aos efeitos, tentando minorá-los, do que às causas, tentando erradicá-las. As políticas que procuram agir apenas sobre os efeitos sociais das políticas económicas têm limitações evidentes.

É necessária, à escala europeia, uma nova sensibilidade à questão social. À origem dos seus problemas: a desigualdade, a injustiça. Uma nova sensibilidade à necessidade de ponderar com rigor o impacto social de longo prazo das políticas económicas adoptadas. Nas sociedades contemporâneas, a função social do Estado não se pode esgotar nas políticas amenizadoras da exclusão extrema, e só poderá adquirir uma nova amplitude se se reforçarem também as políticas que dão prioridade à melhoria do sistema educativo, à protecção da família, à preservação dos direitos sociais adquiridos e à consagração de outros que há muito deviam ser realidade em Portugal e na Europa.

A reforma do Estado Providência deve, por isso, assentar numa dimensão social que tem de ter como objectivo a consagração de políticas sociais activas, favorecendo a inserção social e profissional.

A resolução de muitos dos problemas que afectam as mulheres portuguesas passa por estas questões. Por isso, me permiti abordá-las hoje, aqui, convosco. Se é verdade que muitos dos problemas que afectam as mulheres assumem um carácter específico, é também verdade que a maior parte desses problemas não encontrará resposta noutra plano que não seja o plano da sociedade no seu todo.

Reconheço, porém, que as desigualdades que afectam as mulheres também não podem ser entendidas como uma fatalidade, dada a persistência do fenómeno, a ineficácia da legislação e a ausência de uma nova geração de políticas inovadoras. Como todas as questões sociais, elas exigem um comprometimento para a sua solução.

Mas, no pior dos cenários, se muitos empresários não forem capazes de encontrar uma nova racionalidade para as relações de trabalho, se o Estado não for capaz de formular políticas activas,

umas, e repressivas, outras, susceptíveis de consagrar direitos e de reprimir abusos, se os partidos e os sindicatos não forem capazes de persistir na luta pelo aprofundamento desses direitos e na denúncia das discriminações, se isso não se fizer, se os actores políticos e económicos não forem capazes de cumprir o seu papel, as desigualdades não serão, apesar disso, uma fatalidade a que as mulheres estão condenadas a ser vítimas.

Haverá todo um percurso que será, sem dúvida, trilhado pela própria sociedade, feito de persistência, de aprendizagem de intervenção e determinação, feito em solidariedade entre os homens e as mulheres que se reconhecem nesta causa.

No fundo, foi assim que se consagraram muitos dos avanços e conquistas sociais. Pela força dos indivíduos no exercício das suas convicções. Mas será isso que queremos que aconteça na sociedade portuguesa? Será isso sinal e expressão de uma democracia consolidada, ou sinal de alerta para um défice de representação de muitas necessidades e anseios que, por esta ou aquela razão, não estão já, ou ainda, na ordem do dia.

Reconheço, alertando, sem dramatismos, que se está a desenvolver em Portugal um défice de eficácia das instâncias de representação. É preciso ter a maior atenção a este fenómeno.

Por isso, para além do simbolismo desta cerimónia, não me quis escusar de olhar para o que julgo ser a substância das coisas: uma clarificação de convicções, uma renovada atenção aos temas da questão social, a exigência de os agentes políticos e económicos cumprirem o seu papel de representação e modernização solidária da sociedade portuguesa.

É preciso fazer mais por esta questão. É preciso ter a coragem de marcar as diferenças, assumir opções, dar corpo nos partidos à questão da desigualdade e denunciar com firmeza os abusos, as prepotências, as práticas discriminatórias.

Minhas Senhoras e meus Senhores,
Hoje tive o privilégio de poder distinguir um conjunto de mulheres cuja obra e notoriedade pública é por todos reconhecida ou merece sê-lo, no meu entendimento.

Mas quero, com este conjunto de actos simbólicos, evocar todas as mulheres portuguesas e deixar-lhes o testemunho claro da minha atenção à diversidade das problemáticas que exigem uma dedicação constante à defesa de conquistas sociais, à determinação na contenção de práticas abusivas e ao empenhamento no alargamento de direitos.

Uma política de efectiva igualdade de oportunidades entre homens e mulheres é uma condição essencial ao alargamento da cidadania e ao aprofundamento da democracia. Oxalá esse caminho se possa percorrer cada vez mais depressa. Trabalhemos por e para isso.

CAPÍTULO III

DEFESA NACIONAL
E FORÇAS ARMADAS

*«A Defesa, sendo uma questão nacional,
é não apenas militar mas também cultural,
económica e política na mais ampla acepção da palavra.»*

*«A Defesa é, acima de tudo,
uma manifestação da vontade nacional.»*

SESSÃO DE ABERTURA DO ANO LECTIVO 96/97
DO INSTITUTO DE DEFESA NACIONAL
29 de Novembro de 1996

É com particular prazer que me encontro nesta Casa, acedendo ao amável convite do Senhor Ministro da Defesa Nacional. Enquanto Presidente da República e Comandante Supremo das Forças Armadas é para mim uma honra dirigir-me a uma tão ilustre audiência de especialistas em questões tão importantes para o País, como é o caso da Segurança e da Defesa Nacional. E quero agradecer ao Senhor Professor Doutor Ernâni Lopes, a circunstância de nos ter tão estimuladamente motivado, através da conferência inaugural que acabou de proferir, para aquilo que no fundo deve ser, permanentemente, o debate no País e também nesta Casa.

A actual conjuntura político-estratégica mantém contornos de imprevisibilidade e instabilidade, característicos de um sistema internacional em transição, em que as lógicas de fragmentação e integração se cruzam e geram movimentos complexos e contraditórios. A par com a emergência de renovadas oportunidades tendentes a uma maior cooperação e diálogo entre as nações, coexistem focos de instabilidade e conflitos declarados ou potenciais em várias regiões do Mundo, provocados por uma onda de tensões longamente contidas, de natureza étnica, religiosa, cultural e política. Num mundo marcado pelo fenómeno da globalização e pela multipolaridade e heterogeneidade de modelos políticos, culturais e civilizacionais, os riscos para a segurança e para a estabilidade podem resultar de decisões políticas identificadas ou de

Jorge Sampaio | *PORTUGUESES*

fenómenos diversificados e complexos, como sejam os fluxos migratórios desordenados, as crises económicas induzidas, o terrorismo e o narcotráfico.

O carácter global de muitos destes fenómenos e a tipologia multifacetada, imprevisível e transnacional dos novos riscos para a segurança, exigem que as estratégias de resposta para lhes fazer face sejam perspectivadas numa concepção mais ampla e integrada de segurança, entendida como um aspecto essencial da globalização. Exigem um conceito alargado de segurança que abranja não só a indispensável dimensão de defesa, mas também os aspectos políticos, económicos, sociais e ecológicos de resposta, e no qual avultam a cooperação e a solidariedade nos vários domínios como elementos essenciais. A Defesa, como factor indispensável para garantir a Segurança, deve também ser perspectivada num contexto de mundialização das interdependências e dependências, o que aponta para o necessário aprofundamento do seu carácter pluridisciplinar, num quadro coerente com as diferentes vertentes da Segurança.

Existe hoje, conseqüentemente, um crescente entrosamento entre política externa, segurança e defesa, que determina uma permanente interacção na formulação de objectivos e na identificação de modalidades de acção.

A este propósito, e ao olhar para esta sala hoje, merecerá a pena lembrar quão difícil era, suponhamos há trinta anos, abordar as questões da defesa de uma forma tão aberta; quão difícil era, sequer, associar defesa e segurança; e que tudo, afinal, só foi possível em Portugal, com o advento da democracia.

Não quis deixar de fazer esta referência aqui, hoje, porque este Instituto, e antes dele esta própria sala, foram palco não apenas de agradáveis Cursos de Auditores de Defesa Nacional mas também de grandes confrontações que, de alguma forma, moldaram o tempo que estamos a viver.

SESSÃO DE ABERTURA DO ANO LECTIVO 96/97 DO INSTITUTO DE DEFESA NACIONAL

E se é aliás comum, hoje e com facilidade, falar-se de política externa, de segurança e de defesa, eu falo dessa temática, com certeza, mas acrescento também, que todos esses domínios estarão sempre ao serviço da democracia e que o Instituto da Defesa Nacional pode desempenhar, como certamente desempenha e desempenhará no futuro, um papel extremamente inovador no relacionamento modernizado destas várias matérias, que deixaram de ser vistas como exclusivas de determinados especialistas, sempre essenciais, mas que são, afinal, questões do nosso quotidiano democrático, para as quais temos de encontrar novas respostas.

No tocante à Defesa Nacional e ao nível do conceito, parece devidamente assumido e interiorizado o seu carácter multidisciplinar e interdepartamental, o que se deve ao Instituto de Defesa Nacional que oportunamente introduziu e divulgou no nosso País o conceito global e integrado de Defesa Nacional.

A Defesa, sendo uma questão nacional, é não apenas militar mas também cultural, económica e política na mais ampla acepção da palavra. Neste sentido, só uma estratégia integrada, concebida no plano global do Estado, poderá responder, com credibilidade, à defesa dos interesses nacionais e aos desafios do mundo de hoje, pelas sinergias que se obterão através de uma adequada e harmoniosa articulação entre as componentes militares e não militares da Defesa Nacional.

Mas a Defesa Nacional não se esgota num conjunto de medidas a adoptar nos vários domínios de acção. A Defesa é, acima de tudo, uma manifestação da vontade nacional.

O espírito de defesa e a cultura de defesa estão intimamente ligadas e todo o cidadão deve estar consciente do facto de que a Defesa Nacional se fundamenta na coerência da reflexão e dos processos, mas também comporta alguns sacrifícios.

Jorge Sampaio | *PORTUGUESES*

É neste sentido que assume particular relevância a sensibilização da população para os problemas da Defesa Nacional, em especial no que respeita aos valores fundamentais que lhe são inerentes, e o desenvolvimento e enraizamento de uma verdadeira consciência de defesa nacional, conducente à consolidação da ideia de que ela deve ser sentida e partilhada por todos os Portugueses. Na verdade, só quando se conjugam os valores de uma sociedade com a análise correcta das situações — produto da competência e do saber colocados ao serviço da Defesa Nacional — é que pode emergir uma verdadeira cultura de defesa.

Numa época de mudança e incerteza como é aquela em que vivemos, torna-se necessário dar uma maior atenção à reflexão estratégica e às abordagens prospectivas, como suportes fundamentais do planeamento e do processo de decisão estratégicos. Na vertente da Defesa Nacional, face às variáveis dos conceitos estratégicos correspondentes às áreas de interesse nacional e à consequente diversificação da acção estratégica, importa igualmente aprofundar a reflexão e o debate sobre as grandes questões da Segurança e Defesa e apurar o Planeamento Estratégico da Defesa Nacional.

Na actual conjuntura, aquele planeamento deverá continuar a centrar-se no espaço onde se realizam os Interesses Nacionais Permanentes, mas atender, igualmente, ao facto de a acção estratégica estar hoje também orientada para a afirmação de Portugal na Europa e no Mundo.

E é nesta última vertente que se inserem as recentes acções militares nacionais no âmbito das novas missões das Forças Armadas em apoio da política externa do Estado, que têm contribuído de forma significativa e eficaz para tal afirmação.

Neste contexto, configurando-se o crescente envolvimento da componente militar no apoio à política externa do Estado como

SESSÃO DE ABERTURA DO ANO LECTIVO 96/97 DO INSTITUTO DE DEFESA NACIONAL

a principal alteração qualitativa no emprego operacional das Forças Armadas em situação de paz, parece pacífico que a vertente militar da Defesa Nacional tem hoje de incluir no seu planeamento duas vertentes diferenciadas: o Planeamento da Defesa Militar e o Planeamento do Apoio Militar à Política Externa do Estado.

Importa ainda sublinhar que o planeamento estratégico não se confina à concepção da acção estratégica a empreender. Há que cuidar, igualmente, do potencial estratégico nacional, nos vários domínios da acção do Estado pertinentes à Defesa Nacional. No caso da componente militar da Defesa, a diversidade das missões a cumprir, com especial relevo para as que se enquadram no apoio à política externa do Estado, implicam profundas alterações nos planos genético e estrutural da força militar que justificam a reestruturação em curso.

Neste âmbito, se por um lado há que conferir às Forças Armadas uma crescente capacidade para o cumprimento de missões externas que revertem para o reforço do prestígio, da visibilidade e da afirmação de Portugal na cena internacional, dever-se-á igualmente atender à necessidade de dispor em permanência de uma capacidade militar suficiente para constituir um factor de dissuasão credível, na perspectiva da Defesa Militar.

O crescente envolvimento das Forças Armadas em operações de apoio à paz e humanitárias, bem como o empenhamento cada vez mais significativo de quadros nas estruturas de Comando e Estado-Maior das várias organizações internacionais de segurança e defesa de que Portugal é membro, fazem emergir como uma questão especialmente relevante a formação dos quadros de hoje. É uma questão que, diga-se desde já, as Forças Armadas souberam competentemente antecipar e cuidar, especialmente através da acção desenvolvida pelos seus Institutos Superiores de Ensino

Jorge Sampaio | PORTUGUESES

Militar, e que se tem revelado no excelente desempenho dos quadros militares empenhados naquelas missões, reconhecido, aliás, nas várias instâncias internacionais onde estamos inseridos. Porque também este domínio concorre para o acréscimo de prestígio e visibilidade do nosso País, importa dar continuidade a este esforço de formação dos quadros, apostando decisivamente na valorização do elemento humano, na qualidade e no saber. O militar é hoje em dia também um «gestor da não violência», um *peacekeeper*, um agente directo da acção diplomática antes ainda de actuar como o seu natural prolongamento. Consequentemente, as exigências que decorrem da complexidade e diversidade das missões que pode ser chamado a cumprir sugerem que, a par da aprendizagem científica, técnica e tática tradicionais, se incremente o estudo das Relações Internacionais, da Geopolítica, da Estratégia e do Direito Internacional.

A série de comentários ou reflexões que acabei de apresentar, especialmente centradas nas questões da Segurança e Defesa, ilustram, por si só, a complexidade da temática e a importância crescente que os estudos estratégicos assumem nos dias de hoje.

Para além do necessário acompanhamento e análise do complexo ambiente internacional em que vivemos, que deve ser permanente, e da avaliação da sua incidência sobre o planeamento estratégico nacional, importa igualmente continuar a actualizar doutrinas e promover, crescentemente, um verdadeiro Pensamento Estratégico Nacional.

Neste campo, o Instituto da Defesa Nacional tem um papel importante a desempenhar, já que lhe cabe, entre outras atribuições, promover a reflexão teórica sobre as grandes questões da Segurança e Defesa e contribuir para a definição e a permanente actualização de uma doutrina de defesa nacional.

SESSÃO DE ABERTURA DO ANO LECTIVO 96/97 DO INSTITUTO DE DEFESA NACIONAL

Num plano igualmente relevante se inscreve o intercâmbio entre o Instituto da Defesa Nacional e Instituições congéneres, universidades e outros estabelecimentos de ensino superior, que importa continuar a aprofundar, no sentido de promover um diálogo constante e interactivo com a sociedade civil.

Numa palavra, o Instituto da Defesa Nacional é o *forum* privilegiado para a produção de uma cultura estratégica, envolvendo os «trabalhadores do saber» num cruzamento de experiências diversificado e enriquecedor, contribuindo para reforçar a identidade e consolidar a consciência e a coesão nacionais.

Uma palavra final que é, no fundo, uma sequência das intervenções que tive o prazer de ouvir, do Senhor Director do Instituto da Defesa Nacional e do Senhor Professor Ernâni Lopes.

A minha presença nesta Casa deve também ser vista como um forte estímulo à necessidade de ser interiorizado pelo País, em geral, o significado das profundas alterações em curso e do esforço desenvolvido pelo Ministério da Defesa Nacional e pelas Forças Armadas, designadamente o aprontamento, a formação e a dignificação que estas, no seu conjunto, têm introduzido no País.

A minha presença deve ainda significar, se me permitem, o desejo que exprimo neste auditório tão solene, de ver assumidas pela comunidade nacional, as grandes questões de Segurança, de Defesa e de Estratégia Nacional, que no fundo são o cerne da visão democrática da sociedade. É isto que fundamentalmente importa.

Se tivéssemos a oportunidade de fazer uma retrospectiva do que foram os últimos anos da vida portuguesa, quem nos diria que hoje, mais uma vez estaríamos no Conselho de Segurança das Nações Unidas; que a nossa presença na Bósnia é saudada como uma capacidade notabilíssima; que as nossas Forças Arma-

Jorge Sampaio | *PORTUGUESES*

das são vistas em cenários que nos recordam partes da nossa História que não podemos esquecer, mas que não são obviamente idênticos aos actuais, e que são instrumento decisivo da cooperação com os países de expressão oficial portuguesa e de cooperação internacional. Quem diria, como tive ocasião de verificar há quinze dias, quão requestada é a nossa presença empresarial e cultural no quadro ibero-americano; quem poderia sequer prever, alguns anos atrás, que teríamos também este ano, fruto de uma acção diplomática consistente, assistido à criação e à assinatura formal da Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (e aproveito para saudar o Senhor Secretário Executivo aqui presente); e, finalmente, quem poderia sequer pensar que dentro de dois dias teríamos em Portugal a reunião magna da OSCE, com tudo o que isso significa.

Sabemos por isso, minhas Senhoras e meus Senhores, que há desafios fortes mas que há também determinação. E que aquilo a que tudo, afinal de contas, se resume é a forma concreta como a participação de todos os portugueses se fizer, já que os desafios não se dirigem apenas às elites. Será da resposta global da população que há-de com certeza, confiantemente, nascer um Portugal cada vez mais forte, solidário e desenvolvido.

**ALOCUÇÃO AOS MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS
E ELEMENTOS DOS CONTINGENTES DA PSP,
DESTACADOS NA BÓSNIA-HERZEGOVINA**
Viktovice — Bósnia-Herzegovina
8 de Junho de 1996

É com particular emoção que me dirijo a todos vós, militares e elementos da PSP que prestam serviço na Bósnia ao serviço da paz.

Quis estar convosco nesta data, sob o signo do dia de Portugal. Quis testemunhar, aqui, o reconhecimento da Nação pelo valor, pelo alto profissionalismo, pela forma como todos os soldados portugueses estão a cumprir as suas missões no quadro de operações internacionais de paz na Bósnia, em Angola e em Moçambique.

O modo exemplar como têm desempenhado as vossas missões, tantas vezes em situações de alto risco, honra Portugal e os Portugueses.

Sois todos representantes de Portugal, dos valores essenciais da paz, da liberdade e da solidariedade que definem a nossa identidade e a nossa maneira de estar no mundo.

Estou hoje também aqui para sublinhar a importância da nossa presença nos esforços para restabelecer a paz e garantir a segurança nesta terra martirizada, ao lado dos nossos Aliados e parceiros.

É a primeira vez que Portugal volta a intervir num conflito europeu desde a I Grande Guerra. O destino permitiu-nos não sofrer os horrores da II Guerra Mundial e a Aliança Atlântica, de que somos membros fundadores, pôde assegurar, durante quarenta anos, a paz na Europa.

Jorge Sampaio | PORTUGUESES

O regresso da guerra, com a decomposição da antiga Jugoslávia, marcou uma viragem e constitui uma ameaça real à segurança e à estabilidade da Europa a que não poderíamos ficar indiferentes. A nossa segurança é de facto indissociável da segurança europeia e a defesa nacional é inseparável da defesa colectiva dos nossos aliados da comunidade transatlântica. Tudo o que diz respeito à segurança e à estabilidade da Europa diz respeito à segurança e à estabilidade de Portugal.

A vossa presença na Bósnia traduz esta realidade e assinala a nossa determinação em cumprir, solidariamente, os deveres inalienáveis de Portugal como membro responsável da comunidade internacional.

Somos uma velha nação e um Estado antigo, para quem o cumprimento das obrigações internacionais é um dever de honra indiscutível.

Mas para além destas obrigações, existe um dever moral que se nos impõe: a defesa dos ideais de justiça, de liberdade, de convivência pacífica entre homens e culturas, de respeito intransigente pelos direitos humanos, dos valores que constituem, afinal, a base do projecto europeu que defendemos e que são a condição essencial da verdadeira paz e do progresso.

É também este o sentido da vossa presença na Bósnia.

É necessário voltar a acreditar na paz.

Portugal e os Portugueses têm os olhos postos em vós. Sei que podem contar convosco, já que estou certo que continuarão a cumprir esta difícil missão com o profissionalismo, a dedicação e o sentido do dever que é o *vosso*.

A todos, um grande e reconhecido abraço.

CAPÍTULO IV

REGIÕES
AUTÓNOMAS
E PODER LOCAL

«O aprofundamento do regime democrático exige que a capacidade de representação dos Portugueses se exprima não apenas através das suas opções individuais para o Governo do País, mas também através da possibilidade de cada um se pronunciar quanto ao desenvolvimento das áreas territoriais em que se insere.»

«É ou não verdade que a proximidade das populações é afinal um critério de eficácia — com acréscimo das possibilidades de participação das populações e conseqüentemente da corresponsabilização — que a prática da democracia tem mostrado ser pertinente?»

SESSÃO DE ENCERRAMENTO
DO X CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE MUNICÍPIOS
Ponta Delgada, Açores
23 de Março de 1996

Permitam-me que inicie as minhas palavras por uma referência muito especial à Região Autónoma dos Açores.

Quero assim manifestar-vos o contentamento que tenho por me encontrar, ainda que por breves horas, neste arquipélago, a que me ligam tão boas memórias. Os Açores são uma parte tão importante da diversidade do todo nacional e elemento essencial da componente Atlântica que com orgulho caracteriza a nossa História e define a nossa inserção geoestratégica.

Mas quero, também, fazer uma referência muito especial à riquíssima experiência autonómica regional dos Açores e da Madeira.

As autonomias regionais foram decisivas para a transformação da vida das populações destes arquipélagos. Provaram ser importantes instrumentos de articulação de uma parte de Portugal na unidade do seu todo.

Senhoras e Senhores Congressistas,

Momento de balanço e de síntese, mas também de formulação de novas vias, um Congresso da Associação Nacional dos Municípios constitui uma afirmação da vitalidade do poder local e dos seus protagonistas.

Permitam-me que, saudando os organizadores e participantes deste Congresso, exprima a minha satisfação pessoal pelo reencontro de pessoas com as quais partilhei preocupações comuns numa fase importante do meu próprio percurso político. Tanto

de umas como de outras — pessoas e preocupações — recebi um estímulo incomparável, a que procurei corresponder com um contributo empenhado, de que muito me orgulho.

O poder local que hoje conhecemos tem origem no 25 de Abril e distingue-se das experiências municipais anteriores. Em primeiro lugar, porque tem uma legitimidade eleitoral, em segundo, porque se consolidou em torno de uma primeira fase de descentralização administrativa do País.

O poder local, apelando à participação das populações e exercendo funções em grande proximidade com as pessoas, tem sido uma autêntica escola de cidadania que acumulou um capital de confiança da maior importância para a democracia portuguesa. Os eleitos locais, são porta-vozes e mediadores dos interesses das comunidades. Eles dão corpo a uma das formas de representação política onde a dimensão de responsabilização directa e de resposta imediata às expectativas das populações são, porventura, mais exigentes. Quero sublinhar o alto serviço que têm prestado ao País os autarcas portugueses. O balanço da experiência de 20 anos de poder local permite destacar o seu contributo positivo e sólido dado ao combate a tantas dificuldades nacionais que o centralismo histórico do Estado não estava em condições de travar.

Sob o lema «Reforçar o poder local para melhor servir as populações» ocupou-se este X Congresso dos principais desafios e propostas que os autarcas gostariam de ver respondidos e concretizados. Fizeram-no, aliás, considerando não só a componente interna da sua acção mas equacionando também a dimensão europeia e internacional.

De facto, muitos dos temas aqui abordados são hoje problemas políticos e civilizacionais de enorme actualidade, nomeadamente na Europa, como o prova a presença aqui do Senhor Presidente do Conselho dos Poderes Locais e Regionais da Europa.

Quero expressar a minha compreensão relativamente às preocupações aqui enunciadas. Mas quero também congratular-me com a forma do diálogo com que o actual Governo tem abordado as questões postas pela Associação Nacional dos Municípios Portugueses.

As reformas aqui enunciadas merecem toda a ponderação. Elas apontam no sentido de uma maior flexibilização da gestão autárquica, e para a empresarialização de serviços municipais. A revisão do regime de financiamento das autarquias continua a ser um tema premente, como neste Congresso amplamente se demonstrou. É igualmente importante a reivindicação de medidas que possibilitem uma maior racionalização e desburocratização dos serviços.

Defendeu-se, também, neste Congresso, uma ampliação das competências dos municípios. É um tema recorrente, associado como sempre esteve ao reforço da autonomia municipal. Mas ganha hoje uma nova acuidade, perante a expectativa natural de uma nova fase de descentralização administrativa.

Está terminada uma primeira fase de consolidação do poder local. Não se trata de uma página totalmente virada, porque subsistem carências e inadequações em infra-estruturas e atrasos na cobertura de serviços básicos que não podem ser ignorados.

Como aqui se referiu, a adopção de uma definição estratégica de objectivos, a priorização de políticas do qualitativo, ou do «imaterial», e a prática de negociação com os diversos níveis da Administração, tornar-se-ão, cada vez mais, os indicadores da nova fase do poder local.

Entretanto, as autarquias são confrontadas com novas áreas de intervenção, como resulta, aliás, dos relatórios presentes a este Congresso.

A valorização do património natural e construído é uma dessas áreas, onde se espera que os municípios exerçam uma política activa. Não se trata apenas de recuperar patrimónios no sentido de uma cultura de excepção, mas de os requalificar em função das pessoas, dos seus laços com os sítios, das suas memórias, da sua identificação enquanto membros de uma comunidade.

Cuidar da herança das paisagens, das pedras e das pessoas, deve ter prioridade sobre o começar tudo de novo à custa de recursos não renováveis, de novas infra-estruturas e novas edificações, e, sobretudo, de novas raízes, que as pessoas por vezes penosamente terão que forjar.

Quero sublinhar a necessidade de uma ampla campanha de informação e debate sobre as prioridades estratégicas da revalorização do território herdado, numa perspectiva de defesa da memória colectiva e de poupança de recursos escassos.

É necessário que as populações e os agentes económicas incorporem nos seus interesses a noção de desenvolvimento sustentável e apreciem soluções duráveis, ainda que menos espectaculares, e criadoras de sinergias entre centro e periferia, entre público e privado.

É preciso cuidar do ordenamento do território e da humanização dos espaços habitados, designadamente urbanos. Este é um desafio de civilização, pois desse ordenamento dependem a qualidade de vida das pessoas e as próprias condições de afirmação da cidadania.

Fenómenos como o estrangulamento das acessibilidades, o envelhecimento dos núcleos históricos, a exclusão social e a marginalidade impõem aos responsáveis autárquicos a definição de políticas orientadoras globalmente fundamentadas, susceptíveis de contrariar a tendência para a degradação da vida nas periferias das grandes cidades.

Mas os instrumentos renovadores da vida urbana são igualmente indispensáveis para a afirmação dos núcleos de menor dimensão, que travam uma luta de quase sobrevivência contra a desertificação e a litoralização.

A fixação e atracção de populações nestas zonas, fundamental para o equilíbrio do conjunto do espaço geográfico e humano nacional, impõe uma extensa qualificação dos recursos à disposição dos concelhos com mais pequenos núcleos urbanos.

A atenção aos recursos humanos é pois um dos temas que não pode deixar de ocupar lugar central na agenda política dos autarcas, como aqui foi sublinhado. Refiro-me aos domínios da educação e da formação, nos quais aliás se suscitam múltiplos planos de complementaridade entre a administração local e a administração do Estado.

De forma pertinente, debateu-se aqui também a intervenção social do poder local. O desemprego, a pobreza e a exclusão ocorrem na generalidade do território e não são problemas apenas das grandes metrópoles. O apoio à integração dos mais jovens e dos grupos desarmados face à concorrência é sentido pelos autarcas — dada a complexidade dos problemas — como uma área a exigir não já respostas pontuais mas uma acção coordenada, organizada, técnica e financeiramente apoiada.

O aumento da delinquência e da toxicodependência e do sentimento de insegurança, particularmente nos grandes centros urbanos, confronta igualmente o poder local com a necessidade de criar e desenvolver respostas inovadoras.

A coordenação das intervenções projectadas pelos diversos organismos com responsabilidade na execução de políticas sociais é outro dos papéis que as autarquias têm desempenhado e desempenharão cada vez mais no futuro.

As limitações do sistema prisional e em geral do sistema punitivo tradicional, levaram diversos países a adoptar mecanismos de colaboração das autarquias nas tarefas da política criminal, através, por exemplo, duma alternativa à prisão consubstanciada numa pena de trabalho a favor da comunidade.

Do mesmo modo devem merecer atenção os programas que, dentro dos limites legais, favoreçam as experiências de trabalho em regime aberto, ou levem serviços locais a apoiar a reinserção social dos ex-reclusos.

A cooperação internacional institucionalizada é um outro domínio exemplar das novas funções dos municípios, num quadro de descentralização de funções do Estado. Das iniciativas de geminação em que se têm envolvido tantas câmaras têm-se tirado claros benefícios no relacionamento cultural entre povos. Trata-se de uma modalidade de cooperação internacional, particularmente actuante, porque ao intercâmbio cultural pode somar o intercâmbio técnico.

Gostaria de chamar a atenção para o papel insubstituível que esta modalidade de intervenção pode representar no desenvolvimento da cooperação com os países africanos que se exprimem oficialmente em português.

Quero, aliás, saudar a presença neste Congresso de um número tão significativo de autarcas de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe.

Senhoras e Senhores Congressistas,

Após um longo período de consolidação do poder autárquico, o processo de descentralização administrativa do Continente vai conhecer uma nova fase.

Em Portugal, acumularam-se profundas assimetrias regionais. Há regiões onde as actividades tradicionais foram quase por completo sacrificadas, sem que alternativas viáveis surgissem em subs-

tuição. Há regiões assoladas pela desertificação, com uma população relativamente envelhecida e de baixo índice de escolarização. Há regiões cujos centros urbanos foram relegados para um plano periférico face ao objectivo de concentrar equipamentos em grandes pólos. Há em suma regiões cuja identidade se expressou num saber fazer e numa criatividade que correm entretanto riscos de destruição por acção ou omissão.

Entendo que a descentralização administrativa pode constituir um poderoso estímulo ao desenvolvimento, corrigindo desfazamentos, valorizando recursos e competências, fortalecendo, nesse sentido, a coesão nacional.

A descentralização administrativa só pode ser um factor de coesão nacional, se em vez da homogeneidade respeitarmos a diferenciação, se, em vez da hierarquização e subordinação, adoptarmos o equilíbrio e a partilha, enfim, se à desigualdade inter e intra-regional soubermos responder com empenhada solidariedade.

Entendo que a entrada numa nova fase do processo de descentralização, que deverá conduzir à criação de regiões administrativas no Continente deve ser encarada com toda a naturalidade. Trata-se de um normativo constitucional, há muito objecto de debate na opinião pública e de formulações e reformulações por parte dos partidos políticos.

Mas tratando-se também de adoptar um modelo de gestão e de um modelo de divisão territorial, que implica todos os portugueses, importa assegurar que ninguém se sinta excluído de um debate que, por natureza, deverá ser um profundo e sereno debate nacional.

Numa matéria desta relevância, que implica alterações profundas à estrutura do Estado, entendo dever advogar a vantagem de se obter um consenso tão amplo quanto possível.

Senhoras e Senhores Congressistas,

A regionalização não pode fazer-se sem os municípios, muito menos à custa dos municípios.

A definição do quadro de competências das regiões administrativas implicará provavelmente ajustamentos no quadro de competências municipais. Pondo ênfase na condição prévia a descentralização não deve ser feita com limitação dos poderes locais actuais nem do seu natural desenvolvimento — conviria que uma clarificação das competências dos Municípios pudesse ter lugar desde já, para o que julgo este Congresso deu uma oportuna contribuição.

Ficaria assim definida uma espécie de núcleo essencial de competências exclusivas, permitindo que outras figurassem num elenco de competências a sujeitar a contratos, ou seja, competências que se traduziriam em projectos ou programas articulando dois ou mais níveis da Administração do Estado.

Mas as regiões administrativas também não podem ser constituídas à margem dos municípios. Elas devem oferecer ao poder local uma nova instância de participação e de negociação e um ensejo de potenciação dos seus recursos, no quadro dos novos instrumentos de planeamento e de gestão que aquelas regiões não deixarão de constituir.

O reforço das instituições municipais, e a descentralização são peças indispensáveis para revigorar uma coesão nacional que um certo tipo de modernização, feita numa perspectiva centralista e descautelada do ponto de vista das consequências sociais, afectou.

O novo ciclo político apela a uma renovada capacidade de dar respostas concretas às expectativas e ansiedades do quotidiano. As grandes reformas da Administração do Estado não podem ser nem exercícios teóricos sem debate nacional, nem instrumento

SESSÃO DE ENCERRAMENTO
DO X CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS

de desnecessária conflitualidade política, mas sim modalidades de aproximação entre o Estado e os cidadãos. Só assim serão compreendidas e aceites pela população
É nessa direcção que temos de caminhar.

SESSÃO DE ENCERRAMENTO DA MANIFESTA 96
— II ASSEMBLEIA E FEIRA
DO DESENVOLVIMENTO LOCAL
«OS CAMINHOS DO DESENVOLVIMENTO LOCAL»
Tondela
17 de Novembro de 1996

A atenção e o interesse com que acompanho tanto as iniciativas de desenvolvimento local, como a reflexão que lhes anda associada, obtêm neste *forum* plena compensação, como resulta das intervenções e dos documentos apresentados.

Desejo por isso cumprimentar os organizadores e participantes na Manifesta 96, pela oportunidade da organização, pela exemplaridade das actividades mostradas, pela pertinência dos temas trazidos a debate e pela projecção nacional que conferiram à realização. Neste sentido, cumpre referir que o documento que acaba de ser lido como «Declaração de Tondela» constitui uma plataforma multisectorial que deverá suscitar novas e mais esclarecidas intervenções no domínio do desenvolvimento local.

Adequadamente, a dimensão local materializou-se através do envolvimento de instituições de Tondela na organização do evento. Associo-me ao reconhecimento que tem sido dirigido à Associação de Cultura e Recreio de Tondela e à Câmara Municipal. De forma especial, quero felicitar a Câmara de Tondela pela disponibilidade em acolher e apoiar este tipo de projectos (e sei que este não é o único tipo de encontros com especialistas que promove).

Senhoras e Senhores Participantes,

O conceito de desenvolvimento tem sido objecto, nas últimas décadas, de profunda reformulação.

Em largos sectores da produção científica e da opinião pública mais informada, e até mesmo em diversas instâncias da decisão

política, o desenvolvimento é hoje entendido como fenómeno eminentemente pluridimensional. Recusa-se assim uma visão dos problemas limitada à componente do crescimento económico.

Pouco a pouco, foi-se impondo a ideia de que discutir níveis e processos de desenvolvimento obriga a ponderar outros factores, factores tão diversos como: o acesso das populações aos cuidados de saúde, à informação e à instrução, a quantidade e qualidade do emprego disponível, os modos de utilização dos recursos naturais e protecção ambiental, ou as próprias orientações dominantes em matéria de política social. E até os laços de dependência política à escala internacional, que tão decisivamente marcam as regras de efectiva partilha do mercado mundial, foram chamados a primeiro plano nos diagnósticos do «desenvolvimento do subdesenvolvimento».

Bastará consultar os Relatórios actualmente publicados no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento — sintomaticamente intitulados, aliás, «Relatórios do Desenvolvimento Humano» — para se obter uma imagem expressiva dos resultados a que chegou a renovação do pensamento nesta matéria.

Renovação porém insuficiente, uma vez que se não traduziu em fórmulas eficazes de combate às desigualdades mais gritantes entre os povos do mundo. Renovação insuficiente, além disso, pela dificuldade manifestada pelas teorias e políticas económicas do desenvolvimento em lidarem com as próprias assimetrias regionais existentes no interior de um mesmo espaço nacional.

O insucesso de muitas das fórmulas adaptadas resultou, neste último caso, de se ter partido do pressuposto de que a correcção das desigualdades regionais e dos círculos viciosos do não-desen-

volvimento podia ser concretizada através da imposição, pelos órgãos da Administração Central, de planos e investimentos sem qualquer participação, a não ser decorativa, das populações interessadas.

Sabem bem os membros desta assembleia que, em reacção a tal modelo, foi emergindo um quadro de pensamento e acção alternativo.

Nessa outra perspectiva, acredita-se que a satisfação das necessidades e aspirações dos cidadãos, especialmente nas regiões periféricas mais deprimidas, exige a mobilização e utilização integrada de todas as suas capacidades, energias e recursos — tanto naturais, como económicas, organizacionais, político-institucionais e culturais, e mesmo aqueles que, por força de défices de participação acumulados, permanecem encobertos ou deixaram virtualmente de existir

Senhoras e Senhores Participantes,

Tenho tido o privilégio de contactar de perto, em todo o País, com experiências de desenvolvimento local inspiradas nesta filosofia de intervenção.

Sei quantas energias nelas se despendem; conheço as dificuldades, incompreensões e custos pessoais que os seus protagonistas mais dedicados têm de enfrentar. Não ignoro as desilusões que têm de suportar, por força da insensibilidade de alguns poderes instalados e da inaceitável lentidão de burocracias paradas no tempo.

Mas tenho também plena consciência da importância dos resultados a que as iniciativas de desenvolvimento local têm conduzido.

Muitos foram os cidadãos que, através delas, despertaram para as vantagens da alfabetização e da formação profissional. Foi por seu intermédio que populações inteiras redescobriram a história

da sua terra, metendo ombros à recuperação do património arquitectónico herdado ou de certas formas de produção artesanal economicamente viável.

Graças às dinâmicas desencadeadas por tais iniciativas, assistiu-se, por outro lado, a mudanças inovadoras na acção das autarquias, com benefícios óbvios em termos de bem-estar dos cidadãos. Para não falar ainda da inestimável mais-valia cívica que resulta, nestas formas de combate pelo desenvolvimento, da participação directa das situações na identificação e resolução dos seus problemas colectivos.

Creio não me enganar se disser que, a par do entusiasmo com a obra realizada (bem patente neste Manifesta 96), se pressentem, em muitos dos agentes heróis do desenvolvimento local, as marcas de algum desencanto e a expressão de sinceras dúvidas sobre a real eficácia do trabalho desenvolvido.

As interrogações partem em vários sentidos e não devo omitir o eco que delas me chega.

Não estarão as experiências de desenvolvimento centradas no local condenadas a morrer, por falta de articulação entre si e com políticas de âmbito nacional? Será possível sustentar dinâmicas de desenvolvimento de base local, fora de uma matriz integradora de nível regional? E quanto às iniciativas que dependem, no essencial, do acesso a fundos comunitários, conseguirão elas subsistir quando cessarem os financiamentos? Será legítimo continuar a mobilizar os cidadãos para objectivos de desenvolvimento social integrado, quando não estão garantidas as condições da sua sustentabilidade no plano económico-financeiro e, mais propriamente, no da criação de postos de trabalho com alguma consistência? Será viável, ou mesmo oportuno, apostar na revitalização das identidades locais, numa época de imposição massiva de estereótipos culturais, em clara dessintonia com as âncoras e laços

de pertença? Não serão as urgências do combate à pobreza e exclusão social incompatíveis, em certos casos, com a preservação de todos os equilíbrios reclamados pelos defensores dos modelos de desenvolvimento endógeno e integrado?

Estou certo de que a este *forum* terão chegado muitas das interrogações que acabo de enunciar. E não duvido de que, no decurso das vossas discussões tenham sido formuladas respostas certas e reivindicações oportunas.

Não me coíbo, mesmo assim, de entrar no debate, enunciando muito brevemente algumas das minhas próprias preocupações nesta matéria.

A primeira prende-se com a verificação de que, em extensas parcelas do território nacional, os equilíbrios demográficos, económicos e sociais das colectividades locais foram de tal forma lesados que dificilmente se vislumbram já possibilidades de dinamização autónoma dos seus recursos e capacidades. A dependência relativamente à ajuda externa de emergência parece, nesses casos, uma inevitabilidade. Resta saber a que escala e por que meios deve ser concretizada.

Outra preocupação, que retiro da minha qualidade de observador de outros projectos de desenvolvimento local, tem que ver com o risco de a crítica inteiramente justa — às visões economicistas do desenvolvimento — se transformar, em tais acções, numa espécie de excesso culturista. Creio não me enganar se disser que, não sendo condição suficiente de desenvolvimento, o crescimento é uma condição necessária.

Terceira e última preocupação. Nem sempre a revitalização das identidades locais actua como efectivo impulso para o desenvolvimento, desde logo porque, remetida a fronteiras demasiado estreitas, não consegue forjar uma capacidade de representação colectiva, isto é, uma voz e um poder de negociação autónomos.

Mais uma vez, a escala a que se desenrolam as acções de desenvolvimento parece ser uma questão a ponderar.

Senhoras e Senhores Participantes

Não deve este breve enunciado de preocupações ser entendido como uma série de reticências relativamente às virtualidades do tipo de experiências de desenvolvimento que nos últimos dias vieram manifestar-se em Tondela.

Terei já dito o suficiente para vos garantir que, quanto a mim, elas constituem um exemplo particularmente significativo do que são as possibilidades do exercício democrático e participado do poder, tantas vezes insuspeitadas, que todos os cidadãos, as suas organizações e as colectividades locais a que pertencem, efectivamente têm ao seu alcance.

O Presidente da República não se conforma com os dualismos instalados na sociedade portuguesa. Sabe que há «interiores» no litoral e que há «litorais» no interior. Entende que a unidade nacional exige coesão social, respeito pela diferença e uma lógica de percepção dos problemas que se deixe nortear pela proximidade das populações. Acredita que, como afirmou anteriormente um dos membros da Mesa, há que ver em cada novo problema uma oportunidade, e acredita também que cada oportunidade aceite é um exercício de cidadania.

O Presidente da República recusa-se a assistir passivamente ao silenciamento de centenas de colectividades locais do espaço rural português.

Por isso está e estará com todos os que, lutando generosamente e inteligentemente no terreno, dizem não às desigualdades regionais mais gritantes e injustas, dizem não à desertificação interior, dizem não à «folclorização» do mundo rural, e dizem sim ao desenvolvimento integrado e solidário do espaço nacional.

SESSÃO SOLENE DE ABERTURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES
Horta, Açores
19 de Novembro de 1996

*A*ceitei o convite que V. Ex.^a, Senhor Presidente, teve a amabilidade de me dirigir, em nome desta Assembleia Legislativa, para presidir à sua Sessão Solene de Abertura, certo de que, quer o convite, quer a presença do Presidente da República sublinham a importância e a singularidade das Autonomias Regionais no quadro da arquitectura constitucional portuguesa. Agradeço, sentidamente, o vosso convite. Ele contribui, sem dúvida, para reforçar o sentimento de todos os portugueses, de pertença a uma comunidade coesa e solidária entre todas as partes do todo nacional.

A abertura da Assembleia Legislativa Regional representa sempre o início de um novo ciclo político, fruto da vontade livremente expressa pelos eleitores. A todos os Senhores Deputados e a V. Ex.^a, Senhor Presidente, quero manifestar os meus sinceros votos de um trabalho sereno e profícuo. Que melhor augúrio, aliás, poderia existir para os trabalhos desta Assembleia do que o exercício de concertação política manifestado na eleição da mesa que dirige os seus trabalhos.

A estabilidade política é no diálogo e na procura constante de consensos, sem descaracterização, naturalmente, dos programas próprios dos partidos, que deve encontrar o seu principal esteio. Permitam-me, igualmente, que reitere hoje, no momento em que iniciaram novos mandatos os órgãos próprios da Região, o compromisso que assumi desde o primeiro dia do meu mandato: o

de a todos o Presidente da República garantir uma cooperação institucional sempre empenhada. Reitero por isso aqui, os votos de sucesso para o seu mandato que tive ocasião de transmitir pessoalmente ao Sr. Presidente do Governo Regional.

Quero igualmente prestar a minha homenagem ao Senhor Ministro da República, que em representação do órgão de Soberania normalmente usa da palavra nestas Sessões Solenes e que hoje, pela circunstância excepcional da minha presença, não o faz.

O Ministro da República representa o testemunho da determinação dos órgãos de soberania no cumprimento de um projecto autonómico de irrecusável significado nacional. A Constituição que jurei cumprir e fazer cumprir consagra o reconhecimento aos órgãos próprios da região, democraticamente legitimados, de poderes substanciais para a prossecução do interesse específico regional, e, por outro lado, a representação cooperante do Estado na região. Este modelo autonómico, simultaneamente equilibrado e flexível, mantém plena validade para responder às novas solicitações e aos novos desafios que permanentemente se lhe colocam.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Os próximos anos são decisivos para o futuro de Portugal. Importa continuar a garantir um sério esforço de modernização do País, sem gerar fracturas políticas e sociais que possam enfraquecer a coesão nacional.

O País tem definidos objectivos claros a alcançar no curto e médio prazos, no quadro do aprofundamento da União Europeia. Esses objectivos exigem rigor e exigência no prosseguimento do caminho a seguir, mas exigem também a solidariedade de todos num esforço que é nacional.

Os desafios que a União Europeia tem perante si, como sejam, quer a intensificação da integração económica, num quadro de coesão interna quer a expansão de fronteiras, com o alargamento às novas democracias europeias, são também eles desafios para Portugal.

A defesa firme que Portugal faz do princípio da coesão, como essencial ao aprofundamento da União Europeia, assenta no reconhecimento de que essa é a forma de assegurar a solidariedade comum indispensável ao equilíbrio entre os diversos níveis de desenvolvimento dos países europeus.

A especificidade própria das Regiões Autónomas aconselha, no contexto europeu, a defesa e reforço dos instrumentos de apoio às regiões ultraperiféricas. Ninguém se pode esquecer que os Açores são a fronteira ocidental da Europa.

Mas o mesmo princípio deve ter, naturalmente, também uma tradução interna: a procura constante de garantir um equilíbrio de desenvolvimento entre as partes do todo nacional. Só esse esforço garante a coesão nacional. E ele não pode ser fruto apenas da vontade política dos governantes eleitos. Tem de ser assumido, por todos os portugueses, como um gesto de solidariedade de todos para com todos. A procura de um equilíbrio no desenvolvimento regional não é feita com o sacrifício de uns em benefício de outros. É feita partilhando solidariamente os custos de um equilíbrio que se deve alcançar porque ele é em benefício de todos e, por isso, garantia do futuro de Portugal.

Senhor Presidente,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

As Regiões Autónomas têm especificidades que por isso lhe conferem um estatuto político próprio, singular no quadro constitucional português. As autonomias regionais foram decisivas para

a transformação da vida das populações dos arquipélagos dos Açores e da Madeira. Creio que ninguém em Portugal tem sobre isso qualquer dúvida.

O modelo autonómico regional provou a sua validade. Hoje, todo o nosso esforço tem de ser no sentido de o aperfeiçoar e consolidar.

A eficácia que demonstrou aconselha a que se garanta a continuidade da sua matriz inicial. Salvaguardando, assim, o princípio descentralizador e o princípio da unidade e da solidariedade entre todos os portugueses. Não nos deve isso impedir, porém, de ter a abertura suficiente para reconhecer que o sistema é susceptível de ser aperfeiçoado.

Autonomia e unidade são conceitos complementares. A autonomia das regiões visa o reforço da unidade nacional, o que aponta inequivocamente para um modelo autonómico baseado na cooperação entre diferentes níveis políticos e institucionais consagrados na Constituição.

É minha profunda convicção que a vitalidade e o reforço das autonomias se constroem com vantagem para o valor da coesão nacional em torno do princípio da cooperação política e institucional. Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Ao novo governo regional e a esta nova Assembleia Legislativa cabe a importante responsabilidade de assegurar, no âmbito das suas competências próprias, a condução dos assuntos da Região, num momento de acelerada mutação económica e social que, nascendo de um contexto internacional, tem enormes repercussões no quadro europeu e nacional.

Este é um momento em que todos temos de reforçar a nossa determinação e procurar congregar esforços em torno dos problemas essenciais, seja para o País, seja para a Região.

Os Portugueses exigirão de nós, num momento em que estão em jogo coisas tão importantes para o futuro de Portugal, que sejamos capazes de garantir as condições de estabilidade política e de cooperação institucional que permitam garantir as condições de desenvolvimento do País.

É o momento de nos concentrarmos no essencial e de em torno dele construir consensos. Esse esforço não impede a necessária manifestação de programas próprios, distintivos, que são indispensáveis para garantir sempre a possibilidade de alternância democrática. Mas a diferença deve resultar sempre de um natural exercício das liberdades, que nada jamais pode coarctar. E é até a diferença e não o unanimismo que melhor permitem que se compreenda o esforço que as partes façam na construção dos consensos necessários.

Uma nova Assembleia e um novo Governo representam naturalmente a abertura de um novo ciclo político. Nele depositaram os açorianos a sua esperança, a sua vontade de encontrar uma resposta aos problemas que se possam colocar. É esse o sentido das escolhas dos eleitores, qualquer que elas sejam.

Sei que os açorianos têm o vigor e a determinação necessários a congregar esforços para vencer os desafios que à região e a Portugal no seu todo se colocam.

Confio no nosso povo, conheço a sua história. Tenho a convicção firme de que hoje, como tantas vezes no passado, seremos grandes sempre que deixarmos as questões pequenas que nos dividem e diminuem.

Conseguimos sempre afirmarmo-nos como Povo e como Nação, sempre que nos soubemos unir e concentrar no essencial, abrindo-nos à modernidade, aos valores da liberdade e do universalismo, praticando uma cultura de tolerância.

Somos um povo cosmopolita, para quem o mundo é pequeno. Quero, aliás, prestar aqui a minha homenagem a tantos milhares de açorianos que longe da sua terra, noutros continentes, são Portugal no Mundo. Com eles estará sempre a atenção e a admiração do Presidente da República.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Fui eleito Presidente de todos os portugueses. Cabe-me por isso a grata tarefa de nenhum me poder esquecer. Estejam onde estiverem. No Continente, nas Regiões Autónomas ou em tantos países por esse mundo fora.

A circunstância da realização próxima das eleições regionais, não aconselhava a que o Presidente da República se deslocasse em visita às regiões autónomas. Encerrado que está este ciclo eleitoral é outra a minha disponibilidade face aos diversos convites que me têm sido dirigidos. Creiam que nada me pode ser mais grato.

Desejo a todos as maiores felicidades.

SESSÃO SOLENE NA CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO
*(Visita a Municípios
da Área Metropolitana do Porto)*
21 de Novembro de 1996

*A*ceitei o convite para visitar oficialmente a cidade do Porto, que V. Ex.^a teve a amabilidade de me dirigir, com particular prazer.

Ele confere ao Presidente da República, em primeiro lugar, a oportunidade de oficialmente homenagear, através de um conjunto de iniciativas, esta «Antiga, Muito Nobre Sempre Leal e Invicta Cidade do Porto».

Ele permite, depois, o contacto institucional entre o Presidente e os órgãos autárquicos, de outro modo impossível nas frequentes visitas que tenho oportunidade de realizar a esta cidade para participar na intensa vida económica, social e cultural que a caracteriza e distingue.

Mas o convite desta Câmara permite-me, também, reencontrar tantos e tantos amigos a quem tantas vezes não posso dedicar a atenção que gostaria, porque os afazeres de Estado nem sempre mo permitem. E esta razão afectiva é-me particularmente grata. Para mim, aliás, a política pouco significado tem sem essa dimensão afectiva, é ela que nos mantém próximo das pessoas, dos seus sucessos e dos seus problemas.

Eu gosto de estar próximo das pessoas, de as ouvir, de as procurar compreender, de elogiar as suas realizações e de procurar incentivar a resolução dos problemas. Por isso é bom estar aqui com todos vós. Muito obrigado pela calorosa recepção que me dispensaram.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Para quem, como eu, vem há tantos anos assiduamente ao Porto é impossível não deixar de reconhecer, e louvar, o grande desenvolvimento que a cidade sofreu, modernizando-se, assegurando novas infra-estruturas, desenvolvendo o seu comércio e a sua indústria manifestando uma pujança cultural notável, consolidando Universidades prestigiadas e estabelecendo importantes relações internacionais.

Como Presidente da República quero sublinhar, com apreço, a profunda modernização da cidade, a vitalidade de todos os seus agentes públicos e privados, e a reafirmação de uma identidade própria. É assim que se vitalizam as cidades, inculcando-lhes dinamismo, estimulando a criatividade, a iniciativa e criando novas oportunidades para os seus munícipes.

Todo esse trabalho, todo esse esforço, toda essa vitalidade que os portuenses têm demonstrado faz falta a Portugal, que necessita garantir condições permanentes de modernização sustentada e de melhoria das condições de vida de todos os portugueses.

De entre os muitos projectos que marcam o novo rosto da cidade não posso deixar de referir, pela sua importância e dimensão, o projecto do Metropolitano do Porto, porque ele representa uma verdadeira revolução nas acessibilidades da Área Metropolitana e ficará como um marco e um símbolo do início do Porto do século XXI.

Mas, se a cidade modernizou as suas infra-estruturas e equipamentos não deixou, por isso, de dedicar uma particular atenção à sua riqueza patrimonial e ao seu centro histórico, que terei a oportunidade de visitar. É, aliás, a sua beleza natural e arquitectónica, a preservação dos seus núcleos históricos profundamente enraizados na tradição e na história da cidade que

fazem do Porto um candidato natural ao estatuto de cidade Património Mundial. Estatuto que, estou certo, não deixará de lhe ser concedido.

O Porto é uma cidade historicamente aberta ao mundo, que sempre teve, através do seu porto, intensas relações internacionais, quer por via de um comércio importante, quer até por ter vivido intensamente a primeira, longa, vaga de emigração e retorno da época contemporânea, estreitando importantes laços entre a cidade e o Brasil.

A arquitectura e a literatura têm ainda presente a casa do «brasileiro» e as suas atitudes económicas e culturais no reencontro com a cidade e o Norte de onde originariamente tinham partido. Por isso, como já tive uma vez ocasião de referir, que melhor cidade se poderá encontrar para sediar as Comemorações Nacionais dos 500 anos da Descoberta do Brasil? Espero, Sr. Presidente da Câmara que este desejo da cidade se possa tornar realidade.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Cumpro um acto de Justiça se sublinhar que parte significativa desta transformação do Porto é obra da Câmara que soube potenciar todas as energias da Cidade e o empenho de todos os que compõem os órgãos autárquicos.

O Porto teve em V. Ex.^a uma voz que projectou e prestigiou a cidade.

Como Presidente devo manter-me acima das opções políticas que os Portugueses fazem para a condução da *res publica*. É essa uma das expressões da minha independência, por isso sou o Presidente de todos os portugueses.

Mas, o Presidente da República não pode deixar de manifestar o reconhecimento público pela dimensão da obra que os Portugueses realizem, com assinaláveis méritos, nos diversos domínios

de actividade. É que o reconhecimento público manifestado pelo Presidente reveste-se de um instrumento de estímulo, e de exemplo, a todos os portugueses, para que sempre e melhor sirvam o seu país.

V. Ex.^a, Senhor Presidente da Câmara, prestou à cidade e ao País serviços da maior relevância. E não me quero referir apenas à obra do autarca do Porto, cidade a que conferiu um novo dinamismo.

Quero referir-me a todo um percurso de intervenção cívica, de serviço à República, longo já de duas décadas, desde o seu início, em 1976, em Vila do Conde, ao governante que procurou introduzir reformas inovadoras, ao deputado europeu que soube construir e fortalecer uma imprescindível ligação entre as instâncias comunitárias e a região, ao Presidente da Junta Metropolitana, ao Conselheiro de Estado, ao político que não hesitou em voltar à vida autárquica para trazer à cidade que o elegeu o contributo da sua experiência acumulada.

É em nome de todo esse percurso nacional, e para dar testemunho da obra feita ao longo dele, que decidi condecorar o Dr. Fernando Gomes, Presidente da Câmara Municipal do Porto, com a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique.

Sei que pela obra feita a cidade se reconhece também nesta condecoração. Tal como espero exprimir assim, ao condecorar o seu Presidente da Câmara, o apreço que tenho para com a Cidade, para com a sua pluralidade e para com a capacidade empreendedora que os portuenses têm sempre demonstrado.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Permitam-me que ao falar à cidade aproveite a solenidade deste acto para me dirigir também ao País. Nos últimos dias tenho vindo a chamar a atenção para um problema nacional a que atribuo a maior importância.

Fazem parte da história as rivalidades entre o Norte e o Sul, entre o Litoral e o Interior. Foi a identidade própria das comunidades locais que construiu a imagem da sua diferença face ao Outro. Vivia-se, então, em espaços fechados, onde o Interior era uma distância dificilmente alcançável e onde a velocidade, a prudência e a segurança aconselhavam o trânsito marítimo entre o Norte e o Sul. Desde o século XIX, porém, a revolução dos transportes facilitou em toda a Europa a criação de Estados modernos e de mercados nacionais, baseados na facilidade dos sistemas de comunicações — transportes, ensino, informação — entre as partes do todo nacional.

Hoje, a velocidade encurtou todas as distâncias, criou novas condições de articulação entre centros urbanos e entre áreas metropolitanas.

A dimensão do espaço territorial continental e os desafios acrescidos de competitividade externa, aconselham a que se olhe para o todo nacional na sua complementaridade e se procure conferir a cada um dos agentes instrumentos de desenvolvimento das suas potencialidades.

Mas tenho plena consciência que ao longo dos anos se acumularam delicadas tensões políticas inter-regionais, fruto de uma tradição centralista, profundamente enraizado na história contemporânea portuguesa. Só que essa tradição é incompatível com o aprofundamento de um regime democrático.

É que este exige que a capacidade de representação dos Portugueses se exprima não apenas através das suas opções individuais para o governo do País, mas também através da possibilidade de cada um se pronunciar quanto ao desenvolvimento das áreas territoriais em que se insere.

É ou não verdade que a proximidade das populações é afinal um critério de eficácia — com acréscimo das possibilidades de par-

ticipação das populações e consequentemente da co-responsabilização — que a prática da democracia tem mostrado ser pertinente?

Por razões diversas e complexas, a jovem democracia portuguesa não reunia condições para desenvolver, na sua plenitude, o edifício constitucional descentralizador, consagrado na Constituição de 1976, que desde então consagra a criação de regiões administrativas.

A manutenção de um Estado fortemente centralizador acumulou, ao longo de anos, delicadas tensões políticas, que correm o risco de ultrapassar os limites que podem pôr em causa a coesão nacional.

É por ter consciência disso que desde o início do meu mandato erigi o reforço da coesão nacional como uma prioridade política para a minha magistratura. Faço-o sem qualquer dramatismo, sem querer com isso construir ou convocar realidades virtuais. Pelo contrário, faço-o porque, em minha opinião, essa é indiscutivelmente uma realidade a que devemos prestar a maior atenção.

O poder político tem de ser capaz de criar os mecanismos institucionais e administrativos que permitam comportar esta realidade.

Não é possível esperar mais tempo, sob pena de se agravarem tensões políticas que começam a ultrapassar o limite da razoabilidade e são, objectivamente, factores de desagregação da unidade nacional, num país onde a geografia e a história não comportam tensões regionais naturais. É bom não as criar artificialmente. Hoje, entre vós, como amanhã em relação a outra cidade posso dizer: sou um portuense. Não apenas porque aqui tenha família, próxima ou remota. Não porque aqui tenha nascido ou vivido. Não porque aqui tenha estudado ou casado. Sou um portuense

porque sou português, porque todas as partes do território nacional são a nossa terra, a nossa pátria. Todas, são Portugal, na sua indivisível unidade.

A coesão nacional não está em causa em Portugal. O que está em causa é a construção do edifício da descentralização administrativa. Esta é que é a questão política a resolver. Quem se reconhece na sua vantagem deve centrar todos os seus esforços na construção de um acordo de regime sob o modelo inicial, e na procura de uma legitimidade fundadora, que só pode vir do sufrágio, para que todos os portugueses nela se reconheçam. A descentralização administrativa é um instrumento. Não mais do que isso. E enquanto instrumento de administração do Estado só pode ter um objectivo, servir os Portugueses e assegurar a unidade nacional. Defendo a unidade política de Portugal e não vislumbro a necessidade de acolher novas construções de autonomias políticas, para além das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira que decorrem da sua especificidade territorial. É bom caminhar por fases que possam ser ponderadas, avaliadas e aperfeiçoadas. Só o gradualismo permite um avanço consolidado. Creio que só assim se garantirá a satisfação de uma necessidade evidente da administração do Estado.

A exacerbação de focos de tensão inter-regionais só parece favorecer a defesa da manutenção de instrumentos centralizadores. Reconheço que uma discussão que devia ser serena, até porque no princípio descentralizador se reconhecem os maiores partidos nacionais, se encontra sobressaltada por desnecessária emotividade, exterior, aliás, importa sublinhá-lo, ao sistema político.

Importa restaurar a oportunidade e serenidade no debate. Ao Governo e à Assembleia da República, a quem cabe conduzir este processo, cumpre definir os calendários, construir os consensos necessários e definir as metodologias próprias.

Ao Presidente da República cumpre, pelo seu lado, apelar ao reconhecimento da vantagem em não prolongar eternamente este debate. A isso o aconselha a salvaguarda da unidade de Portugal. Ocupando-se neste momento Governo e Parlamento de produção legislativa relativa ao tema, e projectando-se uma consulta aos Portugueses, entendo que devo reservar a minha opinião sobre os aspectos directamente implicados neste processo.

Tenho, porém, sobre as questões essenciais uma opinião que é conhecida de todos: entendo que a proximidade das populações é um critério de eficácia e um acréscimo de participação e co-responsabilização, entendo que se devem procurar integrar as experiências existentes de organização territorial do ordenamento e do planeamento económico periférico, entendo que o princípio democrático deve sempre prevalecer, porque não é compatível com um Estado democrático a existência de uma administração periférica dotada de uma legitimidade puramente burocrática.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Importa não esquecer as prioridades fundamentais para o País e saber distinguir entre o essencial e o secundário na abordagem dos problemas nacionais.

A garantia de condições para que Portugal possa entrar no núcleo fundador da moeda única, a diminuição das desigualdades sociais e das assimetrias regionais, o crescimento do emprego e a melhoria dos níveis de educação e de formação dos Portugueses são prioridades indiscutíveis.

Creiam que tudo farei, nos próximos anos, para incentivar as autoridades e todos os portugueses a garantir as condições de combate a esses problemas.

Numa fase em que se abrem promissoras portas de afirmação de Portugal na cena internacional, seria lamentável que nos deixás-

semos encerrar na pequenez de polémicas acessórias, que hoje parecem ocupar de forma privilegiada a atenção da opinião pública, recusando-nos a encontrar a disponibilidade de espírito necessária para discutir, firmemente, mas com tolerância, um projecto nacional mobilizador das nossas capacidades e corajosamente virado para o combate contra as injustiças sociais que teimam em discriminar muitos homens e mulheres em Portugal. Minhas Senhoras e meus Senhores,

Quero, a concluir, deixar a todos uma palavra de estímulo e de incentivo. Portugal necessita da continuidade do esforço empenhado de todos os agentes económicos, sociais, culturais e políticos desta Cidade.

O Porto tem justo orgulho nos seus pergaminhos, nas suas tradições. Ao longo de séculos deu abnegados exemplos de coragem e prestou inestimáveis serviços à causa da Liberdade. Por isso, por toda a sua longa história e tradições a República conferiu há muito a esta Cidade a elevada distinção da Torre Espada, do Valor, Lealdade e Mérito.

Viva o Porto!

Viva Portugal!

CAPÍTULO V

EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

«As nossas escolas têm de estar mais atentas às mutações tecnológicas e económicas que ocorrem a cada dia. A questão do emprego e, em particular, do emprego dos jovens é um dos grandes dilemas das sociedades actuais. Não só por razões económicas, mas também por razões de cidadania e de realização pessoal. Articular a educação e a formação é uma forma de abordar esta problemática pelo prisma da integração social e do desenvolvimento pessoal, da partilha cultural e da criação de uma identidade própria. É preciso que a educação se organize sob a ideia directriz do trabalho produtivo, única forma de garantir ao mesmo tempo a realização individual e o desenvolvimento social.»

SESSÃO DE ABERTURA DO I.º SIMPÓSIO
DA FUNDAÇÃO BIAL
«AQUÉM E ALÉM DO CÉREBRO»
Universidade do Porto
29 de Março de 1996

É com muito gosto e interesse que estou presente na sessão de abertura do 1.º Simpósio da Fundação Bial, dedicado ao tema tão cheio de actualidade «Aquém e Além do Cérebro». Ao agradecer o amável convite que me fizeram para aqui estar, hoje, e as palavras tão gentis que me dirigiram, não posso esquecer que é a primeira vez que venho ao Porto, desde que iniciei oficialmente as minhas funções de Presidente da República. Quero, por isso mesmo, saudar o povo desta cidade de liberdade e de trabalho, cuja sociedade civil tem sabido estar aberta à inovação e à modernidade cultural.

As iniciativas de âmbito científico, educativo e cultural da Fundação Bial são um exemplo disso mesmo. Quero, por isso, felicitar o seu Presidente, Dr. Luís Portela, e incentivá-lo a que a Fundação prossiga a sua acção tão meritória.

Os temas deste Simpósio, o prestígio científico e a categoria das personalidades que nele participam — e que saúdo vivamente — dão bem a medida da sua importância e grande interesse deste acontecimento científico e cultural.

A ciência e a técnica constituem, como sabemos, a matriz que organiza a visão moderna do Mundo. Nos últimos anos, os avanços que nelas se verificaram mudaram a imagem que tínhamos do universo, da natureza e do homem, com vastíssimas consequências em todos os domínios da experiência humana. Tudo acelerou e se transformou vertiginosamente.

Um dos campos do saber científico em que essa revolução tranquila se está a operar com maior intensidade e fundura é precisamente o das ciências ligadas ao cérebro e à mente (neurologia e neurobiologia, psiquiatria, psicanálise, psicologia nas suas várias disciplinas, etc.). As implicações epistemológicas e filosóficas dos avanços do conhecimento nestas áreas são imensas, fascinantes e, em larga medida, imprevisíveis. Mas também levantam questões que, por vezes, são perturbadoras e mesmo preocupantes. Temos de estar conscientes e preparados para os desafios que aí vêm e para os novos problemas que temos de enfrentar. É preciso uma atitude nova, respostas mais rápidas, uma renovação e actualização permanentes.

A circulação de informações e de saberes é uma exigência do nosso tempo. A necessidade de especialização cada vez maior e mais qualificada não pode nunca ser sinónimo da criação, na sociedade humana, de um outro e novo dualismo irreductível, de uma separação entre uma pequena elite que sabe, conhece e decide, e uma imensa massa automatizada e desinformada que obedece e ignora.

É, por isso, que a responsabilidade ética da ciência — que há algumas décadas ocupou um lugar central no debate político e filosófico — volta a estar na ordem do dia. Os cientistas, que dedicam as suas vidas ao trabalho em favor do conhecimento e da liberdade de criação e investigação, são os primeiros a sentir a importância destas questões e a assumir a responsabilidade de as equacionar e debater.

O acesso de cada vez maior número de cidadãos à informação científica tem de ser uma preocupação de todos e é condição de um progresso harmonioso.

Hoje, o grande desafio das sociedades é o da sua capacidade para investirem na educação, na ciência e na cultura. É isso que dis-

tingue as sociedades que querem e podem desenvolver-se daquelas que ficarão presas, como uma fatalidade, a um atraso crescentemente irrecuperável.

Estamos a viver uma grande transformação. Os instrumentos e os meios que fazem funcionar o nosso modo de vida contemporâneo deixaram de se basear no saber comum. São demasiado especializados. Têm que ser aprendidos e ensinados.

A necessidade de um enorme esforço colectivo de aprendizagem é fundamental no nosso tempo. Este esforço, que implica também um grande empenho no domínio da comunicação, baseia-se na criação e na investigação, no florescimento contínuo de saberes disciplinares, interdisciplinares e transdisciplinares, na sua transmissão e difusão. Só assim se consegue o desaparecimento progressivo do fosso existente entre a cultura das elites e a cultura das massas, alargando-se o património cultural em simultâneo com o aumento da capacidade de investigar, criar hipóteses, conhecer, escolher e agir.

Para isso, é preciso aprofundar o conhecimento científico sobre a sociedade, sobre a natureza e sobre o próprio homem, e promover o espírito crítico e participativo. A alternativa terrível e que temos de saber evitar é a destruição lenta mas inexorável da ciência dos saberes argumentativos e, com ela, o ataque aos fundamentos que legitimam a própria ordem em que a sociedade moderna assenta.

É preciso «reencantarmo-nos com o mundo», no dizer feliz do grande cientista e Prémio Nobel Ilya Prigogine. É necessário reconhecermos — tirando daí todas as consequências — que os seres humanos e a natureza fazem parte de um mesmo universo.

A construção de um futuro justo, equilibrado e solidário, que respeita as diversidades porque visa a universalidade, precisa de

ciência e de boa ciência. Mas precisa também de consciência. Consciência do que está em causa neste final de milénio e que é o reencontro do homem consigo e com a Natureza, assegurando o desenvolvimento integral das suas capacidades, ao serviço de um Mundo melhor para todos os seres humanos.

Sei que esta reunião, directa ou indirectamente, vai tratar destas questões, na pluralidade das vozes, concepções e experiências dos cientistas que nela participam.

Agradeço a vossa atenção e desejo os maiores êxitos ao Simpósio. Aguardo, com muito interesse e curiosidade, as conclusões dos vossos trabalhos.

**JANTAR COM REPRESENTANTES UNIVERSITÁRIOS,
INVESTIGADORES E DIRECTORES DE REVISTAS
DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

*(Jornada de apoio ao desenvolvimento
económico, cultural e científico)*

Palácio de São Marcos, Coimbra

22 de Abril de 1996

Com esta iniciativa, tomada no quadro de um programa destinado a celebrar o 22.º aniversário do 25 de Abril, pretendi em primeiro lugar pôr em destaque a relação entre a alvorada das Ciências Sociais em Portugal e o combate pela democracia. Muitas foram as dificuldades enfrentadas pelas Ciências Sociais ao longo das quase cinco décadas do regime autoritário encerrado com o 25 de Abril.

O salazarismo tolerou, é certo, algumas disciplinas, como a História ou a Geografia. A censura ou o silenciamento exerciam-se, neste caso, sobretudo em relação aos quadros teóricos e às metodologias que mais incisivamente se mostrassem capazes de restituir os mecanismos e fundamentos do poder e, portanto, as manifestações de arbitrariedade no seu exercício.

Noutros casos, porém, a repressão atingiu domínios inteiros do conhecimento, que, no estrangeiro, há muito se tinham constituído e consolidado. Foi exactamente essa a situação da Sociologia, que, como se sabe, era encarada pelos mais obscurantistas como um disfarce dos mais tenebrosos desígnios políticos.

Adérito Sedas Nunes, a quem se deve um contributo fundamental para a abertura duma passagem para as Ciências Sociais em Portugal, fazia questão de lembrar que para os responsáveis do regime autoritário «a Sociologia não era somente inútil e abstrusa, era também e sobretudo perigosa, suspeita, subversiva. Salazar dissera que se tratava de um ‘socialismo disfarçado’ ou de qual-

quer coisa confusa que já no seu tempo não se sabia o que era». Não será de mais salientar, a este propósito, a acção de cientistas portugueses, como o já citado Sedas Nunes, e os felizmente ainda vivos Armando de Castro e Vitorino Magalhães Godinho, ao conseguirem, com sacrifícios de toda a ordem, no País ou no exílio, ir forjando as condições intelectuais e institucionais favoráveis à afirmação das correntes teóricas e dos quadros disciplinares mais adequados a uma análise crítico-analítica da realidade social.

Eles alimentaram e despertaram um interesse crescente pelos problemas sociais e do desenvolvimento do País. Com as suas investigações e reflexões deram combate aos preconceitos contra as Ciências Sociais. E fizeram demonstração da sua utilidade, na medida em que os seus estudos se revelavam valiosos contributos para o entendimento da contemporaneidade.

Com o advento da democracia, a situação alterou-se radicalmente. Desde logo no plano institucional. Em poucos anos, criaram-se cursos de licenciaturas e pós-graduações em quase todas as Universidades portuguesas. O regresso de muitos professores e investigadores a Portugal deu suporte a esse movimento de criação institucional. Na década de 80 cumpriram-se os primeiros doutoramentos em Sociologia na Universidade Portuguesa. As Ciências Sociais creditaram-se não apenas na comunidade científica como na sociedade em geral.

Acertado o passo com as orientações teóricas mais influentes da comunidade científica internacional, os investigadores portugueses têm desenvolvido projectos de investigação sobre as especificidades da nossa realidade. Fizeram e fazem-no, na esteira dos pioneiros já referendados, mas com as imensas dificuldades de quem percorre um caminho deixado quase ao abandono durante décadas.

Senhores Professores Doutores,

A produção científica na vossa área é hoje felizmente diversificado e abundante. Graças aos seus resultados, estão a criar-se condições para que o nosso país deixe de ser uma inextricável teia de opacidades ou o alvo predilecto de um amontoado de clichés e de explicações fáceis.

Há efectivamente que saudar o facto de em vários domínios disciplinares das Ciências Sociais, a reflexão, a investigação e o ensino se não terem desligado das preocupações de intervenção sobre o próprio tecido social. Não são apenas os programas de trabalhos da Academia que o atestam. São frequentes grandes encontros onde as experiências de investigadores e outros profissionais se cruzam e mutuamente enriquecem. Diversos nomes das Ciências Sociais portuguesas têm um estatuto mediático, a que emprestam um conteúdo pedagógico ou de intervenção cívica. O recurso por parte de organismos públicos à celebração de contratos com centros de investigação visando a realização de estudos sociais deixou de constituir uma prática excepcional.

Mas não são só os responsáveis governamentais, nos seus diversos departamentos, que devem ser chamados a dar apoio — e a utilizar o contributo das Ciências Sociais. Esse apoio deve vir também de outras áreas com influência decisiva na vida e na qualidade de vida dos cidadãos — as autarquias, as associações empresariais, os sindicatos, as empresas.

Escusado será dizer que, numa altura em que os processos de transformação social surgem à nossa volta com contornos de autêntica ruptura civilizacional, os esforços de inteligibilidade realizados pelos cientistas sociais portugueses são, não apenas de aplaudir, como de estimular, e estimular francamente.

Não existe entre nós uma consciência suficientemente aperfeiçoada sobre custos e benefícios sociais decorrentes de tomadas

de decisão, em sedes as mais diversas. Os resultados de uma tal indiferença são preocupantes. É de desejar que uma convivência regular com o mundo das Ciências Sociais, despertando um interesse generalizado pelas suas propostas interpretativas, pelos resultados de análises concretas a que chega, e pelas orientações práticas que sugere, permita inverter a situação.

A mobilização das energias do País para suplantar as dificuldades que se lhe colocam, num contexto de mudança global como o que atravessamos, não se compadece com desperdício de recursos, incluindo, em lugar de destaque, os recursos intelectuais. As questões postas pela modernização, designadamente as que se manifestam em espirais de exclusão e desesperança, exigem um crescente rigor e aperfeiçoamento dos critérios e instrumentos intelectuais de percepção do social e dos fenómenos da mudança. Não podemos enfrentá-las, repito, nem com ideias feitas, nem com esquemas simplificadores que rejeitam o pluralismo de análise e o necessário confronto de perspectivas.

Eis porque neste momento o meu voto vai no sentido de que saibamos olhar para o futuro com a lucidez crítica que o saber das Ciências Sociais põe ao nosso alcance.

SESSÃO COMEMORATIVA
DO ELOGIO DE BENJAMIN FRANKLIN
DA AUTORIA DO ABADE JOSÉ CORREIA DA SERRA
Academia das Ciências de Lisboa
3 de Julho de 1996

É com muita honra e grande interesse que participo, na Academia das Ciências de Lisboa, nesta sessão de tão grande significado, em boa hora organizada em colaboração com a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.

Ao felicitar as duas instituições por esta iniciativa, quero saudar calorosamente o presidente desta casa e os seus ilustres membros, pois esta é, desde que tomei posse do cargo de Presidente da República, que é, por inerência, o Presidente de Honra da Academia, a primeira vez que aqui venho.

O acto que nos reúne tem, hoje, um particular sentido: lembra figuras que, no seu tempo, estiveram na vanguarda do progresso científico, mas que não se alhearam nunca dos destinos do mundo. Encararam sempre as conquistas da ciência com uma ousada visão humanista. Esta é também uma ocasião para reafirmarmos a amizade entre os EUA e Portugal, de que o abade Correia da Serra é um símbolo, tendo sabido interpretar os generosos ideais que estiveram na origem do movimento de independência americana e que tão fundas repercussões tiveram,

O texto sobre o grande Benjamin Franklin, que ouvimos muito bem lido pelo actor Diogo Dória, e que foi agora, passados 205 anos, felizmente recuperado, evidencia esse espírito e dá sinais da energia que levou os homens a avançarem no conhecimento da natureza e a afirmarem a fundamental dignidade de todos os povos e de todos os seres humanos.

Benjamin Franklin foi sócio correspondente desta academia, de que o abade Correia da Serra tinha sido um dos principais fundadores e de que foi o primeiro vice-secretário, é bom, por isso mesmo, que hoje neste lugar os juntemos pela nossa evocação, pois comungaram dos mesmos ideais, expressos por Franklin na famosa carta ao descobridor do oxigénio, Joseph Priestley: «O rápido progresso alcançado pela ciência verdadeira causa-me por vezes mágoa pelo facto de ter nascido tão cedo, é impossível imaginar as alturas a que o poder do homem sobre a Natureza será levado dentro de mil anos. Aprenderemos talvez a retirar a gravidade às grandes massas a fim de as transportar com facilidade», e depois de elaborar criativa prospectiva sobre diversas áreas de actividade humana dizia: «possa para isso a ciência moral melhorar de igual modo, possam os homens deixar de se comportar como lobos uns em relação aos outros, e consigam os seres humanos aprender o que significa no fundo aquilo a que agora se chama impropriamente de humanidade!»

Muitos e espantosos progressos técnicos e científicos entretanto se verificaram e mudaram de forma prodigiosa a nossa vida — mas as desilusões da história, a consciência da complexidade do mundo, as incertezas do futuro, as perplexidades do próprio pensamento face à realidade, não nos permitem hoje uma visão tão resolutamente optimista, confiante e afirmativa. Sabemos que há problemas insolúveis, tragédias que se não evitaram, ilusões que se perderam.

É bom, no entanto, nestes tempos em que assistimos ao ressurgir de formas novas e antigas de obscurantismo, que seja retido o essencial da mensagem de Franklin e de Correia da Serra: a curiosidade e o espírito crítico, a abertura ao novo, a tolerância pela divergência e pela diferença, a afirmação do livre arbítrio, a

rejeição do pensamento único, a coragem de ajuizar e avaliar para lutar, defender, arriscar e agir de acordo com aquilo em que se acredita.

Esta é a grande herança que recebemos dos fundadores da ciência moderna e é graças a ela que a nossa civilização avançou e se aperfeiçoou. Os problemas têm de ser enfrentados com recurso à pesquisa, à reflexão, ao debate, ao confronto de ideias, ao aumento do conhecimento. A ciência moderna nasceu e afirmou-se. Tem vindo a desempenhar um papel de grande importância na evolução das sociedades ocidentais nos últimos 300 anos, a qual é relacionável com a criação de instituições científicas, nas quais se discutia, discordava, se recebiam e davam informações, se trocavam experiências.

As principais destas instituições foram, naturalmente, as academias de ciências. Instituídas como instrumentos do progresso científico, com base na utilidade e nas aplicações da ciência, as academias tiveram um lugar preponderante, pelo prestígio dos seus membros e da sua acção, no aconselhamento das autoridades, sobretudo no período inicial da Revolução Industrial.

As academias de ciências, como a de Lisboa, são depositárias de uma cultura de rigor científico, de tolerância, de compreensão e de generosidade. Receberam ainda uma tradição de independência face ao poder político e de isenção nos juízos, essas heranças devem ser preservadas e actualizadas.

Os tempos mudaram muito. O surgimento de muitos outros tipos de instituições científicas, a crescente monetarização da economia, as pressões tecnológicas do mundo contemporâneo obrigam a que as academias — e, neste caso, as suas classes de ciências — procurem novas formas de afirmação e intervenção, na fidelidade à pureza da sua mensagem fundadora: a utilidade da prática científica, o seu uso para o progresso humano e a defesa

dos princípios da liberdade e do direito, a escolha apresenta-se clara: ou se aprofundam continuamente as bases científicas do conhecimento sobre a sociedade, sobre a natureza e sobre o próprio homem, promovendo o espírito crítico e participativo, ou iremos assistir à destruição lenta mas inexorável da ciência, dos saberes argumentativos, e, com eles, da legitimidade da própria ordem em que a nossa sociedade assenta. É esse o grande desafio da nossa época.

Como Presidente da República e Presidente de Honra da Academia, farei tudo o que estiver ao meu alcance para prestigiar esta tão nobre instituição, contribuindo para afirmar os grandes valores do espírito científico e da liberdade crítica sem a qual não há ciência, nem comunidade científica, nem progresso.

Agradeço o vosso convite e as palavras que me dirigiram. Felicito a Fundação Luso-Americana e o seu ilustre presidente por esta iniciativa e desejo que outras deste tipo se sigam.

A cooperação cultural, científica e artística entre os países é, no nosso mundo, um factor insubstituível de paz, de progresso e de democracia, ideais pelos quais lutaram as personalidades que aqui, hoje, lembramos e homenageamos.

SESSÃO COMEMORATIVA DO 85.º ANIVERSÁRIO
DO INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO
Instituto Superior Técnico
4 de Outubro de 1996

A criação no nosso país de universidades modernas deve-se, como se sabe, ao regime republicano saído da Revolução de 1910, que amanhã justamente se comemora.

Com efeito, é por decreto promulgado no ano que se lhe segue que se criam duas novas universidades fundadas sobre o princípio da investigação: a de Lisboa e a do Porto. É também no mesmo ano que é criado o Instituto Superior Técnico que viria a integrar a Universidade Técnica de Lisboa aquando da sua fundação, em 1930.

Permitam-me, apenas de passagem, uma nota pessoal e afectiva. É que à criação desta casa me ligam laços familiares, já que entre os seus fundadores se encontra o meu familiar Alfredo Bensaúde. E também nos ligam laços político-culturais: ninguém da minha geração e das subsequentes, com interesse pela realidade, pelo mundo das ideias e de liberdade, foi indiferente ao papel que esta escola, sobretudo a sua Associação de Estudantes, desempenhou nas nossas vidas. A presença da Senhora Presidente da Associação Académica entre nós, e de tantos estudantes, numa escola felizmente transformada, é para nós símbolo que vale a pena lutar. Desejo, por isso, aos estudantes as maiores felicidades neste mundo de mudança.

O contributo do IST para a modernização de Portugal é inquestionável, quer em termos do número e qualidade dos seus licenciados, mestres e doutores, quer em termos das instituições

que se criaram à sombra da sua pujança pedagógica e científica, quer ainda em termos da participação dos seus investigadores docentes em programas de investigação de âmbito nacional e internacional.

Quero, por isso, simbolizar e expressar com a minha presença aqui o reconhecimento que é devido por um trabalho de décadas e deixar a todos uma palavra de incentivo para o importante contributo que Portugal espera do Instituto Superior Técnico para a sua modernização.

Se a República trouxe consigo a criação de modernas Universidades, a Democracia portuguesa, garantida pelo 25 de Abril, trouxe consigo um aumento considerável da rede de ensino superior, tendo criado novas oportunidades a milhares de jovens e novos pólos que se espera possam vir a contribuir para a modernização e o desenvolvimento de Portugal.

Essa rede, fruto da evolução dos últimos vinte anos, expandindo-se entre o sector público e o sector privado e cooperativo, possui hoje, na sua diversidade, sectores de grande qualidade científica, tecnológica e cultural com espírito de iniciativa e capacidade de realização que importa promover, apoiar e incentivar. Vão para eles a minha homenagem e reconhecimento, como Presidente da República, pelo importante contributo que prestam ao País.

Portugal figura entre os países da União Europeia onde o crescimento do ensino superior foi mais acentuado. De entre todas as virtudes e méritos desse desenvolvimento — que naturalmente tem também os seus problemas — quero sublinhar a importância da democratização do acesso que esse crescimento permitiu. Essa é para mim uma das importantes realizações da democracia portuguesa com a qual me congratulo.

Mas quero, por outro lado, realçar que numa sociedade como a portuguesa o aprofundamento da democratização do acesso exige que se continuem a melhorar os apoios sociais. Reconheço com apreço, todavia, o grande esforço já realizado para compensar as insuficiências.

Considero que esta evolução global trará, inevitavelmente, consequências muito positivas no desenvolvimento do País. Vive-mos, a meu ver, um dos períodos mais promissores para o ensino superior. Mas este é também um momento de maior rigor e exigência nesse grau de ensino.

Não vos esconderei, por isso, as minhas preocupações quanto a este sector, onde existem, como natural consequência do crescimento, crises de identidade dos seus subsectores, grandes desafios quanto à generalização dos processos de avaliação já iniciados, que acredito poderão constituir factor decisivo para a qualidade pedagógica e científica e, existindo, também, ao mesmo tempo algumas indefinições quanto a modelos de financiamento.

É, aliás, importante que se realize com sucesso o processo de negociação sobre o modelo de financiamento do ensino superior já iniciado. Esta é uma questão crucial.

Para atingirmos padrões europeus no que diz respeito a níveis de formação, o crescimento terá de prosseguir ainda. Mas a fase de transição que atravessamos exige que se repense o sistema de ensino superior que temos e exige que se invista na sua qualidade.

Tenho seguido com o maior interesse os estudos e debates sobre a especificidade e identidade dos vários subsistemas do ensino superior. A sua diversidade — que conta hoje com a importância do ensino superior politécnico e do ensino superior particular e cooperativo — será seguramente enriquecedora para o País.

Acredito, porém, que, para que tal aconteça há que aprofundar o debate sobre objectivos e criar incentivos ao desenvolvimento dos processos de avaliação.

Creio que a profunda mudança operada nem sempre foi acompanhada de estratégias de avaliação e correcção das disfunções que inevitavelmente surgem no lançamento de qualquer inovação. Temos perante nós uma nova realidade. Temos, perante esta nova realidade, de avaliar com rigor e apostar na qualidade, na exigência. Excelências,

O ensino superior apresenta-se hoje como um dos expoentes da actividade científica em qualquer país do mundo. As primeiras universidades modernas, fundadas sobre o princípio da investigação científica, nas quais o ensino decorre dos trabalhos criativos dos seus mestres, difundem-se a partir do centro da Europa apenas nos começos do século passado. O seu modelo, que instituía uma forte ligação da actividade universitária à prática das academias de ciências, teve um significado político importante: a nova universidade constituía um foco nacional de civilização e de cultura, baseado na articulação e na complementaridade dos saberes.

O que confere identidade e individualiza a actividade de investigação universitária é a definição de centros ou institutos de investigação dentro das universidades, isto é, de conjuntos organizados e formalizados de laboratórios e de espaços destinados exclusivamente à actividade científica.

O prosseguimento de actividades sistemáticas de pós-graduação, que se traduz pela realização continuada de mestrados e de doutoramentos, é uma das mais importantes contribuições das universidades nos tempos contemporâneos, no que se refere à sua função de certificação da qualidade do sistema de ensino — e aqui vemos como a capacidade de investigação sediada na universidade pode assumir um papel da maior relevância na sociedade.

Temos que reconhecer, contudo, que o peso dos aspectos relacionados com a ciência e a tecnologia que concorrem para a formação da cultura da sociedade portuguesa é ainda muito pequeno; basta lembrarmo-nos de que uma das principais fontes de inovação no nosso país continua a ser o conhecimento importado do exterior; que a atitude prevalecente geral é a de que a ciência é para os cientistas e que as empresas é que se devem preocupar com a tecnologia; que os problemas que nos afectam no dia-a-dia raramente são analisados e encarados sob uma perspectiva científica e tecnológica. Ou seja, em Portugal, ao contrário de grande parte da Europa a que pertencemos, não existe ainda uma linguagem que veicule, no quotidiano, as preocupações do mundo da ciência e tecnologia, permitindo o diálogo e a interacção entre este e o mundo que o rodeia.

Claramente, a ideia que pode justificar o nosso esforço colectivo com vista ao aproximar do próximo século não pode ser a de um Portugal acientífico e acrítico, a de uma sociedade contra a ciência; deste modo, reforçar a componente científica e tecnológica na cultura portuguesa contemporânea constitui uma tarefa essencial do presente. A universidade tem aqui uma missão cujo alcance é fundamental realçar.

Por outro lado, é necessária a contribuição do ensino superior para uma sociedade mais culta e solidária.

Para que tal aconteça, é importante que os cursos de ensino superior, para além da formação para uma profissão, incluam elementos susceptíveis de promover o interesse pela intervenção sócio-cultural e cívica.

As instituições de ensino superior não valem apenas pelas suas matérias curriculares, mas também pelo ambiente cultural e científico que proporcionam e pelo seu contributo na educação para uma cidadania activa.

De igual modo as instituições de ensino superior, detentoras de saber científico e cultural, têm como missão fazer chegar esse saber à sociedade em geral. Deste modo poderão contribuir para a formação de um pensamento mais rigoroso e exigente na população.

A modernização do País depende fortemente da percepção de que o papel social das instituições se alterou significativamente. A capacidade de adaptação à mudança é uma condição decisiva da modernização. Ninguém pode ignorar esta realidade. Nem o sistema político. Nem as instituições.

A escola desempenha, neste sentido, um papel insubstituível. A aposta na Educação, em geral, e no Ensino Superior, em particular, constitui, por isso, uma base essencial do desenvolvimento. A formação cultural da sociedade portuguesa tem de estar mais fortemente imbuída dos aspectos relacionados com a ciência e a tecnologia. A divulgação científica é uma base cultural essencial ao desenvolvimento do País.

A proximidade entre o cidadão e as novas tecnologias não pode ser posta em causa por uma visão restritiva da ligação entre a escola e a sociedade nem por custos de acesso a novas tecnologias que se tornem num novo factor de discriminação e exclusão. Reforçar a componente científica e tecnológica na cultura portuguesa contemporânea e democratizar o acesso às novas tecnologias constitui uma tarefa prioritária da modernização.

Excelências,

À guisa de conclusão, direi, com redundância propositada, o seguinte:

Estamos, irreversivelmente, num momento onde se impõe maior rigor e maior exigência no ensino superior. A avaliação do sistema e a exigência na qualidade são também condições de modernização do País.

Só assim, aliás, faz sentido insistir na importância do aprofundamento da democratização do acesso. Esse aprofundamento, trazendo para dentro de escolas de qualidade um número crescente de portugueses é também ele condição de modernização do País. A melhoria necessária dos apoios sociais é garante de correcção mínima de certas e incontornáveis desigualdades sociais.

Por fim esse caminho terá necessariamente de correr a par da conclusão da negociação ponderada sobre o modelo de financiamento do ensino superior.

Excelências,

Termino estas palavras retomando a associação que inicialmente fiz entre a criação do Instituto Superior Técnico e a implantação da República. O 5 de Outubro foi uma revolução que trouxe uma nova dimensão cívica à participação política dos cidadãos. Mas foi também um movimento ideológico que comportava uma mentalidade científica que associava intimamente a produção de ciência e a sua divulgação à função das instituições e à sua relação com a sociedade em que se inseriam.

Hoje, como então, o ensino superior, como centro de inovação e de formação exigente das novas gerações tem, cada vez mais, pelo ambiente cultural e científico que proporciona e pelo contributo que deve dar na educação para uma cidadania activa de desempenhar um papel essencial na modernização do País.

SESSÃO COMEMORATIVA DO 50.º ANIVERSÁRIO
DA ESCOLA SECUNDÁRIA ALFREDO DA SILVA
Barreiro
12 de Janeiro de 1997

*A*s minhas primeiras palavras dirigem-se a todos os professores, alunos e funcionários que viveram nesta Escola ao longo dos últimos cinquenta anos. Quero exprimir-vos as minhas felicitações e dar-vos testemunho da importância que concedo a estas comemorações. Quero, igualmente, dizer do meu grande apreço por esta «vila operária», hoje cidade do Barreiro. Aqui se desenvolveu uma das mais antigas concentrações da indústria portuguesa, que deu origem a uma importante dinâmica empresarial, mas também a uma cultura operária de características muito próprias.

A 12 de Janeiro de 1947. Nestes anos do pós-II Guerra Mundial, o Estado Novo lança reformas de fundo do ensino liceal e do ensino técnico. A criação desta Escola insere-se claramente nesta política que tem dois grandes objectivos: libertar os liceus de um número excessivo de alunos e responder às novas realidades do mercado de trabalho. O ensino técnico surge como uma via alternativa ao ensino liceal, reproduzindo, no interior do sistema educativo, um conjunto de hierarquias e de desigualdades sociais. E, no entanto, é justamente neste nível de ensino que se vão realizar algumas das experiências pedagógicas e educativas mais interessantes do século XX. Permitam-me que refira duas importantes inovações legislativas que têm lugar nesta Escola.

A primeira diz respeito à introdução de uma espécie de ciclo preparatório. Reconhecia-se então que, tendo em conta a idade

dos alunos, não era aconselhável «fazer seguir imediatamente à escola primária o ensino profissional» e que se impunha a organização de um ciclo preliminar de estudos comuns. Era o prenúncio das reformas da década de 60 e, sobretudo, das políticas de unificação do ensino da década de 70.

A segunda inovação diz respeito à criação de uma comissão de patronato, constituída por representantes locais, e que detinha importantes atribuições em relação aos planos e programas de ensino, à instalação e funcionamento da Escola, à realização dos estágios profissionais e à inserção dos novos diplomados no mercado de trabalho. Vocacionada para estabelecer um «enlace entre a escola e o contexto social», esta Comissão foi essencial para a consolidação de uma comunidade escolar forte. Foi através dela que se concretizou a participação da CUF e dos Caminhos de Ferro Portugueses no projecto da escola, companhias que asseguraram a realização de muitos estágios de aperfeiçoamento e a posterior integração dos alunos nos seus quadros de pessoal. Na primeira fase da vida da Escola assistiu-se à emergência de uma cultura própria, construída em grande medida por contraponto com a cultura dos liceus. Foram tempos de importantes apostas pessoais e sociais, que deixaram marcas profundas em todos quantos por aqui passaram. Mas é preciso não esquecer que foram, também, tempos de discriminação e de exclusão social, nos quais o destino escolar e profissional de grande parte dos alunos era precocemente traçado.

E, por isso, impunha-se caminhar no sentido de uma unificação do ensino. No princípio da década de 70, Portugal continuava a ocupar os últimos lugares das estatísticas europeias em relação ao analfabetismo, às taxas de escolarização ou ao investimento público no sector da educação. E era urgente mudar este estado de coisas.

A ideia de unificação do ensino era portadora de um projecto de democratização do sistema educativo. À imagem da maioria dos países europeus, entendia-se que era essencial a criação de um «tronco comum», no quadro da generalização de uma escolaridade básica de 8 ou 9 anos. Não se tratou de uma medida ditada pelo ambiente revolucionário de 1974-1975, como erradamente se tem dito, mas antes de uma evolução natural das políticas prosseguidas na década de 60 e reelaboradas pela reforma Veiga Simão no início da década de 70.

Mas, no campo educativo, as boas intenções nem sempre se transformam em realidade. E é preciso reconhecer que muito ficou por concretizar. De facto, não se assistiu a uma verdadeira unificação do ensino, mas antes a uma extinção do «ensino técnico», com o alargamento do «modelo liceal» ao conjunto do sistema. Isto mesmo reconhece Rui Grácio, um dos responsáveis pelo lançamento do ensino unificado, que lamenta a forma como o projecto inicial foi desvirtuado, tendo desaparecido algumas das suas dimensões essenciais, tais como a cultura tecnológica, a ligação da escola ao mundo do trabalho e a formação cívica. Nos últimos 25 anos conseguiram-se avanços notáveis, concretizando-se o desígnio histórico de dar a todos os portugueses uma escolaridade de base. Mas as condições de cumprimento desta escolaridade estão ainda longe de serem as ideais. Para utilizar uma expressão corrente: depois da democratização do acesso à escola é preciso trabalhar no sentido da democratização do sucesso.

E para atingir este objectivo, gostaria de chamar a atenção para três ideias que fazem parte da memória desta Escola Secundária Alfredo da Silva.

A primeira diz respeito à necessidade de dar um estatuto renovado às formações propedêuticas no ensino básico, criando

modelos flexíveis de desenvolvimento curricular e acentuando as vertentes tecnológicas, o ensino experimental e científico e as dimensões artísticas, para além de um conjunto de pré-aprendizagens vocacionais.

A segunda ideia refere-se à urgência de reforçar as componentes profissionalizantes no ensino secundário. Segundo dados recentes, apenas 19 % dos alunos portugueses seguem vias profissionalizantes, enquanto a média europeia se situa nos 59 %. Esta diferença enorme é, sem dúvida, uma das consequências nefastas da forma como se extinguíram as escolas técnicas no nosso país. Importa pois, e sem qualquer visão nostálgica do passado, lançar dinâmicas novas de formação profissional, que contribuam para dotar os jovens de melhores condições de acesso ao mercado de trabalho. A terceira ideia prende-se com a concessão de uma maior autonomia às escolas, que lhes permita a produção de uma cultura organizacional própria e a consolidação de redes fortes de ligação ao meio local. Sabe-se que em Portugal a participação dos sectores industriais na formação profissional sempre foi bastante limitada: o caso da CUF e desta Escola é uma excepção. Mas, hoje em dia, é essencial que se criem condições de participação e de responsabilização de todos em torno do projecto de cada escola. Estas três reflexões retomam memórias da Escola Alfredo da Silva, mas situam-nas em desafios totalmente diferentes. Neste final de século, a formação profissional tem muito pouco em comum com o ensino técnico dos anos 40 ou 50. Já não se trata de aprender um ofício, mas antes de possuir competências para um conjunto alargado de actividades. Já não se trata de actuar numa perspectiva estreita de especialização técnica, mas antes de formar para um espectro largo de intervenções profissionais. Já não se trata de preparar definitivamente para um emprego, mas antes de fornecer as bases de uma formação que continuará ao longo de toda a vida.

As nossas escolas têm de estar mais atentas às mutações tecnológicas e económicas que ocorrem a cada dia. A questão do emprego e, em particular, do emprego dos jovens, é um dos grandes dilemas das sociedades actuais. Não só por razões económicas, mas também por razões de cidadania e de realização pessoal. Articular a educação e a formação é uma forma de abordar esta problemática pelo prisma da integração social e do desenvolvimento pessoal, da partilha cultural e da criação de uma identidade própria.

As dicotomias tradicionais já não são úteis para pensar os tempos de hoje e para enfrentar os desafios do futuro. Temos de as substituir por novas visões do trabalho escolar. É preciso, como disse um dia António Sérgio, que a educação se organize sob a ideia directriz do trabalho produtivo, única forma de garantir ao mesmo tempo a realização individual e o desenvolvimento social.

CERIMÓNIA DE INAUGURAÇÃO
DO INSTITUTO DE ESTUDOS JORNALÍSTICOS
Universidade de Coimbra
29 de Janeiro de 1997

*P*ara quem, como eu, convive diariamente com a Comunicação Social, e pode por isso testemunhar a importante evolução registada nos novos níveis de formação dos seus profissionais, é com particular prazer que me encontro nesta Universidade na cerimónia de inauguração do Instituto de Estudos Jornalísticos. Este curso, pela sua natureza, representa, aliás, uma importante inovação no contexto das licenciaturas existentes na área da Comunicação Social. Ao autonomizar o Jornalismo como área do saber a Universidade de Coimbra e este Instituto colmataram uma importante lacuna no nosso panorama universitário e abriram campo ao desenvolvimento de uma interessantíssima área de investigação. Quero, por isso, felicitar esta Universidade, pelo facto de ter, já em 1993-94, lançado esta nova licenciatura, tal como quero testemunhar a todos os responsáveis do novo Instituto o meu estímulo e incentivo ao desenvolvimento do trabalho que aqui vão desenvolver.

Nos últimos trinta anos assistimos a uma transformação profunda no panorama do jornalismo. Quer porque se desenvolveram novos meios de comunicação, quer porque as sociedades se complexificaram. Ambos os factores de há muito vêm a apontar para a necessidade de novas formas de formação, seja de formação geral, seja de formação especializada.

Mas a importância que a comunicação social tem nas sociedades contemporâneas — quanto mais não seja pelo contributo funda-

mental que ela dá na percepção social das mudanças — confere à formação de jornalistas características particulares. A modernização do País depende em importante medida da percepção social das realidades nacionais e internacionais, da capacidade de receber, mas também de interpretar a informação que diariamente podemos receber.

A capacidade de adaptação à mudança é uma condição decisiva da modernização. Por isso o papel do jornalista tem hoje um impacto acrescido. Ninguém pode ignorar esta realidade. Por isso é tão importante, como já referi, que as Instituições compreendam a importância desse papel e apostem fortemente neste tipo de formação.

No panorama do Ensino Superior nacional este é um passo mais a acrescentar à importante evolução sofrida por este sector de ensino. Minhas Senhoras e meus Senhores,

Portugal figura entre os países da União Europeia que registou, nas últimas décadas, um maior crescimento do ensino superior. De entre todos os méritos dessa expansão — que tem também os seus problemas — creio que sobressai, claramente, a democratização do acesso, pois foi ela que criou novas oportunidades a milhares de jovens e novos pólos universitários que têm contribuído para a modernização e o desenvolvimento de Portugal. Esta é, sem dúvida, uma das importantes realizações da democracia portuguesa.

Vivemos hoje, a meu ver, um dos períodos mais promissores, quer no sector público, quer no sector privado e cooperativo. Mas, até por isso, este é também um momento onde se exige, a todos os agentes envolvidos, que as apostas a fazer sejam no sentido de um maior rigor e de uma maior exigência nesse grau de ensino.

Tenho plena confiança no seu futuro, mas, sobre ele, não vos escondo, devo manifestar também algumas preocupações. Exis-

tem grandes desafios quanto à generalização dos processos de avaliação já iniciados, que acredito poderão constituir factor decisivo para a qualidade pedagógica e científica.

Tal como existem algumas indefinições quanto à aplicação de necessários modelos de financiamento, pelo que julgo decisivo que se conclua, com sucesso, o processo de negociação sobre o modelo de financiamento do ensino superior.

Não creio, todavia, que a fase de crescimento esteja terminada. Se quiserem atingir padrões europeus, no que diz respeito a níveis de formação, o crescimento terá de prosseguir ainda. Vivemos, porém, um momento de transição que exige que se repense o sistema que temos e que exige que se invista decisivamente na sua qualidade. Temos perante nós uma realidade que não devemos ignorar. Temos que a avaliar com rigor e apostar na exigência. É o futuro de Portugal e dos Portugueses que claramente o exige.

As instituições de ensino superior não valem apenas pelas suas matérias curriculares, mas também pelo ambiente cultural e científico que proporcionam e pelo seu contributo na educação para uma cidadania activa. E foi também por isso que quis estar aqui. É porque entendo que a disponibilidade que quis manifestar para participar num exercício prático de gravação de entrevista em estúdio de televisão, pode ficar como um gesto do Presidente da República no sentido de incentivar os principais agentes económicos, sociais, políticos e culturais a reforçar a sua interligação à universidade e a darem o seu contributo cívico à formação dos estudantes e à sua proximidade com os agentes sociais da realidade com que vão ter de se relacionar uma vez na vida activa.

A escola desempenha, neste sentido, um papel insubstituível. A aposta na Educação, em geral, e no Ensino Superior, em particular, constitui, por isso, uma base essencial do desenvolvimento.

VISITA À UNIVERSIDADE DO MINHO

(Jornada de apoio à inovação e competitividade)

Braga

6 de Fevereiro de 1997

Tenho sublinhado, em diversos momentos desta jornada que consagrei ao tema da inovação e competitividade nas empresas, que o desenvolvimento económico tem muito a ganhar com uma ligação forte das empresas à investigação científica e tecnológica e, portanto, à actividade realizada em centros de pesquisa e universidades do País.

Sei que tem havido dificuldades nas ligações entre estes dois mundos e em diversos momentos essa questão aflorou de modo que eu próprio tomei a iniciativa de procurar obter mais esclarecimentos acerca das razões invocadas por ambas as perspectivas. Ontem mesmo, promovi um debate e uma troca de impressões entre protagonistas do mundo empresarial e do mundo universitário.

Creio que as linguagens que se privilegiam num e noutro nem sempre permitem uma comunicação fácil.

Será demasiado demorada, pelo menos na óptica dos homens das empresas, a resposta que as Universidades são capazes de dar aos problemas práticos que aqueles lhes colocam.

A instituição universitária, por sua vez, tende a conviver mal com as urgências do mundo empresarial, e alguns dos seus sectores rejeitam mesmo estas formas de colaboração, com o argumento — aliás muito respeitável — de que a vocação universitária para a investigação fundamental pode sair prejudicada com esta actividade pontual de prestação de serviços ao exterior.

E poderia enumerar outros factores de incompreensão e distanciamento entre as entidades em causa.

Estou convencido, no entanto, de que se trata de dificuldades francamente ultrapassáveis.

À medida que se for intensificando o relacionamento entre empresas e Universidades, mais diversificados e estimulantes serão os problemas que as primeiras colocam às segundas. Por outro lado, tornar-se-á mais fácil aos investigadores decifram e resolverem de forma criativa e realista as solicitações que o mundo empresarial lhes dirige.

Aliás, esta aproximação será tanto mais viva e enriquecedora, quanto mais se investir na criação de organizações de interface capazes de superar algumas inércias e resistências à mudança que as lógicas de funcionamento próprias de cada um dos sectores em presença inevitavelmente foram criando.

Confio em que o associativismo empresarial e interuniversitário constituído numa base regional permita aperfeiçoar e ampliar esta convergência de interesses e objectivos.

Há que contar, neste caminho em direcção a um melhor entrosamento da actividade científica com a economia e a sociedade, com dificuldades que radicam na própria configuração dos quadros culturais dominantes entre nós.

Sabe-se que são débeis os níveis de cultura técnica difundidos entre os cidadãos. A própria atitude experimental, tão importante para o despertar do gosto pela ciência, pelas tecnologias e, em última análise, pela inovação nos locais de trabalho, não tem tido a necessária expressão no sistema de ensino, sendo além disso escassamente estimulada pelos meios de comunicação com maior impacto.

Ora, está aqui, a meu ver, todo um espaço a explorar na perspectiva de um relacionamento estimulante entre as empresas e as Universidades.

Porque não hão-de conceber-se nestes dois pólos, em articulação com outros ramos de ensino, formas sistemáticas de aproximação dos mais jovens às realizações científicas e tecnológicas que vão surgindo, quer nos laboratórios das empresas ou dos centros de investigação universitários, quer junto aos próprios processos de trabalho concretos? Porque não organizar acções de divulgação científica dirigidas a todos os cidadãos e, em particular, aos mais jovens, fora dos esquemas formais e mais institucionais da sala de aula e mostrando que a ciência faz parte integrante da nossa vida quotidiana? E não será possível, com os meios audiovisuais disponíveis, garantir que essas experiências de divulgação científica obtenham difusão alargada junto das comunidades educativa e empresarial?

É um desafio que, com todo o empenhamento, aqui vos deixo. Minhas Senhoras e meus Senhores,

Não quero terminar sem voltar a referir-me ao tema geral desta semana de contactos no País.

Inovação e Competitividade são, como disse, as expressões adaptadas para, em fórmula breve, definir os contornos das questões que nesta altura quis trazer à discussão pública.

Gostaria de acrescentar que, não obstante toda a importância que atribuo àquelas duas ideias mobilizadoras, não as entendo como um fim em si mesmas.

Inovação tecnológica e competitividade empresarial devem ser vistas sempre em relação com o grande desígnio do desenvolvimento, e este tem de ser reportado não apenas a uma componente de crescimento económico, mas ao aperfeiçoamento global das condições de existência dos homens e mulheres concretos que, dia-a-dia, vão forjando o sentido da História.

Sabem VV. Ex.^{as} que sempre pugnei por um rumo solidário para o desenvolvimento do País. Inovação e competitividade serão então, para mim, dois vértices de um triângulo que se fecha com um terceiro ponto: o do desenvolvimento solidário, em que cooperação, tolerância e participação cívica não sejam palavras vãs.

CAPÍTULO VI

CULTURA
E HISTÓRIA

*«O próximo século terá de ser, ao mesmo tempo,
o século da universalização e da diferenciação,
o tempo de todos e o de cada um. Portugal sabe bem,
pela experiência histórica, que este desafio só será vencido
se a abertura ao Outro e ao seu apelo for a regra
da convivência humana.»*

SESSÃO DE ABERTURA DO COLÓQUIO
INTERNACIONAL «PORTUGAL E A GUERRA CIVIL
DE ESPANHA (1936-1939) —
O BALANÇO HISTÓRICO»
Teatro São Luís, Lisboa
10 de Maio de 1996

É com muito gosto e vivo interesse que participo na sessão de abertura deste Colóquio Internacional dedicado ao tema «Portugal e a Guerra Civil de Espanha (1936-1939) — O Balanço Histórico».

Quero começar por agradecer o amável convite que me dirigiram para estar aqui convosco e felicito o Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e a Biblioteca-Museu da República e Resistência por esta iniciativa que tanto interesse tem para a comunidade universitária e para os estudiosos em geral.

A colaboração entre o Instituto de História Contemporânea e o Museu da República revela-se muito fecunda e as iniciativas que têm organizado em conjunto são sempre caracterizadas por uma exigente qualidade científica, que não exclui nem é incompatível com uma atitude de pedagogia cívica do mais alto valor cultural e humanista.

A imparcialidade epistemológica e o rigor metodológico no tratamento historiográfico de um tema, de um acontecimento, de uma figura ou de uma época não pode confundir-se com uma neutralidade ética que evita os juízos e assepsiza tudo como se fosse passado morto, sem préstimo, exemplo ou referência para os dias de hoje. Temos de reagir a uma certa visão que, a coberto da distância, nega ou compreende e explica os piores crimes como se fossem naturais e inevitáveis. Temos de reagir contra a

fatalidade do mal. Essa visão é tão perigosa como aquela outra que manipula e reescreve a história com objectivos deliberados de propaganda política ou ideológica.

A história é feita pelos homens e a historiografia é escrita pelos homens. Não se pode, por isso mesmo, querer que os homens que, num dado momento e embora com rigor, escrevem a história sejam frios e alheios ao que aconteceu, como se não fossem humanos os sacrifícios, as tragédias, os crimes, as dores, os heroísmos.

Lucien Febvre diz: «A história recolhe sistematicamente, classificando e agrupando os factos passados, em função das suas necessidades actuais. É em função da vida que ela interroga a morte. Organizar o passado em função do presente: assim se poderia definir a função social da história.» E é também esta a opinião de historiadores como George Duby ou Paul Veyne.

A Guerra Civil de Espanha foi uma tragédia terrível que se desenrolou aqui ao lado com a participação de portugueses. Alguns deles, como já foi referido, tiveram um comportamento exemplar de idealismo e bravura.

A guerra civil determinou, em grande parte, o futuro da Península Ibérica, da Europa e do Mundo. Os Portugueses têm uma memória, directa ou indirecta, desses terríveis acontecimentos.

Sabem que o seu desfecho teve uma influência decisiva na manutenção da ditadura portuguesa por mais quatro décadas. O pacto ibérico selou a cumplicidade entre os regimes de Salazar e Franco, não obstante as suas relações não terem sido sempre lineares.

Com a instauração da democracia em Portugal e Espanha, é possível olhar-se para esse período com outro olhar, acesso a informações novas e liberdade de investigação.

A presença neste Colóquio de especialistas espanhóis, que quero saudar, é sinal de uma cooperação científica entre as Universidades dos nossos dois países que temos de saber dinamizar e intensificar, com largos benefícios para todos.

O Instituto de História Contemporânea tem sido um modelo de abertura da Universidade ao exterior, de exercício de espírito crítico e de inconformismo, traduzido em insatisfação face ao saber feito e em vontade de renovação e aperfeiçoamento.

Reitero também as minhas felicitações ao Museu da República pela sua notável acção cultural e cívica.

Desejo os maiores êxitos aos trabalhos deste Colóquio e aguardo com muita curiosidade as suas comunicações. Pelas personalidades que nele participam e pela forma como os temas são tratados, estou certo de que lançará uma nova luz sobre um período da história contemporânea cuja influência sobre o nosso tempo ainda tanto se faz sentir.

SESSÃO DE ABERTURA
DO «FÓRUM DO PATRIMÓNIO»
Universidade do Algarve, Faro
10 de Outubro de 1996

É com o maior prazer que aceitei o convite de V. Ex.^a, Senhor Reitor, para presidir à sessão de abertura do «Fórum do Património», tema de indiscutível actualidade e que demonstra bem o sentido de oportunidade das instituições que o promovem e apoiam face às problemáticas com que se debatem hoje as sociedades contemporâneas.

Prometi visitar esta Universidade quando me deslocuei em Junho ao Distrito de Faro. Queria então, o que não foi possível, exprimir o meu apoio ao importante trabalho que aqui se realiza. Julgo ter uma ideia clara da diversidade de domínios em que a intervenção destacada desta Universidade se faz sentir. A pertinência da investigação aqui realizada e a importância da formação ministrada são amplamente reconhecidas na região e no País. O papel revitalizador da sociedade que instituições como a Universidade desempenham, é insubstituível. Creio ser este um exemplo positivo das virtualidades do caminho da descentralização do Ensino Superior, para além de ser esta uma experiência a acompanhar com interesse sobre as modalidades de articulação entre ensino universitário e ensino politécnico.

Vejo, com prazer, que a Universidade continua a crescer e tem em execução projectos de reforma e modernização de cursos e equipamentos. Peço-lhe, Senhor Reitor, que transmita a todos os órgãos académicos os meus votos de êxito para os projectos de desenvolvimento da Universidade do Algarve.

Considero que esta evolução, que corresponde ao que se passa um pouco por todo o país nas instituições de ensino superior, trará consequências muito positivas ao desenvolvimento de Portugal.

A modernização do País depende, fortemente, da percepção de que o papel social das instituições — como a Universidade — se alterou significativamente. Da capacidade de adaptação às exigências do desempenho de novos papéis sociais depende a modernização da sociedade. Por isso, a aposta na Educação, em geral, e no Ensino Superior, em particular, constitui uma base essencial do desenvolvimento. Mas, para tal, a formação cultural da sociedade portuguesa tem de estar mais fortemente imbuída dos aspectos relacionados com a ciência e a tecnologia. A divulgação científica é uma base cultural essencial à compreensão das grandes mutações do mundo contemporâneo.

Hoje, o ensino superior, como centro de inovação e de formação exigente das novas gerações, tem, cada vez mais, pelo ambiente cultural e científico que proporciona e pelo contributo que deve dar na educação para uma cidadania activa, de desempenhar um papel essencial na transformação de atitudes e de comportamentos face à inovação.

Vivemos um período de grande transformação no ensino superior. Mas estamos, também, irreversivelmente, num momento onde se impõe maior rigor e maior exigência. A avaliação do sistema e a exigência na qualidade, são também elas condições de modernização do País.

Mas esse importante caminho tem necessariamente de ser acompanhado pela conclusão da negociação sobre o modelo de financiamento do ensino superior. Esta é uma necessidade incontornável.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Este Fórum inscreve-se no programa de trabalhos de um Mestrado em «Gestão Cultural» que a Universidade do Algarve desenvolve em cooperação com a Universidade de Paris VII.

É-me grato reconhecer que à oportunidade do tema está associada a experiência de intercâmbio universitário internacional, como garantia de inserção numa rede mais alargada de experiências e de aquisições técnico-científicas, através de um protocolo com uma prestigiada universidade francesa. Por outro lado, ao pretender qualificar profissionais numa área como a gestão cultural, a Universidade soube aliar um desígnio de intervenção estratégico às funções de reflexão e de investigação.

Na abertura deste Fórum gostava de partilhar convosco, de forma sintética, algumas reflexões.

A era da globalização forçou-nos a questionar o conceito tradicional de cultura, herdado do Iluminismo, e a reflectir sobre o desenvolvimento de um novo estatuto para os produtos culturais. A cultura surge-nos, cada vez mais, vinculada à vida social, económica e política. Perdeu o estatuto de esfera autónoma para aceitar integrar-se num quadro de múltiplas implicações, e ganhou corpo a associação do conceito de valor económico ao produto cultural.

Não se trata apenas da invasão da cultura pela lógica da produção e difusão das chamadas indústrias culturais. A economia pediu à cultura caução para a sua própria hegemonia, para, como Eduardo Lourenço afirmou, a «culturização de todos os objectos de consumo de que a edição, a rádio, a televisão, a civilização enquanto espectáculo planetário permanentemente exige».

Não ignoro, antes reitero, que o grande desafio da sociedade portuguesa actual se chama modernização, implicando profundas mutações económicas. Mas nem essas mutações se cingem

ao domínio estritamente económico, nem os mecanismos de ponderação dos efeitos dessas mutações dispensam a abordagem do tema cultural.

A nível internacional, por exemplo, não teria sido possível globalizar a economia, sem o notável acréscimo que se registou nas actividades ligadas à comunicação, ao conhecimento e à informação. De igual modo, em Portugal, não será possível preparar o País para enfrentar com êxito a integração numa economia globalizada sem um acréscimo dessas mesmas actividades.

A modernização sustentada de um país não se mede apenas pelos indicadores de desenvolvimento económico, que podem, conjunturalmente, apontar um caminho de prosperidade. Sem um aumento generalizado do acesso ao conhecimento e à informação a sustentabilidade do desenvolvimento é ilusória.

É que hoje, mais do que nunca, os instrumentos e os meios para compreender e fazer funcionar o mundo global são especializados, e por isso requerem um sistema de aprendizagem estruturado e dinâmico.

O reconhecimento da necessidade de um enorme esforço colectivo de aprendizagem é uma condição decisiva para o futuro de Portugal. Esse esforço, que requer em simultâneo um grande investimento dos domínios da formação e da comunicação, baseia-se na criação contínua de saberes disciplinares, interdisciplinares e transdisciplinares, e na sua divulgação.

O incentivo à inovação intelectual, seja ela de cariz científico ou artístico, amplia o património cultural disponível, e deverá estar ligado a um intuito de democratização cultural, tanto no sentido da garantia do pluralismo de expressão como na atenuação do fosso discriminatório entre grupos e camadas sociais.

Este é um tema da maior acuidade e a Universidade do Algarve mostra, com esta iniciativa, a sua particular atenção às necessida-

des do presente. A articulação entre recursos educativos e equipamentos culturais, nas suas actividades de formação, criação e comunicação deverá aliás constituir uma prioridade nacional, atendendo sobretudo às carências de uns e outros, sentidas no País. Atrever-me-ia, a este propósito, a ir mais longe. Essa necessária articulação entre recursos educativos e equipamentos culturais não poderá deixar de considerar, igualmente, a resposta a dar ao problema colocado pela disfunção que representa, em muitas zonas do País, a existência de equipamentos culturais parcial ou totalmente desaproveitados.

Há aqui, claramente, um problema que exige respostas contractualizadas entre os diversos agentes e a necessidade de uma ponderação sobre a nacionalidade de critérios de planeamento em que a dimensão regional não é ainda determinante.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Se a ideia que pretende reduzir tudo, inclusivamente o conhecimento e a cultura, a um simples produto, é perigosa, não o é menos a ideia de que o penhor da nossa identidade, supostamente ameaçado pela modernização, reside exclusivamente no legado histórico-cultural.

Em primeiro lugar, o património histórico-cultural é por natureza diverso. Ele alimentou-se de uma tensão entre interno e externo, entre local e universal, entre elites e povo, entre exclusão e integração, entre uniformidade e alteridade. Em segundo lugar, a conservação do património não é uma actividade que se esgote numa pura preservação de objecto.

Conservar é promover uma reaproximação, é portanto reinterpretar, de acordo com os critérios e as expectativas do presente. Finalmente, porque a identidade de uma sociedade não é um dado imutável, é, isso sim, uma aquisição permanente, um processo contínuo entre o passado e o desejo de futuro.

É, aliás, por decidirmos o que nos interessa que somos humanos. A experiência histórica não basta, nunca bastou para garantir um adequado enquadramento das grandes questões. Olho o futuro como uma construção, como uma corporização das percepções e decisões do presente e não como uma fatalidade ou uma conformação cega aos ditames do passado. Por isso, valorizo tanto o pluralismo, o valor da diversidade. A cultura não é apenas legado. Mas, também, não pode representar a sacralização das percepções majoritariamente reconhecidas na sociedade. O património cultural de uma sociedade só se defende se toda a sua diversidade e inovação for aceite como legítima e preservável como património.

É preciso avaliar o futuro. E na avaliação, nessa escolha, os condicionamentos, designadamente económicos, são apenas uma parte do problema. As nossas aspirações constituem a outra parte. Essa ideia do futuro, é também ela uma criação cultural, pela qual, todos os dias refazemos a liberdade.

SESSÃO SOLENE DE ABERTURA
DO II CONGRESSO HISTÓRICO DE GUIMARÃES
Universidade do Minho, Guimarães
24 de Outubro de 1996

Cumpre-se este ano o nono centenário da outorga do primeiro foral a Guimarães. Tratando-se, como se trata, de um aniversário invulgar, permitam-me que assinale em primeiro lugar esta circunstância de especial significado.

Na organização do espaço medieval, os concelhos, instituídos pelas cartas de foral, desempenharam um papel histórico decisivo. A historiografia liberal exaltou nos municípios a perspectiva de autonomia e de participação, perspectiva que veio a ser integrada no património do pensamento político democrático.

Orgulhamo-nos hoje justamente do poder local, instância de representação e de exercício de competências administrativas em grande proximidade com as pessoas. O poder local consagrado pela democracia acumulou um enorme capital de confiança, no combate a tantas dificuldades nacionais, a que o centralismo do Estado pós-medieval não permitia responder.

Sabendo embora que é largo o fosso que separa o municipalismo de hoje do municipalismo antigo, não podemos deixar de saudar na instituição primordial a referência fundadora, aquela que afinal ainda simboliza o princípio do autogoverno dos concelhos portugueses. Mas a carga simbólica da terra vimaranense não se resume ao pioneirismo municipal. De facto, em Guimarães se cruzam alguns dos caminhos fundamentais que conduziram à afirmação de Portugal como Estado independente, e é também por isso que este Congresso tem aqui justificadamente lugar.

Gostaria de saudar a iniciativa, à qual correspondeu um tão expressivo número de investigadores de história de Portugal e de Espanha.

Não me passou despercebida a natureza da convergência de esforços que o tornou possível: a autarquia, a Universidade, a Clegiada de Guimarães, a Arquidiocese de Braga, a prestigiosa sociedade Martins Sarmiento. Apraz-me registar que à sensibilidade de uma autarquia para a pertinência das questões histórico-culturais, correspondeu a Universidade e o corpo dos investigadores com os seus recursos da mais elevada qualificação, como não se pode deixar sem referência o mérito de instituições locais que promovem a abordagem da história e do património com exigências de rigor e preocupações de continuidade.

Honrado com o convite para presidir a esta sessão de abertura, faço votos para o êxito desta reunião científica, um marco também na vida cultural portuguesa.

Senhoras e Senhores Congressistas,

Afonso Henriques e a sua época vão merecer a vossa atenção nos próximos dias. Além da comunidade científica, muitos outros portugueses, creio, sentirão curiosidade pelos vossos debates e conclusões.

Compreende-se porquê. Afinal Afonso Henriques corporizou, num determinado momento, um desejo de autonomia e uma atitude de ruptura, um processo em que radicaria a futura independência de Portugal.

Não me cabe naturalmente a este propósito emitir qualquer hipótese, mas seja-me permitido discorrer brevemente sobre dois aspectos que ressaltam da intervenção deste primeiro monarca português. A primeira nota respeita à determinação, à clareza de propósitos, à aceitação de que a acção, a acção político-militar neste caso, implica correr riscos.

Se me posso exprimir assim, entre analistas norteados pela objectividade, este aspecto da personalidade do jovem Afonso sempre me pareceu digno de destaque.

Na primeira e certamente crucial intervenção de Afonso Henriques, em 1128, em São Mamede, o enfrentamento das condições de uma tomada de iniciativa parecem decisivas, tendo em conta que as forças que combateu eram das mais poderosas na região.

Numa situação certamente complexa, o protagonismo assumido por Afonso Henriques surpreendeu pela ousadia e consolidou-se pelo sentido da responsabilidade. Nesse compromisso residiu provavelmente o efeito mobilizador e a coesão de grupo sem os quais a conquista da autonomia não teria sido possível.

Respeita a segunda nota a um aspecto que hoje porventura estamos em situação de valorar com mais intensidade: o do envolvimento da actividade política dos condes portugalenses num quadro pontuado não apenas pelos interesses de potências regionais próximas, como pelas teias de relações estabelecidas com diversas entidades do Ocidente.

Afonso Henriques tinha laços de parentesco estreitos, pelo lado paterno, com os duques e condes da Borgonha, e por essa via com o Mosteiro de Cluny, grandes potentados ocidentais em termos políticos e económico-sociais. Por outro lado, paralelamente à sua actividade no campo militar, conduziu uma política externa activa, através da qual procurou assegurar a independência política. O seu caso ilustra bem como a autonomia não implica a solidão, mas a exploração sistemática das solidariedades externas.

Minhas Senhoras e meus Senhores.

O estatuto da história, no conjunto das Ciências Sociais, modificou-se largamente nas últimas décadas. Algumas dessas mudanças prendem-se, em estreita correlação, aliás, com as verificados nou-

tras Ciências Sociais, com as novas condições, criadas pela Democracia, de liberdade de criação intelectual e de intercâmbio científico e cultural com o estrangeiro.

O confronto de quadros teóricos e de metodologias conferiu à historiografia portuguesa um novo vigor. Ampliou-se extraordinariamente o campo da investigação, com a integração de áreas até então excluídas e a adopção de perspectivas disciplinares inovadoras. Algumas reservas do conhecimento que pareciam inexpugnáveis foram postas em causa, e sujeitas a revisão.

Ciência da variação, da mudança, a história foi insistentemente convocada por uma sociedade e um tempo que se propunha recusar os amontoados de explicações fáceis, os determinismos de um destino intemporalmente definido, as visões da sociedade reduzidas ao prisma dos heróis e das épocas heróicas.

Se este movimento de renovação conferiu à investigação histórica um prestígio e até um fascínio inesperados — acentuado pela imprevista mediatização da análise histórica —, ele parece em contrapartida ter gerado algumas dificuldades no aparelho de transmissão escolar.

É certo que a História por vezes incomoda as consciências, uma vez que é da sua função colocar-nos perante a relatividade das acções e das convicções humanas.

Mas é igualmente aí, nessa capacidade insubstituível de nos armar criticamente, de nos confrontar com a escolha e a circunstância, o conflito, a diversidade, a ruptura e a continuidade, a oposição e o consenso, que reside a pertinência do contributo da História para a inteligibilidade do presente.

Reconhecemos que é, por vezes, ingrata a tarefa dos professores, a quem compete assegurar uma mediação entre uma investiga-

ção que desconstrói mitos e clichés e rasga novos horizontes problemáticos, e a estabilização dos quadros de conhecimento indispensáveis à transmissão do saber.

Por isso julgo oportuno, num momento em que um tema histórico de grande ressonância nacional vai ser objecto de atenção dos estudiosos, ter uma palavra de compreensão e de estímulo para com os professores de História, a quem caberá, por último, subtrair a esses estudos novos conteúdos informativos e formativos destinados às mais jovens gerações.

Senhoras e Senhores Congressistas,

Afonso Henriques foi o elo de uma cadeia que viabilizou uma nação. A experiência histórica portuguesa não se deixa aprisionar numa leitura única e linear. Pelo contrário, alimenta-se da diversidade e do contraste, alterna dinâmicas internas e externas, integração e exclusão, propensão conservadora e busca da inovação. Mas ilustra, exemplarmente, a viabilidade de um colectivo nacional, sentido e pensado como tal pelos Portugueses.

A experiência histórica da viabilidade não é tudo, mas é certamente uma poderosa vantagem e uma estimulante condição para olharmos o presente e o futuro com confiança.

A construção de um colectivo nacional implicou a criação de múltiplos instrumentos políticos e culturais para sedimentar a união apesar da dispersão, obter o consenso apesar da conflitualidade, fortalecer solidariedades apesar das disparidades, articular duradouramente interesses e vontades apesar da fragmentação do espaço social e local.

O processo conta já com uma longa duração, não constituiu um dado predeterminado mas sim o resultado de um grande e contínuo esforço de gerações e gerações.

A percepção da identidade histórica como uma aquisição permanente é uma garantia para as escolhas a que devemos proceder.

Podemos e devemos recusar o fatalismo e acreditar nas nossas próprias capacidades. Podemos e devemos acreditar num projecto de longo prazo, num desígnio que oriente o caminho, e recusar o pessimismo e a inércia. Podemos e devemos enfrentar os desafios da integração externa, acreditando que a participação em novos patamares de responsabilidade internacional fortalece uma visão mais optimista de nós próprios. Há lugar para nós, o nosso contributo é valorizado.

A experiência histórica da viabilidade mostrou que os Portugueses têm sentido prospectivo e a coragem de correr riscos. Deram provas desses atributos com desassombro e perspicácia para vencer dificuldades, curiosidade pelo novo, e capacidade de adaptação ao diferente, ao mutável, ao imprevisível.

Parafraseando Fernando Pessoa, a nossa pátria é a nossa história. As nossas aspirações também o são. O futuro colectivo decorre tanto do passado, como da esperança. O nosso passado aí está, oferecendo determinação e inteligência à «avaliação da esperança», no dizer do nosso Padre António Vieira.

SESSÃO SOLENE COMEMORATIVA
DO DIA DA RESTAURAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA
Sociedade Histórica da Independência de Portugal
1 de Dezembro de 1996

A Restauração da Independência portuguesa representa um marco importantíssimo na longa história nacional. Portugal, país velho de tantos séculos, nação-Estado de fronteiras invulgarmente estáveis, no contexto europeu, conheceu com a unificação dinástica um dos períodos mais difíceis do seu percurso nacional. O 1.º de Dezembro comemora um gesto simbólico que marcou emblematicamente o início de um período que se distingue por novas condições de afirmação da Independência de Portugal.

O que importa, hoje, não é comemorar o gesto que é distintivo de um momento que cumpriu no tempo o seu destino. O que importa, hoje, aos titulares de todos os órgãos de soberania aqui presentes, não é comemorar este momento cronológico da história de Portugal, mas sim, através dele, evocar todos os momentos em que ela se discutiu e fundou para, assim, sublinhar aos Portugueses que a nossa Independência depende de condições concretas que não são constantes ao longo dos séculos, e que, por isso, não é apenas na história, mas na capacidade de interpretar e conduzir o nosso presente que podemos encontrar as condições de afirmação constante da nossa identidade e independência.

O 1.º de Dezembro, por ser uma data histórica, não permanece ao abrigo das interpretações que cada época entende acerca dela produzir. Este não é um aspecto exclusivo de um marco histórico, como o que comemoramos hoje. A interpretação do passado

é uma construção, que cada sociedade reivindica para si, construção assente numa desconstrução de juízos e valorações anteriores... um fiar e desfiar de Penélope.

Faz pois sentido, creio, «actualizar» o significado que, na cultura do nosso presente, pode ser atribuído ao acto rebelde que em 1640 rompeu com a união sob uma mesma coroa e repôs a unidade de Portugal sob a chefia de um poder dinástico autónomo.

Alguns dos significados desse acto, prisioneiros da conjuntura, têm hoje uma dimensão puramente histórica, outros mantiveram-se e justificaram-se apenas enquanto o quadro privilegiado da defesa nacional foi peninsular.

O movimento restaurador de 1640 remete para o conceito a que, no recente Congresso de Guimarães, designei por experiência histórica da viabilidade.

A experiência histórica da viabilidade de Portugal, como Estado independente, enriqueceu-se no século XVII. Em primeiro lugar, pela afirmação da identidade da cultura nacional.

A união dinástica tivera fortes repercussões negativas na circulação e expressão da língua, literatura e artes portuguesas. Acentuou uma castelhanização cultural de grande amplitude, sobretudo junto dos meios e grupos de elite, secundarizando as manifestações criativas portuguesas que pretendessem atingir os grandes centros ou se exprimissem em português. O tema da ameaça à identidade cultural constituiu uma peça decisiva da reivindicação da autonomia política. Só o Estado nacional podia garantir convenientemente a manifestação mais autêntica da cultura portuguesa. Esta componente da Restauração marca na estrutura do Estado moderno português uma nova função — a do Estado como garantia da vitalidade e da especificidade próprias da cultura nacional.

Importa, depois, realçar que a acção militar que inevitavelmente se seguiu à ruptura dinástica, foi acompanhada por uma acção diplo-

mática e pelo aprofundamento de uma teoria da legitimidade governativa. Esta invocação do direito político, suporte de uma reclamação do trono para a dinastia portuguesa, constitui um outro traço distintivo da Restauração do século XVII.

O terceiro traço acrescentado pelo 1.º de Dezembro foi o da valorização dos pequenos Estados nos equilíbrios internacionais. O desejo de independência manifestado, em 1640, por diversos segmentos do corpo nacional não se resumiu a um protesto de teimosia, mais ou menos isolado. Além da invocação do direito, os promotores da Restauração combatiam a tese de que só havia lugar para os grandes impérios.

A afirmação da independência portuguesa abriu caminho para o princípio da prioridade das nações na organização do espaço político, consubstanciado hoje, por exemplo, no quadro da União Europeia no conceito de Europa das Nações, de que não podemos abdicar. O quarto aspecto que importará realçar, no contributo decisivo que o 1.º de Dezembro deu para a experiência histórica da viabilidade nacional, é o de que há que contar com as nossas próprias forças, mas não podemos contar apenas com as nossas próprias forças.

De facto, se a independência de 1640 teve origem numa decisão de uma elite, em articulação com um sentimento e um movimento de protesto popular nacional, o seu sucesso dependeu de uma correcta avaliação das relações de forças externas e de um bem conduzido processo diplomático. Nesse sentido, o complexo jogo da autonomia política portuguesa foi também obra da França, da Holanda ou da Inglaterra. A viabilidade das nações não depende nunca, apenas, de um acto de vontade própria, mas depende também, sempre, de um contexto internacional. Por isso, foi e é tão importante para um pequeno país, como o nosso, a sua capacidade permanente de projecção internacional.

Portugal tem sabido no presente, através de uma política externa consensual, desenvolvida concertadamente pelo Governo e pelo Presidente da República, alcançar esse objectivo essencial da projecção externa do País. Para isso, não posso deixar de o referir, muito tem contribuído a qualificada participação das Forças Armadas portuguesas em missões conjuntas de paz, no quadro das Nações Unidas.

A Independência de Portugal, ao contrário do que aconteceu no século XVII, não se joga no quadro peninsular. Hoje, a experiência histórica da viabilidade que vivemos, e que estamos ainda a construir, depende da nossa capacidade de integração e afirmação de identidade no espaço europeu. Não há outro caminho. É nele que aposta o Governo. É em torno dele que, na Assembleia da República, se reúne um consenso majoritário, é a ele que o Presidente da República dará todo o seu apoio.

Mesmo correndo o risco de ser redutor forçarei a expressão: a Independência Nacional dependeu sempre da capacidade para identificar um quadro de alianças internacionais, para congregar vontades, ultrapassar desvantagens e vencer dificuldades. Se a história legitima esta avaliação, o presente aconselha a que em nome do futuro se lance igual apelo. Por isso, dedico particular empenho em dar pública nota, incentivar e apoiar o melhor do esforço dos Portugueses e a sua capacidade de realização e, a par disso, contribuir para projectar internacionalmente Portugal. Hoje, podemos olhar com confiança para o futuro.

Viva Portugal!

SESSÃO SOLENE QUE ASSINALOU
OS 500 ANOS DO DECRETO DE EXPULSÃO
DOS JUDEUS DE PORTUGAL
Assembleia da República
5 de Dezembro de 1996

No dia exacto em que se cumprem 500 anos sobre o decreto que expulsou os Judeus de Portugal ou os obrigou à conversão, renegando a sua fé e as suas tradições, a Assembleia da República, sede da representação nacional, decidiu aprovar, por unanimidade, uma deliberação na qual se expressa um juízo moral claro sobre um facto da nossa História, ao mesmo tempo que são reiterados claramente os princípios da tolerância e do universalismo em que nos reconhecemos.

Esta decisão, tomada em nome do Povo Português, assume um alto significado simbólico e tem um excepcional valor pedagógico. É como se, hoje, restituíssemos uma parte do que, há 500 anos, fora negado.

É certo que o passado não se anula, nem se reescreve — assume-se, esclarece-se, interpreta-se, narra-se. Mas também se avalia e se julga criticamente. A História é isso mesmo: memória crítica, activa e vigilante. Uma atitude científica moderna não significa neutralismo ético ou demissionismo moral.

Menos ainda se pode aceitar o negacionismo ou a mistificação intencional.

A História de um Povo é memória viva e identidade consciencializada. Tem de ser assumida no que tem de melhor e de pior, de grandioso e de pequeno, no que representou de erro e de acerto. A História de Portugal tem períodos de glória e momentos condenáveis. Uns e outros a constituem, uns e outros formam a

herança que recebemos, com a qual dialogamos criticamente e que nos identifica como Nação. O passado não prescreve e não há histórias isentas de erros graves ou funestos.

A expulsão dos judeus portugueses, quaisquer que sejam as razões que, na época, possam ter sido ou aparecido como motivação, foi um acto iníquo, com profundas e nefastas consequências na ordem moral e na ordem material.

Foi ainda injusta, pelo muito que devíamos a esses portugueses que também eram judeus. Iniciou um ciclo de violência e obscurantismo, cujas marcas perduraram. Provocou sofrimentos sem conta, perdas, humilhações, ofensas. Empobreceu-nos como povo, como país, como cultura, como vida colectiva. Essa noite da História constituiu um acto contra nós próprios, contra a nossa identidade, contra a presença do Outro nela, uma presença que sempre nos tornou maiores, nos acrescentou, nos abriu ao Mundo, nos fez ir ao encontro do desconhecido e do diferente.

Esse gesto representou uma cedência a pressões exteriores, o sacrifício de sentimentos e princípios fundamentais, a renúncia ao melhor que éramos e tínhamos, em favor do calculismo estreito e imediato.

Antero de Quental, na conferência tão bela e tão lúcida em que analisa as «Causas da Decadência dos Povos Peninsulares», diz que a expulsão dos Judeus e Mouros teve proporções de «calamidade nacional».

E acrescenta, em terríveis palavras, que, desde então, «um terror invisível paira sobre a sociedade: a hipocrisia torna-se um vício nacional, a delação é uma virtude religiosa, a expulsão dos judeus e mouros empobrece as duas nações, paralisa o comércio e a indústria, e dá um golpe mortal na agricultura [...]».

Quem não reconhece, ao longo da História e até em tempos recentes, a actualidade destas palavras, o eco destes avisos, os reflexos desta atitude mental?

É por isso que os actos com que lembramos esta data de trágica memória não se esgotam na pura evocação do que aconteceu. Olhamos o passado, mas como ensinamento para o presente e abertura para o futuro. O lema escolhido — «Memória e Reencontro» — significa que vivemos, hoje, num país livre e democrático, que respeita os direitos humanos e pratica a tolerância, o pluralismo e o respeito pelos outros. Significa ainda que queremos ser, cada vez mais, uma comunidade consciente de que a diversidade nos engrandece, projecta e enriquece.

Mas a lição que temos também de tirar para o nosso tempo é a de que nunca nada está definitivamente erradicado nem vencido, de que, quando menos se espera, regressam os signos da intolerância, do fanatismo, do ódio ao diferente.

O século que se aproxima do ocaso viveu, de par com tantos progressos, os horrores da barbárie, numa escala nunca conhecida ou sequer imaginada. A democracia é uma obra em progresso, tem de ser pedagogia constante, prática quotidiana. A tolerância tem de ser exercício permanente, atitude mental interiorizada. Num mundo que queremos melhor para todos, devemos, creio firmemente, valorizar os grandes gestos de entendimento e de reencontro, os símbolos da paz, da reconciliação, da concórdia. Devemos conferir-lhes um valor exemplar e pedagógico. Devemos não aceitar a fatalidade do mal. Devemos opor-nos a uma cultura de passividade perante a miséria do Mundo e de inelutabilidade e resignação perante a injustiça, a desigualdade, a opressão.

Onde quer que eles surjam, temos de combater, pela palavra e pela acção, o racismo, a xenofobia, os fanatismos agressivos e violentos, os fundamentalismos nacionalistas, étnicos, religiosos, a discriminação e a exclusão de todos os géneros e tipos, a intolerância, a uniformização, o sectarismo.

Este é também o sentido mais profundo desta cerimónia: renovar o nosso empenhamento no combate pela tolerância e reafirmar a nossa vontade de fraternidade, de solidariedade e de paz.

Dirijamos, neste momento de tão grande significado, o nosso pensamento para todos aqueles que, nos nossos dias e onde quer que se encontrem, sofrem ameaças e exclusões porque pensam ou são diferentes, são perseguidos e humilhados porque recusam a tirania do medo e da iniquidade, são privados de liberdade porque agem pela liberdade, são julgados sem justiça porque lutam pela justiça. Como tantas vezes aconteceu, eles antecipam um tempo melhor e um mundo mais digno.

Senhor Presidente do Knesset,

A presença de Vossa Excelência entre nós, em representação do Estado de Israel e do seu Presidente, tem um significado excepcional e é-nos muito grata. Põe em evidência os laços tão antigos que unem os nossos Povos e que, apesar das vicissitudes, permaneceram vivos e fortes. Quer dizer, também, por isso, amizade renovada e retribuída.

Não há nada mais belo do que a vontade de concórdia que ousa vencer desencontros, ressentimentos ou desconfianças. É essa a grande prova que nos humaniza e nos torna fiéis ao melhor da nossa condição.

Israel vive actualmente um desses momentos que contam verdadeiramente na vida das Nações e em que tudo pode ser construído ou posto em causa.

O corajoso processo iniciado em Oslo permitiu, pela primeira vez em décadas, inverter a escalada da violência e da rejeição, reencontrar a esperança e construir a paz. Essa esperança não pode ser defraudada e exige, por parte de todos, um continuado empenho nos caminhos da reconciliação e da convivência entre os Povos da região onde a vossa bela Pátria encontrou lugar.

Senhores Presidentes,

Senhores Deputados,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

O encontro que hoje realizamos com a nossa própria História não se completaria se não tivéssemos presente que, por todo o Mundo, há descendentes dos judeus portugueses que, há cinco séculos, saíram da terra que também era a sua.

Spinoza é o símbolo mais alto dessas gerações que se dispersaram para continuar a ser o que eram. Na nossa evocação, elas cruzam-se com aquelas outras que, permanecendo aqui, foram obrigadas a ocultar ou a ser o que não eram, dissolvendo com a passagem do tempo a própria memória da sua origem. Prestemos homenagem ao seu sofrimento, ao heroísmo, à coragem, à sua fortaleza de ânimo.

Spinoza é o símbolo de todos eles. Ele foi o homem livre, que tudo sofreu para ser livre e de tudo foi acusado por ser livre. Ele foi o heterodoxo ameaçado e castigado por todas as ortodoxias, mesmo as da sua família e da sua raça, aquele de quem já foi dito ser um dos homens mais dignos da história humana, aquele que fez da grande linguagem do sofrimento uma esplendorosa meditação sobre a vida que se afirma contra os simulacros em que é obrigada a negar-se.

Spinoza, o descendente de judeus portugueses, é uma referência universal e o seu pensamento de amor à vida e à liberdade continua a iluminar-nos, neste tempo tão intenso de dúvidas, conturbado de riscos e desejoso de esperanças.

O próximo século terá de ser, ao mesmo tempo, o século da universalização e da diferenciação, o tempo de todos e o de cada um. Portugal sabe bem, pela experiência histórica hoje lembrada, que este desafio só será vencido se a abertura ao Outro e ao seu apelo for a regra da convivência humana. Esse é

o combate em que, como Povo, como País, como História, como Cultura, como Democracia, queremos estar presentes e activos. Nada é mais imperioso, pois essa é a primeira condição para o reencontro dos seres humanos uns com os outros e com o sentido mais límpido e criador da nossa humanidade renovada.

SESSÃO COMEMORATIVA DA DECLARAÇÃO
DO CENTRO HISTÓRICO DO PORTO
COMO PATRIMÓNIO MUNDIAL
Câmara Municipal do Porto
14 de Dezembro de 1996

É com particular prazer que estou convosco a celebrar o reconhecimento do centro histórico do Porto como Património Mundial. É que esse estatuto não honra apenas o Porto. É Portugal, no seu conjunto, que se reconhece no valor do património que é distinguido com esta classificação. É Portugal, no seu conjunto, que se comove com a honra conferida. É Portugal, no seu conjunto, que sente e partilha a responsabilidade de continuar empenhadamente este país onde a história se impõe por toda a sua riqueza.

O Porto junta-se assim às cidades de Angra do Heroísmo, Évora e Sintra, outros tantos testemunhos de um riquíssimo património, de uma história feita de diversidade, de tradições distintas, continente e ilhas, o Sul e o Norte, tradições árabes e expansão atlântica, o romantismo de Sintra e a antiguidade de onde «houve nome Portugal».

Tudo isto somos nós. A nossa unidade enquanto povo, a nossa coesão nacional, dependeram sempre da capacidade de integrar a diversidade. De construir a história integrando novos povos, novas culturas, outras tradições, outros costumes, assimilando e não excluindo, procurando descobrir o outro e não encerrando-nos em localismos. Foi isso que forjou a nossa unidade, que construiu a nossa visão humanista do mundo e que fez de nós um povo cosmopolita.

Hoje, como sempre, a viabilidade de Portugal depende da capacidade de nos mantermos unidos como povo. Foi assim que fizemos grande

a nossa história. É por ela que temos centros históricos reconhecidos como Património da Humanidade. Respeite-se, por isso, o pluralismo e a diversidade, cultive-se a identidade distintiva. Mas nada, nunca, pode pôr em causa a unidade de Portugal.

Por isso, quis ter aqui, connosco, todos os Presidentes de Câmara que viram as suas cidades distinguidas pela riqueza do seu património e pela qualidade do trabalho de preservação que nelas foi feito. Se o estatuto de Património Mundial é conferido individualmente a cada uma delas é, todavia, o País que se engrandece com esse reconhecimento e que, através do prestígio assim granjeado, melhor afirma a nossa história perante as novas gerações de portugueses e mais facilmente se projecta internacionalmente.

A todos quero expressar o reconhecimento do Presidente da República pelo trabalho que têm feito em defesa do notável património nacional e mundial que está à vossa guarda. Bem hajam pela obra feita.

Senhor Presidente da Câmara Municipal,

Há escassas semanas, nesta mesma sala, onde V. Ex.^a solenemente me recebeu, tive ocasião de sublinhar o grande trabalho que esta Câmara vinha desenvolvendo para alcançar o estatuto que agora tão justamente lhe foi conferido. Hoje, é o momento de felicitar V. Ex.^a pelo sucesso desse trabalho. E ao fazê-lo quero tornar extensível essas felicitações a todos aqueles — e sei que são muitos — que garantiram as condições para que este justo desejo se tornasse realidade.

Este momento, todavia, não é um ponto de chegada. Pelo contrário, como V. Ex.^a tão bem sabe, é como um começo. À sombra deste estatuto nenhuma cidade pode adormecer.

É, assim, preciso reconhecer a necessidade de encontrar os meios possíveis para garantir a continuidade do trabalho feito nos núcleos classificados com Património Mundial nos quatro concelhos.

É que este estatuto confere uma responsabilidade nacional acrescida à defesa desse património. O sucesso desse trabalho depende, por isso, do empenho do Governo, da Autarquia e dos privados. Todos são necessários para garantir a vitalização dos centros históricos. A todos deixo o meu apelo a que se reúnam os esforços e meios necessários para continuar a obra já feita.

Se há trabalho que sei ser fascinante é este: aprofundar a recuperação de uma zona histórica, procurar o equilíbrio, tão difícil, entre a revitalização do património e a tradição e as sociabilidades das pessoas que são parte da vida desse património.

Aqui lhe deixo, Sr. Presidente, sem me querer alongar mais em considerações, o meu incentivo para a continuação do trabalho que a Câmara tem feito neste domínio. A cidade do Porto ganhou um estatuto que é um novo cartão-de-visita para Portugal.

A minha presença aqui serve como testemunho da República ao esforço daqueles que pelo seu trabalho permitiram que Portugal tivesse recebido, através da Cidade do Porto, um título que faz justiça à nossa história e que nos honra a todos.

Viva o Porto!

Viva Portugal!

MENSAGEM POR OCASIÃO
DA SESSÃO COMEMORATIVA DO BICENTENÁRIO
DE SÁ DA BANDEIRA
Santarém
6 de Janeiro de 1997

*I*mpossibilitado embora de comparecer na cerimónia de hoje em Santarém, desejo associar-me à sessão evocativa do Marquês de Sá da Bandeira, saudando vivamente os promotores da iniciativa destinada a celebrar o bicentenário deste ilustre escalabitano. Figura destacada da história contemporânea portuguesa, o Marquês de Sá da Bandeira foi um prestigiado oficial do Exército, merecendo as mais elevadas distinções das Forças Armadas. Igualmente brilhante foi a sua carreira política, no decurso da qual foi deputado, senador e par do Reino, sobraçou pastas ministeriais e chefiou por diversas vezes o Governo de Portugal.

Notável estadista, formulou um dos mais claros e coerentes projectos de desenvolvimento do património colonial africano patrocinados pelo Estado português no século XIX. A historiografia tem sublinhado a circunstância de esse projecto, datado de 1839, ter por base a abolição do tráfico de escravos, preconizando uma reconversão da economia assente na valorização da mão-de-obra local e na mobilização de capitais para fins produtivos, e colocando um especial ênfase na necessidade de criar uma rede escolar nos territórios africanos sob administração portuguesa.

Este projecto que, aliás, suscitou incompreensões e resistências, e que apenas obteria execução parcial, ocupou boa parte da sua actividade de governante, na Secretaria de Estado da Marinha e do Ultramar, que fundou e que ocupou em vários ministérios.

Bernardo de Sá Nogueira foi um combatente pelo regime liberal, de que foi um dos construtores, e esse não será o título menos relevante pelo qual evocamos a sua acção, dois séculos transcorridos sobre o seu nascimento. A sua própria época o consagrou como referência política tutelar de todo um regime.

Conheceu o exílio, na Europa e no Brasil, e participou na organização da resistência, acompanhando D. Pedro na acção revolucionária pela constitucionalização do regime monárquico, em 1832-34. Voltaria ainda a pegar em armas, nos tempos conturbados que antecedem o meio século, participando no vivo confronto entre partidários de distintas soluções acerca do relacionamento entre Estado e sociedade civil.

O conjunto das iniciativas incluídas no programa evocativo do bicentenário do Marquês de Sá da Bandeira terá certamente acrescentado novos elementos e perspectivas de compreensão do seu papel no Portugal de Oitocentos. É esse aliás o saldo que, de alguma forma, legitima a mobilização de meios e o esforço dos que nelas se envolveram.

Lembrar os protagonistas da nossa história sendo um acto de preservação e de valorização da memória, importa igualmente abrir o espaço comemorativo à actualização, isto é, ao presente e ao desejo de futuro que inevitavelmente condicionam o nosso modo de sentir e de desenhar o peso da história.

É possível que um dos efeitos da revisão que o nosso tempo julgue oportuno propor à história se reporte justamente à reconsideração do lugar dos protagonistas na leitura da vida colectiva do passado. Sá da Bandeira quem sabe se não recobrará, assim, novas dimensões porventura obscurecidas?

Permanece no entanto o plano da luta pela cidadania, do reconhecimento dos seus privilégios e da afirmação dos seus imperativos, em que se inscreveu a sua acção. A generosidade do seu combate

pela liberdade, com risco de segurança pessoal e de vida, o empenhamento na obra de regeneração nacional aí estão para o testemunhar, com uma exemplaridade que diversas gerações puderam reconhecer e admirar.

CERIMÓNIA DE LANÇAMENTO DA «COLECÇÃO
DE FONTES DOCUMENTAIS PARA A HISTÓRIA
DAS RELAÇÕES ENTRE PORTUGAL E A CHINA»
Universidade de Macau
19 de Fevereiro de 1997

Quero agradecer aos presidentes do Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Fundação Macau a amabilidade do seu convite, que tive muito prazer em aceitar. Estão de parabéns ambas as instituições por esta iniciativa e pelo seu apoio à obra notável do Professor António Vasconcelos de Saldanha, responsável pela edição destes magníficos volumes, que são uma referência indispensável da história diplomática portuguesa.

Os historiadores e os estudiosos das relações entre Portugal e a China passaram a dispor de um instrumento único para o seu trabalho, que é, igualmente, precioso para os responsáveis políticos. Em política, e designadamente na política externa, não pode haver uma decisão rigorosa sem uma compreensão do passado, nem é possível desenvolver uma visão estratégica sem conhecer o traçado, por vezes tão sinuoso, de um longo percurso, como é o caso das velhas relações luso-chinesas.

O acordo assinado por Portugal e pela República Popular da China, em 13 de Abril de 1987 — a Declaração Conjunta luso-chinesa sobre Macau — é, sem dúvida, um marco histórico nas relações entre os dois Estados. Mas outros deixaram igualmente o seu rasto na história do relacionamento antigo entre Portugal e a China, que dura há mais de quatrocentos e oitenta anos, e que criou em Macau o paradigma do encontro de civilizações.

No século XVI, para a Europa, a China era pouco mais do que uma ideia difusa, herdada da antiguidade clássica, envolta nos mitos que a representavam como um mundo maravilhoso.

O espírito renascentista, com a sua irreprimível vontade de perseguir o desconhecido, lançou os Portugueses no caminho das descobertas, abrindo as rotas marítimas à procura desse fascinante império dos Chins, terra de sonhos, riqueza e aventuras.

Do lado chinês, a imagem da Europa era, se possível, ainda mais remota. Os anais do Império do Meio registavam, sobretudo pela via dos seus contactos com o Islão, a existência dos longínquos ocidentais, os Francos ou Folanji.

Folanji chamaram os Chineses aos primeiros Portugueses. Depois, os Jesuítas puderam explicar, mais precisamente, quem eram e donde vinham: vinham do Grande Reino do Mar Ocidental, a designação para Portugal, que perdurou pelos séculos.

Em 1513, Jorge Álvares foi o primeiro português a pisar terras chinesas, dando início a uma primeira fase nas relações entre os dois países. Foram precisos trinta anos até se chegar ao Assentamento de 1554, o primeiro acordo entre Portugal e a China, pelo qual se regulam as trocas comerciais e se criam as condições para o surgimento de Macau, que passa a ser a charneira do relacionamento luso-chinês, sem, todavia, o limitar.

Nos séculos XVII e XVIII, Portugal e a China são os actores principais das relações entre a Europa e a Ásia. É a fase das grandes embaixadas enviadas ao Imperador da China, a primeira das quais, dirigida por Manuel de Saldanha, chegou a Pequim em 1667, e é também neste período que o Imperador Kangxi envia, pela primeira vez, um seu embaixador ao rei D. João V, o jesuíta português António de Magalhães, recebido no Paço em Lisboa, em 1722. Na fase seguinte, durante o século XIX, num período de declínio, as relações entre Portugal e a China perderam a sua centralidade,

e passaram a concentrar-se nos assuntos de Macau. A presença de potências rivais tornou necessário procurar obter um enquadramento jurídico estável para o estatuto do Território, de certo modo redutor da realidade própria de Macau como ponto de confluência, aberto e pragmático, de interesses e culturas. Esse percurso prolonga-se no nosso século, depois das revoluções republicanas em Portugal e na China, na busca de definições jurídicas para Macau, dos seus limites territoriais e da fixação convencional de direitos e deveres no plano internacional. Em 1949, a suspensão das relações oficiais entre os dois Estados não impediu a continuação de um diálogo informal, no respeito recíproco pelas realidades existentes.

O fim do regime autoritário português, em 25 de Abril de 1974, tornou possível iniciar uma nova fase das relações entre os dois Estados, a partir do estabelecimento de relações diplomáticas entre Portugal e a República Popular da China, em 8 de Fevereiro de 1979.

Nesse contexto, reuniram-se as condições para a definição mais precisa de sempre do estatuto formal de Macau e do seu futuro, por acordo entre os dois Estados, através da Declaração Conjunta de 1987 e dos seus Anexos.

Este longo percurso criou responsabilidades que obrigam ambos os Estados. Ultrapassados traumas conjunturais, Portugal e a China podem reconhecer, sem complexos, as virtudes e os pecados de um passado comum. Para as duas partes, é imperativo assegurar que Macau, com as suas características únicas, continue o seu caminho no futuro, reforçando uma identidade própria feita de séculos de história.

É necessário projectar as relações luso-chinesas para lá de 1999, indo buscar ao património comum a sabedoria do seu desenvolvimento.

A História mostra-nos um passado em que Portugueses e Chineses aprenderam a aceitar-se, não a rejeitar-se, e a compor os seus diferendos, com flexibilidade, paciência e imaginação. É essa a lição, válida para todos os responsáveis políticos, dos registos da história diplomática das relações entre Portugal e a China, tão oportunamente publicados.

O respeito pelos compromissos não exclui o respeito pelo passado.

CAPÍTULO VII

DESENVOLVIMENTO
E SOLIDARIEDADE

*«Não acredito na possibilidade de alcançar
uma economia moderna e competitiva
sem o desenvolvimento de políticas de solidariedade
que lidem com as tensões sociais provocadas pelo processo
de modernização.»*

Sublinharia as limitações impostas por uma retoma económica que muitos consideram menos vigorosa do que seria desejável, o ajustamento aos critérios de convergência nominal, o previsível aumento da pressão concorrencial externa e a possível concretização de importantes reformas político-institucionais, entre as quais destacaria a descentralização administrativa e a revisão constitucional. Sobre estes dois aspectos, aliás, permitam-me que, uma vez mais, afirme a minha posição. Essas reformas têm de ser encaradas como momentos de aperfeiçoamento do sistema político.

Desejavelmente os seus grandes objectivos devem contribuir para a melhoria das condições de desenvolvimento do País, para aproximar os cidadãos das instituições políticas e para reforçar as condições de estabilidade.

As grandes reformas da estrutura do Estado são momentos de desejável reforço do consenso constitutivo do sistema político português.

Entendo que a entrada numa nova fase do processo de descentralização, que deverá conduzir à criação de regiões administrativas no Continente, deve ser encarada com toda a naturalidade. Mas tratando-se também de adoptar um novo modelo de gestão e de divisão territorial, que implica todos os portugueses, importa assegurar que ninguém se sinta excluído desse debate. Numa matéria desta relevância, tenho defendido a vantagem de se tentar obter um consenso tão amplo quanto possível.

Noutro plano de preocupações, a União Europeia iniciou, com a abertura da Conferência intergovernamental, uma sequência de processos de negociação, que representam, em conjunto, uma possível refundação da União, envolvendo a Reforma Institucional e a Política Externa e de Segurança, o Alargamento, a terceira fase da União Económica e Monetária e a definição das Perspectivas Financeiras depois de 1999.

O desenvolvimento conjugado destes processos constitui, para Portugal, uma acrescida necessidade de identificação rigorosa das linhas de orientação estratégica que nos devem nortear e, ao mesmo tempo, uma necessidade imperiosa de concertação estratégica. A conjugação de todos estes factores numa mesma conjuntura implica que os agentes políticos e todos os parceiros sociais aceitem as responsabilidades inerentes aos desafios e se disponham a encontrar o consenso necessário a um contrato para a mudança. Se essas condições se garantirem os Portugueses terão encontrado o caminho certo para transformar os dados desta conjuntura num período de transformação e modernização do País sem desnecessárias tensões e clivagens sociais. Caso contrário os próximos anos poderão representar um concentração de riscos de consequências difíceis para o futuro de Portugal.

O presente exige opções claras e atempadas, um apurado sentido do interesse nacional, determinação na condução das políticas e pedagogia na explicação das suas consequências.

Portugal está a sair de um período de três décadas de profundas e constantes transformações. A realidade social é instável e está em profunda transformação.

No passado recente, em apenas vinte anos o país passou do Corporativismo à estatização, da estatização à privatização, da Ditadura à Democracia, do Império Ultramarino à União Europeia, num processo que alterou radicalmente a estrutura da propriedade produtiva, as relações de produção, os direitos sociais, o quadro institucional da vida económica, o modelo de organização da sociedade política e o sistema de inserção internacional do País. Ainda mal absorvidos os efeitos desta sucessão de choques contraditórios convivem já com os primeiros impactos do processo de globalização económica, ao qual passámos a estar directamente expostos a partir do início da década de 90, através da integral

convertibilidade do escudo e da total liberdade de circulação de capitais e serviços financeiros. Por tudo isto, creio que os Portugueses necessitam de ver garantida uma concertação estratégica para o futuro de Portugal.

A globalização é uma forma nova, extrema, de integração económica, que fomenta uma progressiva uniformização internacional dos padrões de competitividade, nacionalidade, risco e de consumo. É, por natureza, um processo descontínuo e desigual, que, na ausência de políticas de integração, acelera quase por inércia os fenómenos de dualização e exclusão, intervindo nas realidades nacionais como factor desagregador da coesão social.

Poucos países, à excepção das chamadas economias-continente, poderão pretender influenciar e muita menos determinar as suas linhas de força.

Portugal deve pois tomar a globalização como um pressuposto, não para suportar resignadamente as suas consequências, mas para antecipar e gerir, na verdadeira acepção da palavra, os seus efeitos. A União Europeia é, no nosso caso, o enquadramento específico em que vamos viver e gerir este processo.

Como há dez anos, no momento da adesão, continua a constituir, apesar das novas circunstâncias, a opção mais favorável para orientar o movimento de internacionalização da economia e da sociedade portuguesas, em termos compatíveis com os seus interesses permanentes e as suas aspirações de desenvolvimento. É verdade que, também aqui, Portugal não pode, por si só, determinar a evolução da União. Mas pode e deve influenciá-la. Pode e deve definir a sua própria visão do processo de construção europeia, obviamente orientada pela natureza e especificidade dos seus problemas e interesses estratégicos.

Pode e deve constituir-se como um parceiro pleno, que aceita sem inibições os desafios mais complexos, como a União Econó-

mica e Monetária, mas que exige, em contrapartida, condições de ajustamento equilibradas e rejeita sacrifícios inúteis ou injustificados.

Portugal tem de preparar-se, no quadro europeu, para a gestão de situações de tensão e minoria, que representam o preço de uma atitude negocial firme e exigente, coerente com a identificação de interesses nacionais vitais.

Mas, uma vez mais, essa atitude não será consistente se não tiver correspondência na frente interna, porque o que está em causa exige a mobilização dos Portugueses e a sua capacidade de recusar apelos de resistência puramente emocionais.

O que implica atribuir à questão europeia um papel central na vida política do País, tornando-a objecto de uma permanente concertação de interesses, alimentando a circulação de informação e o debate regular das suas incidências em todas as instâncias de decisão.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Ninguém ignora, por certo, que não podemos esperar nos próximos anos qualquer atenuação da tendência de fundo que a globalização económica representa.

Pelo contrário: a pressão externa irá acentuar-se, a concorrência será mais intensa e alargada, aumentarão as tensões sobre o emprego e os sistemas de protecção social.

A resposta a estas dificuldades exige um lúcido equilíbrio entre a gestão dos problemas conjunturais e o desenvolvimento das soluções de futuro, evitando agravar desnecessariamente factores de conflitualidade que acabarão por constituir obstáculos adicionais à mudança.

Exige-se-nos uma atitude de ajustamento positivo, de combate, de confiança. A questão essencial não é defendermo-nos da concorrência, mas prepararmo-nos para ela. É inútil desenterrar o

velho argumentário proteccionista. O nosso desafio não é sobreviver, mas construir uma economia moderna e internacionalmente competitiva no princípio do próximo século.

O nosso problema não é esconjurar a mudança e os impactos nela implícitos, mas pensar e administrar estrategicamente o seu conteúdo e as suas consequências.

Isto significa, na minha perspectiva, uma dupla atitude: preparar, por um lado, as condições para uma competição aberta, equilibrada e viável; e assegurar, em paralelo, o controlo social e político desse processo, rejeitando a passividade, o fatalismo e o conformismo perante a desintegração nacional provocado pelo desemprego, por um crescente dualismo e, sobretudo, pela exclusão.

Não acredito na possibilidade de alcançar uma economia moderna e competitiva na próxima década sem o desenvolvimento de políticas de solidariedade que lidem com as tensões sociais provocados pelo processo de modernização.

A exclusão social representa a negação da própria esperança e, como já tive a ocasião de o dizer, a aceitação da ideia, intolerável, de que alguns portugueses seriam dispensáveis.

Para isso, como bem propõe a agenda desta Conferência, é necessário voltarmo-nos para dentro, compreender que a modernização exige mais do que a adaptação normativa, a convergência nominal ou a melhoria das infra-estruturas, por muito importantes que sejam estes requisitos.

Precisamos de atribuir uma prioridade crescente aos chamados factores qualitativos da competitividade. A internacionalização, a abertura das fronteiras, são verdadeiramente incompatíveis com a manutenção de persistentes vulnerabilidades, que impedem a uniformização das condições de concorrência em prejuízo dos produtores nacionais.

Cito, como mera ilustração, dois exemplos que me parecem significativos e consensuais.

O primeiro refere-se ao nosso sistema jurídico-administrativo, globalmente considerado, que pouco mudou nas últimas décadas e representa hoje para a actividade económica um efectivo sobrecusto, desencorajando a iniciativa empresarial, distorcendo objectivamente as regras da livre concorrência e dificultando os impulsos inovadores originados na própria esfera estatal.

O segundo, diz respeito ao nível e ao conteúdo da qualificação do nosso mercado de trabalho, nos mais diversos graus profissionais, verdadeiramente insustentável nas novas condições de integração da economia portuguesa, que não poderá continuar a ser, pela força das coisas, uma economia de mão-de-obra barata.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Considerando as circunstâncias que nos envolvem e as condições de que partimos, creio que podemos eleger como pontos de referência, ao longo dos próximos anos, quatro grandes questões determinantes para o futuro de Portugal como país moderno, competitivo e socialmente equilibrado:

Em primeiro lugar, a definição de um justo equilíbrio entre a convergência nominal e a convergência real da economia portuguesa no âmbito da União Europeia.

O primeiro objectivo é importante, no plano interno, para a construção de um quadro macroeconómico estável e, no plano externo, para a defesa dos interesses fundamentais do País ao nível europeu; o segundo objectivo é indispensável para dar sentido ao projecto de integração económica e tornar possível um processo de modernização com estabilidade e crescimento, condições sem as quais será muito mais difícil gerir um período de transição complexo, com um elevado potencial de conflitualidade e com grandes exigências de inovação no que respeita às políticas sociais.

Em segundo lugar, a articulação entre as políticas de Emprego, Formação e Educação, que constituem um triângulo estratégico fundamental para melhorar as condições estruturais da competitividade económica e proteger as condições de controlo social da mudança.

O Emprego é, sem dúvida, um dos domínios mais atingidos pelas transformações económicas e sociais deste final de século e um dos sinais que conferem a esta crise um carácter civilizacional, no sentido em que constitui já a crise de um modo de viver e dos valores que lhe estão associados.

Os sistemas de organização e de divisão do trabalho estão a mudar rapidamente, o que implica uma valorização do princípio da mobilidade, da aprendizagem permanente, da polivalência e interdisciplinaridade dos «saberes» profissionais, da capacidade de adaptação à mudança e à incerteza.

Não é possível pensar no futuro sem aceitar que esta realidade requer pessoas com novos padrões de qualificação. E exige, por isso, uma reforma profunda não apenas no sistema de educação formal, mas no conceito e na mecânica dos sistemas de formação profissional, que tendem a ganhar um carácter permanente e passam a ser decisivos para a adaptação constante a um mercado de emprego seguramente mais volátil e instável.

Será talvez oportuno acrescentar que esta capacidade de adaptação não é apenas um problema dos trabalhadores; a formação de empresários individuais bem preparados pode constituir um importante estímulo ao auto-emprego e ao desenvolvimento de uma rede de pequenas e médias empresas competitivas, decisiva para a sustentação do emprego numa economia aberta e para o progressivo desenvolvimento de uma sociedade civil mais autónoma e menos tutelada.

O terceiro tema pode parecer, numa primeira leitura, menos óbvio: diz respeito à relação entre Ambiente, Ordenamento do Território e Políticas de Habitação.

É bem verdade que em qualquer destas áreas há problemas autónomos que não têm ligação directa às outras duas, mas neste momento o que pretendo evidenciar é o que entre elas existe de comum e a importância que em conjunto representam para uma regulação social equilibrada do processo de mudança.

As carências de habitação dos Portugueses constituem um desafio inadiável para quem tem a responsabilidade de decidir, pelo que significam como negação de um dos mais elementares direitos humanos. Mas são também — e esse é o aspecto que aqui gostaria de evidenciar — um gritante exemplo dos factores de rigidez incompatíveis com a mobilidade social que a flexibilidade da vida profissional e a volatilidade dos mercados passaram a exigir.

A questão da habitação está em Portugal — intimamente relacionada com as políticas de ordenamento do território e assume especial importância nesta fase mais crítica em que o primeiro impacto da concorrência externa, sem resposta imediata, contribui para a desindustrialização de algumas regiões e para a desertificação de outras.

As políticas do Ambiente têm, neste contexto específico, uma decisiva função integradora, para conter os efeitos do desenvolvimento desordenado a que assistimos em tantas regiões e evitar a destruição de recursos naturais escassos.

Esses recursos e o equilíbrio que pressupõem são hoje indispensáveis a um País que tem de construir factores de diferenciação positiva e que precisa, por isso, de melhorar dramaticamente esse bem essencial que é a qualidade de vida, tão deteriorada — neste caso para quase todos — por uma concentração urbana desordenada, desproporcionada e tendencialmente ingovernável.

É fundamental controlar esta tendência, nomeadamente através da criação de condições para o desenvolvimento do Interior do País, cujos níveis de riqueza estão hoje mais distantes das grandes áreas metropolitanas litorais do que no momento da adesão à Comunidade Europeia.

O quarto conjunto de questões que considero decisivas para os próximos anos consiste na relação entre a coesão nacional, as políticas de solidariedade e o sistema de segurança social.

É talvez, mais do que todos os outros, um tema transversal, omnipresente, que representa uma condição de base para promover um programa de mudança com um mínimo de justiça e sem graves rupturas sociais.

Num momento em que o envelhecimento da população é já um facto irreversível para as próximas décadas e a pirâmide etária se transforma num disforme paralelepípedo, o financiamento futuro do sistema de segurança social e a solidariedade entre gerações e grupos sociais constituem-se em questões iniludíveis e inseparáveis, para as quais não temos ainda respostas consistentes e duradouras.

A reforma do Estado-Providência, que entre nós não chegou sequer a amadurecer, será um processo longo e complexo, em que os regimes do passado terão de conviver com as soluções inovadoras, impostas por uma nova realidade, à qual os sistemas de protecção social terão de ser adaptados, sob pena de se auto-destruírem.

O conceito e as políticas de Solidariedade — entre grupos sociais, gerações e regiões — têm de ser entendidos como uma contrapartida indispensável para suportar socialmente as consequências da internacionalização da concorrência, constituindo, em articulação com as políticas activas de Emprego, uma rede mínima de segurança para que a desigualdade, tão frequente-

mente encarada com indiferença ou sobranceria pelos que se sentem instalados, não se torne política e moralmente insuportável.

Esta rede é também imprescindível para combater as crescentes ameaças à coesão nacional, tão frequentemente ignorada como preciosa vantagem comparativa de Portugal, que tudo devemos fazer para preservar e fortalecer, sobretudo nesta fase em que as pressões desintegradoras, reflectidas no domínio económico, mas também na esfera da cultura, dos símbolos e dos valores, tendem a acentuar-se.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Procurei enunciar em termos muito gerais, como seria inevitável nestas circunstâncias, os grandes temas que em meu entender condicionam o desenvolvimento do País nos próximos cinco anos e devem por isso constituir os pontos de referência fundamentais de uma visão estratégica sobre o nosso futuro colectivo.

Com esta ou outra formulação, creio que podemos tomá-los como ponto de partida para um debate nacional que deverá ajudar-nos a compreender a nova realidade em que vivemos para podermos depois agir sobre ela eficazmente.

O simples enunciado deste conjunto de temas é suficiente para ilustrar a dificuldade dos desafios que nos esperam.

É útil, por isso, que sejamos capazes de construir, entre os principais protagonistas políticos, sociais e económicos, uma visão concertada sobre o futuro, um verdadeiro contrato para a mudança, traduzido na partilha negociada de responsabilidades e contrapartidas, susceptível de criar o quadro de estabilidade que todos consideramos certamente fundamental para que a adaptação da sociedade portuguesa possa fazer-se com mais eficácia e menores custos.

O que está em causa não é, evidentemente, a ingénua anulação de interesses divergentes ou a superação da saudável concorrência entre projectos políticos alternativos.

O que importa é a construção de novos consensos estratégicos que permitam ao País seguir um rumo estável e coerente, nesta transição difícil.

Pela minha parte, tudo farei, no quadro das minhas competências constitucionais, para ajudar a criar o clima de confiança necessário à concretização dos acordos de concertação estratégica que vierem a revelar-se viáveis e adequados.

Precisamos de nos concentrar nas grandes reformas internas, imprescindíveis para enfrentar com êxito o choque externo deste final de século.

Precisamos de fazê-lo com entusiasmo e esperança, valorizando o que é novo, premiando o risco e o êxito, evidenciando o exemplo positivo como factor de mobilização social, combatendo as visões apocalípticas que alimentam a complacência e o conformismo.

Não será possível avançar continuando a olhar, obsessivamente, para trás. Como diria António Carlos Jobim, «chega de saudade!»

**ALMOÇO COM PESCADORES, SINDICALISTAS
E ARMADORES DA FUZETA**
(Visita ao Distrito de Faro)
Olhão
12 de Junho de 1996

*T*odos temos consciência que o sector das pescas se conta entre os ramos de actividade económica que enfrentam dificuldades. Todos sabemos que os recursos naturais são escassos, quer no território nacional, quer no espaço marítimo internacional, o que obriga a um respeito ponderado pelos equilíbrios ecológicos. Sabemos igualmente que, nalguns locais, as condições físicas impedem a pesca durante uma parte do ano, que, noutros casos, as condições de apoio em terra são deficientes ou que as condições de comercialização do pescado suscitam problemas melindrosos quanto ao valor comercial do pescado, ou, ainda, que, em muitos casos, a frota está envelhecida e as empresas têm de fazer face a custos financeiros elevados.

São, com certeza, problemas que merecem a atenção e justificam a acção dos responsáveis, públicos e privados, aos vários níveis. Portugal tem de ser capaz de conceber e de realizar uma estratégia concertada, no domínio internacional, no domínio europeu e no plano nacional, que permita modernizar o sector das pescas, torná-lo capaz de melhorar as capturas sem pôr em causa os recursos, aumentar a rentabilidade das empresas, assegurar melhores condições de trabalho e de protecção social a todos os que trabalham nas pescas e nos sectores a ela ligados.

Portugal tem de ser capaz de modernizar o sector das pescas sem se esquecer das pessoas que a ele têm a sua vida e as das suas famílias ligadas.

Não é desejável modernizar esquecendo as pessoas. Não é desejável modernizar numa perspectiva estritamente tecnocrática. As pessoas não podem ser esquecidas. É necessário empenho, esforço e imaginação, para reestruturar sem destruir por completo actividades tradicionais que, ainda hoje, são factores de identidade de tantas comunidades sociais portuguesas.

Mas quero insistir, também aqui, na ideia de que temos de abandonar a tentação de entoar com tanta frequência a «canção da saudade»: Não é possível adiar a modernização do sector das pescas. Nem, tão-pouco, é possível adiar por mais tempo uma gestão racional e ponderada dos recursos naturais.

Portugal tem recursos e tem capacidades que tem de saber aumentar e de utilizar melhor.

Tive esta manhã ocasião de verificar que estão a ser feitos esforços para melhorar a capacidade científica nacional em domínios como a erosão da costa, a gestão dos recursos piscícolas e a aquacultura, que são essenciais para o desenvolvimento do sector da pesca. Há, com certeza, problemas a ultrapassar e a necessidade de aumentar os recursos disponíveis, mas também é certo que se têm verificado progressos.

Todavia, há trabalho feito, pessoas competentes e motivadas e, portanto, com reforço de recursos, boas possibilidades de dispormos de um apoio científico mais eficaz ao desenvolvimento da actividade económica ligada ao mar e à captura e produção de peixe e moluscos.

Creio que é necessário estreitar a ligação entre a actividade produtiva e a investigação científica, como forma de modernizar de forma sustentada o sector das pescas, garantindo, através de um conhecimento rigoroso dos recursos uma possibilidade alargada de manutenção em actividade do maior número possível de embarcações e pescadores.

Mas é inútil, se não mesmo prejudicial, pretender esquecer dificuldades ou pretender ignorar que existem interesses diferentes, por vezes mesmo contraditórios.

Julgo que é necessário enfrentar as dificuldades que o sector atravessa com rigor e coragem.

Os diferentes interesses envolvidos têm, certamente, de ser ouvidos e a suas contribuições devem ser tidas em conta quer na tomada de decisões, quer na sua concretização.

Mas, para que esse esforço de diálogo e de concertação de interesses seja bem sucedido, é, sem dúvida, decisivo que todos adoptem, na defesa dos seus interesses próprios, uma atitude aberta.

Se é importante que todos defendam a necessidade de desenvolvimento de políticas nacionais e comunitárias que garantam um modelo de modernização que não ignore a necessidade de garantir um futuro às pessoas que trabalham e vivem deste sector, é igualmente importante que todos tenham presente que a modernização do sector é essencial.

Julgo que são incontornáveis as necessidades de diversificar actividades, de desenvolver novas oportunidades industriais, de promover a qualidade.

Portugal precisa de encontrar os melhores meios de coordenar a investigação científica, a formação profissional, o regime de trabalho e de segurança social, a modernização da frota e a rentabilidade das empresas de pesca, os meios de apoio no mar em terra, a aquacultura de modo a que este sector se modernize com um mínimo de custos para todos os que nele trabalham ou dele dependem.

A contribuição de todos — poderes públicos, cientistas, empresários, trabalhadores — é decisiva para melhorar as perspectivas desta importante actividade económica e profissional.

Asseguro-vos, minhas Senhoras e meus Senhores, que mantereí, nos limites das competências próprias do Presidente da República, uma atenção constante aos problemas deste sector e às políticas que venham a ser propostas para a sua modernização.

Contem com a minha atenção constante.

Como tenho repetido, e repito-o porque farei dessa preocupação timbre do meu mandato — não há portugueses dispensáveis. Para todos é necessário encontrar uma forma de continuarem a dar o seu contributo na construção de um Portugal melhor, mais moderno, mas também mais solidário.

JANTAR OFERECIDO
A PERSONALIDADES DO ALGARVE
(Visita ao Distrito de Faro)
Faro
12 de Junho de 1996

Estamos a viver mais um ciclo de Comemorações com significado eminentemente nacional, e o facto de o Presidente da República ter pretendido consubstanciá-lo numa série de iniciativas circunscritas ao Algarve não pode traduzir outro sentimento que não seja o de ele acreditar firmemente que o País sabe reconhecer-se e encontrar-se a si próprio, na plenitude das suas dimensões, mesmo quando, por uma ou outra razão, os olhares se deslocam ou a atenção se concentra numa qualquer parcela do território nacional.

Se hoje, neste dias, é ao Algarve que dedicarei uma particular atenção, não deixo, naturalmente, de o fazer considerando, que, quaisquer que sejam os problemas que importe ter em atenção, é ao todo nacional que eles dizem respeito, unindo, num sentimento de solidariedade e coesão, o todo nacional.

É esse o espírito das Comemorações do Dia de Portugal, espírito que gostaria que estivesse sempre presente quando, em iniciativas como esta, temos de perspectivar o futuro do nosso destino colectivo.

Tenho dedicado e dedicarei nos próximos dias, a maior parte do meu tempo a estudar, apoiar e incentivar soluções encontradas e importantes realizações, sejam elas no domínio da investigação científica, da preservação do ambiente, no combate à droga, onde tanto há a fazer, na preservação da nossa memória colectiva, parte essencial da nossa identidade, ou na reconver-

são de sectores produtivos, como o das pescas, onde modernização e solidariedade têm de andar sempre a par, ou do turismo, que conhecerá sem dúvida uma importante transformação nos próximos anos.

Mas não esqueço, naturalmente, que o Algarve, como a sociedade portuguesa no seu conjunto, vive também sob uma série de constrangimentos cuja dureza e complexidade o Presidente da República não pode ignorar.

Não será esta a altura mais adequada para inventariar sistemática e exaustivamente esses constrangimentos. Mas permitam-me que aproveite esta oportunidade para levantar uma ou outra interrogação, sobre questões, algumas delas de dimensão até nacional, que, creio, devem merecer a atenção de todos nós.

O dia-a-dia dos Portugueses ressentem-se, antes de mais, como é sabido, de processos de reorganização da economia que transcendem de longe as fronteiras nacionais e mesmo europeias. Bastará pensar em duas actividades muito importantes da economia algarvia: as pescas e a agricultura, para se perceber todo o alcance desses condicionalismos.

Como ignorar que esses condicionalismos externos têm imposto grandes dificuldades às empresas, que provocam uma explosão urbana por vezes sem sentido, que têm desincentivado o investimento, que são factor de desemprego dificilmente reabsorvível pelo mercado de trabalho?

Sem podermos alimentar grandes ilusões sobre as possibilidades de responder com autonomia às exigências de uma economia globalizada, teremos de nos interrogar, com alguma pertinência, sobre a legitimidade de descurar a protecção do emprego em nome de um certo conceito de modernização e eficácia. Não haverá o risco de, por esta via, sermos conduzidos a limiares de desigualdade social tão acentuados que, afinal, acabem por com-

prometer, a prazo, o próprio crescimento económico, não sem, pelo caminho, gerarem desequilíbrios e conflitos para que se não podem encontrar saídas razoáveis.

Por outro lado, não posso deixar de chamar a atenção para níveis de sofrimento fruto de causas sociais a que não poderemos permanecer insensíveis, que, afectam tantos portugueses, remetendo alguns dos mais jovens para percursos de risco que terminam quantas vezes na dolorosa espiral da toxicodependência. São seguramente estruturais as principais causas da pobreza, da solidão, do desemprego, do consumo da droga — mas por que razão não haveremos de as enfrentar com acções planeadas partindo do conhecimento que sobre elas já vamos tendo?

Tenho a consciência de que é necessário ir mais depressa, que a sociedade portuguesa necessita de uma resposta mais acutilante e eficaz a situações de exclusão social. Sinto que é necessário fazer mais em matéria de solidariedade.

Tentarei aproveitar esta permanência em terras algarvias, onde vou multiplicar contactos com as populações, com as suas obras, os seus anseios e com as suas dificuldades, para demonstrar que é possível dar um conteúdo mais concreto aos desígnios da solidariedade.

Percebe-se que o combate contra as situações sociais mais complicadas tem de começar pelo diagnóstico rigoroso e pormenorizado dos factores de fragilização que ameaçam as populações de uma região.

Ora, parece-me desejável que as instituições mais vocacionadas para a investigação, nomeadamente as Universidades e outras escolas do Ensino Superior, sejam mais mobilizadas e apoiadas para elaborar inventários criteriosos das situações e modelos explicativos sobre os problemas que mais afectam a comunidade a que estão ligadas.

Não será verdade que há muitos recursos humanos que a nível local estão frequentemente subutilizados e têm na maioria dos casos um maior conhecimento dos problemas de uma determinada parcela do País?

Urge estimular, um pouco por todo o lado, um princípio de cooperação interinstitucional permanente que mude estruturas e filosofias de administração e seja capaz de envolver em autênticas redes de serviço público as empresas e outras entidades privadas.

Portugal não pode adiar por mais tempo uma modernização efectiva dos seus procedimentos administrativos. Sem isso continuaremos a desperdiçar recursos humanos e materiais tantas vezes por falta de colaboração e cooperação interinstitucional.

Ao longo destes dias, procurarei encontrar-me com o maior número de técnicos, personalidades, cientistas e criadores do Algarve, a todos quero dar uma palavra de incentivo pelo trabalho que desenvolvem em prol de Portugal. A todos quero exprimir a necessidade de conjugar esforços em torno do reforço do princípio da coesão e da solidariedade nacionais.

Tenho apelado com insistência aos valores da solidariedade nacional. Farei da defesa desse princípio uma das principais linhas de orientação do meu mandato.

Sei que posso contar com todos os algarvios para reforçar esse sentimento de comunidade nacional e de partilha colectiva de um destino comum.

SESSÃO DE ABERTURA DO «SEMINÁRIO EUROPEU
SOBRE O RENDIMENTO MÍNIMO»
Centro Cultural de Belém
27 de Setembro de 1996

Permitam, minhas Senhoras e meus Senhores, que inicie a minha intervenção, dando-vos conta do muito interesse — bem para além dos meros circunstancialismos protocolares — com que acompanhei a organização deste Encontro.

Sempre entendi que a acção política deixa de ter sentido, quando, por esta ou aquela razão, perde capacidade para se inquietar com as formas extremas de sofrimento humano, abdicando ao mesmo tempo de se interrogar sobre as engrenagens em que assenta a criação e reprodução de desigualdades sociais. Compreenda-se, por isso, que me sinta hoje aqui, não tanto como convidado — condição que, em qualquer caso, sinceramente agradeço — mas como participante empenhado.

Não obstante serem globalmente elevados, por comparação com extensas regiões do mundo, os níveis de protecção social característicos dos países da União Europeia, é hoje inegável que, também no seu âmbito, muitos e cada vez mais amplos segmentos sociais se tornam vulneráveis ao desemprego e ao empobrecimento extremo, com toda a série de rupturas nos planos familiar, de convivência e da mais elementar participação cívica com o que se constroem trajectórias de exclusão mais ou menos irreversíveis.

Infelizmente, o crescimento tendencial da riqueza, os acréscimos de produtividade ou a conquista obsessiva de vantagens competitivas não surgem associados, com a desejável frequência, nas

nossas sociedades, à repartição igualitária de oportunidades, à correcção atempada das distorções graves no acesso ao emprego e na distribuição de rendimentos ou mesmo à intervenção sistémica e empenhada na eliminação dos mais iníquos círculos viciosos da marginalização social.

O espectro do desemprego estrutural persistente — que, para muitos dos nossos jovens, pode significar o virtual desaparecimento do trabalho do seu horizonte de possíveis, e para muitas famílias, a perspectiva de uma vida transformada em rotina de inacção quase letal — o espectro do desemprego estrutural que ameaça a Europa, dizia eu, coloca problemas para que temos de encontrar, urgentemente, respostas eficazes.

Depois de algum tempo em que, tomando o emprego como adquirido, alguns acreditaram ser possível reinventar as sociedades em torno do tempo de lazer, eis-nos diante da exigência, quase vital, de reconquistar a pulso oportunidades de trabalho, ainda que precário, para o maior número possível dos nossos concidadãos.

Percebe-se que é a coesão global das sociedades que está em causa neste declinar de século — e que o trabalho tem de deixar de ser visto como um custo de produção que se impõe comprimir, para reocupar o seu lugar central no processo de construção das identidades individuais e no quadro de mecanismos integradores sem os quais nenhuma sociedade subsiste.

A leitura dos indicadores sobre a importância relativa das despesas com prestações de protecção social nos vários países da União Europeia mostra que continuam a ser significativas as disparidades existentes neste plano, mau grado o movimento de aproximação a padrões mais elevados, que desde o início dos anos 80 pôde ser empreendido pelos países de economia mais frágil.

A este respeito, Portugal situa-se, como é sabido, numa posição relativamente recuada. Para isso, contribuíram vários circunstancialismos da história portuguesa do nosso século.

Recordo, a propósito, a difícil e tardia reimplantação, entre nós, do Estado de Direito Democrático, todas as dificuldades de construção de alicerces de políticas de bem-estar num contexto de crise económica e de turbulência social acentuada, a relutância de certas orientações governamentais passadas em investir na consolidação de um, ainda débil e lacunar, sistema de protecção social; e não posso deixar de relevar também, no mesmo sentido, o eco que entre nós foram obtendo durante a última década algumas posições de crítica radical do Estado-Providência, francamente desajustadas, por evidente anacronismo, à avaliação das políticas sociais portuguesas.

Felizmente, por toda a Europa e também em Portugal tem-se vindo a cimentar progressivamente um movimento de consciencialização sobre os problemas sociais que aqui enunciei.

Agrada-me registar, a tal propósito, a atenção concedida pela comunidade académica e científica nacional — primeiro através do trabalho pioneiro de alguns, hoje já de forma sistemática e interdisciplinar — à caracterização dos fenómenos de pobreza, de vulnerabilização e de exclusão social presentes na sociedade portuguesa.

E é ainda com agrado que registo o facto de, para aí chegar, a mesma comunidade se ter querido aproximar — sem elitismos caducos nem purismos intelectuais excessivos — dos profissionais mais directamente ligados, no terreno, ao difícil combate quotidiano, contra o sofrimento alheio.

Sabe-se, também, que a criação do rendimento mínimo constituiu tema relevante de alguns debates políticos recentemente havidos entre nós.

Creio não me enganar se disser que a concepção das medidas governamentais recentes sobre o Rendimento Mínimo Garantido teve em consideração o património de reflexões decorrente desse virtuoso intercâmbio profissional, social e político, facto com que me congratulo e correspondeu a uma inquestionável exigência social.

E se este já é um bom prenúncio relativamente aos passos seguintes da experiência que agora se inicia em Portugal, o mesmo direi da iniciativa que conduziu a este Seminário.

É que se, por um lado, vai ser possível reflectir, ao longo dos trabalhos, sobre experiências de política social homólogas das que começam a ser conduzidos entre nós, julgo estar igualmente assegurado que as discussões não vão perder de vista as especificidades da realidade portuguesa.

A este respeito, e sem querer ter a veleidade de interferir na agenda dos trabalhos — só aos organizadores e especialistas presentes compete, como é óbvio, formulá-la — permito-me trazer a esta assembleia uma preocupação e manifestar um desejo.

São muitos os diagnósticos sociológicos que apontam a existência de sectores da população que, a muitos outros traços de pobreza e exclusão, acrescentam o de se terem tomado socialmente invisíveis e, por isso, em certo sentido, «inexistentes». Quem conhecer os espaços desvitalizados de extensíssimas regiões do País a que, por simplificação e amargo eufemismo, chamamos Interior.

Quem retiver na memória as imagens de rostos envelhecidos (ou simplesmente ausentes) por detrás das janelas, tristes janelas, de tantos quarteirões sombrios e degradados das nossas grandes cidades.

Quem alguma vez tiver observado esse processo de lenta auto-anulação existencial que vem atrás do desemprego de longa duração.

Em suma, quem estiver atento a esta parte mais escondida e envergonhada da pobreza e da exclusão social, saberá do que estou falando.

Refiro-me a segmentos sociais que, agarrados por processos de exclusão, vão, nesse movimento, perdendo a própria voz e a vontade ou possibilidade de a delegarem em porta-vozes reconhecidos e audíveis.

Vivem em silêncio, e de silenciosos passam a silenciados.

Não correrão o risco de, por tudo isso, se transformarem nos parentes pobres de todas as políticas sociais, mesmo aquelas que, como as que vão ser discutidas, se dirigem aos mais deserdados dos deserdados?

Tenho por certa a necessidade de reequacionar as políticas sociais à luz das realidades demográficas em que vivemos, de diferenciação do mercado de emprego, de persistência do desemprego de longa duração, da pobreza e de outros factores que aumentam a incerteza com que muitos cidadãos vivem o seu presente e encaram o futuro.

Não se pode aceitar que a desigualdade de oportunidades se amplie e se reproduza porque, se assim for, é a cidadania que se restringe e a coesão social das sociedades complexas em que vivemos que se debilita.

Tal como as restantes sociedades que constituem a União Europeia, Portugal tem de saber encontrar, neste período de crise e de transformação em que vivemos, um caminho para a construção do futuro.

Estou certo que esse caminho não poderá deixar de ter presente, quer no plano nacional, quer no plano europeu, a necessidade de assegurar a compreensão, a adesão e a participação dos cidadãos, que são sempre a origem, os destinatários e a razão de ser da política.

Como tenho afirmado, o nosso País tem, seguramente, de enfrentar com lucidez e determinação os desafios decorrentes da globalização dos mercados e da integração económica europeia. E é verdade que Portugal não pode, por si só, determinar a evolução da União Europeia. Mas pode e deve influenciá-la.

Pode e deve constituir-se como parceiro pleno, que aceita sem inibições os desafios mais complexos, como o da União Económica e Monetária, mas que exige, em contrapartida, condições de ajustamento equilibradas e rejeita sacrifícios injustificados.

Portugal tem de ser capaz de assegurar o controlo social e político das mudanças com que a economia e a sociedade portuguesa estão confrontadas.

Não acredito que a modernização da economia e o aumento da competitividade das empresas se possa realizar sem cuidar, simultaneamente, do desenvolvimento de políticas de solidariedade que enfrentem as tensões sociais resultantes da pobreza, do desemprego e da dualização social.

Entendo, por isso, que a construção europeia exige que não se reserve às políticas sociais um espaço tendencialmente residual, de modo a que seja efectivada, também no plano social, a partilha de responsabilidades entre as instâncias comunitárias e os Estados membros.

Pelo contrário, julgo indispensável que, no respeito pelo princípio da subsidiariedade, se alarguem as possibilidades de reequacionar o problema dos direitos sociais à escala da União, de modo a que a reforma das políticas sociais contribua para a coesão social.

Como disse, será aos especialistas que se vão reunir neste fórum que compete avaliar as experiências de outros países no domínio do rendimento mínimo garantido.

Apenas peço que tomem as minhas palavras como indicador de um genuíno interesse pelo objecto da vossa reflexão, na esperança de que os trabalhos deste Seminário permitam melhorar a contribuição das políticas públicas para a satisfação de necessidades essenciais.

Creiam que, como cidadão e como Presidente da República, ficarei atento ao desenrolar dos vossos trabalhos e não deixarei de me debruçar, com todo o interesse, sobre as conclusões a que cheguem.

Estou certo de que o mesmo farão todos os responsáveis directos pela concretização das medidas relativas ao Rendimento Mínimo. Sei que assim será e com isso me regozijo.

2.º CONGRESSO NACIONAL
DOS ECONOMISTAS AGRÍCOLAS
Évora
17 de Outubro de 1996

Antes de vos dirigir algumas palavras de conteúdo mais disciplinar começo por saudar os cientistas e técnicos que se debruçaram sobre os problemas humanos e sociais da agricultura portuguesa e que, ou pelas ideias que lançaram ou pelas escolas científica e técnica que formaram, vieram permitir reuniões de estudo como este 2.º Congresso que hoje se inicia. Com efeito, Portugal foi até à década de 50 (inclusive) um país essencialmente agrícola e foram muitos os que estudaram a realidade de então.

Mas não posso deixar de recordar com admiração figuras como Lima Basto, Henrique de Barros e Eugénio Castro Caldas e com outra formação académica Mário de Castro e Orlando Ribeiro — refiro só os consagrados pelo tempo e com marcada influência na *civis* portuguesa.

E vamos à matéria que hoje nos envolve. Portugal é, do ponto de vista da ecologia agrícola, relativamente desfavorecido, no actual espaço europeu a quinze. E pertence à Europa do Sul e Mediterrânica, a grande ausente na última Reforma da PAC. A nossa estrutura produtiva foi historicamente modelada pelo minifúndio, pela agricultura a tempo parcial e pelo desemprego sazonal. Vários subsectores são pouco competitivos e em risco agravado pela situação periférica.

Tivemos por outro lado muitos anos de isolamento. Adiaram-se reformas estruturais que poderiam ter melhorado significativa-

mente a situação que nos chegou e os nossos agricultores ficaram para trás na formação profissional. Mas Portugal tem de conseguir a qualificação dos seus agricultores porque disso depende, em boa medida, não só o desenvolvimento económico e social do sector mas mesmo a sua preservação.

A redução relativa das verbas de investimento para a agricultura, por parte do II Q. C. de Apoio, actualmente em vigor mas já anteriormente negociado com a UE, foi então meritoriamente posto em evidência em seminários organizados pela sociedade civil. Alguns problemas globais que esperam há muito esclarecimento poderão necessitar particularmente do vosso esforço de reflexão. Em primeiro lugar as grandes linhas de fragilidade das regiões predominantemente agrícolas do nosso país — e sigo doutrina que creio pacífica entre vós — parecem consistir no envelhecimento e/ou no despovoamento e/ou na falta de fixação de populações jovens; na ausência de investimentos significativos e portanto de crescimento e desenvolvimento económicos e no enfraquecimento da vida e animação locais, nomeadamente autárquicas. Depois a desigualdade de oportunidades tem agravado adicionalmente a vida dos agricultores portugueses, que hoje são a parte desfavorecida da população activa, com um rendimento *per capita* que se estima em menos de metade do da indústria e, ainda menos, do dos serviços.

É sabido que a concorrência intercomunitária sacudiu profundamente os nossos preços. Não pode deixar de se observar que desde a integração plena na UE o valor real da produção agrícola desceu quase para metade. E como resultante a redução do rendimento dos nossos agricultores foi a mais elevada de toda a UE; hoje eles são nitidamente os mais pobres. Também as ajudas nacionais dos agricultores da Europa Central-Norte são em geral muito superiores às dos nossos.

Há contudo aspectos positivos na nossa evolução recente: aumentou o investimento, bem como as produtividades de mão-de-obra e dos consumos intermédios. Penso também que não devemos esquecer conceitos como Reserva Estratégica Alimentar. Não há país desenvolvido que relegue para o esquecimento a sua agricultura ou que esqueça a importância da produção interna de alimentos, pela eventualidade de conflitos armados ou da turbulência acentuada dos mercados. Se jamais tivemos períodos prolongados de auto-suficiência, o défice actual da balança alimentar assume proporções muito mais elevadas, e pode transformar-se numa ausência quase total de produção.

Temos consciência que a abertura das fronteiras da Europa a produtos de outras regiões mundiais é desde já, e talvez ainda mais a longo prazo, irreversível.

Mas esta transição gradual para a integração permanente na aldeia global pode ter efeitos perversos sobre as economias comunitárias dos Estados menos prósperos. Sabemos também como o processo de criação da União Económica e Monetária, com ênfase na moeda única, tem sido rigoroso quanto às medidas estruturais.

Portugal aderiu corajosamente a este processo, tendo em vista os seus interesses futuros, mas nem por isso deixa de ser uma questão actual saber como compatibilizá-lo com a melhoria real do nível de vida, tão baixo, dos trabalhadores do sector primário. Apesar de a UEM a longo prazo poder tornar mais competitivos, financeiramente, os agricultores portugueses.

Os grandes desafios que a agricultura portuguesa tem à sua frente nos próximos anos continuarão muito ligados à consolidação da integração europeia, embora a componente agrícola tenha aspectos específicos pois diz respeito à satisfação de uma necessidade básica da nossa população. Com efeito, a política agrícola

comum, com as suas OCM e os regulamentos da PAC modela hoje mais de três quartos do Produto Agrícola Bruto Nacional. Quando no final do século se procurarem de novo soluções para a situação agrícola na União Europeia o caminho será difícil. Uma solução de renacionalização para o nosso país teria enormes dificuldades e riscos, até pelo facto de a termos de realizar — orgulhosamente sós, pequenos e pobres e sem apoios de modelos já conhecidos. Mas a busca da especificidade, esta parece essencial para a continuidade da nossa agricultura.

Questões como o alargamento da UE com a entrada de agriculturas mais fortes da Europa Central, o estabelecimento, dentro da União, de processos de decisão que nem sempre serão compatíveis com os legítimos interesses dos Estados-Membros e em particular dos agricultores portugueses — são desafios que permitem prever algumas nuvens carregadas no horizonte português, isto é, desafios que podem não cuidar das especificidades que nos abrangem.

Também uma palavra sobre desertificação. Sem a recuperação articulada das produções agrícolas, florestais e pastoris e das produções artesanais não se pode garantir a sobrevivência e o desenvolvimento das numerosas comunidades que sofrem dos malefícios da desertificação. Esse, se é um tema planetário, é também tema da maior actualidade em Portugal. Cuidar das nossas comunidades locais, prometer-lhes e assegurar-lhes futuro é inquestionavelmente uma tarefa nacional.

Ainda uma reflexão para final: este Congresso realiza-se na região mais pobre do nosso país, da Península Ibérica e bem na cauda da Europa. É também a única que neste século foi palco de verdadeira revolução agrária e onde os conflitos de classe tiveram tradição secular, em ligação estreita com as realidades humanas e geográficas do Sul da vizinha Espanha.

É necessário estudar hoje mais do que nunca, para as regiões pobres do Interior do País de norte a sul, as alternativas agrícolas — em conjunto com as implantações industriais e as iniciativas de serviços.

Não é possível que a integração europeia se faça excluindo definitivamente do quadro da coesão económica e social regiões como esta (um terço do nosso país) e à qual outras se juntam, subindo pela fronteira, abrangendo mais de metade da área do nosso país. Também é claro que as ajudas internacionais e nacionais não têm por que ser dadas predominantemente às actividades produtivas resultantes de investimento estrangeiro.

Aliás, outros aspectos a serem por Vossas Excelências certamente analisados serão as vertentes nacionais da futura reforma da PAC, bem como o futuro da ajuda co-financiada aos cereais, ambos previstos para acerto no final do século e esta última negociada a partir da especificidade portuguesa. Repito que, sem ajudas, o Alentejo, o actual ou o do Alqueva, serão desertos futuros. Ora programas de empenhamento e esforço nacional, como este último, não podem deixar de ter um quadro de realização que permita que sejam um êxito e deles se retirem as mais-valias económicas e sociais (empresas, emprego, amortizações e rendas, regime jurídico e contratual da terra, etc.) que o País e a região necessitam.

Estou certo de que destas reflexões de Vossas Excelências, os políticos, os empresários e os trabalhadores tirarão boas conclusões. O país e a sua agricultura delas bem necessitam.

SESSÃO COMEMORATIVA DO 20.º ANIVERSÁRIO DO
INSTITUTO ANTÓNIO SÉRGIO

Lisboa

20 de Novembro de 1996

Agradecendo o convite com que o Instituto António Sérgio de Fomento Cooperativo me honrou, quero saudar esta celebração do novo Código Cooperativo, que entrará em vigor já no próximo dia 1 de Janeiro de 1997.

Na saudação envolvo a organização promotora, que perfaz este ano o seu vigésimo aniversário. Cumprimento por isso todos quantos nela trabalham, bem como todos os que a ajudaram a criar, com a sua dedicação e esforço, e o seu empenho na causa do cooperativismo. A condecoração que acabo de impor ao Professor Ferreira da Costa, primeiro director do Instituto, pretende também assinalar esse reconhecimento. Mas permitam-me que tenha uma palavra para o Professor Henrique de Barros, a quem se deve, enquanto membro destacado do 1.º Governo Constitucional, e com a autoridade própria de quem ao cooperativismo dedicou parte importante do seu labor intelectual, o patrocínio da fundação do Instituto António Sérgio.

O INSCOOP ostenta assim a idade da democracia, ou melhor, a idade da democracia constitucional, dando corpo aos preceitos da Constituição da República de acordo com os quais «compete ao Estado a protecção do sector cooperativo e social de propriedade dos meios de produção», cometendo ao Estado o encargo de «estimular e apoiar a criação e a actividade de cooperativas». A destacada incidência que a temática cooperativa logrou na Constituição de 1976 não foi seguramente fortuita. A valoriza-

ção dos princípios cooperativos, e o reconhecimento da oportunidade de formação de um sector cooperativo na sociedade portuguesa, incorporou o ideário e acção política de diversas correntes liberais, operárias e republicanas, desde a segunda metade do século XIX, integrando-se plenamente no património político ideológico da resistência ao autoritarismo e da defesa da Democracia.

António Sérgio, justamente o nome escolhido para patrono do INSCOOP, foi quem mais longe levou a promoção e aprofundamento da cooperatividade, que ergueu ao nível de programa de desenvolvimento sócio-económico e cultural. O alto prestígio de Sérgio, feito da consistência e do vigor do seu combate intelectual e político, e da coragem com que atacou os grandes problemas do futuro de Portugal, emprestou ao cooperativismo uma dimensão inovadora, que explica a sua geral inclusão nos programas de todos os principais partidos políticos que disputaram as eleições de 1975. Um largo consenso aprovou as referências constitucionais ao sector cooperativo e manteve-as, sem modificações substantivas, nas revisões subsequentes.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

O investimento do fenómeno cooperativo pela Democracia não se limitou ao campo especulativo ou programático, teve uma tradução nas realizações da sociedade portuguesa, como queria António Sérgio. Em 1974 existiam cerca de 950 cooperativas. Até ao final de 1976 legalizaram-se 1000 novas cooperativas. Um panorama retrospectivo eloquente é o que resulta da observação dos números: no princípio do século existiam 17 cooperativas; em 1910, ano da implantação da República, 62; em 1926, cerca de 400.

Estes sinais de vitalidade, que fizeram ascender o número de cooperativas em 1985 a quase 4000, parecem ter-se atenuado

em tempos recentes. Em finais de 1994, segundo o INSCOOP, existiria um total de 3024 cooperativas, indício de uma inversão de tendência.

A crise económica dos anos 90 deve ter representado uma conjuntura difícil para as cooperativas portuguesas, agravando fragilidades estruturais. Os estrangulamentos repercutiram-se pesadamente em ramos como as pescas e a produção operária, e o consumo. Neste ramo, assistiu-se à falência de entidades verdadeiramente emblemáticas, como foi o caso da Cooperativa Novos Pioneiros de Braga, detentora de um historial riquíssimo que remontava a antes do 25 de Abril.

A integração económica europeia deveria ter originado uma atenção redobrada ao estatuto de protecção, nomeadamente técnico e financeiro, que a Constituição impõe para as cooperativas — o que não se verificou. A viabilização do crédito cooperativo não agrícola e o ajustamento do regime fiscal, eis algumas das questões não resolvidas, de consequências gravosas para o cooperativismo.

Verifico porém com agrado a existência de indícios de uma nova atitude perante a especificidade e a relevância do fenómeno cooperativo, a que gostaria de endereçar uma palavra de incentivo.

Este ciclo de conferências é um desses sinais. Mas também retiro do documento das Grandes Opções do Plano para 1997, que o Governo submeteu à Assembleia da República, claros indicadores de intenções de reforçar a capacidade competitiva das cooperativas, apoiar não só as suas estruturas de representação como a divulgação do cooperativismo entre os jovens, nomeadamente nas escolas.

De facto, é de lamentar que o estudo dos temas cooperativos esteja praticamente ausente do nosso sistema de ensino. Há que

retomar iniciativas neste domínio e encorajar a investigação da problemática cooperativa. As nossas escolas, designadamente as nossas Universidades, têm de ser estimuladas de modo a que se inverta a situação de quase deserto no que respeita ao estudo da temática cooperativa.

Só assim se poderá atenuar o clima ideológico hostil à cooperatividade que hoje parece instalado, pelo menos como parte de um senso comum conservador partilhado pela Administração Pública e por muitos quadros técnicos de empresas privadas. Por exemplo, o sistema bancário encara com alguma desconfiança a realidade cooperativa, avaliando-a com base em critérios gerados na actividade económica privada e lucrativa, mas desajustados quando se trata de avaliar cooperativas.

Nalguns países europeus e também em certa medida no nosso, tem-se vindo a esboçar uma colaboração entre as cooperativas e outras organizações, exteriores ao sector público e desprovidas de fins lucrativos, no quadro de um conjunto a que tem sido atribuída a designação de economia social.

Embora nem todos os membros da União Europeia se revejam no conceito de economia social, as estruturas comunitárias têm incentivado a vitalidade desse conjunto de estruturas. Em Portugal há iniciativas em marcha, envolvendo cooperativas, mutualidades, algumas fundações e outras instituições privadas de solidariedade social, e tomei conhecimento que o Ministério da Solidariedade e Segurança Social prevê para o próximo ano a organização e início de actividade de um órgão de consulta intitulado Conselho Nacional para a Economia Social. Há motivos para acreditar nas virtualidades de uma inserção das cooperativas portuguesas, acauteladas a sua autonomia e especificidade, numa dinâmica de toda a economia social.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

O consenso que se gerou em torno da recepção constitucional do cooperativismo foi defendido ao longo do processo que culminou na aprovação do novo Código Cooperativo na Assembleia da República. Tratando-se de legislação reformadora, devemos congratularmo-nos com a unanimidade alcançada, que sublinhou a consensualidade existente em Portugal em torno do sector cooperativo.

O novo diploma aperfeiçoa diversos aspectos relativos à criação, orgânica, funcionamento e articulação das cooperativas. Entre as novidades do novo diploma merece destaque a expressa abolição de todas as barreiras que tolham a iniciativa económica cooperativa, bem como a ilegalização expressa de quaisquer discriminações que prejudiquem as cooperativas.

No Código que tive a oportunidade de promulgar fez-se a recepção dos princípios cooperativos tal como foram definidos, em Manchester, em Setembro de 1995, pela Aliança Cooperativa Internacional, no seu Congresso do 10.º Centenário. E é assim que no artigo 30.º se enunciam os princípios cooperativos que integram a declaração de identidade cooperativa: o princípio da adesão voluntária e livre; o da gestão democrática pelos membros; o da participação económica dos membros; o da autonomia e independência; o da educação, formação e informação; o da intercooperação; e o do interesse pela comunidade.

Por força da ordem jurídico-constitucional, são estes princípios que têm de ser respeitados, não só pelas cooperativas e pelos cooperadores portugueses, mas também pelos diversos órgãos do poder político. Estes princípios deverão potenciar a criatividade e a eficácia solidária do movimento cooperativo, abrindo-o à sociedade e ao futuro.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Os princípios cooperativos, na formulação reformada que recordei, e atento o património de realizações históricas a que já deram origem, oferecem credenciais que permitem integrá-los entre os sinais de esperança dispersos pela sociedade actual.

As virtualidades das cooperativas como factor de desenvolvimento são significativas. Há uma sinergia entre a prática cooperativa e o desenvolvimento local. O carácter não lucrativo destas organizações torna possível o aparecimento de actividades produtivas em locais que à luz da lógica do lucro dificilmente as suscitariam. A sua dimensão mais comum e a sua natural abertura a dinâmicas participativas são outras componentes dessa sinergia. A Aliança Cooperativa Internacional tem intensificado nos últimos anos as preocupações ambientais do movimento cooperativo, podendo dizer-se que cada vez mais se inscreve no cerne do fenómeno cooperativo uma profunda mobilização em prol da salvaguarda do ambiente.

A impotência dos mecanismos tradicionais do mercado para sustentar a vaga de desemprego e as limitações funcionais do Estado na economia reforçam a pertinência do sector cooperativo, como aquele que no quadro das actividades económicas não lucrativas maior espaço abre à participação de um leque alargado de produtores. Por isso merece crescente atenção a capacidade que o sector cooperativo tem de gerar emprego e potenciar a coesão social.

Resulta também cada vez mais claro que o desenvolvimento cooperativo é, pela sua natureza, um factor de aperfeiçoamento e aprofundamento da democracia.

Ele faz apelo à autodeterminação individual, como responsável por uma causa em que se jogam valores tão decisivos como o da solidariedade. Por essa via, favorece a igualdade de oportuni-

des e a expressão plena das faculdades humanas. Através da multiplicação dos protagonismos individuais e colectivos, favorece a afirmação da cidadania.

O cooperativismo tem pois um lugar, sedimentado pela história, nos desafios do futuro e é nosso dever manter esse caminho aberto às novas gerações.

SESSÃO DE ENCERRAMENTO DO I CONGRESSO
DE AGRICULTURA DO NORTE
Vila do Conde
6 de Dezembro de 1996

Nesta primeira intervenção que profiro no Norte do País sobre problemas mais especificamente de ordem agrícola, não posso deixar de saudar de modo particular os agricultores, os empresários e gestores de empresas do sector, os seus cientistas e técnicos públicos ou privados, os operários agrícolas, os estudantes, e, em geral, todos os que partilham das preocupações e afazeres das produções do campo — o que tem particular significado para os familiares dos agricultores desta região que em boa parte o são a tempo parcial. Aproveito para homenagear com saudade um vulto grande entre os técnicos agrícolas portugueses deste século: O Eng.º Agrícola e Silvicultor Artur Castilho. Aluno distinto da «alma mater» dos agrónomos portugueses, ele esteve entre os fundadores da mais antiga revista do sector, a *Agros*, iniciativa da Associação dos Estudantes do Instituto Superior de Agronomia. Depois exerceu a sua actividade sobretudo no Norte, onde foi não só um notável tecnólogo como percorreu uma carreira ímpar de extensionista e divulgador, cabendo-lhe iniciativas como a famosa *Gazeta do Agricultor*. Em paralelo com o grande exemplo cívico que a sua vida de democrata, em tempos tão difíceis, sempre revelou. Em democracia como a nossa o associativismo profissional é da livre iniciativa dos agricultores, embora naturalmente sujeito às finalidades do bem comum e às regras de convivência cívica. O seu papel no diálogo económico-social está geralmente plasmado em legislação apropriada.

A Revolução de Abril, ao restaurar as liberdades, deu origem a uma corrida tumultuosa também no associativismo agrícola. Extinguidas as Corporações e a sua Câmara, criaram-se variadas associações livres, ligadas às correntes ideológicas que discutiam o futuro da sociedade portuguesa. Não vamos fazer essa história, mas só lembrar que pesaram essencialmente para os caminhos por fim dominantes o quadro mental dos nossos agricultores e o destino das infra-estruturas que, eles e o Estado, haviam anteriormente criado.

Mas se na indústria e nos serviços, estas infra-estruturas dum modo geral foram todas para as associações que sucederam a Grémios e Federações, no sector agrícola a parte mais significativa foi para o associativismo cooperativo — pois eram quase sempre pequenas estruturas de comércio e produção de serviços. (O grande Instituto dos Cereais havia sido estatizado no governo de Marcelo Caetano.)

Quanto ao associativismo de base geográfica, ele tinha boa tradição em Portugal, trazida pela revolução liberal: os «sindicatos agrícolas» de agricultores. Mas depois veio a má memória: sob o corporativismo, o associativismo não cooperativo tomou-se único e obrigatório e de base predominantemente geográfica. O associativismo profissional, com reduzido significado, ligava-se às políticas governamentais de fileira (o caso da FNPT). A pirâmide edificava-se do Grémio da Lavoura concelhio à cúpula nacional, passando pela federação distrital. Obviamente que o modelo não era democrático, não havia liberdade de associação, nem diversidade nem transparência.

No nosso sector agrário, em que pela dimensão reduzida das empresas muito pouca expressão têm os acordos de empresa, predominam o associativismo profissional e o associativismo

empresarial cooperativo, cujas diferenças são agora menos claras pela divulgação da figura de agrupamento de produtores que a UE patrocina activamente.

As Câmaras de Agricultores têm sólida tradição nalguns países da União Europeia, por exemplo na França e na Bélgica e nalgumas regiões de Espanha.

O modelo francês é o mais aprofundado pois não só tem em conta o interprofissionalismo como, com as Câmaras, coordena outros e diversificados interesses, nomeadamente os dos trabalhadores assalariados, os dos municípios e até alguns serviços.

O associativismo regional justifica-se por fornecer uma componente geográfica ao associativismo agrícola profissional, seja ao facilitar a cooperação dos diferentes parceiros a nível local, seja servindo de entidade de diálogo entre as grandes associações e o sector público regional, seja articulando problemas nacionais e componentes locais.

Para tal, não deve haver exclusividade nem exclusão na filiação; como sempre a abertura e a transparência terão de ser paradigmáticas. Não devo deixar de referir que uma parte das associações do Norte não se inseriram na primeira fase institucional desta Câmara.

É interessante lembrar que o Ministério da Agricultura foi o primeiro a ser desconcentrado; as Direcções Regionais foram criadas em 1977, há quase duas décadas, com dignidade administrativa igual à das Direcções-Gerais. Por alturas desta desconcentração, a pena lúcida de Francisco Sousa Tavares lançou para a mesa precisamente as Câmaras Agrárias a fim de ajudarem o diálogo com o Ministério da Agricultura!

Existe uma experiência recente, a criação de núcleos empresariais distritais do sector industrial que pode ajudar a descobrir um

modo eficaz de funcionamento. Mas tal só será possível desde que exista um clima de entendimento, cooperação e entreatura entre os parceiros agrícolas mais representativos da região.

Parte-se do princípio de que esta Câmara jamais será um factor adicional de fragmentação do associativismo; o seu trabalho só se pode conceber como elemento agregador num país de presença de uma só Nação, de uma única língua, de uma só matriz ideológico-cultural dominante e com fronteiras quase milenárias. Portugal, país de muitos climas e de diversificados solos, de quase tudo produz e por todo o país. Exceptuando poucas grandes manchas de vinha, de cereais de sequeiro, de hortaliças (ao redor de Lisboa e Porto) e de floresta-climace de sobro (manchas que só merecem o adjectivo grande pela reduzida escala do País), a especificidade da agricultura portuguesa é microgeográfica, pois não diz respeito sequer a conjuntos de Regiões Agrárias.

Se não vejamos o que acontece com os principais grupos de produção agrícolas, e isto só acontece no continente: os bovinos autóctones cobrem o rectângulo nacional do Barroso a Mértola e de Miranda do Douro ao «alentejano chamusco» de Santiago do Cacém; na vitivinicultura, provam-se desde os 44 «verdes» ao «Terras do Suão» (Granja-Amareleja) e do lendário embaixador «Porto» ao original Colares e até o algarvio Lagoa; na olivicultura existem denominações de origem geográfica de Trás-os-Montes ao Alentejo e por todo o país há tradição lagareira; nos lacticínios temos desde os estabelecimentos agrícolas das três/cinco vacas do Litoral de Aveiro às grandes vacarias dos arredores das principais cidades, com empresas transformadoras e magníficos queijos espalhados pelo País.

E por isso quando olhamos o valor acrescentado da nossa agricultura distribuído pelo território que corresponde às divisões administrativas, atrás aludidas, em nenhuma existe qualquer grupo de produções que represente mais de um terço do total nacional.

O Norte onde se insere esta Câmara, que junta as áreas de duas Direcções Regionais do Ministério da Agricultura, significa cerca de um quarto do Produto Agrícola Bruto. E um quarto dos cereais, dois quintos da batata, um terço do vinho e dos bovinos e um quarto do nosso azeite. Semelhante partilha tem o subsector florestal.

Mas há sinais de fracturas potenciais: dois exemplos recentes. De um lado, murmura-se intencionalmente que os agricultores e trabalhadores rurais nalgumas regiões têm mais subsídios, mas que em todo o país se recebem de uma PAC que outros decidiram, esquecendo os críticos que se trata das zonas mais pobres da Europa. E do outro, assume-se a doutrina de que as pequenas explorações não têm futuro — quando elas representam um sistema de agricultura «a tempo parcial», que é certamente essencial para o desenvolvimento rural.

Também não se deverá jogar com outro tipo de separação: o da correspondência biunívoca do Norte com o minifúndio e a de um Sul difuso com o latifúndio. É que este Norte não esgota a pequena propriedade — basta pensar nas Beiras Litoral e Alta e em boa parte da Estremadura e do Algarve. E não são poucas as grandes explorações (vitícolas, leiteiras e muitas outras) na região em que nos encontramos.

A agricultura portuguesa não suportará estes gérmes de divisão, enfraquecida como está, seja ao nível dos rendimentos dos seus activos (os mais baixos entre os profissionais deste país), seja pelo seu pequeno contributo na UE (inferior a 2 % do PAB europeu), seja por uma especificidade que tarda a transformar-se em competitividade.

É lugar-comum referir que a agricultura portuguesa atravessa graves dificuldades no quadro da integração na PAC e na globalização. Durante a discussão da entrada do nosso país na então

CEE argumentou-se muito com as vantagens específicas da agricultura portuguesa. E apontavam-se subsectores, como o dos frutos e hortaliças que tirariam partido das condições climáticas privilegiadas do chamado Sul. Mas a breve trecho se percebia que muito mais importante que a especificidade seria a competitividade, onde muito mais pesam outros factores: gestão financeira, transportes, qualidade, conhecimento e oportunidade de mercados.

Não deixa também de ser verdade que a integração, tal como está a ser feita na Europa agrícola, cria dificuldades acrescidas às PME portuguesas que de facto se reduzem às muito pequenas. A Política Agrícola Comum foi naturalmente ditada pelos interesses dos grandes países produtores agrícolas e pelo processo das principais produções arvenses — as mais ameaçadas pela globalização.

Há que fazer a mudança desta PAC para a Política Comum da Agricultura e de Desenvolvimento Rural. O que significa uma voz forte e unida na retaguarda das discussões de Bruxelas.

Encontram-se entre vós elementos que representam a maior empresa portuguesa do sector agrícola — a qual saúdo — pois representa um modelo organizativo da fileira láctea que integra a montante o agricultor e vai até ao retalhista, a jusante; modelo que permite concentrar a mais-valia no sector primário. É empresa cooperativa, mas nem por isso deixa de estar sujeita às apertadas regras da globalização. E neste caso ela mesmo sentiu necessidade de se alargar muito para além do Norte, indo ao Centro buscar maiores dimensão e estabilidade.

Em toda esta área de actividade há grande necessidade de coesão, unidade e participação para que também neste caso os agricultores sintam que a democracia serve para resolver os seus problemas e não para protagonismos institucionais vãos.

Estou certo que, enformada por tais princípios, esta Câmara fará bom trabalho a bem do País e em especial dos seus agricultores. Como sempre tenho dito, não queremos Portugueses dispensáveis.

VISITA À FÁBRICA DA VISTA ALEGRE
(Jornada da Inovação e da Competitividade)
4 de Fevereiro de 1997

Permitam-me, minhas senhoras e meus senhores, que aproveite esta pausa na visita que ontem iniciei a empresas e Universidades do País, para vos transmitir não só algumas das ideias-força que presidiram a esta iniciativa, como outras tantas reflexões suscitadas pelos contactos que já efectuei.

Antes porém quero manifestar o meu vivo agradecimento ao Grupo Vista Alegre que aqui nos acolheu com toda a hospitalidade e simpatia.

Como resulta da história contada no Museu da Fábrica, que acabo de visitar, a Vista Alegre é um caso sem paralelo de longevidade empresarial, sustentando uma posição singular num sector industrial para o qual contribuiu com inovação e prestígio internacional.

Não posso deixar de exprimir a minha admiração por esse extraordinário património da história da técnica e da indústria portuguesa e fazer votos para o êxito da empresa que hoje enfrenta certamente novos reptos.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Como é sabido a cerâmica industrial portuguesa é um sector dinâmico, fortemente exportador, que na última década encetou uma profunda reestruturação, em boa parte induzida pelos desafios da competitividade provindos de áreas externas à União Europeia. Muitos industriais compreenderam, em face da concorrência de produtos cerâmicos oriundos do Sudoeste Asiático,

que a defesa de posições nos mercados europeu e norte-americano impunha uma forte incorporação no processo cerâmico industrial não apenas de tecnologia avançada, mas também da componente inovação ao nível do *design*.

A cerâmica constitui um dos exemplos de sector em que à disponibilidade de matérias-primas em território português se alia uma certa especialização regional (como é o caso da região de Aveiro onde desde o século XVIII pelo menos se produz cerâmica) e a existência de alguma formação assegurada pelo sistema de aprendizagem oficial transmitida de geração em geração.

As vantagens competitivas dependem hoje porém sobretudo da qualidade dos produtos finais, tal como é assegurada pelos processos de fabrico e respectivo controlo, pelo *design*, tudo isto supondo o funcionamento de uma exigente formação profissional.

Uma atitude de priorização dos factores qualitativos da competitividade é indispensável para construir uma economia saudável que enfrente com êxito os desafios do próximo milénio.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

O tema geral que presidiu à organização desta semana pode sintetizar-se na fórmula Inovação e Competitividade e não será difícil perceber, pelo tipo de iniciativas já concretizadas ou previstas para os próximos dias, que pretendo, através delas, chamar a atenção para a importância crucial que a modernização e a expansão das estruturas produtivas nacionais têm na definição do nosso futuro colectivo.

Perceber-se-á, ainda, creio eu, com clareza, que também desejo transmitir, ao longo destas jornadas, outra ideia-força: a de que esse processo de desenvolvimento económico tem muito a ganhar com uma ligação forte das empresas à investigação científica e tecnológica e, portanto, à actividade realizada em centros de pesquisa e Universidades do País.

Na actual fase de integração da economia portuguesa na Europa Comunitária, está em jogo a possibilidade de reconvertermos o nosso padrão de especialização produtiva, isto é, de darmos o salto qualitativo que atenua conhecidas vulnerabilidades e dependências económicas do País.

Ora, nesta fase um dos trunfos fundamentais que teremos de ter à nossa disposição, e impor no xadrez da concorrência internacional, diz respeito à capacidade de mobilizar conhecimentos avançados em todos os domínios do saber que, directa ou indirectamente, se relacionam com o desenvolvimento da base tecnológica e com a mudança organizacional das empresas.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Vários indicadores revelam, sem sombra para dúvidas, que, não obstante se ter verificado uma expansão significativa do nosso sistema de investigação nas duas últimas décadas, continua a ser baixo o potencial científico-tecnológico do País e, pior do que isso, permanece particularmente escasso, relativamente aos padrões já atingidos noutros países europeus, o contributo específico do sector empresarial neste domínio.

Um dos argumentos frequentemente invocados para justificar o alheamento de muitas unidades produtivas nacionais relativamente aos desafios da inovação tecnológica e organizacional é de que uma grande parte das empresas portuguesas tem problemas cuja resolução é incompatível com investimentos, não rendibilizáveis no curto prazo, em recursos científicos e tecnológicos. O argumento não poderá em absoluto ser contestado. A verdade porém é que, num contexto económico em mutação permanente como o que actualmente se vive, tais desafios já estão, de facto, colocados e não será fácil contorná-los.

A ideia de que é às Universidades, instituições que tradicionalmente mais se identificam com os desígnios do progresso cien-

tífico, que compete, em exclusivo, fazer avançar o conhecimento e buscar a inovação é a outra face da argumentação utilizada para adiar alguns impulsos de modernização fundamentais. Ora, o que durante estes quatro dias de contacto com o nosso mundo empresarial e universitário gostaria que ficasse demonstrado é que o relacionamento entre as instituições de base da actividade económica — que são as empresas — e as instituições de base da investigação científica (que são, sobretudo, os estabelecimentos do ensino superior) é não apenas desejável, como — face aos resultados entretanto conseguidos — absolutamente possível.

Já existem, um pouco por todo o País, experiências capazes de revelar as vantagens de uma colaboração sistemática entre os que, no terreno, enfrentam as vicissitudes e dificuldades práticas de afirmação num espaço concorrencial muito agressivo e os que, nos lugares mais protegidos da instituição universitária, têm, de facto, maior disponibilidade intelectual para equacionar problemas e propor soluções inovadoras e fundamentadas no plano científico.

Sei que tem havido dificuldades nas ligações entre estes dois mundos. Estou convencido, no entanto, de que se trata de dificuldades francamente ultrapassáveis.

Ontem em Évora, hoje em Aveiro pude verificar que há domínios onde o entrosamento já deu frutos. Aproveito, aliás, para, da mesma forma que o fiz em Évora felicitar a Universidade de Aveiro, uma jovem Universidade, pelos projectos que vem realizando em áreas de incidência positiva na modernização empresarial.

VISITA À ADEGA COOPERATIVA DO REDONDO
(Jornada de inovação e competitividade)
3 de Fevereiro de 1997

Concluí o primeiro passo de uma jornada que julguei oportuno dedicar às actividades produtivas nacionais e ao papel das Universidades na sua modernização, e que subordinei ao tema Inovação e Competitividade.

Desejo, com as iniciativas previstas, chamar a atenção para a importância crucial que a modernização e a expansão das estruturas produtivas nacionais têm na definição do nosso futuro colectivo. Procurarei sublinhar o esforço que tem sido feito no sentido de adequar o tecido produtivo nacional às exigências da inovação tecnológica e organizacional e da competitividade económica. Desejo igualmente realçar outra ideia-força: a de que esse processo de desenvolvimento económico tem muito a ganhar com uma ligação forte das empresas à investigação científica e tecnológica e, portanto, à actividade realizada em centros de pesquisa e universidades do País.

Ao longo desta semana visitarei empresas que representam, de alguma forma, um universo em que foi possível a criação de riqueza e que se mostrou competitivo, porque entrosado na inovação. E visitarei departamentos de investigação universitários que têm promovido o intercâmbio entre a pesquisa científica e as actividades económicas. Compreender-se-á que o sinal tem de ser dado e que vale pelo exemplo. Sendo inúmeras as empresas e departamentos que felizmente exibem estas condições, apenas um pequeno número pôde ser incluído na Jornada.

Esta curta semana é-vos pois destinada, Senhoras e Senhores Empresários, Senhoras e Senhores Investigadores, mas sem que nesta atitude se possa ler esquecimento ou secundarização de outros pólos criadores da sociedade portuguesa. O objectivo de garantir para o nosso país uma posição confortável, economicamente sustentada e socialmente coesa, num contexto de mudança global pautado por uma concorrência acrescida, não dispensa o concurso de uma pluralidade de vontades, de uma pluralidade de instituições, de uma pluralidade de interesses, como não me tenho cansado de referir.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

No quadro das assimetrias regionais portuguesas, o Alentejo coloca-se do lado das zonas pouco desenvolvidas. No contexto europeu esse atraso torna-se ainda mais visível. Esta circunstância confere à ocorrência de inovação empresarial um significado particular, representando certamente um esforço mais acentuado. Sabemos que em situações de depressão e falta de dinamismo do tecido produtivo é mais difícil atingir aquilo a que os economistas chamam os limiares, a partir dos quais exista dimensão económica, que permita utilizar recursos e equipamentos e modernizá-los, o que impõe a disponibilidade de um mercado suficientemente amplo dentro ou fora das nossas fronteiras ou da União Europeia.

Estamos aqui a constatar que estas empresas existem no Alentejo. No distrito de Évora, como aliás nos outros distritos. Não tenho dúvidas que o Alentejo se pode desenvolver. Mas quero também afirmar que o País precisa que o Alentejo se desenvolva mais, porque disso depende a coesão nacional.

O Alentejo tem futuro, o Alentejo tem que ter futuro.

A possibilidade de atingir patamares elevados de desenvolvimento é um combate que implica igualmente a cidadania e as con-

dições para o seu pleno exercício. O desenvolvimento do Alentejo é pois essencial para que também a vivência democrática das suas gentes possa ser mais e mais aperfeiçoada.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Dedico este dia às empresas que cresceram e inovaram utilizando recursos regionais. Começando pelos renováveis, aqueles que a Natureza permite que se multipliquem — com a intervenção do homem no caso dos produtos agrícolas — e que também servem de suporte ao sector agro-alimentar.

A evolução recente da agricultura portuguesa mostrou-nos que foi passageira a ilusão de criar emprego bem remunerado através dum sector agrícola fechado e de fraca incorporação tecnológica, e que cedo se chegou à conclusão de que a sobrevivência tinha que assentar na competitividade das empresas, na industrialização e na melhoria do funcionamento dos mercados. A integração de Portugal na política agrícola da União Europeia aí esteve para nos empurrar para este caminho de mudança.

Ora inovar nas empresas agrícolas ou agro-alimentares é introduzir nelas os frutos da investigação biológica ou físico-química ou da informática, como sejam cultivares melhores, fertilizantes adequados ou modernos métodos de gestão.

Mas é também indispensável estar atento aos chamados «produtos aceites pelo mercado», um lado essencial da inovação. Porque as matérias-primas viajam sem cessar nesta sociedade planetária, à disposição da capacidade empresarial que as transforme em mercadorias novas, mais baratas ou melhores.

Num mundo pautado pelos fenómenos da globalização, numa União Europeia que já aboliu fronteiras inter-Estados, a autarcia e a auto-suficiência económica deixaram de ser viáveis, o que significa que as marcas, os mercados e os sistemas de distribuição vão tomando lugar central na competitividade.

E ao falar das produções do sector primário não podemos deixar de referir as que me trazem a este lugar, as vitivinícolas. Modelaram a nossa geografia e a nossa cultura desde há milénios, e de norte a sul, pelas fortes implicações na estrutura dos sistemas agrários, e por constituírem o principal subsector do produto agrícola nacional.

É pois natural que neste périplo procurássemos a inovação e a competitividade empresarial da vinha e do vinho. Além de que temos muito boa história nesta matéria: do Vinho do Porto, desde o século XVIII, aos vinhos correntes e de mesa que moldaram a fisionomia do mercado agrícola, desde o séculos XIX, em muitas regiões do País.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Uma visita às empresas do nosso país não podia deixar de incluir empresas cooperativas. Não só pela natureza — aliás constitucionalmente consagrada — dos seus pactos sociais, ou porque a elas ficaram ligados alguns dos principais vultos da vida cívica deste século (basta recordar a figura de António Sérgio), mas também pelo seu papel na economia, pois figuram várias cooperativas entre as grandes empresas nacionais.

É paradigmático exactamente o caso do Alentejo e da uva para vinho. Durante várias décadas este sector foi dominado pelas adegas cooperativas, que ampliaram o trabalho vindo de outros parceiros empresariais, na esteira das antigas tradições dos «Tinto Velho», «Montes Claros» ou «Tapada de Chaves».

A Adega Cooperativa do Redondo, por exemplo, deu um contributo importante para a divulgação do vinho, criando uma marca — *Porta da Ravessa* — que se pode encontrar desde a mesa de um restaurante de qualquer parte do País, até aos confins da África.

Hoje outros empresários prosseguem a mesma via, criando e expandindo riqueza. A experiência positiva das adegas cooperativas e do sector vitivinícola desta região demonstram que o Alentejo se pode desenvolver, se tem de desenvolver.

A Universidade de Évora, em boa hora restaurada, acertou ao escolher a vitivinicultura como alvo de um dos seus projectos de investigação e desenvolvimento tecnológico, o PROVA. Os resultados estão à vista nos campos e nas adegas.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Uma palavra sobre o sector das rochas ornamentais que visitarei a seguir e que constitui uma vertente não renovável dos recursos naturais: neste caso os mármore da mancha que se estende do Norte do Alandroal ao começo de Sousel com a principal incidência nos concelhos de Vila Viçosa, Borba e Estremoz.

Com uma exploração industrial que remonta à ocupação romana — as colunas do Pátio Nobre da Universidade de Évora vieram do antigo templo do Deus Endovélico — é sobretudo a partir do primeiro quartel deste século que novas tecnologias se introduzem, mais mercados se conquistam e os mármore então chamados de Estremoz percorrem todo o mundo desenvolvido.

De uma fase em que se exportavam essencialmente os blocos aparelhados, as empresas foram capazes de passar a vender sobretudo produtos acabados ou semiacabados.

O sector transformou-se numa importante fonte de divisas, deu origem a uma linha de produção nacional de parte significativa das suas máquinas e ferramentas, e tornou-se um grande empregador da região alentejana. Temos, aliás, de falar não só de mármore mas também de granitos, uma indústria que embora mais recente vai seguindo os mesmos passos.

Uma nota ainda para lembrar a tradição da escultura em pedra portuguesa, também ela tributária dessa matéria-prima que são nossas rochas ornamentais.

A exploração dos recursos naturais tem de fazer-se no quadro de um bom e sã ordenamento do território que tenha em atenção o ambiente. A exploração dos recursos naturais não renováveis tem de articular-se com uma política que proteja os ecossistemas, preservando o seu equilíbrio.

Isto significa ter sempre presente, em primeiro lugar, que tais recursos são finitos, pelo que a diversidade da Natureza não pode ser sacrificada; em segundo lugar, que os resíduos sólidos da extracção não devem alterar negativamente a paisagem; finalmente que o uso das tecnologias deve ser acautelado de modo a não poluir o solo e a atmosfera.

Estamos hoje mais conscientes de que a preservação ambiental é uma condição incontornável do desenvolvimento sustentável, do desenvolvimento que não comprometa o bem-estar das gerações futuras.

Uma palavra final de natureza e alcance distintos.

Visitando esta Adega neste concelho do Redondo, não pude deixar de me recordar que piso a terra onde viveu a sua infância o Professor Bento de Jesus Caraça.

Não é a altura de enaltecer o que foram as qualidades deste notável homem de ciência, pedagogo exemplar, divulgador científico e grande figura cívica. Mas aproveito a ocasião para render homenagem à sua memória. E desde já manifesto inteira disponibilidade para apoiar um programa de celebrações da figura de Bento de Jesus Caraça que no próximo ano vê passar o cinquentenário da sua morte.

Ele foi sem dúvida, em vários domínios do saber e da comunicação, um grande inovador.

Minhas Senhoras e meus Senhores,
A inovação é crucial para o nosso país. A manutenção de processos ou formas de organização caducos paga-se, neste mundo de concorrência acrescida, com o declínio, porventura irreversível. Por isso há que apelar a todas as iniciativas que criem um clima favorável à inovação e que criem condições concretas para que a competitividade das empresas portuguesas se eleve. Comigo podem contar. Não só no apelo, mas também no apoio e no reconhecimento do papel relevante que lhes cabe no nosso desenvolvimento.

**CERIMÓNIA DE IMPOSIÇÃO DE INSÍGNIAS
DAS ORDENS HONORÍFICAS A EMPRESÁRIOS,
INVESTIGADORES E ACADÉMICOS**
(Jornada da inovação e da competitividade)
Salão Nobre do Paço Ducal de Guimarães
6 de Fevereiro de 1997

Visitei, nos últimos dias, um conjunto de empresas e centros de investigação, procurando assim chamar a atenção do País para a importância que a modernização das estruturas produtivas nacionais tem na definição do nosso futuro colectivo. Pretendi trazer para primeiro plano duas ideias mobilizadoras: a da necessidade de estimular as atitudes de inovação e os factores de competitividade das empresas e a necessidade de promover uma mais forte e diversificada ligação entre as empresas e a investigação. Assim, visitei unidades produtivas e de pesquisa tecnológica ou científica que ilustram as virtualidades dessa ligação. Contactei em diversos pontos do País com situações em que foi possível criar uma dinâmica inovadora sustentada. Testemunhei casos exemplares de empresas que souberam vencer obstáculos e atingiram altos níveis de competitividade. Como já tive ocasião de referir, na actual fase de integração da economia portuguesa na Europa Comunitária — em que está em jogo a possibilidade de darmos um salto qualitativo que atenuar conhecidas vulnerabilidades e dependências económicas —, um dos trunfos fundamentais que temos de ter à nossa disposição e impor na concorrência internacional é o da capacidade de mobilizar conhecimentos avançados em todos os domínios do saber que, directa ou indirectamente, se relacionam com o desenvolvimento da base tecnológica e com a mudança organizacional das empresas.

É hoje claro que sem inovação, empresarial ou tecnológica, sem a conquista de posições numa concorrência internacional acrescida, não há futuro para a economia portuguesa.

Mas inovação científico-tecnológica e competitividade empresarial devem ser vistas sempre em relação com o grande objectivo do desenvolvimento, e este tem de se referir não apenas à componente do crescimento económico, mas ao aperfeiçoamento global das condições de existência das mulheres e dos homens concretos que, dia-a-dia, vão forjando o sentido da nossa História.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Pretendi, com este meu gesto, manifestar igualmente o meu vivo apreço por todas as iniciativas que se traduzam em estímulo à criação de um clima favorável à inovação e, de forma particular, as que visam apoiar a actividade científica no País.

A criação de um Ministério da Ciência, que se propõe fazer subir os índices da investigação em Portugal, deve ser aplaudida. Contra a ciência não há futuro.

Pretendi também manifestar à Universidade portuguesa o quanto valorizo as suas iniciativas orientadas para um entrosamento aberto e franco com o mundo empresarial.

Pretendi, por fim, exortar as empresas a reforçarem o seu envolvimento na inovação, a sua percepção das implicações geradas pela globalização dos mercados, e a prestar uma atenção nova aos temas da investigação científica.

Tenho a consciência de que a todos é necessário pedir que redobrem os seus esforços.

O Governo sabe que contará com a cooperação institucional do Presidente, e neste plano específico, uma inequívoca manifestação de apoio a todas as medidas que visem melhorar a investigação e favorecer um clima propício à inovação.

A Universidade sabe igualmente que não desistirei de apoiar o seu trabalho, como insistentemente o tenho feito, sem deixar de pôr em evidência que tal caminho a todos exige uma redobrada atenção à qualidade do ensino ministrado e da pesquisa efectuada. Os empresários sabem que jamais deixarei de louvar as suas iniciativas sempre que elas visem adequar as actividades das suas empresas às exigências da inovação e da competitividade, em detrimento da procura duma vantagem imediatista num mercado sem horizontes.

A todos, porém, não deixarei de expressar sempre uma convicção profunda. Acredito que a construção do nosso futuro colectivo depende, em grande medida, de combatermos, em vez de contemporizarmos, com as soluções mais fáceis, ou mais cómodas.

Acredito, sim, que o nosso futuro colectivo depende de sermos capazes, com coragem, e também, por vezes, com sacrifícios, de aumentar os padrões de exigência, de rigor, de profissionalismo. Em tudo: no governo da *res publica*, na aprendizagem dos nossos jovens, na qualificação profissional dos nossos trabalhadores e na modernização dos nossos sectores produtivos.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Tenho procurado ao longo destes meses de mandato, vincar os aspectos positivos da nossa vida colectiva: os casos onde se ilustra a possibilidade de superar vulnerabilidades e eliminar as desvantagens comparativas, ultrapassar atavismos, vencer a inércia, o atraso e a dependência; onde se exprimiram novas dinâmicas e novas determinações, onde se trilharam caminhos novos, com vista a um desenvolvimento que tome o cidadão como centro e alvo das preocupações de melhoria.

Quero dar a conhecer a todos os portugueses a força, a motivação e confiança nas suas capacidades, que ressaltam dessas situações exemplares.

Mas ninguém se iluda: o Presidente está informado e atento à realidade portuguesa, na sua globalidade e não ignora a extensão dos seus problemas, designadamente a extensão do fenómeno da exclusão social. Em cada gesto em que exprimo o apoio a um caminho possível, ao êxito de uma iniciativa, a um exemplo que pode ser transposto, deixo também, associada, uma mensagem clara que, permitam-me, realce hoje de novo.

Não podem nunca aqueles que puderam vencer esquecer aqueles que continuam a experimentar sérias dificuldades no seu quotidiano. Quero exaltar, como o faço nesta cerimónia de condecorações, a afirmação do mérito, mas não podemos perder de vista os valores do humanismo e da solidariedade. São eles que assinalam a diferença para uma meritocracia sem ética nem valores sociais. Minhas Senhoras e meus Senhores,

O combate à exclusão social não é uma responsabilidade exclusiva dos governos. Espero que a esse respeito não restem dúvidas a ninguém.

Nenhum governo será capaz, por si só, dispondo apenas dos recursos financeiros do Estado e por sua exclusiva iniciativa, de conter e combater as múltiplas formas da moderna exclusão. Compete a todos, do Governo aos agentes económicas e sociais, das instituições aos cidadãos, na Administração Pública, no sistema de ensino, no sistema judicial, tomarem a solidariedade como valor capaz de combater a exclusão, de diminuir a possibilidade de dramáticas tensões sociais, de evitar a fragilização de grupos sociais, mantendo assim condições indispensáveis ao desenvolvimento harmonioso do País.

A modernização tecnológica e organizacional do tecido produtivo, a preservação do meio ambiente, a articulação entre empresas e inovação são, entre outros, factores cruciais de desenvolvimento sustentado.

Mas as condições sociais do desenvolvimento são igualmente decisivas.

Sobre elas, contudo, parecem cair menos as atenções. Nada pode ser mais errado. A manutenção ou o aumento dos actuais padrões de exclusão social condicionarão fortemente o desenvolvimento de Portugal. Ninguém ficará incólume às suas consequências.

Não faltarão, ao Presidente da República, em futuras iniciativas, oportunidades para abordar directamente este tema das dimensões sociais da exclusão, para reflectir sobre as condições de superação de muitas dessas condições, de sublinhar exemplos, que felizmente os há, de experiências que provam que é possível fazer mais do que aquilo que até agora se tem feito. Tudo tem o seu tempo.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Ficaram, naturalmente, muitos sectores de actividade por abordar, e tantos outros exemplos onde se garantiu o êxito desta ou daquela empresa com apostas fortes na inovação e na competitividade. Todavia, estendo através dos sectores que nesta minha deslocação foi possível abordar, o testemunho a todos os outros e manifesto o empenho do Presidente da República em apoiar todos as iniciativas que sustentem e melhorem a competitividade das nossas empresas.

Tenho procurado conhecer o passado histórico de Portugal. Julgo conhecer profundamente as circunstâncias e condicionalismos do presente. Sei que há estrangulamentos e debilidades estruturais. Mas espero, sinceramente, que o caminho que julgo possível para o País, se torne realidade.

Tenho encontrado, em todas as minhas deslocações, sinais claros da possibilidade de construir esse caminho. Mas que a ninguém restem dúvidas. Esse caminho não reside na história, que apenas

nos ajuda a compreender como chegámos até aqui. Ele terá que ser uma construção. Uma construção colectiva, quotidiana, feita com muita determinação e exigência. Feita enfim com o esforço solidário, a participação e a tolerância de todos. Feita com amor por Portugal e amor, afinal, pelo futuro dos Portugueses.
Viva Portugal!